



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WILVERSON RODRIGO SILVA DE MELO

**TEMPOS DE REVOLTAS NO BRASIL OITOCENTISTA:
RESSIGNIFICAÇÃO DA CABANAGEM NO BAIXO TAPAJÓS
(1831-1840)**

Recife

2015

WILVERSON RODRIGO SILVA DE MELO

**TEMPOS DE REVOLTAS NO BRASIL OITOCENTISTA:
RESSIGNIFICAÇÃO DA CABANAGEM NO BAIXO TAPAJÓS
(1831-1840)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof.^o Dr. Flávio Weinstein Teixeira.

Recife

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Helena Azevedo, CRB4-1737

M528t

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de.

Tempos de revoltas no Brasil Oitocentista: Resignificação da cabanagem no baixo Tapajós (1831-1840) / Wilverson Rodrigo Silva de Melo. – Recife: O autor, 2015.

271 f. : il. ; tab.; Bibliogr. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Inclui referências.

1. História. 2. Revoltas, Insurreições. 3. Brasil Oitocentista. 4. Baixo-Tapajós. 5. Cabanagem. I. Teixeira, Flávio Weinstein (Orientador). II. Título.

981.01 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-93)



Wilverson Rodrigo Silva de Melo

**“TEMPOS DE REVOLTAS NO BRASIL OITOCENTISTA:
RESSIGNIFICAÇÃO DA CABANAGEM NO BAIXO TAPAJÓS (1831-1840)”**

Dissertação apresentada ao
**Programa de Pós-Graduação em
História** da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de **Mestre em
História**.

Aprovada em: **31/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Orientador (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Isabel Cristina Martins Guillen
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara
Membro Titular Externo (Departamento de História/UPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A meu alicerce emocional;

A minha avó materna, Dinair (in memorian), pelas inúmeras conversas e histórias sobre a Amazônia que tivemos durante a infância e tempo de convivência, as quais despertaram, o meu interesse sobre a Cabanagem no Baixo Amazonas, Tapajós e Arapiuns.

A Eunice, minha avó paterna, pelas inúmeras orações e intercessão, creio que durante este longo processo de alguma maneira me ajudaram a enfrentar e vencer desafios.

José Ruimar, meu pai, pela compreensão nos momentos de ausência ao longo deste trabalho.

A minha mãe, Valdenira, pelo incentivo, companheirismo, cumplicidade e contribuições neste.

Aos meus irmãos Guilherme e Ricardo que colaboraram neste, com seus abraços e carinho.

Aos estudantes e Pesquisadores que militam no Projeto Memórias da Cabanagem.

Por vocês, parte do que sou, dedico-lhes este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa desta dimensão demanda tempo, engajamento, horas de leituras, e em meu caso, também me custaram alguns fios de cabelos (risos). No entanto, ainda que os homens sejam dotados de atributos para sobreviverem sozinhos, é de nossa natureza constituir relações, instituir caminhos de interdependência. Um velho sábio um dia me disse: “Quem constrói paredes, constrói isolamento, quem constrói pontes, constrói relacionamentos”.

Embora atualmente a visibilidade material seja este trabalho, ele não nasceu pronto, muitos foram os amigos e colaboradores que, nos bastidores, contribuíram de forma ímpar para a reflexão de muitos pontos desta dissertação.

Mas, a simpatia e aproximação com o tema da Cabanagem começou antes mesmo da graduação. Ainda cursando o Ensino Médio, já me deleitava a ler obras e artigos sobre o tema, porém foi no cerne da Universidade que a visão acerca do tema foi ampliada.

Quero registrar aqui as reflexões, orientações e pontuações da Prof.^a Dra. Francisca Canindé na graduação em História no Centro Universitário Luterano de Santarém (CEULS/ULBRA). Professora, sua competência, gentileza e simplicidade marcaram o meu caminhar acadêmico. Muito obrigado pela bibliografia sugerida e, outras vezes, até mesmo concedida, para a construção de trabalhos acadêmicos e do Projeto de Mestrado lá em 2011.

Entre os amigos do tempo de graduação, faço questão de lembrar-me de Everaldo de Sousa Pereira, ou como eu chamava “Seu Everaldo”, amigo engajado e animador de minhas pesquisas. Você foi uma fonte de inspiração. Sendo o aluno mais velho da classe, depois de anos sem voltar à escola, você galgou pelo término do Ensino Médio e o acesso à Universidade. Não foram poucas às vezes em que depois das aulas à noite, íamos para sua casa (também lanchonete) e ficávamos fazendo trabalhos, leituras e reflexões de meus trabalhos durante horas. Muito obrigado a você, Everaldo, à sua esposa Valdirene, e ao seu filho Junior por terem me aturado (risos).

Faço uma pausa especial para agradecer a amizade e contribuição do amigo Prof.^o Dr. Florêncio Almeida Vaz, frade franciscano, antropólogo e ativista indígena,

professor na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém. Florêncio, sem dúvida, você foi um dos grandes responsáveis por este trabalho, por ter me possibilitado adentrar nos meandros da Cabanagem. Lembro-me de tê-lo conhecido em um “Seminário de Arqueologia” em Santarém realizado em maio de 2009 na Universidade Federal do Pará (UFPA), na ocasião eu era apenas um estudante de graduação no 1º semestre do Curso de História na ULBRA, e Florêncio estava em fase de conclusão e defesa de Tese na UFPA. Durante o evento surgiu a proposta de criar uma comissão para trabalhar em parceria com o IPHAN e Florêncio gentilmente sem me conhecer, apenas de ter ouvido algumas falas minha no evento, apontou-me para presidir a comissão na categoria discente (talvez ele nem lembre disso, risos). O importante, quero destacar, é que depois deste encontro, só encontrei meu amigo antropólogo por um acaso, em Abril de 2010, quase um ano depois, na saída de uma xerox próximo à Igreja de Fátima na avenida São Sebastião. Foi este encontro que me inseriu de vez nas discussões sobre a Cabanagem. Perguntei a Florêncio sobre sua Tese e, em meio a um rápido diálogo, ele comentou sobre uma excursão que iria ocorrer no final dos meses de maio e junho – a Caravana da Memória Cabana -, a partir daquele encontro me agreguei a ele na organização desta Caravana, e a trilha pelos caminhos da historiografia da Cabanagem ocorreriam de forma natural, ou como ele mesmo diz, de forma “meteórica” (risos).

Quero agradecer imensamente a todos os membros que compuseram a Caravana da Memória Cabana, por terem permitido inserir-me nesta expedição que documentou muitas entrevistas sobre a memória coletiva da Cabanagem em Maio de 2010. Quero registrar meus agradecimentos à Deborah Goldemberg (antropóloga), Florêncio Almeida Vaz (antropólogo), Leandro Mahalem de Lima (antropólogo), Nicolau Kietzmann (jornalista), Cristiano Burlan (cineasta), Clodoaldo Corrêa (cinegrafista), Karime Rubez (fotógrafa), Juan Jerez (Músico clássico e engenheiro), Aline Binns (artista plástica), os acadêmicos de Direito da UFPA e UFOPA (Edivan Arapiun, Renan Maurício, José Renato e Daniele Barroso), Seu Miranda (chefe de cozinha da expedição) e Deusdete (guia comunitário).

Em particular, agradeço às contribuições epistêmicas do antropólogo, Dr. Leandro Mahalem de Lima da USP. Em 2010, os diálogos e trocas de saberes

ampliaram minha visão sobre as fontes documentais e a historiografia ligada ao tema da Cabanagem.

Mas a conclusão do Mestrado só seria possível mediante o ingresso no programa do PPGH/UFPE, por isso agradeço a Valéria, Luizinho, Ramon e Seu Joaquim, que me hospedaram em Belém em novembro de 2012, ainda durante o processo de seleção do Mestrado em História da UFPE. Sem dúvidas, eu não teria conseguido a aprovação, sem a gentileza e cordialidade de vocês durante o mês todo em que me viram chegando e saindo de casa. Lembro-me que lá ia eu, saindo de ônibus de Belém para Recife, mas retornando com muitas histórias de aventuras para contar (risos), mas faz parte, os maus bocados também nos amadurecem. A vocês meu muito obrigado.

Sou grato à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por ter me acolhido e propiciado toda a estrutura necessária para minha formação de pesquisador. Igualmente agradeço à agência de fomento CAPES, que tem se empenhado para ampliar os avanços na pesquisa e educação no Brasil, fazendo isto pelo estímulo e investimento na formação de mestres e doutores, enfatizo que sem a bolsa da CAPES este trabalho não teria sido possível de realizá-lo.

Quero registrar meus agradecimentos às secretárias do PPGH, Sandra Regina e Patrícia Regina, muito obrigado pelo tratamento cordial e profissional, agradeço demais pelos muitos “galhos quebrados”, pela compreensão de minhas adversidades compartilhadas com vocês. Recordo-me de tomar o tempo de Sandra logo no início do Curso, para me informar como exatamente funcionavam todos os tramites da Pós-Graduação em História da UFPE. Novamente muito obrigado, porque na reta final da Defesa de Dissertação, vocês tiveram muita paciência ao ouvirem minha voz praticamente todos os dias (risos), quando eu ligava de Santarém para a secretaria do PPGH vocês até já conheciam minha voz (risos). Grato também sou pela agilidade e cordialidade de vocês no processo de pós-banca e colação de grau extra, sem dúvidas, só foi possível graças a vocês.

Agradeço aos professores do PPGH/UFPE, em especial a Regina Beatriz, Isabel Guillen, Antonio Torres Montenegro, Durval Muniz de Albuquerque, Marcus Carvalho, e a Prof.^a Lady Selma do PPGA/UFPE. As discussões em sala de aula, as conversas em gabinete, as conversas no elevador (Marcus Carvalho), as sugestões

de bibliografias e tratos metodológicos foram fundamentais na elaboração desta Dissertação. A você Prof.^o Dr. Antonio Torres Montenegro, faço um agradecimento especial, pois minha escolha pelo PPGH/UFPE se mesclou com o objetivo de estudar e aprender sobre os conceitos e metodologias da história oral; o senhor é uma das maiores autoridades do tema na América Latina. Recordo-me que no primeiro contato em meados de 2012 sua cordialidade e gentileza se estenderam a ação de se propor a ler e corrigir o projeto de Mestrado. Muito obrigado professor, pois sua leitura ímpar naquele momento lapidou a coluna vertebral do “Frank Stein”, e hoje a criatura [dissertação] está finalmente acabada.

Agradeço aos amigos/colegas do Curso de Mestrado, pelas discussões teóricas em sala de aula e pelas sugestões de fontes e arquivos em Recife, em especial agradeço a Dirceu Marroquim, Anderson Bruno, Paulo Souto, Tasso Araújo, Jônatas Cruz (todos do PPGH/UFPE), Kalhil Gilbran (UFRPE), Grasiela Moraes (Mestre em História pela UFRPE e aluna ouvinte no PPGH). Obrigado por acolherem este santareno/paraense na terra do frevo e dos maracatus-nação.

Agradeço imensamente a meu orientador, Prof.^o Dr. Flávio Weinstein Teixeira, (PPGH/UFPE) pela amizade, cordialidade, profissionalismo e humanidade estabelecidos durante a orientação desta Dissertação. Obrigado imensamente pela adoção professor. Lembro-me que nos conhecemos na Banca de Entrevista e análise de projeto durante a seleção discente do PPGH. Na ocasião, mesmo depois de eu ter vindo de ônibus de Belém para Recife, ter abortado a viagem a Teresina/PI (por conta de que o ônibus chegaria depois do horário marcado para minha entrevista), de lá ter pegado um voo para Brasília para então chegar ao Recife para a entrevista; ainda assim consegui me manter firme para a defesa do projeto e mesmo sem nos conhecermos pude ver o seu vislumbre com o tema. Mesmo o tema da Cabanagem não fazendo parte de suas linhas de pesquisa e atuação, o senhor adotou e acreditou no meu projeto, muito obrigado porque suas interferências metodológicas, conceituais e historiográficas foram fundamentais para a tessitura deste trabalho. Sua cordialidade, entusiasmo e sapiência chegavam a me constranger até mesmo nas horas de cobrança de prazos, os quais se davam de forma firme, porém, serena. Suas leituras minuciosas dos artigos, resumos e até mesmo dos capítulos da dissertação, foram lapidando este trabalho e minha percepção acerca do Oitocentos. Enfim, registro imensamente meus

agradecimentos a sua orientação no PPGH, peço desculpas pelas minhas falhas, momentos de ausência e descumprimento de prazos por questões de saúde. Quero aqui mensurar sua participação e contribuição na elaboração deste trabalho, destacando que os acertos e êxitos são dedicados ao senhor, esta dissertação também é sua e, quaisquer falhas ou erros encontrados neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço a Prof.^a Pós-Dra. Isabel Cristina Martins Guillen (PPGH/UFPE) e a Prof.^a Pós-Dra. Hebe Mattos (PPGH/UFF) pelas relevantes contribuições e apontamentos teóricos e historiográficos durante a Banca de Qualificação deste trabalho.

À Prof.^a Isabel Guillen agradeço as nossas discussões em sala de aula sobre Pesquisa Histórica, sua sapiência contribuiu demasiadamente para meu despertar de novas formas de se ver a História, assim como o despertar para o uso das redes sociais (risos). Prof.^a Isabel muito obrigado por conduzir sua disciplina com profissionalismo trazendo a tona os debates mais recentes e empolgantes da História e Historiografia, obrigado também por permitir que minhas pesquisas se agregassem ao Grupo de Pesquisa “Memória e Imagem” da UFPE, creio que ainda que seja pouco, poderei somar e contribuir com as pesquisas nesta temática. Também agradeço por suas significativas ponderações e reflexões na Banca de Defesa final do Mestrado, seu profissionalismo e cordialidade destamparam minha percepção sobre as reflexões metodológicas.

A Prof.^a Hebe Mattos, não tenho como mensurar os agradecimentos, mas posso tentar (risos). Agradeço muitíssimo a Hebe Mattos, primeiramente, pela gentileza, cordialidade e facilidade no acesso a sua pessoa, recordo-me de nos conhecermos na aula de encerramento de sua disciplina de “Diáspora Negra no Mundo Atlântico” no PPG/UFPE em 2013; na ocasião, fui assistir sua aula e palestra e ao final conversamos um pouco sobre o tema da Cabanagem. A Prof.^a Hebe se mostrou interessada no tema e de lá para cá dialogamos muito e a mesma de forma generosa passou a ler e acompanhar os meus textos. Prof.^a Hebe sou inteiramente grato por você ter lido meus primeiros textos/artigos sobre a Cabanagem em 2013, sou grato por você ter aceitado o convite de participação em minha Banca de Qualificação e, sou muitíssimo grato porque mesmo diante dos contratempos que impossibilitaram sua vinda para a Banca de Defesa final, a senhora fez questão de

ler a dissertação e enviar seu parecer. Prof.^a Hebe Mattos, sua simplicidade, cordialidade, profissionalismo me constrangem, talvez estas poucas palavras nem sequer deem conta de expressar minha gratidão, mesmo assim deixarei aqui registradas.

Agradeço ao Prof.^o Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara, por ter sido solícito e aceitado o convite para ser examinador externo na Banca final de Mestrado. Obrigado professor, pelas suas leituras minuciosas, ponderações, sugestões e elogios no texto. Sua vasta experiência em estudos e pesquisas a respeito da Abrilada, Cabanada, Revolta Praieira e demais revoltas imbuídas no chamado Ciclo de Insurreições Pernambucanas no século XIX ajudaram nos diálogos de revoltas no nível de Brasil Oitocentista. Sou muito grato por sua grande contribuição e reflexão.

Quero agradecer muitíssimo ao amigo e Prof.^o Dr. Mark Harris, do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Saint Andrews no Reino Unido/Inglaterra. Sua gentileza e profissionalismo ultrapassaram as barreiras geográficas, não é à toa que o Prof.^o Mark se dispunha a ler os meus textos e apontar feedbacks. Sou muito grato pelo livro que me enviou diretamente de Saint Andrews para o Recife, sem dúvidas que seu livro sobre “Rebellion in the Amazon”, fruto de sua tese de Doutorado, muito ampliou minha visão sobre a Cabanagem no Baixo Tapajós.

Quanto à pesquisa documental no Arquivo Público do Estado do Pará sediado em Belém, destaco que esta não teria possível sem a generosidade, gentileza e disponibilidade de seus funcionários, que tornaram as análises de Códices amarelados e de difícil leitura muito mais agradável. Registro meus agradecimentos ao Diretor do Arquivo, o Prof.^o Dr. Agenor Sarraf Pacheco, ao diretor interino Prof.^o Dr. Jerônimo Silva e Silva, e as funcionárias Sandra Lúcia Amaral, Cilene das Mercês Barreto, Rosa Maria de Lima e Rosana Pinheiro da Silva, pela maestria e profissionalismo com as quais atenderam a minha solicitação urgente de análise de documentos.

Não poderia deixar de agradecer a família Abreu, muito obrigado Mercedes, Ângela, Safira, que me hospedaram durante o tempo necessário de consulta e pesquisa no APEP. É bem verdade, que eu passava a maior parte do tempo no Arquivo e só chegava a noite para dormir, mesmo assim o carinho, o aconchego do

seu lar, fizeram-me sentir-me em meu próprio domicílio. Registro meu obrigado ao amigo Assis que era quem me conduzia e me trasladava pelo centro de Belém, inclusive na busca do novo endereço do APEP, que atualmente está provisoriamente nas proximidades da ALEPA.

Agradeço imensamente aos colaboradores e depoentes da pesquisa, quero deixar registrados aqueles que contribuíram de forma direta: Seu Manoel Godinho (Santarém), José Maria Branches, Cláudio José (Cuipiranga do Tapajós), Ivonete Brechó (Icuipiranga do Amazonas), Enoque Arapiun, Dona Benvinda da Silva (Vila Franca), Oneide Cardoso (Vila de Pinhel), Maria Zenaide, (Quilombo Pérola do Maicá); e àqueles que contribuíram de forma indireta na tessitura deste texto: Dona Áurea e Seu Roxo (de Vila Amazonas), Cazemira Farias (Alter-do-Chão), Maria Raimunda Lages (Quilombo Pérola do Maicá), Dona Maria Branches (Cuipiranga do Tapajós), Seu Martinho de Oliveira (Vila de Santo Amaro), Dona Josefa da Silva (Vila de Muratuba).

Faço menção honrosa de agradecimentos a Dona Inês, que me hospedou em Cuipiranga do Tapajós durante minhas estadias na comunidade, a Seu Cláudio José que me guiava em caminhadas pela geografia de Cuipiranga, a Dona Áurea e Seu Roxo pelo carinho e atenção recebido em Vila Amazonas durante minhas andanças pela região de Cuipiranga e, finalmente, a Dona Ivonete Brechó que me recebeu muito bem em sua propriedade em Icuipiranga do Amazonas e teve a gentileza de me mostrar os “possíveis” barrancos que serviram como trincheiras na época da Cabanagem.

Saúdo a Cidade do Recife, sobretudo as belezas naturais e arquitetônicas da capital e sua área metropolitana, não é à toa, que nos momentos de estresse eu corria para as belíssimas praias (Pina, Boa Viagem, Ilha de Itamaracá, Porto de Galinhas), para o Instituto Ricardo Brennand, para as ladeiras de Olinda, para o Marco Zero no Recife Antigo etc. Mas além das belezas naturais, arquitetônicas e culturais do Recife, a maior beleza e simpatia que o Recife tem é o povo pernambucano, por isso agradeço às novas amigas que fiz no Recife, sem elas não seria possível eu me inserir no mundo social da “Veneza Brasileira”. Entre as amigas registro: Suely, Fernanda, Cristina, Anecy, Mário, Vilma, Verônica, Veruska, Neide, Glaucé, Antonio (Bem), Adrienny, Adrielly, Michele, Bete, Ramires, Eduardo (in memoriam), a paulista Elaine Pauro e Edivania Santos – esta última,

sem dúvidas razão de eu não endoidecer na solidão, foram muitas as conversas (risos), a você registro também o meu muito obrigado pelo apoio após minha cirurgia realizada no Recife no final de 2013.

Agradeço às amigas Márcia Santana (Doutoranda em História na UFPE) e Rosângela Assunção (Doutoranda em História na UFF) professoras no departamento de História da UESPI, pelos momentos de descontração, conversas que tivemos no Recife e me tiravam do tédio da solidão. Valeu! Muito obrigado.

Faço uma pausa especial para agradecer às famílias de amigos que me acolheram e me abrigaram em suas casas durante os congressos científicos da vida. A publicação e participação em eventos científicos de História só foram possíveis graças à cordialidade, carinho e hospitalidade de Edvaldo, Cleide, Cintya e Camila em Brasília, e de Tania Joaquina, Orivaldo e Benjamim em Goiânia. Com vocês compartilho a culminância deste trabalho.

Agradeço a amiga Luciana de Sousa Marcião (estudante de Engenharia Florestal na UFOPA) pelos bons momentos juntos e pelas leituras iniciais deste trabalho, suas correções embora apenas metodológica e ortográfica no início da tessitura deste trabalho, muito contribuíram para o desenvolvimento dos demais capítulos. A você serei sempre muito grato.

Agradeço a amiga Suelen Cristina Ferreira dos Santos (estudante de Zootecnia na UFOPA) pelas conversas de motivação, de formação continuada (risos), você quase sempre me questionava se o trabalho já estava pronto e de vez enquanto fazia aquela pressão básica para que eu concluísse o trabalho logo (risos). Muito obrigado, as cobranças também são estímulos.

Agradeço a amiga Sâmea Cibele Freitas da Silva (doutoranda em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento na UFOPA) pelos estímulos e palavras de incentivo, compartilhando suas experiências do mestrado e todo tempo lançando palavras de positividade. Sâmea, suas palavras, em meio ao emaranhado de dados e fontes que eu tinha de ler e analisar, trouxeram alívio e calma, você é 10! (risos).

Agradeço aos amigos Junior, Nedson, Edinete, Dalze por terem aliviado as tensões e ter tornado meus dias mais proveitosos, com vocês por vezes fugi, distanciando-me dos arquivos (igualmente Arlete Farge), pois lembrava da minha

condição humana e sabia que se continuasse isolado, eu iria enlouquecer (risos). Muito obrigado! Vocês são amigos mais chegados que irmãos.

Agradeço à amiga Jessica Sabrina Mendes Costa (estudante de Engenharia Ambiental na UFOPA), que, mesmo sendo uma amizade recente, operou significativamente na conclusão deste trabalho, sendo responsável pelas palavras de motivação na reta final desta dissertação. Jessica, as barreiras, as distâncias são quebradas pelo carinho e amizade, muito obrigado por se fazer presente na conclusão deste trabalho, você apareceu justamente quando se intensificaram minhas insônias (risos) provenientes dos dias, noites e madrugadas que tive que destinar para a conclusão da dissertação. A você registro meus sinceros agradecimentos.

Quero registrar meus agradecimentos a Prof.^a Riziomar Pinheiro (estatutária da SEDUC-Pa, prof.^a do Colégio Batista e Prof.^a formadora do PAFOR/UFOPA), pela correção ortográfica deste trabalho. Sou grato por sua disponibilidade e bom ânimo em corrigir esta dissertação dentro de um prazo apertado, obrigado pela maestria e profissionalismo com as quais você corrigiu este trabalho.

Agradeço ao amigo, líder e mentor espiritual Marcos André Costa por ter compreendido meus momentos de ausência (que foram muitos) e ter permitido meus voos altos. Você se fez presente mesmo na ausência. Também registro meus agradecimentos aos amigos e liderados Felipe Alves Coutinho e Aldair Lira Silva, obrigado por entenderem minhas viagens e tempo de ausência, vocês são minha motivação para não desfalecer em meio às adversidades. A todos vocês compartilho esta vitória.

Por fim registro meus sinceros agradecimentos a meu pai José Ruimar, a minha mãe Valdenira Melo e aos meus irmãos Rui Guilherme e Vitor Ricardo, sem vocês esta nova etapa da vida não faria sentido algum.

Obrigado, pai, por ter apoiado minha escolha em me deslocar e morar tão longe de vocês, obrigado por ter ajudado-me a manter-me no Recife, não foram poucos os momentos em que a saudade “bateu à porta”. Muito obrigado por ter compreendido os meus momentos de ausência e ter me poupado nos momentos em que me fiz presente, foram incontáveis as vezes que tive que ficar lendo ou escrevendo e deixando você partir solitário para chácara; na maioria das vezes você

me deixava estudando na sala pela tarde e quando chegava da chácara pela manhã me encontrava no mesmo lugar. Perdão pelos momentos de pai e filho que foram suplantados, porém muito obrigado por sua compreensão. Essa vitória também é sua, cada página escrita também tem créditos seus. Obrigado.

Registro agradecimentos aos meus irmãos Rui Guilherme e Vitor Ricardo, obrigado por compreenderem meu tempo de clausura e por terem conseguido se divertir sem mim. A você, Guilherme, obrigado pelas poucas palavras de saudades expressadas de forma disfarçada por entre sua cerviz dura. A você, Ricardo, não sei medir palavras, você tão novo, tão pequeno, mas ainda assim muito maduro. Recordo-me quando regressei de Recife que você abraçou-me fortemente e passou a dormir comigo no meu quarto por pelo menos dois meses (risos), isso é emocionante. Por ser um irmão com cara de filho compartilho esta vitória com você também, talvez agora não faça sentido para você, mas um dia estas palavras te trarão lembranças que só o presente nos impulsiona a ver e sentir. Obrigado meus irmãos.

Rendo graças pela vida da minha mãe, nem sei o que dizer, porque a voz embarga (emocionado). Será que somos somente mãe e filho ou também amigos? Nossos papéis sociais se misturam e disso resulta uma maravilhosa relação fundamentada na seriedade, respeito e muitas gargalhadas. A você mãe, agradeço, por ter me apoiado desde meados do processo seletivo, desde quando lhe fiz aprender a comprar uma passagem de avião para que eu viajasse de Teresina para Recife para que eu realizasse a entrevista com a Banca de professores (risos), “são muitas emoções” (risos). Muito obrigado por se fazer presente em todos os momentos, por compartilhar suas experiências de vida e acontecimentos cotidianos. Obrigado pelo investimento financeiro nos quatro primeiros meses em que permaneci sem bolsa CAPES, e também nas viagens para eventos científicos e nas de retorno para compromissos no Recife. MUITÍSSIMO obrigado pelas leituras e correções para construção de texto, posso dizer que você é minha “cobaia” de leitura, tudo o que escrevo você lê sugere, corrige e aponta melhoramentos na escrita. Essa vitória é nossa, porque não foram poucas as noites que ficamos juntos, lendo e corrigindo as partes desta dissertação, “o diamante estava bruto, mas juntos demos conta de lapidá-lo e torná-lo uma joia”.

É possível que eu tenha esquecido de mencionar algum nome, o processo é muito longo e vários são os agentes sociais que, de alguma forma, contribuem na construção ainda que mental do texto, mas quero estender os meus agradecimentos a todos aqueles que possivelmente eu tenha esquecido.

A todos vocês citados acima, sem nenhuma exceção, meu muito obrigado, de certa forma vocês entraram na “caverna” comigo. Na caverna, em meio ao silêncio, isolamento, as relações sociais tendem a se desfazer e a sabedoria e sapiência é alcançada por meio da reflexão e experiencição. No entanto, mesmo eu estando na caverna, vocês todos encontraram um jeito de estarem comigo na caverna, ainda que por poucos minutos em forma de revezamento. Sou muito grato a todos vocês, minha alegria e vitória também são suas.

E por último e não menos importante, lembro-me do ditado que diz que “os últimos serão os primeiros”, e por isso agradeço a Deus, o autor e consumidor da minha fé; Aquele que se faz presente em todos os momentos de minha vida, sem você nada subsistiria, nada faria sentido, essa vitória é muito mais sua que minha. Muito obrigado por sua graça e infinita sapiência, pois a cada dia me proponho a mergulhar e a adquirir a sabedoria (Tiago 1:5) concedida pelo Senhor.

O Historiador sucateiro (Lumpensammler ou Chiffonnier) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer.

O Historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua “narrativa afirma que o inesquecível existe” mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente).

Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquico: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados.

JEANNE MARIE GAGNEBIN

RESUMO

Este trabalho se propõe a dissertar sobre a Cabanagem, concebida como um tema de relevância social para o Brasil e, principalmente para a Amazônia brasileira. Visto que a Amazônia e, assim também, o Grão-Pará não encontravam-se dissociados do cenário político-econômico brasileiro, nem tampouco da conjuntura internacional, estabelecemos que as influências nacionais e internacionais que a província paraense sofreu durante os séculos XVIII e XIX, resultaram diretamente na eclosão do movimento. Afirmamos que não foi somente o processo de Adesão à Independência do Brasil e nem a contestação ao acesso e uso da terra que motivaram esses sujeitos marginais paraenses, classificados como cabanos, a se insurgirem e tomarem o poder do Pará de forma efetiva. Inferimos que, a partir do fim do século XVIII, com a influência das Revoluções Francesa, da Americana, da Confederação do Equador e a Crise do sistema colonial espanhol, o trânsito frequente de índios, negros e soldados desertores entre as fronteiras do Grão-Pará, da Guiana Francesa e da Amazônia Espanhola, tomou proporções muito maiores, passando a circularem ideias liberais e independentistas entre esses grupos. Esse emaranhado de variáveis, atreladas à disputa social/racial envolvendo índios, negros, a Igreja e o Estado, produziram as “rusgas” e insurreições recorrentes de “hidras”, as quais, no contexto de Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista Regencial, desencadearam a eclosão da Revolta/Revolução da Cabanagem. Em suma, fundamentados na tímida pretensão de rediscutir, os acontecimentos mais incisivos deste movimento contestatório do período oitocentista, propomos-nos a partir das pesquisas bibliográfica, documental (relatórios de província, correspondências, opúsculos, dentre outros) e análise da pós-memória, neste caso, a memória coletiva, historiografar e ressignificar os acontecimentos da “Revolução Cabana”, na região do Baixo Tapajós, compreendido, como o maior reduto de resistência Cabana de todo o Grão-Pará.

Palavras-Chave: Cabanagem. Revoltas. Insurreições. Brasil Oitocentista. Baixo-Tapajós.

ABSTRACT

This work is proposed to discourse on the Cabanagem, conceived as a topic of social relevance to Brazil and especially for the Brazilian Amazon. Whereas, the Amazon and so the Grão-Pará, not found itself dissociated from the Brazilian political or economic scenario, neither of the international situation, we established that influences national and international that the suffered Pará province during the eighteenth and nineteenth centuries, directly influenced in the outbreak of movement. We affirm that it was not only the process of accession to independence of Brazil and or challenge to the access and use of land, which motivated these marginal subjects of Pará classified as cabanos, to rise up and take the power of Pará effectively. We infer that from the late eighteenth century, with the influence of French Revolutions, the American, the Confederation of Ecuador and the crisis of the Spanish colonial system, the frequent traffic of Indians, blacks and renegade soldiers from the Grand Para borders, French Guiana and the Spanish Amazon, took much larger proportions, starting to circulate liberal and separatist ideas among these groups. This tangle of variables, linked to social / racial dispute involving Indians, blacks, the Church and the State, produced the "raids" and recurrent uprisings "hydra", which, in times riots context in nineteenth-century Brazil Regencial, unleashed the outbreak of the revolt / revolution of Cabanagem. In short, based on the shy claim to (re)discuss the most incisive events this contestatory movement of nineteenth-century period, we propose us since the bibliographic research, documentary (province reports, correspondence, pamphlets, among others) and analysis of post-memory, in this case, the collective memory, historiografar and reframe the events of "Cabana Revolution," in the Lower Tapajós region, understood as the largest Cabana resistance stronghold around the Grão Pará.

Keywords: Cabanagem. Revolts. Insurrections. Nineteenth-century Brazil. Low-Tapajós.

LISTA DE TABELA E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Província do Grão-Pará em 1830	31
Tabela 1 - Quadro Resumido da População da Província do Pará – Parte Oriental (em torno de 1823)	48
Figura 2 - Vista do Casarão da Fazenda Taperinha	173
Figura 3 - Pintura da Vila de Santarém no Baixo Tapajós em 1828	177
Figura 4 - Mapa dos Pontos e Redutos Cabanos no Baixo Tapajós	179
Figura 5 - Trincheira 1 em Pinhel	185
Figura 6 - Trincheira 2 em Pinhel	185
Figura 7 - Trincheira 3 em Pinhel	186
Figura 8 - Igreja de N. ^a Sr. ^a D'Assunção em Vila Franca	188
Figura 9 - Ruínas da Cadeia anticabana em Vila Franca	190
Figura 10 - Praia de Cuipiranga “areia vermelha”	201
Figura 11 - Vista Aérea de Cuipiranga	206
Figura 12 - Cuipiranga – último reduto de resistência cabana no Grão-Pará	209
Figura 13 - Seu Cláudio José	222
Figura 14 - Bala de Canhão e pontas metálicas de botas de soldados	223
Figura 15 - Ruínas da Capela no cemitério de Cuipiranga	225
Figura 16 - Imagem do Cemitério atual de Cuipiranga	226
Figura 17 - Enoque Arapiun	227
Figura 18 - Imagens do Canhão e Igreja de Vila Franca	229
Figura 19 - D. Maria Zenaide	230
Figura 20 - D. Benvinda da Silva	233
Figura 21 - Matéria sobre as Relíquias perdidas na época da Cabanagem	234
Figura 22 – Seu Manoel Goudinho	236

LISTA DE ABREVIATURAS

ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife)

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Brasília)

CEULS/ULBRA – Centro Universitário Luterano de Santarém/Universidade Luterana do Brasil (Santarém)

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Recife)

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História (Recife)

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UPE – Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO I. O Alvorecer de uma “Revolução”: dos momentos de tensão colonialista à tomada de poder em tempos cabanísticos.....	40
1.1. A relação do Diretório Pombalino com o antilusitanismo indígena.....	40
1.2. E a “pólvora europeia” chega ao Grão-Pará.....	44
1.3. O Papel mobilizador da Imprensa de Patroni e a ascensão de Batista Campos no cenário político.....	56
1.4. “Estouram os barris de pólvora”: a Eclosão da Cabanagem (1835) - Um “Sairé de São Tomé” diferente: articulações e teias de relações para tomada do governo provincial.....	74
1.5. O Governo de Angelim e as primeiras medidas de D’Andréa.....	86
1.6. Piratas? Mercenários? Cabanos? As movimentações da Quadrilha de Jacó Patacho.....	100
CAPÍTULO II. A Invenção do “Cabano”: discursos e práticas entre legalistas e contrários.....	108
2.1. O traslado de um conceito e a construção de uma classe infame.....	108
2.2. Ser cauda ou ser cabeça: o uso do discurso religioso como forma de persuasão revolucionária.....	125
2.3. Quem eram os “cabanos”? A apropriação das patentes militares legais e a relação dos líderes revolucionários do Tapajós com os presidentes cabanos	147
CAPÍTULO III. Baixo Tapajós: o berço revolucionário das “hidras cabanas”	164
3.1. A Queda da Capital do Vale Amazônico e a formação dos Pontos Cabanos.....	165
3.2. Quando a Cabanagem era em Pinhel e Vila Franca.....	180
3.3. Cuipiranga: o reduto de resistência e das esperanças das “hidras cabanas”	190
3.4. Histórias da Cabanagem: entre traços da memória e da oralidade.....	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
FONTES E ARQUIVOS	250
BIBLIOGRAFIA.....	252
APÊNDICES	267

INTRODUÇÃO

Ao dissertar sobre este tema de relevância social para a Amazônia brasileira, ressaltamos que o principal objetivo deste trabalho será trilhar pelos labirintos da historiografia amazônica, com intuito de estender e tecer os fios e rastros indiciários concernentes à Guerra da Cabanagem, ou seja, escovar a história a contrapelo (Benjamim 1996).

Partindo desta premissa, propomos-nos historiografar os acontecimentos da “Revolução Cabana”, fundamentados na tímida pretensão de rediscutir os acontecimentos mais incisivos deste movimento contestatório do período oitocentista, para tal finalidade importa traçar uma releitura e breve reflexão dos acontecimentos sócio-políticos ocorridos nesta Província desde meados do século XVIII.

No contexto de expansão territorial, e como forma de consolidar o domínio português a Oeste do Tratado de Tordesilhas, a Província do Grão-Pará foi erguida pela Coroa Portuguesa para ocupar espaços vazios, demarcar o território, estreitar relações com os indígenas e assim catequizá-los e promover a política de fundação de Vilas.

Diferentemente deste Grão-Pará colonial, esta província a partir do início do século XIX, passou a protagonizar diferentes acontecimentos políticos e sociais que modificaram o cenário de relações entre sujeitos e destes com a natureza.

Nas três primeiras décadas do período oitocentista, a Província do Grão-Pará passou por muitos conflitos políticos, os quais geraram momentos de tensão e instabilidade, semelhante a “uma panela de pressão”, aquecendo e aumentando seus agouros até a eclosão da mesma na década de 30 do mesmo século.

É sabido que as heranças coloniais do Pará e as formas administrativas pelas quais foi governado, impôs maneiras singulares de organização social conforme a questão racial. As chamadas raças puras (brancos, índios e negros) estavam imbuídas num sistema onde negros se enquadravam num estado de escravidão e a minoria branca se autodenominava de civilizada e representante do poder político (o que na prática reduzia ambos a condição de servos e senhores). Já os indígenas, que eram a maioria, protagonizavam uma dubiedade de tratamento, embora

gozassem de mais direitos que os negros e fossem comparados a brancos no quesito liberdade, no entanto, também eram subservientes aos interesses brancos.

Esse cenário de raças, propiciou uma grande disparidade social resultando na concentração de terras e bens de consumo nas mãos da minoria branca, restando a índios e negros o conformismo com seu estado marginal e ostracismo econômico.

As motivações para produção de um cenário conturbado no Pará do início do século XIX, assenta-se no contexto da Revolução Francesa e na política imperialista napoleônica, pois a partir do Bloqueio Continental (1806) de Bonaparte, D. João VI se viu pressionado a negociar com a Inglaterra sua fuga e de toda a família real para a Colônia Brasileira.

Doravante, o mesmo D. João, em resposta a invasão de Napoleão à Portugal, ordena que tropas luso-brasileiras invadam a Guiana Francesa como forma de represália às políticas expansionistas e imperialistas de Bonaparte.

Tal medida política Joanina envia soldados paraenses à Caiena, os quais, além de combater na Guiana, irão se nutrir dos ideais revolucionários iluministas que circulavam pela capital, onde muitos passaram a se inspirar na Revolução Haitiana e adotar como bandeiras de luta, a queda da escravidão e opressão (acontecimentos que serão mais aprofundados e esmiuçados no primeiro capítulo deste trabalho).

Outras fortes agitações pelas quais a Província passou foram os reflexos do Vintismo (1820), sobretudo a atuação da imprensa crítica de Felipe Patroni¹ no Jornal “O Paraense” e o desgastante e enfadonho processo de Adesão do Pará à Independência do Brasil em Agosto de 1823. Em ambos os episódios, a população mais pobre passou a observar quão poder e domínio tinham a elite política lusa no Pará. Desde a medida de Abertura dos Portos as Nações Amigas em 1808, decretada por D. João VI, o Pará passou a adentrar num declive econômico, em que sua produção agropecuarista e extrativista não dava conta de acompanhar as altas demandas de consumo, devido ao aumento das exportações e ao alto custo da

¹ Nasceu na cidade de Belém (Pará), no ano de 1798, e faleceu em Lisboa a 15 de julho de 1866. Era filho do Alferes Manuel Joaquim da Silva Martins e afilhado do Capitão-de-fragata Filipe Alberto Patroni, de quem tomou o nome. Foi advogado (formado em Direito pela Universidade de Coimbra), jornalista e político brasileiro. Participante das discussões políticas em Portugal assistiu à proclamação da Constituição e a partir daí resolveu enveredar no campo da imprensa a fim de fomentar a transmissão dessas ideias em sua pátria – o Grão-Pará (BLAKE [1893] 1970, p. 347; VARNHAGEN 1957, p. 346).

produção que se elevou mediante um crescente aumento de impostos, com início a partir da chegada da Família Real Portuguesa no Brasil (Ver SANTOS 1980; CARDOSO 1984; HARRIS 2010).

No início da década de 30 do século XIX, o Pará passava por uma crise de abastecimento alimentícia, agravava-se a forte concentração de terras nas mãos de muitos aristocratas – o que dificultava o acesso da terra a muitos pobres trabalhadores, impossibilitando o cultivo de culturas agrícolas, gerando assim fome e miséria entre as camadas menos abastadas da população, representadas por cerca de 75% no período -, além de existirem registros de falsificação de moedas.

No que tange as notícias de falsificação de moedas nas extensões territoriais da Província, as autoridades do período tentavam desarticular esses bandos, que estavam prejudicando a economia na região e provocando desavenças entre comerciantes e consumidores, como assevera D'Oliveira (1833, p.3) ²:

Ainda o flagelo da moeda de cobre continua com os seus perniciosos estragos sobre o comércio desta Província; não tento podido obstar a sua furtiva introdução por maiores esforços que nisso tenha empregado; e estando ultimamente convencido que ella se fabrica dentro da Província, aonde os falçários podem exatamente calcular e estabelecer tão infame tráfico, por que contam com a impunidade, e com a conivência de algumas autoridades leaes [sic].

O trecho possibilita afirmar que havia um empenho governamental para combater a falsificação e tráfico de moedas no Pará, no entanto as dificuldades eram demasiadamente grandes por contarem com a impunidade, o apadrinhamento, a formação de sócios e conivência de autoridades fiéis a Monarquia Brasileira, mas primeiramente fiéis a seus interesses econômicos e pessoais.

Ressaltamos que estes acontecimentos vão também influenciar o aumento de insatisfações da classe mercantil e populares os quais passam a iniciar motins e insurreições, pois havia uma desconfiança em relação ao peso real das moedas, sendo o comprador de classes menos favoráveis o maior prejudicado; em números absolutos, os representantes da classe mais marginal e pobre tinham um soldo

² Discurso pronunciado para o Relatório da Província do Grão-Pará pelo então Presidente Machado D'Oliveira em 3 de Dezembro de 1833.

inferior ao que aparentavam ter, já que existia uma enorme discrepância entre o peso real de uma moeda de cobre e seu valor simbólico.

Muito além da questão de falsários, passou a existir na Província do Grão-Pará uma tensão no cenário político, pois a chegada em 1831 do Presidente nomeado para a Província do Grão-Pará, Bernardo Lobo de Souza, causa a divisão na elite política a qual pertencia o Cônego Batista Campos³ – uns continuaram a seguir o antigo chefe e outros passaram a seguir Lobo de Souza.

Nesse cenário sócio-político, começaram a acalorar atritos e organização partidária entorno de Lobo de Souza e Batista Campos, pois entre 1831-1832 estavam a se digladiar no Pará os movimentos políticos “Caramuru e Filantrópico”.

O partido político Caramuru era assim chamado pelos adversários, que ainda lhe davam outros nomes: Lusitano, Absolutista, Chumbeiro, enquanto a si próprio se rotulava Constitucional e Moderado. O segundo era o que se dizia Filantrópico, Patriota, Liberal, enquanto os contrários o apodavam de anarquistas, exaltado, etc. Caramuru era a facção dos portugueses e seus afeitos. Filantrópico era o partido dos brasileiros nacionalistas, sob a chefia de Batista Campos. O fato era que entre os primeiros havia numerosos brasileiros, e, entre os segundos, grande número de portugueses que lealmente lutavam pela consolidação do Brasil como nação livre e completamente independente do domínio luso (SANTOS 1999, p. 175-176).

O trecho de Paulo Rodrigues dos Santos, extraído do livro Tupaiulândia, apresenta algumas complexidades na sua afirmativa sobre como ocorriam a organização política e defesa de ideias destes “partidos”.

Indo além das leituras de Paulo Rodrigues dos Santos, primeiramente afirmamos que, nas décadas de 30 e 40 do século XIX, as ações pensadas pelos grupos políticos atuantes na Província do Grão-Pará não eram vinculadas à estrutura ideológica partidária, ou seja, não eram partidos políticos, antes eram movimentos políticos, facções, em alguns casos grupo políticos dados às inconstâncias ideológicas de seus membros que oscilavam de lados políticos conforme seus interesses pessoais e econômicos.

³ João Batista Gonçalves Campos nasceu em 1782 na Vila de Barcarena no Grão-Pará, foi Cônego, jornalista e advogado. Em 1805, aos 23 anos, é ordenado e passa a se destacar como religioso. Torna-se cônego subdiácono em 5 de fevereiro de 1815, aos 33 anos (SALLES 2005, p.286).

Em segundo lugar, outra questão presente nos escritos de Santos, que precisa de maior discussão e esclarecimentos, é o paradoxo presente na nacionalidade e posição política dos caramurus e filantrópicos. Como um grupo político brasileiro defende como bandeira política a submissão e restauração da monarquia conservadora de origem lusa? E como um grupo político português defende o rompimento com a monarquia brasileira de origem lusa e o estabelecimento de um Estado “autônomo e democrático”?

Essas defesas e posicionamentos políticos, difíceis de perceber num primeiro olhar, podem ser explicados e percebidos através do universo do poder e da ascensão política na Província, na medida em que, apesar da origem lusa de D. Pedro I, seus esforços governamentais se direcionavam em privilegiar a aristocracia brasileira, retirando legítimos portugueses de cargos e de ofícios públicos importantes e indicando brasileiros natos e/ou adotivos (a partir de 1824).

Medidas que explicam a contraposição dos Filantrópicos em se rebelar contra a ordem vigente no Império e tentar estabelecer um Estado democrático emancipado dos Estados Unidos do Brasil⁴, pois esse seria o caminho mais fácil de conseguirem retomar o poder local, político e econômico na Província do Grão-Pará, que lhes foi tirado durante o processo de resistência à Adesão da Independência do Brasil em 1823.

Vale salientar que o Período Regencial do Império Brasileiro foi um dos mais conturbados do século XIX, foram inúmeras as revoltas e agitações populares (Balaçada, Sabinada, Cabanada, Revolta dos Malês, Farroupilha e a própria Cabanagem) devido à menoridade do herdeiro da Coroa dos Bragança Pedro de Alcântara, a quem na mente das lideranças revoltosas detinha de fato o direito ao Governo e Poder político no Brasil.

Apesar de estarem desacreditadas, as Regências Trina Provisória, Trina Permanente, Regências Una de Diogo Feijó e de Araújo Lima foram implacáveis quanto a reprimir e silenciar tais revoltas no Brasil naquele período, em alguns

⁴ Havia quatro grandes possibilidades geoestratégicas em debate no Grão-Pará na época, conforme defendido por André Machado (2005): [1] A proclamação da independência do Grão-Pará (jamais seriamente documentada). [2] A formação de blocos regionais (por exemplo, a Confederação do Equador, liderada por Pernambuco ou uma aliança direta e específica com Maranhão e Mato Grosso). [3] A manutenção dos laços com Portugal. [4] Ou, por fim, a adesão à Nação dos Brasileiros, com sede na Corte do Império, no Rio de Janeiro. Estas duas últimas eram as possibilidades mais seriamente debatidas entre as décadas de 1820 e 1830.

casos, passaram a contar com o auxílio de tropas e tecnologias estrangeiras, em especial a inglesa.

Dentre as seis grandes revoltas no Brasil Império no período da Regência, Caio Prado Jr. defendeu a tese de que a Cabanagem pode ser considerada como:

Um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. [...] a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder⁵.

No entanto, mesmo com seu caráter altamente popular, podemos observar dissensões entre lideranças do movimento, acontecimentos que levam muitos historiadores a afirmarem na literatura historiográfica do século passado que os cabanos do Pará não tinham um projeto político definido, vindo a definhir mediante as repressões das tropas da Coroa.

Diante disso, é importante questionar e assim historicizar sobre quais eram os planos e anseios dos líderes cabanos e refletir se eles de fato representavam os ideais de toda a população paraense, em especial as classes subalternas.

Entre os próprios presidentes cabanos houve dissensões e guerra, numa resistência de cinco anos à Coroa Brasileira, sendo muito frágil e meticulosa a estabilidade governamental do movimento, chegando a ter Clemente Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Nogueira como presidentes, os quais na maioria das vezes tentavam negociar com a Coroa e garantir o apaziguamento das insurreições e revoltas da população paraense.

Entre os trabalhos que compõem a literatura historiográfica da Cabanagem, há uma evolução no processo de negatização a positização dos sujeitos cabanos e seus ideais.

Domingos Antonio Raiol (1970)⁶, contemporâneo da Guerra da Cabanagem, descreveu os cabanos como infames, horda de anarquistas e sediciosos, raias

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira**. Empresa gráfica 'Revista dos Tribunais', São Paulo. 1933, p. 137-138.

⁶ Ressaltamos que a primeira edição de *Motins Políticos* de Raiol foi publicada em 5 tomos em datas e tipografias diferentes, a saber: a) Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artistico, 1865; b)

miúdas, indivíduos da maior perversidade, que vinham para acabar com tudo e instaurar a desordem no Grão-Pará. Raiol positivava as ações tomadas pelas forças anticabanas a serviço do Império e condenava veemente as ações truculentas, praticadas pelos cabanos. Dentre as muitas páginas da obra de Raiol (1970), é possível se realizar uma construção imagética das hipérboles empregadas pelo autor no que tange à descrição dos cabanos e seus ideais. Atitude que talvez esteja influenciada pelo fato do genitor de Raiol ter sido morto pelos cabanos no tempo da Guerra.

É Raiol ⁷ quem primeiro descreve que passados os tempos de combates e repressões em Belém e no Acará, os revoltosos migram para o interior da Província e firmam suas forças em “Ecuipiranga”, onde destaca que aquele lugar era o Berço da Anarquia no Baixo Amazonas, era o lugar onde os cabanos tinham suas últimas esperanças de reorganização político-militar.

O amazonense Arthur Reis ⁸, trilhando os passos e a mesma perspectiva de Raiol, escreve suas obras sobre o Baixo Amazonas com um tom não muito agradável em relação aos cabanos. Inspirado nos escritos de Raiol e no conto de Inglês de Souza (2008), Reis (1979) classifica os cabanos como horda maldita, que deveria ser destruída, e enumera que os cabanos apregoavam o terror desde Belém até o interior da Província. O autor ainda responsabiliza os cabanos pelas inúmeras mortes e atrocidades e por seus atos violentos nas invasões as vilas do Baixo Amazonas – promovendo a queda do governo da ordem para a implantação de um governo bastardo e infame.

Vol. II. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1868; c) Vol. III. Rio de Janeiro: Typ. Hamburguesa do Lobão, 1883; d) Vol. IV. Typ. Hamburguesa do Lobão, 1884; e) Vol. V. Belém: Imprensa de Tavares Cardoso & C.^a, 1890. Por isso afirmamos que a visão de negatização para a positização decorre de uma ascendência cronológica.

⁷ A obra de Raiol traça um panorama da história e principais acontecimentos políticos no Grão-Pará de meados de 1840, dentre os quais o autor destaca a Cabanagem de forma pejorativa, e seus agentes cabanos como rebeldes. A documentação utilizada pelo autor é baseada nas correspondências das autoridades provincianas do Pará com a Corte do Rio de Janeiro, com Cônsules britânicos e franceses, com capitães designados para reprimir a Cabanagem. O autor também utiliza como referência a obra de Antonio Baena.

⁸ Este autor de formação conservadora, historiador clássico da cabanagem e membro do IHGB, escreve de forma pejorativa sobre os cabanos e a cabanagem, trilhando as discussões de Raiol. As fontes utilizadas por Reis compreende obras como de Raiol, Baena, documentações do APEP e documentos da embaixada inglesa.

É Reis (1979) quem descreve que, para combater o “Ecuipiranga” narrado por Raiol (1970) em meados do século XIX, surge no cenário contrarrevolucionário o Padre Antonio Sanchez de Brito, conhecedor incomum da geografia e hidrografia peculiar do Baixo Amazonas. Segundo Reis (1979), o Padre Sanchez de Brito além de ter mantido fortes relações políticas com seu correligionário eclesiástico Cônego Batista Campos, foi o responsável pela derrocada da organização cabana no interior do Grão-Pará.

O escritor Duque ⁹ (1898), na pretensão de construir uma obra que resumisse a História das Revoluções Brasileiras, dá uma ênfase negativa à Cabanagem do Grão-Pará e traça aspectos semelhantes e singulares com a Cabanada das matas de Pernambuco e Alagoas. Além de suas teses de negatização do cabano, são dele os primeiros postulados de conceituação do termo cabano, que vão muito além do significado tradicional de atribuir o termo cabano às moradias singelas e pobres dos revoltosos (esta discussão pertinente ao termo cabano será rediscutida no segundo capítulo deste trabalho).

A mudança do cenário político paraense em tempos cabanal e a reformulação dos sentidos de “Adesão” à Independência do Brasil foram traçados por Muniz (1922) e Hurley (1936) ¹⁰, na medida em que seus trabalhos se esforçam no âmbito de recontar o processo de Adesão do Pará à Independência do Brasil não como um fato heroico, mas como uma imposição, ressignificando a imagem do Grenfell de herói para um mero mercenário.

Ambos os autores retratam que, no teor de revolução, os revoltosos que até então eram vistos como “servos” passam a se figurarem como “povo” na busca de sua nacionalidade. Em virtude do centenário das comemorações da Cabanagem, Hurley (1936) lança a tese, até hoje muito trabalhada e difundida entre historiadores, de que “o processo de adesão do Pará e as inúmeras manifestações contrárias à

⁹ O pesquisador Gonzaga Duque ao tentar fazer uma História Geral das Revoluções ocorridas no Brasil, acaba reproduzindo o tom pejorativo da historiografia tradicional sobre a Cabanagem. Mesmo transcrevendo os discursos políticos de superioridade sobre a Cabanagem, o autor consegue fazer contribuições a respeito da introdução e usos do termo cabano. As fontes documentais utilizadas por Duque compreendem desde artigos da Revista do IHGB, os estudos de Baena, Raiol, Documentações presentes nos Arquivos da Corte do Rio de Janeiro.

¹⁰ Tanto Palma Muniz quanto Jorge Hurley, são historiadores tradicionais membros do IHGB. Embora suas fontes de pesquisa perpassem pela obra de Raiol e de Baena, Muniz e Hurley analisam documentações oriundas do APEP e lançam uma grande contribuição a historiografia ao relacionar o processo de Adesão do Pará à Independência do Brasil com o desencadeamento da Cabanagem.

unificação com o Estado do Brasil corroboraram significativamente para a eclosão da Guerra da Cabanagem”. Segundo Figueiredo (2009), as pesquisas de Hurley se direcionavam a provar que “os traços cabanos resultavam da indignação e revolta que se espalharam por todo interior do Pará, gestada no íntimo dos índios e tapuios paraenses”.

Dado estes ensaios de releitura dos fatos históricos do oitocentismo, o processo de posituação da cabanagem e dos cabanos, inicia-se de fato com os trabalhos de Chiavenato (1984), Di Paolo (1986) e Sales (2005) ¹¹, que em pesquisas distintas convergiram na tese de posituação dos cabanos e passaram a reescrever a figura cabana, introduzindo conceitos de que o cabano era cidadão paraense que lutou contra as arbitrariedades governamentais e fez ecoar pela Amazônia seu grito de insatisfação.

Chiavenato (1984) procurou dissertar sobre os conceitos em torno do que foi a Cabanagem, se uma guerra, uma revolta ou uma revolução. O autor passa a posicionar as ações cabanas e a marginalizar e a negar as estratégias e os feitos das tropas “legais”.

É Di Paolo (1986) quem irá narrar, com certa precisão, os bastidores de Belém às vésperas da invasão cabana e de que forma ocorreu a queda da capital. O autor contribui de forma significativa para um entendimento maior de como as ações pensadas por Batista Campos foram apropriadas e colocadas em prática pelo povo.

Seguindo os mesmos passos de Chiavenato e Di Paolo, Salles (2005), no final da década de 1980, passa não só a posicionar as ações e traços cabanos, como também passa a frisar e destacar as contribuições diferenciadas entre os muitos grupos que lutaram na Guerra na condição de cabanos.

Inspirado na noção de Michelet ¹², Sales (2005) escreve sobre a Cabanagem negra, como ocorreu a tomada de poder pelos negros e quais eram suas aspirações e seus ideais não compartilhados pelos cabanos brancos. Dessa forma, afirmamos

¹¹ Os historiadores Chiavenato, Di Paolo e Vicente Sales, são historiadores da historiografia moderna recente, eles escrevem a partir de uma visão marxista da Cabanagem enquanto fruto da luta de classes. Suas fontes são muitos ofícios manuscritos do APEP, obra de Raiol e de Baena, e passam a dialogar com teóricos marxistas e historicistas que abordem tendências de Revolução e transformações gestadas no centro da História Social.

¹² A história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos apud (BURKE 1997, p.19).

que Vicente Sales inaugura os estudos individualizados sobre as classes e categorias sociais contidas e agrupadas pelos “legais” no termo classificatório de “cabano”.

Na perspectiva de visualizar como a historiografia moderna mais recente se apropria dos termos e aspectos ligados à Cabanagem, pontuamos que a partir da década de 1990, autores como Aldrin Figueiredo (2006, 2009), Magda Ricci (1993, 2001, 2007), Balkar Pinheiro (1998), Mahalem de Lima (2008), Eliana Ferreira (1999, 2010), Letícia Barriga (2007), Mark Harris (2010), Lima Pantoja (2004, 2010) ¹³ passam a construir novas interpretações sobre a Cabanagem, sobretudo no aspecto da heterogeneidade do movimento.

Tanto Figueiredo (2006, 2009) quanto Ricci (1993, 2001, 2007) constroem novos entendimentos sobre o termo “adesão” e dissertam sobre os significados e percalços historiográficos da Cabanagem na perspectiva de construção do patriotismo na Amazônia.

Trilhando outra ótica historiográfica, Pinheiro (1998) realiza um trabalho de levantamento das “visões sobre a cabanagem” procurando discorrer sobre as inúmeras histórias e conceitos desse movimento, presente na historiografia amazônica. É este mesmo autor quem lança a tese de que o termo cabano foi uma estratégia das tropas legais em homogeneizar aqueles a quem os mesmos combatiam.

Concernentemente a Balkar Pinheiro, Lima ¹⁴ realiza um estudo etnográfico sobre a cabanagem, destacando a organização indígena durante a Guerra e ao mesmo tempo enfatizando a visão de que estes sujeitos cabanos tinham de si mesmos numa perspectiva antropológica. Lima (2008), ao seguir as teses de Pinheiro, melhora o conceito de cabano e introduz a tese de que “a unidade dos

¹³ Estes historiadores e antropólogos, são pertencentes a tendência da historiografia contemporânea da Cabanagem. A partir de um olhar da Micro história, da antropologia jurídica e da antropologia histórica, estes pesquisadores operam deslocamentos analíticos sobre a Cabanagem que tendem a positivar as ações cabanas e o movimento cabano. Esforçam-se em levantar questões como patriotismo, mentalidade, grupos políticos, revoltas e insurreições pré-cabanagem, agentes sociais, questões conceituais, etc. Seus trabalhos se mostram relevantes na medida em que passam a dialogar variados tipos de fontes, desde bibliográficas (de obras como de Raio, Reis, Baena, de teóricos da História Social como E. Thompson, de Karl Marx, Georges Duby, Eric Hobsbawn, etc), cartoriais, judiciárias, manuscritas (presentes em acervos como o APEP, BNRJ, ANRJ, Arquivo Ultramarino, etc), dentre outras.

¹⁴ LIMA, 2008, passim.

cabanos é uma unidade de contrários, e não de sujeitos auto identificados como tais”.

No universo destas contribuições, Ferreira (1999, 2010) traz um diferencial para os estudos da historiografia amazônica. Suas pesquisas canalizam para a busca do papel e visibilidade da mulher nos tempos de cabanagem e no pós-cabanagem. Trabalhando sob a égide da antropologia jurídica, a autora busca dar ênfase a importância da mulher no cenário cabanístico e na reconstrução familiar e da sociedade após os tempos de conflitos.

Entre as pesquisas mais recentes sobre a temática da Cabanagem, temos as de Harris (2010), Pantoja (2004, 2010), Lima (2008) e Barriga (2007), os autores procuram deslocar seus horizontes de pesquisas para o interior da Província do Grão-Pará, para regiões do Baixo Tocantis (Acará) e para o Baixo Amazonas. A interiorização da cabanagem é alvo de suas pesquisas e escritos, onde os mesmos destacam as formas de organização dos cabanos em tempos de guerra, os agentes contrários a este movimento nestas regiões e a “tese da cabanagem como luta camponesa” (PANTOJA 2004, 2010).

Certamente as pesquisas e livro do antropólogo escocês Mark Harris (2010) são no campo da literatura historiográfica uma das mais claras e profundas análises sobre a Cabanagem no Baixo Amazonas, principalmente em Cuipiranga. É este autor que, trabalhando na linha da antropologia histórica, discorre sobre os acontecimentos do cotidiano cabano, a demografia das vilas e as relações de poder construídas em tempos de guerra entre cabanos e anticabanos.

Seguindo essa linha tênue dos estudos sobre a Cabanagem no interior do Grão-Pará (HARRIS 2010; PANTOJA 2004, 2010; BARRIGA 2007; LIMA 2008), afirmamos que o período de maior combate foi nos anos finais da guerra (1837-40) já na região do Baixo Amazonas.

Passado um ano de resistência em Belém, as tropas da Coroa, auxiliadas por contingentes de soldados e/ou ajuda financeira de outras províncias como Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, chegam à Capital Paraense e iniciam o processo de repressão dos revoltosos.

Diante da impossibilidade de permanência na Capital, de vitórias e derrotas nas batalhas entre tropas cabanas e anticabanas, os correligionários paraenses decidem migrar para o interior da Província, especificamente para o Baixo Amazonas.

Os cabanos migram para o Vale Amazônico devido à sua condição geográfica estratégica e a quantidade de pessoas insatisfeitas (dispostas a apoiar o movimento) com o governo dos caramurus. O movimento tinha como principal finalidade reorganizar as tropas para tomarem novamente o poder na Capital e instaurar um governo cabano autônomo - o que nunca ocorreu.

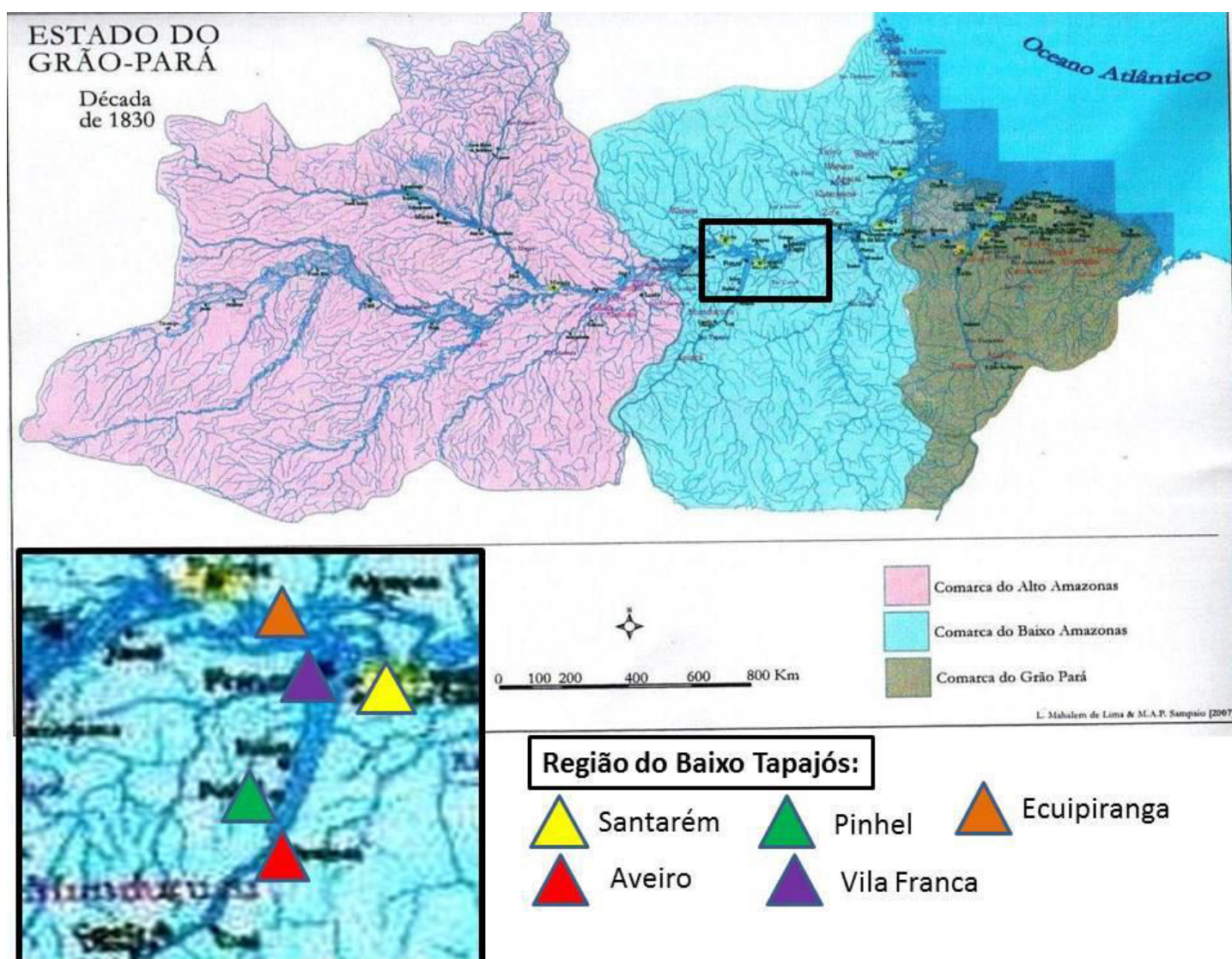
Ao chegarem à região do Baixo Amazonas, os cabanos encontram dificuldades em tomar algumas Vilas e freguesias, pois, ainda em 1836, Santarém e Óbidos fundam a Liga de Defesa do Baixo Amazonas na pretensão de defender a região dos possíveis ataques de tropas cabanas.

No entanto, devido às frequentes incursões e estratégias guerrilheiras, as vilas, freguesias e cidades do Baixo Amazonas passam a ser tomadas pelos cabanos que se organizaram rapidamente no controle das respectivas localidades. E numa infiltração desagregadora, começaram a atingir as vilas cobiçadas, não em operações militares imediatas, mas pela circulação de notícias tendenciosas, boatos alarmantes, que começavam a quebrar, se não a harmonia das populações, mas o espírito de reação. Os receios de que não pudessem vencer, e talvez fosse melhor abrir as portas da casa aos cabanos que propriamente resistir-lhes sem perspectivas de êxito, entrou a frutificar ¹⁵.

Dentro do estudo da Cabanagem na Mesorregião do Baixo Amazonas, há de se destacar o nível de resistência que os cabanos tiveram na microrregião do Baixo Tapajós ¹⁶. A partir da queda de Santarém, os cabanos operacionalizaram as tomadas de Vilas e Freguesias pelos Rios Tapajós, Arapiuns e seus afluentes, criando “Pontos Cabanos” que serviam como interpostos de abastecimentos e outros mais importantes serviam de Forte e/ou depósito de armamentos bélicos, é o caso de Pinhel, Franca, Arimum, Ponta do Macaco etc.

¹⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Cabanos e Legais Disputam o Domínio do Baixo Amazonas, In: **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. Belém: Governo do Estado do Pará, 1979, p. 114.

¹⁶ Ver figura 1. Legenda: Mapa do Estado do Grão- Pará (1830) com destaque para a microrregião do Baixo Tapajós.



Mapa da Província do Grão-Pará em 1830

Autores: L. Mahalem de Lima & M.A.P. Sampaio

Ano: 2007

Destaque: Região do Baixo Tapajós

Adaptação: Wilverson Rodrigo Silva de Melo

Ano: 2014

Após a retomada do Controle da Vila de Santarém pelas tropas anticabanas por volta de setembro de 1836, os cabanos passaram a organizar-se e centralizar suas ações num Ponto denominado Cuipiranga, nas proximidades de Santarém, distante cerca de três horas por via fluvial. Esta pequena ilha, chegou a concentrar cerca de 3.000 pessoas (HARRIS 2010) entre homens, mulheres e crianças e tornou-se um modelo de resistência para os demais Pontos cabanos no Baixo

Tapajós, sendo por um longo período o grande pesadelo para as tropas anticabanas.

Cuipiranga protagonizou as formas mais criativas de resistência, desde simulação de canhões de guerra com troncos de palmeiras, escavações de trincheiras às rotas alternativas de fugas por furos e riachos, devido sua condição privilegiada de localização geográfica entre os Rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, constituindo-se assim num delta terrestre.

O fim da Revolta da Cabanagem está intimamente ligado à derrocada de Cuipiranga. A chegada das tropas do Almirante Soares D'Andréa (um especialista em guerra nas matas) trasladadas de Pernambuco – onde reprimiram os revoltosos de Vicente de Paula na Revolta das Panelas ou Cabanada – foram responsáveis pelo definhamento paulatino da revolta.

Durante o Governo de D'Andréa, os direitos constitucionais no Pará foram suspensos, e o mesmo criou o chamado crime geral de cabano ou crime cabanal, passando a prender inescrupulosamente todos os que moravam as margens direita e esquerda do Rio Amazonas que apresentassem acusações ou atitudes de rebeldia à Coroa Brasileira, ou até mesmo alguma forma de envolvimento ou simpatia a causa cabana.

No entanto, há de se destacar que muitos cabanos eram fiéis a figura do menino imperador, e aguardavam o mesmo alcançar a maioridade para assim estabelecer um governo justo e isonômico. Partindo desse pressuposto, o mais prudente seria estabelecer como nomenclaturas tropas cabanas e tropas anticabanas, diferentemente do que a literatura historiográfica classifica como legalistas e revoltosos, pois do ponto de vista político, os cabanos colocavam-se na posição de submissão ao Imperador, portanto na condição de uma obediência legal (este tema será retomado e debatido de forma mais minuciosa no segundo capítulo desta dissertação).

Retomando a figura do Almirante D'Andréa, ressaltamos que, além do mesmo alcunhar os revoltosos de “cabano” e assim nomear o movimento, foi o grande responsável pelas incursões no Baixo Tapajós. No entanto, teve uma grande ajuda de um profundo conhecedor da região, o Pe. Antônio Sanchez de Brito. O Padre obidense que no início da década de 30, chegou a apoiar o movimento encabeçado

por Batista Campos, a partir da morte do Cônego e devido o viés revolucionário que o movimento tomou, decidiu rejeitar a revolta e, de igual modo, passou a combatê-la e perseguir os cabanos.

Devemos salientar que a historiografia amazônica, até então, não realizou uma releitura sobre a organização da cabanagem no Baixo Tapajós; não discutiu sobre a relação dos líderes cabanos do Vale Amazônico com os presidentes cabanos; não deu atenção à influência religiosa utilizada pelos cabanos para persuadir mais adeptos ao movimento; não se deteve a dissertar sobre o nível de importância das Vilas do Baixo Tapajós na articulação do movimento no Baixo Amazonas sob o comando dos presidentes cabanos; nem tampouco historicizou o termo classificatório de “cabano” contextualizando-o ao cenário de insurreições no período Regencial.

Partindo de tais pressupostos, esta dissertação irá trabalhar no 1º capítulo os principais acontecimentos que fizeram parte dos bastidores da cabanagem até 1834: as políticas de governo; o acesso do pobre paraense à terra e aos bens de consumo; as relações do enfrentamento político entre Batista Campos e Bernardo Lobo de Souza, e seus desdobramentos com a eclosão do movimento revolucionário; os bastidores em Belém durante a eclosão do movimento cabano armado em 7 de janeiro de 1835; os três governos cabanos e os repressores legais destacados para a Província do Grão-Pará; como também uma análise das ações do bando de “piratas” de Jacó Patacho.

Essas temas são de suma importância para a compreensão da cotidianidade do período, do cenário sócio-político-econômico em que se encontrava a maioria da população e de que forma os acontecimentos oriundos na Europa (Revolução Francesa, Política do Império Napoleônico, Revolução Liberal do Porto), na América Espanhola (processo de independência liderado por San Martín e Simón Bolívar) e na própria América Portuguesa (Invasão de Caiena, Revolução Pernambucana, Adesão do Pará à Independência, Confederação do Equador, Revolta das Panelas) afetaram direta e/ou indiretamente a Cabanagem na Província do Grão-Pará.

Neste primeiro capítulo também se esmiuçar as relações do movimento arquitetado por Batista Campos com a tomada de armas de Malcher e os festejos de São Tomé no que concerne ao 7 de janeiro de 1835. Posteriormente irá se debruçar

sobre a organização e medidas adotadas pelos dois primeiros presidentes cabanos (Clemente Malcher e Francisco Vinagre) e por seus repressores legais o Presidente legal Manoel Jorge Rodrigues e o comandante das armas Marechal Taylor.

As discussões seguirão com a relação tensa entre o governo cabano de Eduardo Angelim e o governo legal de Soares D'Andréa (o qual cria o “crime geral cabanal”). As discussões do capítulo se encerrarão com a pequena reflexão sobre os movimentos neutros – tais como as investidas de Jacó Patacho – em meio à dicotomia cabana e anticabana e sua difícil classificação entre mercenários, cabanos ou piratas.

O 2º capítulo dará uma atenção especial à análise das categorias classificatórias do uso de termos pejorativos por parte das tropas anticabanas aos cabanos. As alcunhas e os usos de categorias classificatórias abarcam também um teor de historicidade, e estão ligadas às relações de poder imbricadas por diagramas de poder capilar, que serão analisados mediante o auxílio de alguns teóricos que pesquisaram sobre a temática.

De igual modo, faz-se necessário o entendimento da Cabanada (PE/AL) e a aproximação de características dessa com a Cabanagem (PA). Quanto à questão religiosa como ordem, há de se analisar a influência que esta teve tanto do lado de tropas anticabanas (contemplando também as medidas adotadas em prol da restauração de igrejas, seminários), quanto de líderes cabanos que a utilizaram como forma de persuasão e motivação a permanência na luta.

Além disso, também se contemplará um estudo analítico sobre “quem eram os cabanos”; as relações dos presidentes cabanos com os líderes cabanos no Baixo Tapajós e a forma particular de apropriação de patentes militares das tropas anticabanas pelos líderes cabanos, como formas simbólico-representativas de poder.

No 3º e último capítulo, o intuito será historicizar a relação do movimento cabano eclodido em janeiro de 1835 e seus vínculos e desdobramentos com a região do Baixo Amazonas, sobretudo a região do Baixo Tapajós. Este capítulo irá historiografar a importância de Vilas como Óbidos, Santarém, Pinhel, Vila Franca e de Pontos Cabanos como **Cuipiranga** (o maior palco de resistência cabana em todo o Grão-Pará), além de citar a grande quantidade de pontos cabanos ao longo do

Baixo Tapajós, tais como: Arimum, Ponta do Macaco, Surucuá, entre outros; assim como a relação que esta região teve direta ou indiretamente com os presidentes cabanos.

Além de observar e discutir sobre os sujeitos envolvidos, dar-se-á importância também para a relação da História e Ambiente nesta região. Destacaremos a perspicácia com que estes sujeitos sociais escolheram e utilizaram-se das benesses e recursos naturais desta região (seja pelos campos, matas ou rios) para lutarem e defenderem seus ideais e se organizarem sem quase nenhum tipo de recurso tecnológico da época a não ser o armamento bélico proveniente de roubos dos fortes das Vilas – e ainda assim conseguirem resistir por um longo período às incursões e expedições de tropas anticabanas em meados do século XIX em plena Amazônia brasileira.

O corpus documental deste trabalho será composto de: Ofícios e Correspondências de “Diversos” com o Governo do Pará, com Ministérios e com a Corte 1781-1840 provenientes do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); Ofícios de Governo do Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE); Relatórios da Província do Estado do Pará (1833; 1838) do Center for Research Libraries e Jornais impressos (O Tapajós; Gazeta de Santarém). Além das fontes manuscritas e jornais, serão utilizados para auxílio artigos, livros, monografias, dissertações e teses que ajudarão no entendimento e produção da narrativa historiográfica.

De um modo geral, para auxiliar na tessitura e nos aportes metodológicos de construção desta dissertação se contará com o auxílio de Michel de Certeau (1975, 1999) e Marc Bloch (2001). Para questões voltadas a historicizar, os usos e empregos de conceitos e análise de relações de poder, utilizar-se-ão contribuições de autores como Foucault (2001, 2003) e Koselleck (2001, 2013).

E em alguns momentos da presente dissertação se evocará as falas de alguns comunitários e possíveis descendentes de cabanos que contribuirão com depoimentos orais referentes aquilo que ainda permanece como memória de sua comunidade e vila, convencionando, portanto como pós-memória imbuída na memória coletiva e em alguns casos uma apropriação política de memória, para tal

feito utilizar-se-á como auxílio noções de Paul Ricoeur (2007), Le Goff (2013) e Maurice Halbwachs (2006) e Beatriz Sarlo (2007).

Neste íterim é que o título deste trabalho – **“Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista: Resignificação da Cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840)”** – sugere uma análise da História social da Amazônia em meados do século XIX, no contexto de revoltas brasileiras durante o Período Regencial do Império.

Dessa forma, esta dissertação se norteará na perspectiva de ressignificar a revolta cabana no interior da Província do Grão-Pará - em especial no Baixo Tapajós, analisando suas peculiaridades, estratégias dos sujeitos sociais desta microrregião e suas relações com os presidentes e correligionários na capital -, na ânsia de tecer uma nova (re) visão historiográfica sobre a mesma.

CAPÍTULO I - O Alvorecer de uma “Revolução”: dos momentos de tensão colonialista à tomada de poder em tempos cabanísticos

1.1. A relação do Diretório Pombalino com o antilusitanismo indígena

Desde a política do “Diretório”¹⁷, proposta pelo Marquês de Pombal à Província do Grão-Pará e Maranhão (1750-1777), ocorreu uma ruptura com o pensamento social da época, passando-se a valorizar os índios e tentando civilizá-los e catequizá-los, de sorte que estes pudessem tornar-se representantes e questionadores de seus direitos nos senados da Câmara.

Tal proposta de lei, implantada como experiência e protótipo nas fímbrias do Estado do Norte, resultou numa mudança de concepção política que até aquele momento viam os “índios” como parte animal da natureza amazônica. De igual modo, meros servos e mão de obra barata, capazes de serem domados e convencidos a um estado de servidão, na qual na maioria das vezes apenas eram tutelados e cuidados pelos seus senhores e/ou a Igreja.

A política do Diretório põe em xeque as leis da conduta escrava entre particulares e a Igreja Católica. Na medida em que ambos estabeleciam as bandeiras de aprisionamento e as chamadas “guerras justas”, como justificativas ideológicas para a captura e escravização de indígenas destinados ao trabalho escravo.

A nova política pombalina por um lado ameaçava os interesses econômicos de senhores de escravos, fazendeiros e produtores rurais da região, ao passo que ao mesmo tempo, além de ameaçar o poder econômico da Igreja (que era beneficiada pelos “trabalhos voluntários” dos índios), também ameaçava o poder de persuasão ideológica desta sobre seus servos.

Isto implica dizer que a política do Diretório traria uma nova postura de comportamento indígena, que poderia vir a questionar e a fugir das formas de

¹⁷ Cf. **ALMEIDA**, 1997.

enquadramento servil e escravo. Formas introduzidas pelas ordens religiosas que atuavam na Amazônia Ocidental, através do doutrinação cristão.

No entanto, há de se refletir que, se por um lado à política do Diretório Pombalino, colocada em vigor por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (então Governador da Província) a partir de 1750, chocou-se diretamente com os interesses dos jesuítas - devido à tentativa de proporcionar maior autonomia desses indígenas em relação às ordens religiosas. Por outro lado, não devemos deixar escapar de nossa análise que tal medida política implantada no governo do Rei D. José I era uma tentativa de civilizar e impor os moldes de comportamento social português aos indígenas, através de uma estruturação política de submissão missionária e posteriormente e/ou ao mesmo tempo submissão indígena.

Dito de outra forma, segundo Harris (2010, p. 106-107) “as estratégias geopolíticas do Império Português, acima de tudo, o Diretório, foram projetadas para reestruturar a economia, para atender às necessidades do Estado, para converter os índios missionários em vassallos da Coroa” ¹⁸, ou seja, a política do Diretório configurava-se como uma tentativa de reestruturação econômica, sob a égide da emergência em transformar os índios servos das ordens religiosas em vassallos do Estado Português.

Documentações e escritos historiográficos mostram que o contexto sócio-político na Amazônia no período enfatizava uma combinação de aspectos de um poder absoluto da administração portuguesa e o estado miserável de vida da população indígena, os quais diante de seu cotidiano escravocrata tendiam a se rebelar e travar conflitos contra os portugueses.

Barbara Sommer (2000, p.315) nos apresenta essa dicotomia das ações indígenas, ao afirmar que “habitantes indígenas a reboque do Diretório não eram simplesmente vítimas da opressão portuguesa, mas contendores nos eventos, conflitos e mudanças durante o período colonial” ¹⁹.

¹⁸ Citação no original: “the geopolitical strategies of the Portuguese empire, above all, the Directorate was designed to restructure the economy to meet the needs of the State to convert the missionary Indians into proper vassals of the Crown”.

¹⁹ Citação no original: “indigenous inhabitants of the Directorate towns were not simply victims of Portuguese oppression, but contenders in the events, conflicts, and changes during the colonial period”.

Concomitantemente a isto, podemos citar as práticas do Diretório Pombalino, em tentar civilizar os indígenas de maneira uniforme e homogeneizante através de práticas como: mudanças de vilas, privilégios especiais para alguns grupos indígenas, o acesso de gentios a vilas localizadas em áreas remotas nas florestas etc.

Estas mudanças para tentar criar vilarejos de indígenas não homogêneos compostos por diferentes membros de famílias indígenas, de diferentes status sociais e múltiplas etnicidades, causou um conflito competitivo dentro dos grupos no que tange ao processo de identidade étnica.

Em outras palavras, o processo de homogeneização e alienação cultural, que já vinha em curso através das atividades catequizadoras das ordens religiosas, fortaleceram-se com a continuidade desta política pelo Diretório. Política que tentava agrupar diferentes etnias, em diferentes hierarquias sociais, com o intuito de instituir costumes e cotidiano de vida comum, a uma cultura indigenista tutelada pelo estilo de vida e cultura portuguesa.

Há de se convir que isto significou uma forte intensificação de rivalidades entre os diferentes grupos indígenas, forçados a conviverem no mesmo espaço. Esta política do Diretório, ao estabelecer fronteiras geográficas entre as vilas e agrupar as múltiplas etnias, não levou em consideração e nem tampouco preocupou-se com os conflitos tribais. Sendo responsáveis por mascarar rivalidades entre muitas tribos indígenas e ainda aumentar sentimentos de revanchismo de umas em relação a outrem.

Tal observância pode não ser encarada como o principal motivo, mas sim um dos motivos pelos quais muitos grupos indígenas, irão se aliar ao governo português (e posteriormente as tropas anticabanas), para combaterem outras tribos indígenas vinculadas às tropas cabanas. Há de se convir que o fator da rivalidade étnica e tribal entre os diferentes grupos indígenas desencadeou muitos conflitos e guerras entre estes, desde o início do Brasil colonial, quando na maioria das vezes, aliavam-se a tropas europeias de diferentes nacionalidades para assim tentarem destruir suas tribos inimigas.

No fim do século XVIII, o então governador da Província Francisco de Souza Coutinho propõe a revisão da política pombalina para os índios do Pará. Em virtude

da má administração do Diretório ²⁰ que apresentou falhas, corrupção, abusos de poder pelos lusos, [Coutinho] decidiu por abolir o Diretório e iniciar uma política de emancipação dos índios.

No entanto, tal medida serviu para agravar ainda mais o quadro sócio-político na Província do Grão-Pará, como mostra os descritos no artigo da Revista do IHGB:

Um de seus objetivos era unir as pessoas, sem preconceito - que os índios seriam tratados sem diferença para [rainha] os outros vassalos. No entanto, na prática dividiu ainda mais os diferentes e diversos interesses em jogo na região. Nas aldeias indígenas, a emancipação e civilização dos índios ocasionou uma ruptura importante, cujos efeitos acabariam por levar à rebelião da cabanagem ²¹.

As reformas de Coutinho se chocaram com os muitos interesses político-econômicos da aristocracia luso paraense, que cada vez mais tendiam a substituir a mão de obra indígena - dos quais retiraram seu protetorado - e passava a investir no comércio interprovincial de cativos de origem africana. De igual modo, a medida de Coutinho estremeceu ainda mais o limiar de tribos indígenas com esses “fazendeiros”, já que na prática dava autonomia e liberdade aos indígenas para trabalharem onde quisessem como também negociarem o soldo pelo trabalho, no entanto, não dava condições para realizar tal feito e ainda impunha que se este indígena não conseguisse possuir suas próprias fazendas e propriedades e não fosse casado devia se inscrever em corpos do real serviço e se registrar em corpos de milícias. Tal tese é ratificada pelos escritos de Harris (2010, p. 109-110):

A reforma chave da legislação de 1799 foi remover a coroa de envolvimento na organização do trabalho indígena. Índios estavam agora livres para trabalhar para si próprios, desde que eles estabelecessem suas próprias propriedades rurais e fazendas. Se não o fizessem, e se não fossem casados, eles iriam ser recrutados para um corpo de trabalho real (Corpos do real serviço) que permanentemente empenhava trabalhadores em vários projetos. Todos os índios, bem como mestiços e aqueles sem propriedade e escravos deviam ser registrados em unidades de milícia (Corpos de milícias) administradas por distrito ²².

²⁰ Cf. DOMINGUES, 2000.

²¹ ANÔNIMO. Carta Régia. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1857, p. 433-434.

²² Citação no original: “The Key reform of the 1799 legislation was to remove the Crown from involvement in the organization of Indian labor. Indians were now free to work for themselves so long

Partindo de tais pressupostos, e em conformidade com os as pesquisas de Domingues (2000), podemos inferir que, ao término da política do Diretório, as medidas insalubres de desassistência político-econômica ao indígena – falta de representação política, negação de direitos políticos, falta de acesso à terra, conseqüentemente à negação de cultivo de bens primários para a subsistência etc - durante o governo de Coutinho passaram a alimentar novas versões de sentimento antilusitanista, o qual seria apropriado por diferentes indivíduos de maneiras diferentes e que corroboraria para a eclosão dos movimentos contestatórios e de insurreição ao longo dos primeiros 30 anos do século XIX.

Sentimento que se apresentou de forma muito complexa e conflituosa a partir de 1830 no cenário dos movimentos políticos paraenses, pois ocorreu de brasileiros defenderem a fidelidade e restauração monárquica à Coroa luso-brasileira, ao passo que portugueses passaram a defender o rompimento com o absolutismo e a ideia de emancipação política (teses já vistas anteriormente neste trabalho). Mesmo neste ditame complexo entre incertezas e inquietudes quanto ao sentimento antilusitanismo por parte de índios em relação a Caramurus, podemos afirmar que esta característica peculiar contribuiu sobremaneira para a efervescência das insurreições e agitações populares pelas quais passou a Província do Grão-Pará nas quatro primeiras décadas do século XIX.

1.2. E a “pólvora europeia” chega ao Grão-Pará...

A partir dos ideais da Revolução Francesa Napoleão Bonaparte inicia sua política imperialista de desarticular as monarquias absolutistas europeias, na ânsia de reconfigurar a geografia do Velho Mundo em Estados nações democrático. No entanto, sua ambição vai além disto, e Bonaparte estabelece como meta levar a França a se tornar a grande potência mundial do século XIX, mas para que isto viesse a se efetivar era necessário conseguir neutralizar o crescimento da sua grande rival econômica – a Inglaterra.

as they established their own homesteads and farms. if they did not, or were unmarried, they would be recruited for a royal labor corps (corpos do real serviço) that permanently engaged workers on various projects. All indians as well as mestiços and those without property and slaves were to be registered in militia units (corpos de milicias) administered by district.”

Dada as dificuldades em superar a Inglaterra e a resistência dos parceiros econômicos da mesma em continuarem suas trocas comerciais com ela, Napoleão Bonaparte decreta em 1806 o Bloqueio Continental estabelecendo que toda e qualquer Nação que continuasse a manter relações econômicas e diplomáticas com a Inglaterra seria passível de invasão pelas tropas francesas.

Durante certo tempo, D. João consegue negociar com a Inglaterra e com a França ao mesmo tempo, estabelecendo uma política de neutralidade sigilosa, deturpando e difamando uma nação para a outra, mas de forma real negociando com ambas. Todavia, aos meses finais de 1807, Bonaparte autoriza a invasão de Portugal, porém, este não sabia que a monarquia lusa estava negociando com a Inglaterra uma fuga com escolta para o Brasil em caso de invasão a Portugal.

A chegada da Corte Lusa ao Brasil inaugura um processo de modernização e uma abertura econômica que culminaria com a emancipação política da América Portuguesa. No entanto, os custos para manter a Coroa no Rio de Janeiro e todo o seu aparato administrativo tornaram-se onerosos demais para a estrutura da colônia, levando a uma cadeia desenfreada de aumento de impostos as Províncias do Estado do Brasil e as do Estado do Norte.

Ao chegar ao Brasil, uma das primeiras medidas de D. João VI, em resposta à invasão de Napoleão à Portugal, é ordenar que tropas luso-brasileiras invadam a Guiana Francesa como forma de represália às políticas expansionistas e imperialistas de Bonaparte e forma de salvaguardar a possibilidade de Napoleão desembarcar tropas francesas na Guiana para assim invadir o Brasil.

Segundo Harris (2010, p.127-128):

A invasão da Guiana foi precipitada pela partida da Corte Real Portuguesa para o Brasil no final de 1807. O medo de que as tropas de Napoleão desembarcariam na Guiana e entrariam no Brasil por meio de sua fronteira norte forçou o Conselho Ultramarino a entrar em ação. Assim que D. João VI chegou ao Rio de Janeiro, em março 1808, ele declarou guerra à França, abrindo o caminho para uma invasão da Guiana. A declaração do rei observou que "a ruína total de Caiena [a capital da Guiana] seria muito estimada pelos interesses reais. Dessa conquista, a sua Alteza Real pede unicamente a Vossa Excelência [o governador do Pará, José Narciso de Magalhães e Menezes] que conserve e plante no Pará as moscadeiras, que existem na Guiana e Sua Alteza Real nunca foi capaz de obter". Tais foram os despojos de guerra. Por dezembro de 1808 uma força de seiscentos soldados composta por índios, mestiços e escravos libertos tinha sido montada com seus uniformes de coletes preto e shorts, conforme exigido no

plano de Coutinho. As tropas avançaram até a costa pelo mar, acompanhados por uma corveta de guerra britânico (*Confiance*), sob o comando de James Lucas Yeo. A maioria dos soldados desembarcou no Oiapoque e foram por terra a Caiena, enquanto a Marinha continuou e organizou um bloqueio da capital. O governador local se rendeu após pouca resistência em janeiro 1809.²³

A invasão ou “tomada” de Caiena em Março de 1808, ação pensada por Francisco de Souza Coutinho e executada com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, deslocou “600 voluntários” do chamado “corpo de Vanguarda”, os quais, com os regimentos de infantaria e artilharia, somaram 991 homens que partiram em março de 1808 em direção à Caiena, que se rendeu em janeiro de 1809. Novos deslocamentos de tropas ocorreram e a insatisfação nas fileiras do exército foi o estopim de revoltas para forçar a volta dos soldados do Pará (NOGUEIRA 2009, p. 174-251).

Muito além de serem apenas insatisfações, muitos desses soldados destacados das tropas do Grão-Pará tiveram contato com as ideias liberais e iluministas que circulavam na Guiana Francesa, advindas do movimento de Revolução em que ainda se respirava na Metrópole. Fato a se discutir também é a condição de “voluntários” em que mais de 600 homens partiram à Guiana, na maioria dos casos, eram homens brancos, pobres e livres, forros e escravos, ou seja, grande parte do contingente das tropas encontravam-se numa condição de subalternidade e latentes desigualdades socioeconômicas em relação à elite lusa e as demais autoridades paraenses que, ao entrarem em contato com os ideais da Revolução Francesa, que circulavam por Caiena, aglutinando-as com suas insatisfações políticas locais no Grão-Pará, passaram a se questionar sobre sua

²³ Citação no original: “The invasion of Guyana was precipitated by the departure of the Portuguese royal court to Brazil at the end of 1807. The fear that Napoleon's troops would land in Guyana and enter Brazil through its northern frontier forced the Overseas Council (Conselho Ultramarino) into action. As soon as Dom Joao VI arrived in Rio de Janeiro in March 1808, he declared war on France, paving the way to an invasion of Guyana. The King's statement observed that “the total ruin of Cayenne [the capital of Guyana] would be greatly esteemed by Royal interests. Of this conquest your Royal Highness only asks your Excellency [the governor of Pará, José Narciso de Magalhães e Menezes] he conserves and plants for Pará the nutmeg tree, which exists in Guyana and his Royal Highness has never been able to procure”. Such were the spoils of war. By December 1808 a force of six hundred soldiers composed of Indians, mestiços, and freed slaves had been assembled in their uniforms of black vests and shorts, as required in Coutinho's plan. The troops advanced up the coast by sea, accompanied by a British sloop of war, *Confiance*, under the command of James Lucas Yeo. Most soldiers landed at Oyapock and went by land to Cayenne while the navy went on and organized a blockade of the capital. The local governor gave up after little defense in January 1809”.

realidade social, sua condição humana e o tratamento dispensado a eles por aqueles que detinham o poder político-econômico na província paraense.

Este medo de associação de ideias liberais e revolucionárias já era temido pelo Presidente da Província Francisco Coutinho, pois muito antes das tropas brasileiras invadirem Caiena, existem registros de circulação de negros do Pará na Guiana Francesa ²⁴ os quais passaram a respirar os ideais iluministas que circulavam pela colônia francesa, como afirma Reis (2003 p. 315-340):

[...] outro aspecto do "plano" de Coutinho em 1797 era sua preocupação com uma rota de fuga por terra para a Guiana Francesa usada por índios e escravos. As pessoas precisam ser tratadas com mais justiça, a fim de impedi-los de prosseguir estas medidas desesperadas, pensou, escravos não foram em nenhum outro lugar mencionado. A fronteira com a Guiana Francesa no extremo nordeste com a América Portuguesa, e na região do Cabo do Norte tinha sido por muito tempo conhecido como um refúgio para os índios e a localização dos mocambos (também conhecido como quilombos, comunidades de quilombos). Coutinho tinha, de fato, estado preocupado com a possibilidade de uma invasão da Guiana Francesa e da propagação da revolução francesa, além da necessidade de pôr fim ao comércio clandestino ocorrendo ao longo da costa atlântica entre mascates estrangeiros. No entanto, ele nunca foi capaz de perceber esta proposta específica, qual foi deixada para um governador mais tarde.

Diante destas premissas, podemos inferir que grande parte desses soldados ao retornarem ao Pará tornaram-se multiplicadores dos ideais iluministas e passaram a disseminar princípios de liberdade, autonomia econômica, revolução, modificando assim o cenário dos principais acontecimentos que viriam a ocorrer entre as décadas de 20 e 30 do século XIX.

Entretanto, devemos levar em consideração a constituição subjetiva dos indivíduos bem como sua mentalidade para além da coletividade, pois cada indivíduo se apropria de princípios e ideais dos mais diversos e os aplica de acordo com sua realidade e vivências. Há de se refletir que a forma com que os soldados brancos pobres e livres tenham se apropriado dos ideais iluministas foi diferente da forma como se apropriaram os soldados brancos da infantaria e cavalaria, e muito

²⁴ Segundo Acevedo (1998, p. 68) Uma pesquisa histórica realizada na Guiana Francesa aborda esse problema levantando hipóteses sobre fatos políticos que explicariam a aceleração da fuga nas direções Pará/Caiena ou Caiena/Pará. Para Acevedo Marin, o autor Loncan aponta o ocultamento de fugitivos, por razões políticas, admitido inclusive nos documentos de devolução de escravos assinados pelos governantes de turno.

mais diferente da forma como os soldados negros se apropriaram e internalizaram esses ideais.

O negro na formação da sociedade paraense, sobretudo nas questões socioeconômicas, apresentou-se fortemente no século XIX, muito além das ideias francesas, espelhavam-se nas notícias e ideais da Revolução Haitiana que chegavam a Província paraense, no teor de desenvolver suas resistências e insurreições, para desestabilizar a dicotomia social e a ordem política vigente; promoveram fortemente a política de aquilombamento e passaram a interagir com índios, brancos livres, brancos desertores, dentre outros, tendo como característica comum o “anti-lusitanismo”. (ACEVEDO; CASTRO 1998. ALVES FILHO; SOUZA JUNIOR; BEZERRA NETO 2001. SALLES 2005).

Tal tese de inspiração nos ideais de independência do Haiti, defendido nesta dissertação, encontra auxílio nos estudos de Harris (2010, p. 128):

Na época da invasão, a Guiana estava servindo como uma colônia penal, bem como uma das colônias de escravista de produção de açúcar da França. Tendo em vista a moderação que se seguiu ao reinado de terror em Paris, "indesejáveis" foram enviados para a Guiana. Alguns desses homens eram sacerdotes que favoreceram o movimento dos "sans culottes". A escravidão tinha sido restabelecida, mas a revolução bem sucedida dos escravos no Haiti permaneceu como um exemplo para todos os que queriam derrubar seus mestres tirânicos. A presença de uma força expedicionária portuguesa trouxe soldados paraenses em contato direto com esse mundo revolucionário ²⁵.

Isto implica dizer que os sacerdotes religiosos e os negros, que estavam presos nos cárceres de Caiena ²⁶ e que advinham da França, levantavam as

²⁵ Citação no original: "At the time of the invasion, Guyana was serving as a penal colony as well as one of France's sugar-production slave colonies. Following the moderate backlash to the reign of terror in Paris, "undesirables" were shipped off to Guyana. Some of these men were priests who favored the "sans culottes" movement. Slavery had been reinstated but the successful revolution of slaves in Haiti stood as an example to all who wanted to overthrow their tyrannical masters. The presence of a Portuguese expeditionary force brought Paraense soldiers into direct contact with this revolutionary world".

²⁶ Os contatos dos fugitivos com os franceses não eram uma promessa ou simples ameaça. Constituíam-se num fato, o que certamente atemorizava e muito as autoridades coloniais do Grão-Pará. Investigações trouxeram à tona, com detalhes, estes contatos na fronteira. Através de um interrogatório realizado em Macapá, em 1791, revelou-se como os pretos dos dois lados da fronteira se comunicavam. Por já haver temores e desconfianças, informações com detalhes deixavam atônitas autoridades do Pará. A questão, naquele momento, não era apenas conter constantes fugas, vigiar espiões franceses e ouvir seus desaforos e reclamações de proprietários. Mocambos formados bem próximos à fronteira mantinham relações de comércio com colonos franceses. Tinham

bandeiras de revolução, responsáveis pelo exercício de poder dos “sans culottes”, pois compartilhavam dos mesmos princípios libertários. De igual modo, o modelo de Independência Haitiana (1804), que encerrava a opressão tirânica e despótica de seus senhores sobre os negros do Haiti, alimentava ainda mais a possibilidade de adequar tal feito à realidade paraense escravista e marginal.

Um novo período de tensão política pela qual a Província paraense passou foi o reflexo do Vintismo ²⁷ (1820), que por um lado reconfigurou a administração dos Bragança na América Portuguesa sob o governo de D. Pedro IV, por outro, passou a provocar um arrocho político-econômico da Província do Grão-Pará e Maranhão, já que esta província estava submissa diretamente à jurisdição de Lisboa.

As medidas adotadas pela Revolução Liberal do Porto (1820) intervieram diretamente na estrutura de Governo da Coroa Portuguesa no Brasil, levando a um desgaste político que culminou com o episódio simbólico do “Grito do Ipiranga” (1822) por D. Pedro IV, que em dezembro do mesmo ano foi coroado D. Pedro I. A partir daí, D. Pedro inicia um processo de unificação das Províncias do Estado do Brasil e posteriormente das Províncias do Estado do Norte (Grão-Pará e Maranhão), para isso contrata mercenários europeus, principalmente ingleses, para garantir a adesão das províncias à Independência do Brasil (Conferir RAIOL 1970. ROCQUE 2001. DEL PRIORE; GOMES 2003).

igualmente sua base econômica, fazendo « salgas », tingindo roupas, plantando roças, pastoreando gado e fabricando tijolos para a construção de fortalezas francesas. Isto sem falar na informação de que um padre jesuíta tinha sido enviado pelos franceses e era quem governava os fugitivos. Com várias estratégias e rotas, os escravos fugidos procuravam autonomia e proteção nas áreas de fronteiras de ocupações coloniais. Viviam do lado dos portugueses, porém comerciavam, trabalhavam e mantinham relações diversas com os franceses do outro lado. A garantia de sucesso desta estratégia era diariamente atravessar a fronteira, tarefa que parecia não ser fácil. Cortavam rios e matas, levando, inclusive, mantimentos para longas jornadas. Estes fugitivos estavam mesmo na fronteira da liberdade e sabiam disso. As autoridades ficaram alarmadas [Cf. **APEP**, Códice 609. **QUEIROZ; GOMES** 2002, p.31].

²⁷ A Revolução Liberal do Porto também conhecida como Vintismo foi a versão portuguesa do Liberalismo. Foi considerado por muitos como uma “regeneração perdida”, uma tentativa liberal de recuperar as liberdades perdidas através do rompimento com o Antigo Regime e a inauguração do debate público e político sobre os rumos de Portugal. O Vintismo despontou como uma energia política renovadora da sociedade portuguesa, mergulhada num caos político, com uma Corte afastada da Metrópole e exaurindo o erário nacional, com o país mergulhado numa crise profunda e sem uma orientação política clara. Por outro lado, as medidas protoeconômicas liberais da Revolução do Porto demonstravam ser recolonizadoras em relação ao Brasil e muito mais controladora e conservadora em relação ao Estado do Norte, adotando medidas de arrocho político-econômico e exigindo o retorno de D. João VI e D. Pedro IV a Portugal para reconduzir o Brasil a sua antiga condição de mera colônia subserviente a Metrópole [Cf. **SILVA** 1979; **DIAS** 1980; **VARGUES** 1981; **NEVES** 2003].

Concomitantemente ao movimento vintista e a tentativa de unificação da América Portuguesa através de ordem de D. Pedro I para repressão de províncias rebeldes, o cenário sócio-político no Pará é alarmante a partir de 1820. A década de 20 do século XIX é marcada pela intensificação de agitações populares, aumento de circulação de negros escravos e libertos pela região de Belém e Santarém, e uma forte ligação rodofluvial desses indivíduos com a região do Mato Grosso e Minas Gerais, o que possibilita ampliar uma rede de relações revolucionárias com sujeitos livres e escravos das províncias da região leste do Estado do Brasil. Para Hebe Mattos (2004, p.28):

De fato ao longo de todo o Primeiro Reinado e do período regencial, as novas elites políticas não conseguiriam evitar “os debates políticos e as discussões constitucionais”. Não conseguiriam evitar, também, que esses debates chegassem de um jeito ou de outro, ao conjunto dos cidadãos brasileiros das cidades e do campo, que a chamada “boa sociedade” gostaria de ver fora do jogo político. Especialmente, tornar-se-iam explosivas as tentativas de manutenção das hierarquias proto-raciais herdadas do Império Português. Apesar disso, esses debates limitadamente incendiariam as senzalas.

Tal tese encontra auxílio em Acevedo Marin (1998, p.62), a qual afirma que, nos anos de 1820, a fuga de escravos inaugura formas coletivas do rompimento individualizado com o senhor de escravo, inscrevendo-se num contexto político emancipacionista. Por volta de 1823, as regiões de Belém e Santarém passam a constituir-se como grandes centros populacionais organizados no Grão-Pará, sendo que na primeira se concentrava 75% da população mais a sede administrativa e na segunda encontrava-se um percentual de 20% de toda a população paraense.

Antonio Baena, em meados da década de 1840, publicou uma estatística populacional incompleta sobre a região de Santarém, onde apresentou que às vésperas do Pará aderir à Independência do Brasil, essa região possuía 4.313 escravos distribuídos principalmente pelas Vilas de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Alenquer, o que na prática representava um percentual de 18% da população paraense oriental (Ver tabelas).

Localidade	População Número Absoluto	Total %
Região de Belém		
-Paróquias urbanas	12.467	9,8
- Paróquias rurais	20.890	16,3
- Lugares índios (Conde/Beja)	1.286	1,0
Ilha do Marajó	12.729	9,9
Costa Oriental	12.932	10,1
De São Miguel do Guamá ao Gurupi	9.950	7,8
De Cametá a Melgaço	23.540	18,4
Costa Setentrional	4.803	3,7
Xingu	5.685	4,4
Região de Santarém	23.845	18,6
Total	128.127	100,0

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará In: Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: UFPA, (1969) 1839, p. 282-371.

TABELA 1: QUADRO RESUMIDO DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARÁ – PARTE ORIENTAL (EM TORNO DE 1823)

Localidades	Branços	Escravos	% população escrava	Índios	Total
Região de Santarém					
Outeiro	280	40	11,0	42	362
Monte Alegre	1520	290	14,0	260	2.070
Alenquer	1100	440	26,7	108	1.648
Óbidos	2100	1294	30,2	887	4.281
Faro	1830	93	4,5	159	2.082
Santarém	2560	1270	24,2	1425	5.255
Subtotal	9.390	3.427	22,0	2881	15698
Alter do Chão	357	10	1,2	461	828
Aveiro	164	40	12,8	109	313
Franca	1578	752	26,0	558	2.888
Pinhel	291	16	1,8	574	881
Santa Cruz	14	14	2,5	526	554
Boim	77	23	2,9	680	780
Curi	14	14	1,4	986	1.014
Itaituba	22	8	2,0	368	398
Uxitiba	19	9	1,8	463	491
Subtotal	2.536	886	11,0	4.725	8.147
Total	11.926	4.313	18,0	7.606	23.845

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará In: Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: UFPA, (1969) 1839, p. 282-371.

Como pode se observar nos dados de Baena, a região do Baixo Amazonas era, depois da região belenense, a mais populosa e a que mais concentrava escravos utilizados principalmente na cultura do cacau.

No entanto, a economia do Baixo Amazonas e consequentemente a do Baixo Tapajós não girava em torno somente dessas culturas. Segundo Baena (1839, p. 333-334) além do cacau, café, algodão, e do anil “na região desenvolvia-se a criação

de gado de corte, cultivo de mandioca, salsaparrilha, milho, feijão, cravo do Maranhão, tabaco, algodão, borracha e o comércio do peixe seco, farinha e madeira”. Fato que constituía Santarém (capital do vale amazônico) como o empório do comércio do Rio Negro e de Mato Grosso, como afirma Pena *apud* Acevedo; Castro (1998, p.55):

[...] era ainda um mercado local tímido de pequenas dimensões, mas que demonstrava certezas de aberturas para novos espaços regionais. De uma dúzia de anos, a contar de 1812, datam as comunicações com Mato Grosso e Minas Gerais. Era a conquista de rotas, uma das iniciativas mais perseguidas pelas autoridades coloniais e pessoas influentes, como demonstra a insistência das expedições de Mato Grosso ao Pará, desde 1747, e para alcançar Cuiabá e Minas Gerais.

Dada tamanha importância político-econômica do Baixo Amazonas, em especial a sub-região do Baixo Tapajós (compreendida pela influência e liderança de Santarém), muitos negros e índios iniciaram uma série de fugas e a fundação de quilombos e cacaais às margens do Amazonas e Tapajós na ânsia de buscar uma viverem em paz e refazerem projetos de vida. No entanto, dado as movimentações de guerra que passaram a assolar o Grão-Pará, estes negros e índios passaram a organizar e promover inúmeras insurreições e agitações armadas ao longo dos mocambos no Amazonas e Tapajós. O período posterior ao episódio da Adesão do Pará à Independência (1823) revela significativas perturbações da ordem política, no qual entraram em jogo confrontos partidários entre lusos-brasileiros e nativos, assumindo a forma de uma luta anticolonialista donde emergia, aparentemente de forma coadjuvante, o conflito entre escravos e senhores.

Assim, podemos inferir que as fortes convulsões políticas experimentadas ao longo da década de 1820, no Baixo Amazonas, fizeram com que os escravos aprimorassem a arte da fuga e aumentassem as possibilidades de alianças coletivas com índios e brancos desertores, garantindo maior sucesso diante dos seus senhores lusos. Uma vez que em tese, unir-se-iam a valentia e perspicácia do negro, os conhecimentos de orientação geográfica e medicinal do índio e a astúcia do branco em desmobilizar as armadilhas lusas, assim como promover uma maior resistência a doenças infectocontagiosas para índios e negros, gerando maior

resistência imunológica a estes últimos por meio do contato e convivência prolongados.

Por isso, para combater os quilombos e tentar desarticular as ações destes contra os aristocratas luso-brasileiros, como também evitar a fuga de mais negros, o governo provincial destacava uma série de obrigações que deveriam ser cumpridas pelos oficiais assim como as demais autoridades das Vilas, a saber:

[...] impedir que houvesse, no seu distrito, desertores, negros fugidos, vadios e pessoas suspeitas ou indivíduos que pudessem ser nocivos a sociedade... Impedir que se continuasse a pratica de tirar esmolas pelos sítios, com santinhos e coroas do Divino Espírito Santo visto que a sombra do mister cristão, se praticavam amoralidades e desconcertos pasmosos. Ficando assim estabelecido, que todo aquele que for apanhado em conversas tendentes as cinscusntâncias actuaes, ou atinentes a rivalidades, será prezo, Eas autoridades omandarão castigar com rigor ²⁸ **[sic]**.

Tamanho era o medo e pavor dos senhores de engenho e fazendeiros escravocratas em que a “senzala se levantasse e dominasse a Casa Grande”. Muitos senhores em meio as suas aflições pela possibilidade de revoltas e levantes dos escravos passaram a cobrar soluções imediatas e preventivas da guarda militar em resguardar a segurança da classe proprietária.

No entanto, o contingente destacado para realizar a segurança e defesa de cada Vila do Baixo Amazonas mostrava-se insuficiente e pouco eficaz, diante da possibilidade de uma invasão em massa, que poderia ter como elemento surpresa muitos revoltosos de várias comunidades e povoado ribeirinhos ao longo dos Rios Tapajós e Amazonas. Daí a tamanha preocupação constante em pedir ao governo provincial o envio de reforços para as Vilas, como fica evidente na correspondência de Aniceto Francisco Malcher, tenente-coronel, comandante de Santarém, em 1824:

[...] mandar maior reforço visto que os escravos estavam a mira para se levantarem contra seus senhores, e conta terem dito em a villa de Santarém que logo que estivessem mortos ou prezos. Os Europeus saltaram contra a Tropa Imperial, eos mais brasileiros moradores na mesma Vila enviaram todos os escravos das Villas vizinha para matarem todos os Brasileiros, por este modo ficarem livres todos os senhores... ²⁹ **[sic]**.

²⁸ APEP. 1824, Códice 783.

²⁹ APEP. Op. cit.

Seguindo no viés da análise do discurso do comandante, podemos observar que antes mesmo da “eclosão da Cabanagem” em 1835, os levantes de facciosos e a ameaça de uma limpeza “brasileira” por parte de negros, aquilombados com índios, já era muito grande, e intimidava as forças imperiais a tal ponto de gerar paz temporária entre algumas Vilas e o estabelecimento de acordos mútuos de defesa. Comprometendo-se cada Vila de “depreçara combater e socorrer a Vila ameaçada ou invadida por revoltosos, quando esta última não conseguir meios suficientes para realizar o feito sozinha” ³⁰.

No entanto, a seu favor os escravos contavam com os descontentamentos, as deserções entre as tropas e a origem social e étnica de seus efetivos, como escreveu o comandante militar de Santarém ao presidente da Província:

Faz-se muito necessário formalizar em huma ilha que se acha ao pé desta Caxoeira hum Destacamento Composto de hum offeial, e algumas Praças Militares para servir de Registro, e evitar a fuga de Soldados e athé mesmo Escravatura principalmente desta Villa, e de todas as mais... ³¹ [sic].

Não muito diferente de outras revoltas ocorridas no Brasil no mesmo período oitocentista, torna-se até comum observar nas documentações, registros de deserção de militares entre as tropas que combatiam os revoltosos. Na maioria dos casos parte das tropas imperiais se identificavam socialmente com os facciosos, devido pertencerem a baixas patentes e a mesma classe social, além de receberem baixos soldos. Por esses motivos, viam na deserção, uma possibilidade de reforçar os movimentos contestatórios na busca pela autonomia econômica e ruptura com a opressão colonial, na perspectiva de melhoria, de qualidade de vida e promoção de sua dignidade humana.

Há de se historicizar também os tratos conceituais construídos nas documentações a respeito de deserções de soldados. Em alguns casos, o descumprimento de alguma ordem imperial, em fazer valer o aprisionamento e/ou fuzilamento direto de “revoltosos” (que poderiam vir a ser parentes dos soldados),

³⁰ Ibidem, Termo de Paz de 9/6/1824.

³¹ APEP, 1824, Códice 783.

eram encarados como rebeldia, que poderia vir a dar um fim na carreira militar de tal soldado de classe baixa, manchando sua reputação como “desertor”.

Vale ressaltar que nas documentações da época, em geral nos Relatórios Provinciais, é sempre o “outro” que narra e descreve os acontecimentos, ou seja, muito difícil é encontrar depoimentos de soldados desertores relatando sua versão do ocorrido, em geral são relatos de seus superiores destacando as motivações que colocaram os soldados na ilegalidade.

Este tipo de atividade foi muito presente no tempo da Cabanagem. Ao não encontrar na lei formas de prender e julgar cabanos e/ou suspeitos de serem cabanos, inventou-se um discurso e uma construção imagética de um algoz feroz, para justificar as ações truculentas das tropas imperiais em prender, condenar e na maioria dos casos fuzilar pessoas aparentemente inocentes, que apenas estavam sendo colocadas na posição de “suspeitos”.

Devido a essas motivações, as lutas pela descolonização, na década de 1820 no Baixo Amazonas, passam a criar um clima favorável à insurreição de escravos contra os seus senhores. Isto dá início a uma intensificação do movimento de aquilombamento em associação a grupos indígenas (primeiramente com os muras e posteriormente os mundurucus), no intuito de aumentar de forma significativa as fugas, como forma de contestar o regime escravista e desencadear um processo de libertação coletiva dos oprimidos, pela elite aristocrática luso-brasileira.

1.3. O Papel mobilizador da Imprensa de Patroni e a ascensão de Batista Campos no cenário político

No teor das manifestações políticas, mudanças monárquicas e difusão de ideais iluministas pela Europa, destacam-se no Grão-Pará a multiplicação e circulação de tais ideias de anticolonialismo e reformulação de governo feito pelo jovem mobilizador Felipe Patroni.

Felipe Patroni, paraense, estudante de Direito na Faculdade de Coimbra desde 1816, respirou os ares de reformulação e reorganização da Nação portuguesa no período Pós-Napoleão que culminaria com a Revolução Liberal do Porto (1820). Ao

ser proclamada a nova constituição portuguesa no âmbito da Revolução do Porto, o jovem de grande atuação política regressa ao Grão-Pará, onde foi o responsável por noticiar, com grande alarde pelas ruas de Belém, as mudanças político-econômicas ocorridas na Metrópole Lusa.

Concomitante a esse novo estatutário idealista progressista, em Belém, a junta provisória, montada em janeiro de 1821 e presidida pelo bispo D. Romualdo de Sousa Coelho, continuava a reunir os mesmos grupos de outrora; mantinham-se persistentes na defesa do antigo regime, à espera de novas notícias de Lisboa. Por outro lado, Patroni, em seus discursos, fazia eloquente críticas ao despotismo. Segundo Lima (2008, p. 85) “suas mobilizações se estendiam tanto à capital da Metrópole, quanto à da colônia; era um defensor da “mãe-pátria” e da união de Portugal, Brasil e Algarves, baseada nas ideias do regime livre dos povos”. Assim, ele discursava tanto entre cidadãos paraenses em Belém, como também entre os portugueses de Lisboa:

[...] no memorável dia 1º de janeiro se lançara por terra o trono do despotismo na capital de sua província, arvorando-se o troféu da liberdade nos muros, que banha o Guajará. [...] Nos tempos passados, em que a virtude triunfava, os amantes da pátria eram honrados, enriquecidos e imortalizados; entretanto, hoje em que dominavam a ambição, a impostura e o fanatismo, eles eram estrangulados nos cadafalsos, seus corpos eram reduzidos a cinzas e suas cinzas lançadas ao mar. Os paraenses no curto espaço de seis horas despedaçaram as algemas, que os manietavam, acalmando no meio da paz e de vivos transportes o soberano congresso, o rei constitucional, a augusta religião de seus maiores, perdoando ao mesmo tempo aos seus inimigos e confraternizando com eles (apud RAIOL 1970, p. 18).

Na contramão de seus críticos, Felipe Patroni e seus aliados realizaram um grande investimento para a difusão de suas ideias, compraram e enviaram de Lisboa a Belém uma tipografia, a primeira do Estado, e, assim, começaram a lançar o Jornal “O Patriota” (depois O Paraense), no qual ele e diversos panfletários faziam severas críticas ao despotismo e eloquentes defesas do “regime livre dos povos”.

O estabelecimento da imprensa no Grão-Pará será o produto organizado da forma pela qual Felipe Patroni assimilou as estruturas ideológicas do

Vintismo, e como buscou materializar essas estruturas através da síntese da sua própria processualidade³².

Os discursos de Patroni, porém, não foram bem recebidos pelos parlamentares portugueses, fazendo com que Felipe se desiludisse com a possibilidade de receber apoio para efetivar uma nova constituição no Estado do Norte da América Portuguesa. É quando então Patroni tenta se articular e persuadir a população paraense a seguir os moldes da Revolta de Pernambuco (1817) e reconfigurar a vida política na província, buscando sua emancipação política, entretanto, continuando a manutenção dos laços fraternos e econômicos com a Metrópole.

As ideias revolucionárias, semeadas e difundidas por Felipe Patroni, representavam fortes riscos para aqueles que no Pará defendiam a conservação do antigo regime monárquico. Os pensamentos e correntes ideológicas, que começaram a sacudir a Europa a partir de meados do século XVIII, ameaçavam estourar a ordem vigente na Província do Norte. Muito mais preocupante era a possibilidade de uma reconfiguração administrativa do poder social na região, ou seja, o temor de uma revolta popular nos moldes da revolução jacobina assombrava a elite Luso-brasileira em Belém.

Tamanha era a preocupação com a possibilidade de uma revolução do tipo jacobina que José Ribeiro Guimarães *apud* (Raiol 1970, p.20) afirmava que as palavras de Patroni estariam causando “grande choque nos escravos”. Segundo Guimarães, ao ouvirem expressões como: “somos livres”, “acabou a escravidão”, “quebraram-se os ferros”; ecoadas por Patroni, seria possível que a população escrava negra mentalizasse que estariam incluídos nessa mudança social e poderiam cultuar Patroni como seu grande idealizador abolicionista.

José Ribeiro Guimarães destacava, também, que as “bandeiras de lutas da Revolução Americana (1776) e o ideário revolucionário de Pernambuco (1817)” deveriam ser paralisados em sua origem, no princípio da difusão das ideias: “sufoque-se a hidra em seu nascimento; conheçam-se os propagadores da infernal doutrina” (RAIOL, 1970, p. 20).

³² **COELHO**, Geraldo Mártires. **Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: CEJUP, 1993, p. 150.

É preciso ressaltar que na Província não existia de fato uma disputa política partidarista, mas como afirmou Baena, em seu Compêndio das Eras da Província do Pará (1839), era uma “disputa restrita aos cidadãos portugueses da América e da Europa”. O que justificava que apoiadores e financiadores da tipografia de Patroni fossem pertencentes tanto ao grupo dos defensores do antigo regime, quanto defensores das reformas constitucionais. Entretanto, eram costumeiros as ameaças por parte dos defensores do antigo regime em realizar cortes de financiamento e retiradas de apoio a tipografia se ela insistisse em continuar apregoando ideias reformistas constitucionais.

Felipe Patroni, em agosto de 1822, deixa a direção do jornal “O Patriota” (depois O Paraense), por causa de um discurso que proferiu quando ainda estava em Portugal, em abril do ano anterior, pois na presença de D. João VI evocou os interesses do Pará e censurou energicamente a administração ultramarina, denunciando a incompetência e o corporativismo dos Ministros de Estado e acenou com a possibilidade da independência brasileira face aos rumos seguidos pela política administrativa de Portugal para o Brasil.

Tal contexto foi promovendo o desgaste da imagem de Patroni que viu sua influência definhar aos poucos como assevera Lima (2008, p. 87):

Por não atender as exigências dos defensores do antigo regime, Patroni fora preso e enviado a Lisboa, acusado por sua fala de abril de 1821 no Congresso Português. O bispo Romualdo Antônio de Seixas (presidente da junta provisória até então) e seus aliados conseguiram, com isso, retirar Patroni das disputas. Um cônego de nome Batista Campos, nascido em Barcarena, assumiu, então, a direção do jornal que passou a se chamar: “O Paraense”.

A queda e o ofuscamento de Patroni no cenário político do Pará estão intimamente relacionados ao aparecimento e ascensão da figura ilustre que foi o Cônego Batista Campos – principal articulador para a eclosão da Cabanagem em 1835.

Aos poucos, a difusão das ideias liberais de Batista Campos no jornal “O Paraense” aliados a seu carisma e sua arte de eloquência e retórica aumentavam a popularidade do Cônego entre as diversas camadas sociais da sociedade paraense. Estes viam no ideal do liberalismo republicano uma forte motivação para recriar

espaços sociais, que levassem como bandeira a autonomia político-econômica da Província, gerando, assim, uma sensação de bem estar social, mas também despertava na elite luso-paraense o medo e ódio a tais pensamentos do Cônego, o que os estimulava a tentarem desarticular Batista Campos e manter a consolidação do regime antigo, como demonstrava Lima (2008, p.88):

A junta, como se observa, se mantinha em defesa das “leis do antigo regime”. A prisão de Patroni e a tentativa de destruição da gráfica trouxe ainda mais tensão ao impasse. A junta passou a promover a ampliação das forças militares, através de “alistamentos voluntários”, tanto na cidade, quanto no interior. O coronel Vilaça tentou unificar, sob seu comando, um novo corpo de homens. O comandante das armas, José Maria de Moura, se negou a fortalecê-lo. Havia grande pressão entre os membros da junta, sobretudo daqueles liderados por Vilaça, para que houvessem providências contra os defensores das ideias liberais. Com Batista Campos, porém, as disputas ganharam mais complexidade. Se antes a junta e seus opositores liderados por Patroni debatiam projetos constitucionais, sem questionar a legitimidade da união entre Grão-Pará e Portugal; com o cônego Batista Campos na liderança da gráfica, a oposição passou a questionar a tanto as “leis do antigo regime”, quanto a “união com Portugal”.

Diante disso, inicia-se uma mobilização acerca do termo “paraense”; a população do Grão-Pará passa a alimentar ideais revolucionários em torno da construção de uma regionalidade que se sobrepunha à ideia de nacionalidade. Isto no cenário de confusão de naturalização (portugueses, lusos, luso-brasileiros, luso-paraenses) reafirma a categoria dos comuns como paraenses passando a cultuar a figura de Batista Campos como o líder, o responsável em conduzir o processo de ruptura com o antigo regime e iniciar um governo fundamentado no princípio de liberdade dos povos, conforme assevera Raiol (1970, p. 24-25):

A junta não hesitou em contra atacar a disseminação das notícias e das mobilizações. A “hidra” deveria ser “sufocada” em seu nascimento. Em setembro de 1822, Batista Campos e diversos de seus aliados foram presos, denunciados como “principais chefes da revolução, que se tramava a favor da independência”. Foi após ser libertado por falta de criminalidade, em outubro de 1822, que Batista Campos publicou n’O Paraense, o manifesto em que D. Pedro I pedia aos brasileiros união em defesa da independência. A atitude, porém, fez com que ele fosse novamente preso na fortaleza, sendo que no momento de sua soltura foi aclamado por uma multidão que com ele caminhou até sua casa. O jornal continuou sendo publicado. Aos poucos crescia a ascendência do Cônego Batista Campos sobre os cidadãos paraenses.

Entretanto, os acontecimentos ocorridos no ano de 1823, mesmo ano que ocorreu a Adesão do Pará a Independência do Brasil, adiaram o desejo e sonho da nação paraense em ter Batista Campos como presidente da Província. No início de 1823, espalhava-se a notícia de que todas as províncias que, até então se mantinham fiéis ao governo português, aderiram ao novo governo constituído no Rio de Janeiro, fato ocorrido principalmente sob as repressões das tropas de Lord Cochrane, marechal britânico responsável pelo comando das tropas de repressão a serviço de D. Pedro I.

A ascensão e aparecimento político do Cônego Batista Campos se misturam ao processo de Adesão do Pará à Independência do Brasil. Na eminência de entender a sua trajetória de vida e as suas formas de articulação política que vão culminar com o início da Cabanagem é que novamente vamos retomar o acontecimento de 1823, destacando, sobretudo, as histórias e notícias envolvendo Batista Campos. Vale ressaltar que a proposta aqui não é tornar esta leitura repetitiva, enfadonha e até mesmo intragável, mas sim dissertar sobre o processo de Adesão do Pará à Independência do Brasil, relacionando com o aparecimento e crescimento da figura do Cônego João Batista Gonçalves Campos no cenário sócio-político da Província paraense.

Partindo de tais premissas, infere-se que em Março de 1823, os “cidadãos” eleitos para compor a junta de governo da Província são surpreendidos por um golpe político, arquitetado pelos partidários do antigo regime luso, provocando “a prisão de 16 membros de altos cargos da junta deposta e sua deportação para vários locais do interior do Pará: Arroios, Macapá, Monte Alegre, Araguaia, e outros”³³, como também a fuga de Batista Campos.

Em Agosto do mesmo ano, chega ao Pará o capitão tenente John Pascoe Greenfell, subalterno de Cochrane, o qual afirmava ter recebido ordens do almirante (encarregado pelo Imperador do Brasil) para apoiar o partido na província que optasse por aderir à independência. Greenfell se utilizou de perspicácia e astúcia para garantir as ordens do Imperador. Sobre ameaças de invasão e bombardeio de Belém – o que não passou de um blefe, pois o capitão só tinha uma nau –

³³ **RAIOL**, Domingos Antônio. **Motins Políticos – ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 3 vols. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p.28.

[Greenfell] conseguiu convencer a Junta Governativa do Pará a aderir a Independência e unificação da América Portuguesa. Os membros da Junta Governativa paraense “decidiram por aderir ao regime de D. Pedro I, como meio mais eficaz para salvar [a Província] dos horrores da anarquia”³⁴.

John Pascoe Greenfell ordenou a prisão dos coronéis Vilaça e Moura (adeptos da permanência de subordinação política a Lisboa), e convocou novas eleições na Câmara Municipal para a composição de uma nova Junta Governativa. O coronel Geraldo José de Abreu foi eleito presidente e entre os outros cinco membros escolhidos, encontram-se o fazendeiro da região do Acará Felix Antônio Clemente Malcher (que em 7 de janeiro de 1835 foi aclamado como 1º Presidente cabano) e o Cônego Batista Campos que se encontrava foragido no interior do Acará.

No entanto, a população mais pobre saiu às ruas de Belém em agosto de 1823 como forma de protesto e, iniciou motins e insurreições, pediam a demissão do coronel Geraldo José de Abreu, assim como de funcionários favoráveis à emancipação política do Brasil. Além disso, pediam ao Cônego Batista Campos que tomasse a presidência (Ele, porém se empenhava para que a multidão se dispersasse para evitar mais derramamento de sangue).

Os revoltosos questionavam a decisão tomada por seus governantes, pois grosso modo, isto representaria apenas uma mudança de controle político na Província, saía a elite lusa e chegava ao poder a elite dos nascidos na colônia, os “brasileiros” – a exemplo do que ocorreu com os “crioulos” na América Espanhola. Como represália, Greenfell envia uma guarnição de marinheiros portugueses para percorrer as ruas e casas de Belém e prender aqueles que julgassem suspeitos de terem participado da anarquia em frente à Sede do Governo. Na manhã seguinte (dia 16 de Agosto), ordenou que os revoltosos fossem levados para frente do Palácio e solicitou que lhe disponibilizassem uma peça de artilharia e ordenou a escolha de 5 homens para serem espingardeados.

Batista Campos, que havia sido preso, foi levado para frente das tropas desarmadas controladas pelos marinheiros. Greenfell o colocou preso à boca da peça de artilharia acesa e pediu que ele se confessasse culpado pela “anarquia”. As tropas teriam se desesperado, o coronel Geraldo José de Abreu e os outros

³⁴ Idem, p.40-41.

membros da junta protestaram, afirmando que o cônego João Batista Gonçalves Campos não teria incitado às tropas; uma vez que era defensor da manutenção da ordem, justificativas que fizeram o subalterno de Lord Cochrane poupar sua vida.

Deve-se analisar que esta insurreição nas ruas da Capital foi duramente reprimida pelo Capitão tenente Greenfell, que protagonizou um dos episódios mais cruéis e desumanos na Província daquele período. Na falta de cárceres que comportassem todos os que foram indistintamente detidos, o Capitão ordenou que mandassem prender nos porões de sua fragata “Brigue Palhaço” todas as 256 pessoas (praças e pessoas comuns).

Insatisfeitos, os presos começaram a debruçar-se nos porões e a incitar gritos de protestos, o que irritou o Capitão que ordenou o lançamento de cal no porão, levando quase todos os detidos a óbito por asfixia. Também houve suspeitas de que a água oferecida aos presos estaria envenenada, com substâncias preparadas por um boticário ³⁵. Com tal medida, Greenfell conseguiu acalmar os ânimos dos paraenses que tomaram o episódio como exemplo do que a Coroa estaria disposta para garantir a unidade do Brasil.

A grande análise que podemos fazer deste episódio é que a novidade no cenário político paraense não era o fato de ocorrer um morticínio no porão do Brigue Diligente (Palhaço), mas sim o fato de que cidadãos brancos dissidentes passaram a sofrer medidas de repressão até então adotadas somente para homens de cor (negros).

A forma de punição igualitária e severa tanto para brancos quanto para negros de certa forma promove na mentalidade da população da época que a monarquia não considerava o devido respeito à raça branca em detrimento da negra, e que a contra ofensiva para tais medidas monárquicas seria a luta pela autonomia política contra a coroa. Para tal finalidade, importava que os interesses dos dissidentes brancos se associassem ao dos negros na medida em que utilizariam a força física, e a própria massa negra para chegar ao topo de seus ideais, prometendo a

³⁵ Tais referências utilizadas para se dissertar sobre este episódio podem ser encontradas de formas fragmentadas nos relatos da obra de Raiol (1970) através do depoimento do único sobrevivente e na obra de Baena (1839).

liberdade e o fim da escravidão para aqueles que decidissem integrar os ideais dos brancos.

Após o massacre do Brigue Palhaço em 1823, Greenfell consegue se manter no poder até meados de março de 1824. Em abril do mesmo ano, chega a Belém a Escuna Camarão, enviada de Recife por Manuel de Carvalho Paes de Andrade. A Escuna trazia os sobreviventes da Andorinha do Tejo (embarcação que levava os presos acusados pelos acontecimentos da “Abrilada” de 1823 em Pernambuco), que segundo Raiol (1970), após serem libertados em Portugal, foram para os Estados Unidos da América, e dali seguiram para o Rio de Janeiro, de onde partiram para o Recife, e onde se articularam com líderes da Confederação do Equador (1824).

Ao chegarem ao Pará, distribuíram exemplares da Constituição de Columbia; ordenaram a prisão do coronel Geraldo José de Abreu, presidente da Junta, e do bispo Romualdo Antônio de Seixas, entre outros; proclamaram, com o apoio de Malcher, membro da Junta Governativa, a adesão do Grão-Pará à Confederação do Equador. O projeto não teria tido grande receptividade entre os belenenses; durou pouco, porque no mesmo mês chegava ao Pará o coronel Rozo e o brigadeiro Borges, para assumirem como os primeiros presidente e comandante das armas da província do Grão-Pará, nomeados por D. Pedro I.

Isto nos permite refletir à luz dos escritos de Machado (2006) que no contexto político da década de 1820, a situação política do Grão-Pará poderia ter tido outro desfecho em virtude de muitas possibilidades que se apresentavam. Havia a possibilidade de o Pará manter a união com o Império Português; a de aderir ao Brasil (Corte do Rio de Janeiro); a de formar articulações regionais (tais como a Confederação do Equador, ou uma Confederação com Maranhão e Mato Grosso); ou a de declarar a Independência do Grão-Pará como Estado autônomo. Fato é que, a partir da chegada das primeiras autoridades nomeadas pelo Rio de Janeiro, esta abertura para diversas possibilidades de redefinição político-estadista passa a perder a força - ficando presentes apenas nas reflexões contemporâneas recentes do “poderia ser”.

A partir do ano de 1823, a pólvora começa a se multiplicar pelo Grão-Pará, e inicia um encadeamento de insurreições e revoltas por todas as regiões da Província, algumas de certa forma interligadas e outras não, o que mostra que havia

uma rede de insatisfação muito forte tanto da parte de dissidentes brancos, como da parte de homens de cor.

Entre as principais revoltas estão: A Revolta de Muaná (Ilha de Marajó) em maio de 1823; a Confederação de Cametá (que além de Cametá incluía Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-Mirim, Moju, Conde, Beja e Marajó), no rio Tocantins no mesmo ano; a Confederação de Monte Alegre em 1824 (que incluía além de Monte Alegre, as Vilas de Gurupá, Almeirim e Alenquer); A Revolta de Salgado em Agosto de 1824, (que além de Salgado, compreendia as Vilas de Turiaçu, Bragança, Ourém, Cintra, Salinas e Colares); Revolta na região do Baixo Tapajós em meados do mesmo ano, compreendendo as Vilas de Alter-do-Chão, Aveiro e Franca ³⁶.

Tinha-se, portanto um cenário dicotômico em relação à ordem social. A capital, de certa forma isolada, tentava combater a maioria das Vilas sediciosas, ou seja, cidade e campo protagonizavam embates políticos, sendo que, na maioria dos casos, dissidentes e rebeldes fugidos de Belém partiam para o interior, onde se apresentavam nos centros de insurreição reforçando o poder local.

A Contra-ofensiva do governo Provincial foi articulada como redes de repressão por todo Pará, liderada pela Junta Governativa de Belém.

Em suas imediações ao Norte, contava com a Vila de Vigia; e no baixo Amazonas, com as Vilas de Santarém e Óbidos. Todas elas reuniam grandes contingentes de portugueses e seus descendentes, dispostos a se oporem a todos que lhes pudesse hostilizar (SANTOS 1974, p.139).

Em Vigia, tropas de repressão promoviam ataques as localidades a noroeste do Marajó. Em São Caetano de Odívalas a repressão liderada pelo Capitão Badalejo reuniu homens armados com facões. Na costa do Salgado, em meados de 1824, a junta enviou, por duas vezes, embarcações artilharias, para que se unissem às tropas e homens fiéis da região, para atacar as Vilas de Bragança e Turiaçu, e seus arredores. Em meados de outubro de 1823, enviou-se expedições armadas navais que iniciaram ataques a Cametá culminando com sua rendição (RAIOL 1970, p. 57).

No Baixo Amazonas, uma junta militar, centrada em Santarém, e articulada com as câmaras de Faro e Óbidos, liderou os ataques contra as localidades rebeladas que se estendiam de março de 1824, até Alenquer, passando por Monte Alegre, onde a maior parte dos rebeldes passou a se reunir... Uma primeira expedição enviada por Santarém foi derrotada. A segunda comandada por José Coelho de Miranda Leão (futuramente um dos líderes de cabanos no Alto e Baixo Amazonas) conseguiu render Monte Alegre... E

³⁶ Cf. **RAIOL**, 1970, p.56-78; **REIS**, 1979, p.85.

em agosto do mesmo ano foi assinado um acordo entre as vilas, com promessas de não-agressões futuras (REIS 1979, p. 87-89).

Em fins de 1824, os acordos de paz firmados entre a Junta militar de Santarém e os rebeldes de Monte Alegre e a Junta Militar de Belém e os rebeldes de Cametá, além do sucesso das inúmeras expedições repressoras pelas demais regiões da Província, levaram as autoridades governistas provinciais a acreditarem que o interior estava pacificado e hibernado.

No entanto, podemos afirmar que as repressões não destruíram as formas de sociabilidades do poder local, embora existisse de direito a hierarquia do poder administrativo provincial, verticalizado a partir da Capital Belém, não existia integralmente de fato, pois nas Vilas e freguesias o poder das elites locais e suas formas de articulação continuavam com as mesmas estruturas, e no pós 1824 tenderam a se intensificar.

As formas de repressão impostas pela capital foram dirigidas tanto para dissidentes brancos como para os negros e índios (é o caso de revoltas ocorridas, onde a presença indígena era superior à branca, Alter-do-Chão, por exemplo), o que gerou certa proximidade e similitudes em destronar o antigo regime – proximidade que se fortalecerá ainda mais durante os anos da Cabanagem.

No entanto, que relação teriam estas revoltas com o Cônego Batista Campos? Qual papel o mesmo desempenhou? Mobilizador ou repressor dos movimentos Contestatórios?

Segundo Lima (2008, p. 100) “os patriotas liderados por Batista Campos haviam espalhados notícias e pedidos de Adesão ao Brasil pelo interior da província”. Segundo o autor, em cada região e localidade todos haveriam de se posicionar, pois o que estava em questão era a permanência ou não dos portugueses na administração da província do Grão-Pará.

Seguindo essa linha, convencionamos dizer que Batista Campos emergiu no cenário de 1823-24 como o plantador de ideais, o lançador de faíscas em meio à pólvora, pois é ele quem estabelece redes de comunicações e articulações sócio-políticas que tendem a uniformizar e de certa forma interligar as diversas revoltas ocorridas na província oitocentista.

Muito mais profundo do que ser o “senhor dos negros ou o suserano dos índios” é ser um exímio orador persuasivo, pois ao se ter domínio sobre a retórica, a eloquência e a verbalização culta das palavras num contexto de persuasão, isto por si só lhe fará ser senhor sobre negros e índios e de igual modo construir uma rede de sujeitos correligionários submissos a seus ideais, como o fez o Cônego.

Apropriando-se de Foucault (apud DELEUZE 1998, p. 45-70) devemos procurar deter-nos nas relações-oscilações conjunturais, nas quais essas redes de associabilidades e influências cercadas de poder se materializam e se externam, e estabelecer que toda e qualquer sociedade e/ou relação tenha implicitamente um **diagrama** de relações de poder.

É, pois um diagrama de relações de poder que podemos observar na conjuntura política da década de 20 do século XIX. Fatores como a disseminação pela imprensa paraense (O Patriota e depois O Paraense) das ideias advindas do cenário de revoluções-burguesa na Europa, o contato com ideais da Revolução Haitiana na Guiana Francesa, as arbitrárias represálias impostas pela Coroa Brasileira, a oportunidade emancipacionista da Confederação do Equador e a mobilização libertária de Batista Campos ajudam a construir redes de relações sócio-políticas imbricadas de poder entre as mais variadas partes da Província, envolvendo brancos e negros. Relações que irão aos poucos construir o cenário propício para a eclosão da Cabanagem, seu prolongamento pelo interior e certa estabilidade de resistência desta Revolta.

Neste ínterim, podemos afirmar que durante a década de 1820 os passos revolucionários de Batista Campos nada mais foram do que ensaios para figurar-se como protagonista do movimento Pré-cabanagem. Suas redes de sociabilidades e suas relações de poder com base na persuasão que outrora foram construídas, serviram como elementos propagandizadores de seu nome e reputação.

Tal personagem, cada vez mais tornava-se o representante da classe aristocrática paraense-brasileira e, de igual modo, teve sua figura construída pelas camadas mais inferiores como o religioso que se preocupava com o bem estar do povo paraense. Esta construção imagética serviu para conciliar os interesses tanto da elite quanto das classes ínfimas, desviando o olhar do invólucro monopolizador que estava sobre Campos.

No início da década de 30 do século XIX, Batista Campos volta a ser protagonistas das situações políticas no Pará e desta vez suas ações políticas arquitetam num único rumo – sua chegada à Presidência da Província.

Em julho de 1831, chegava ao Pará vinda de Belém a fragata Campista. Estavam a bordo o novo presidente e o novo comandante das armas do Pará – o desembargador Bernardo José da Gama, o Visconde de Goiana e o Coronel José Maria da Silva Bittencourt respectivamente – nomeados pela Regência Provisória, logo após a abdicação de D. Pedro I. Ao chegarem a Belém, tomaram posse no palácio do Governo e foram recepcionados pelos mais nobres e aristocráticos rurais da Província, os quais pretendiam conquistar o apreço do novo presidente em favor de seus interesses.

Não obstante, no dia seguinte a posse, no dia 20 de julho de 1831, membros da “Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica”³⁷ foram cumprimentar as novas autoridades provinciais. Aceitação e legitimação da Sociedade pelo Visconde e a soltura de presos políticos encarcerados, a mando dos opositores de Campos trouxeram mais ódio e desconfiança entre os opositores dos Filantrópicos.

Porém, a decisão política do recém-chegado presidente, que mais inflamou a revolta dessa elite Lusa, contrária aos Filantrópicos, foi a tentativa de efetivar a extinção dos governos militares e das fábricas nacionais e roças comuns distribuídas pela Província Paraense, que já estava prevista em decreto, desde 28 de junho de 1830 (RAIOL 1970, p. 202). Tais medidas precoces do Visconde de Goiana, sobretudo a tentativa em extirpar os mecanismos dos modos de trabalho responsáveis pela sua riqueza dos contrários ao cônego, levaram os opositores a Batista Campos e Goiana a intentarem depor o então presidente da província.

Mas, o que viriam ser e como eram caracterizadas as “fábricas nacionais e roças comuns” administradas pelos governos militares?

Continuavam ainda nesse tempo as Fábricas Nacionais e as Roças Comuns. Eram estabelecimentos criados sob a inspiração de alguns

³⁷ Sociedade secreta criada poucos dias antes da posse do Visconde de Goiana, aberta por meio de uma autorização sua. A Sociedade era presidida por Batista Campos e tinha como intuito “instrução patriótica, constitucional e filantrópica das verdades políticas e sociais, defendendo as liberdades públicas e particulares, e debelando o monstro do despotismo. Consideravam que sua missão era manter a ordem social e não se opor a ela”. (RAIOL 1970, p. 198).

especuladores a fim de melhor se locupletarem com o trabalho dos pobres índios, tendo-os a seu serviço mediante a retribuição de oitenta e até de quarenta réis diários, e estes mesmos pagos a longos prazos de mora, não havendo nunca o mínimo saldo a favor desses infelizes que, figuram sempre como devedores de seus supostos patronos, se tornavam para sempre servos da gleba, sem poderem, contudo gozar de sua liberdade, nem retirar-se desses estabelecimentos, ameaçados como eram com o recrutamento, e sabendo da proteção legal que se dava a semelhantes especuladores (RAIOL 1970, p. 202).

No contexto de tensões políticas, e com o começo de atentados ao Visconde de Goiana, os opositores de Batista Campos tentavam desarticular a Sociedade patriótica e, de igual modo, deslegitimar o governo do Visconde de Goiana, que se aproximara dos Patrióticos, passando a compartilhar conceitos, ideias e a demonstrar similitudes de nacionalismo libertário. Logo, reuniram-se os opositores dos Patrióticos - dos quais destacam-se Marcelino José Cardoso, Francisco Marques d'Elvas Portugal, João Henrique de Matos - em 6 de Agosto de 1831 na incumbência de articular um plano para depor o Visconde de Goiana e prender o Cônego Batista Campos.

Segundo um opúsculo anônimo (1832, p. 26-27), Marcelino José Cardoso, ao depor o Visconde de Goiana, teria tomado três medidas, que pretendiam salvar a província de um incêndio geral: 1) a deportação de Batista Campos para a prisão do Crato no Rio Madeira à bordo do Brigue Três de Maio; 2) a deportação de outros membros da Sociedade para a prisão de Marabitanas, no Rio Negro, 3) a volta do Visconde de Goiana à corte, na fragata Campista, por ter perdido a força moral.

O objetivo maior dos Caramurus ou da Facção Lusitana, como eram chamados pelos Patrióticos, era controlar o governo provincial, pois na ausência do Visconde de Goiana (presidente) assumiria seu vice-presidente, neste caso Batista Campos (que havia sido o deputado mais votado). No entanto, como a oposição de Caramurus, havia enviado o cônego para a prisão do Crato, isto deu margem para que mesmo a partir de um golpe, se encontrasse legalidade para a posse de Marcelino José Cardoso à Presidência do Grão-Pará.

Entretanto, em meio à certeza de pacificação da Província mediante as ideias de Batista Campos e sua sociedade, ocorre a fuga do Cônego e seus correligionários. Estes por sua vez, rapidamente se dirigem para o interior abrigando-se no Baixo Amazonas, primeiramente na freguesia de Faro, depois em Pauxis (hoje Óbidos) - no sítio do Padre Antônio Manoel Sanches de Brito -, e

posteriormente Juruti. Todavia, uma a uma as Vilas e Freguesias do Baixo Amazonas foram visitadas pelo Cônego no intuito de conseguir o apoio político.

O padre caminhava de lugar em lugar com um séquito semelhante ao dos antigos roilets da idade média, composto d'immundos negros e de sinceros índios enganados, a quem se falava d'um atentado contra a sua liberdade, que eles com razão queriam disputar. Nem uma só pessoa de consideração ou que tivesse que perder ornava esta cruzada de bárbaros nômade **[sic]** (OPÚSCULO 1832, p.44).

Mesmo com argumentos desqualificatórios sobre as andanças e intuitos do documento, podemos observar que ele vem afirmar como era o cotidiano da retórica de Campos. A cada dia, o cônego mobilizava uma grande massa popular a aderir a seus ideais, como estratégia para reconduzi-lo à Presidência do Grão-Pará - cargo que lhe foi negado após o Golpe contra o Visconde de Goiana.

Sua tentativa de afirmação e consolidação como legítimo Presidente da Província paraense ocorreu devido ao apoio do Padre Antônio Manoel e de seu irmão, o reverendo Raimundo Sanches de Brito.

Pauxis para onde ele (Cônego Batista Campos) se transferiu e onde contava com grandes dedicações, a 4 de fevereiro de 1832 deu-lhe a solidariedade do Município, numa reunião extraordinária da edilidade que desaprovou o movimento belemita de 7 de agosto e proclamou sua vontade de defender a atitude que assumia juntamente com Faro, Alter do Chão, Santarém, Vila Franca. [...] o Conselho fizera realizar com solenidade, a proclamação de Pedro II como Imperador Constitucional. Os reinóis locais receosos de qualquer desacato proveniente da exaltação do momento tinham-se retirado o que parecera uma demonstração de hostilidade à causa nacional (REIS 1979, p. 65-66).

A partir dos registros de Arthur Cezar Ferreira Reis, notamos que aos poucos Batista Campos passa a se envolver nas causas políticas do Baixo Amazonas. Sua intenção era conseguir o apoio constitucional destas Vilas, para de certa forma retornar ao governo Belenense legitimado politicamente. Cabe ressaltar, que estas Vilas, apoiavam as causas de mudança no cenário político regional, entretanto, mantinham-se fiéis à monarquia na figura do Imperador menino Pedro de Alcântara (sucessor de D. Pedro I que abdicou do trono em 7 de Abril de 1831).

Como podemos vislumbrar, Batista Campos saía pelas Vilas e Freguesias para pedir o apoio político das Juntas Governativas e seu reconhecimento como legítimo Presidente do Grão-Pará. Entre todas as Vilas e Freguesias pelas quais passou - Óbidos, Juruti, Monte Alegre, Alenquer, Faro, Alter do Chão, Franca, Pinhel, Aveiro, Boim, Prainha, Porto de Moz, Santarém entre outras -, o Cônego conseguiu ser aclamado presidente de direito da Província paraense em quase todas, exceto na antiga Vila dos Tapajó ³⁸ (Santarém) – que por abrigar uma significativa parcela de políticos luso-paraenses, fieis à relação com a Junta Governativa de Belém, negaram qualquer forma de reconhecimento ao Governo de Campos.

No teor destes dissabores políticos, assume o governo da Província o Brigadeiro Machado de Oliveira, que lança convite a Batista Campos para retornar à Capital, o cônego retorna a Belém e isto também marca seu retorno a uma posição de governo.

No entanto, pouco depois do retorno de Batista Campos à Belém, Machado de Oliveira é destituído e assume seu lugar Bernardo Lobo de Souza. A partir da posse de Souza, a sorte do cônego volta a mudar e o mesmo passa a ser perseguido novamente.

A ação do cônego, em viver fugindo pelas Vilas e regiões da Província, tece uma rede de apoio a seu governo e, de igual modo, contribui para a construção de sua imagem popular enquanto libertador das causas infames, que assolavam a população paraense menos abastada. Neste contexto, Batista Campos forma alianças, inclusive com antigos adversários como Felix Antonio Clemente Malcher – com o qual o movimento contestatório passará a ter um caráter de luta armada.

Porque o Cônego Batista Campos não consegue assumir a Presidência da Província, aumenta o seu desgaste com Lobo de Souza e, por conta disto, envolve muitos de seus partidários como algozes do então Presidente da Província. "Lobo de Souza era despótico, autoritário, grosseiro, homem ligado às paixões amorosas e pouco discreto em seus gozos - devasso por excelência" (DUQUE 1898).

³⁸ Optamos em trabalhar com a nomenclatura "Tapajó" ao invés de Tapajós, porque na língua Nheengatu, não se pronuncia o plural com o "s". Cabe ressaltar, que estamos empregando o termo em relação a aldeia indígena que dá o significante de plural de indivíduos, fora desta situação, ao empregar o uso da palavra para identificar o rio, a região ou qualquer outra forma conceitual emprega-se portanto "Tapajós".

Devido às sátiras do jornalista Vicente Ferreira Papagaio - no jornaleco “A Sentinella” -, sobre a impotência do presidente da província diante da organização política de seu opositor Batista Campos, Lobo de Souza manda prender o jornalista, o qual procura abrigo nas fazendas de Felix Antonio Clemente Malcher.

Furioso com a fuga, o presidente provinciano ordena a busca ao jornalista, promovendo incêndio às plantações de Malcher, pondo em vigor a lei marcial para perseguir os adversários, prendendo e transferindo Malcher para bordo da corveta Bertioiga e, posteriormente, mandando-o para o Forte do Brum em Pernambuco.

Durante o governo de Lobo de Sousa (1831-35), Batista Campos e seus partidários foram colocados na clandestinidade e caçados pela guarda do governador. Sua vida política neste período foi marcada por inúmeras fugas e asilos políticos entre partidários e tapuios ³⁹. Entretanto, afirmamos que suas fugas e caminhadas pelas veredas da região de Belém, serviram para “costurar com uma linha invisível uma colcha de retalhos de relações sociais” entre diferentes indivíduos de classes e segmentos distintos.

Sendo assim, podemos inferir que o processo paulatino de persuasão das massas e conquista de apoio numa possível guerra foram construindo aos poucos uma “Guarda Batista”, disposta a realizar qualquer atividade em favor dos ideais de Campos.

Cabe ressaltar que Batista Campos, vindo de uma formação religiosa, era essencialmente um homem político ⁴⁰, mobilizador de causas próprias e de causas da aristocracia paraense brasileira – diga-se de passagem, um aproveitador do poder de mobilização e legitimação das massas populares e poderes locais das Vilas -, tinha como principal, se não único anseio, chegar a Presidência da Província do Grão-Pará.

O próprio Cônego fazia parte da chamada “elite paraense brasileira”, sendo possuidor de fazendas e escravos. Como político (destituído de poder e cassado),

³⁹ Segundo Lima (1992, p. 68-70), quando Pombal instaurou o Diretório (1757-1799), substituindo os missionários por leigos no governo dos indígenas aldeados, a população indígena sofreu novamente e a mão-de-obra disponível nas vilas do Solimões tornou-se ainda mais escassa: dada a dureza no trato por parte de seus novos mestres, os Diretores, restavam aos indígenas a rebelião e a fuga. Esses movimentos contribuíram para a produção de pessoas misturadas, classificadas regionalmente e pelo Estado como tapuios, mestiços ou caboclos.

⁴⁰ **SALLES**, Vicente. Batista Campos In: **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3ª edição; IAP, Programa Raízes, Belém, 2005, p.291.

engajou-se num processo de sua recondução à presidência do Pará, interpretado por muitos como um projeto político inovador, que jurava fidelidade à Coroa. Projeto que modificaria as bases da administração regional - estendendo benfeitorias a “todos” - e imprimiria ao seu governo marcas progressistas. No entanto, Batista Campos perdeu o controle deste movimento, o qual teve um desfecho totalmente oposto às suas concepções religiosas e políticas.

Com a morte de Batista Campos em fins de 1834, por meio de um corte no pescoço, o qual gangrenou ⁴¹, o movimento revolucionário tomou novos rumos, passando a incorporar ideais radicais, voltados para reformas sociais, com a participação efetiva das camadas populares livres e escrava. Nesse cenário revolucionário, importantes aliados do Cônego Batista Campos se viram perdidos em meio aos rumos que o movimento iria tomar, e foram levados a romper com o ideal de Campos e em alguns casos mudar de lado político e passar a combater os revoltosos, como o Padre Antônio Manoel Sanches de Brito. Tal contexto, também, encontra auxílio nas ideias de Salles (2005, p. 291).

As aparências de luta religiosa e as de restauração naufragaram completamente. Os fatores de ordem social emergiram no mesmo contexto onde havia uma estrutura econômica desorganizada e decadente, uma ordem social injusta e retrógrada, um governo despótico e cruel. [...] Os valores políticos mudam rapidamente de posição.

Podemos assim inferir que a chegada de Batista Campos no Baixo Amazonas galvaniza e incita esperanças à consciência política revolucionária, presente na região, que tinha como principal objetivo reformular a administração política na Província paraense, afastando do poder os estrangeiros portugueses, para que os “brasileiros” de fato assumissem os cargos administrativos em sua própria terra.

Muito, além disso os discursos do Cônego não fincaram apenas bases políticas nas Juntas Governativas das Vilas do Baixo Amazonas. Tais discursos

⁴¹ Existem duas teses correntes da possível morte de Batista Campos. A 1ª afirma que enquanto o cônego retirava a barba com uma navalha o mesmo acabou se cortando e este ferimento veio a gangrenar e como consequência teve seu óbito. A 2ª afirma que durante combates armados contra as tropas de Lobo de Souza, o Cônego foi ferido por uma bala de raspão no pescoço ocasionando posteriormente uma infecção que teve como consequência seu falecimento. Certo é, que o mesmo morreu a partir de um golpe no pescoço que veio a infeccionar e diante das condições climáticas, higiênicas e ínfimas de assistência médica na região no período, o mesmo não obteve uma forma de conseguir se recuperar da lesão, vindo a falecer as vésperas da eclosão da Cabanagem.

revolucionários de mudança foram também apropriados pelos “homens de cor”, tapuios e brancos dissidentes e pobres, que rapidamente passaram a assimilar os ideais de Batista Campos em causa própria, passando a existir uma rede de comunicações e sociabilidades.

Isto implica dizer que as andanças de Batista Campos pelo interior do Pará geraram uma tessitura nas relações políticas no Baixo Amazonas e um sentimento regionalista de causa política, na medida em que as classes infames e bastardas passaram a se unificar em prol de um mesmo ideal: o acesso a direitos políticos, o acesso à terra e o acesso à liberdade (no caso dos negros). Essa rede de comunicações, gerada a partir da apropriação política dos discursos de Campos, dará uniformidade à organização da revolta pelo interior e de igual modo prolongar a resistência dos Pontos Cabanos a partir de 1835.

1.4. “Estouram os barris de pólvora”: a Eclosão da Cabanagem no Grão-Pará (1835) - Um “Sairé de São Tomé” diferente: articulações e teias de relações para tomada do governo provincial

Como já mencionado, as pretensões de uma “revolução branca” propostas pelo Cônego Batista Campos, longe do radicalismo das massas populares, definharam com o acontecimento de seu óbito no final de 1834. O falecimento do principal mobilizador e arquiteto do movimento de tomada do poder Belenense e reestruturação da política paraense em benefício de poucos levou tal movimento a tomar novos rumos.

Seu falecimento na virada de ano-novo representou para seus correligionários e herdeiros políticos como Clemente Malcher o selo simbólico de que deveria ser inaugurado um novo alvorecer na província do Grão-Pará. Acreditamos que uma das formas de Batista Campos persuadir e mobilizar tapuios, índios e negros para o movimento seria através das suas pregações religiosas.

Possivelmente, um dos seus principais estímulos eram centrados no esboço da “semente de trigo”, uma forma de convencer seus correligionários a irem para combate e se despreocuparem com a possível fatalidade da perda de suas vidas. Acreditamos que, para atender seus anseios, “Batista Campos” se utilizava muito da

seguinte passagem - *"Em verdade, em verdade vos digo: se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só; mas, se morrer; produz muito fruto"* ⁴². Estas possíveis palavras deixadas pelo cônego teriam alimentado o ideário revolucionário e a disposição dos patriotas paraenses em tomar o poder em Belém.

Tal afirmativa, tomada como hipótese neste trabalho, fundamenta-se nos registros da memória coletiva presentes nas cantigas caboclas do Lago Grande cantadas pelos mais antigos *"a semente, falada por Batista Campos da luta contra o crime e a opressão, acabou se tornando ele mesmo, viva Batista! semente da libertação"* ⁴³.

Dito de outra maneira, a tese principal de Campos seria afirmar que "se faz necessário que a semente morra sobre a terra, para que nasça a planta, cresça e produza frutos". A partir da interpretação da frase, podemos inferir que para os correligionários do período, Batista Campos seria "asemente" que foi lançada a "sete palmos" abaixo da terra. A partir dela (semente) deveria germinar uma revolução, em que seus brotos e frutos ocasionassem mudanças significativas no contexto sócio-político paraense.

No entanto, há de se convir que para que a planta (revolução) produzisse frutos, fazia-se necessário existir uma teia de relações sociais e, ao mesmo tempo, existirem indivíduos que desempenhassem papéis fundamentais em prol de um bem coletivo.

A raiz da revolução seriam as mudanças políticas e movimentos contestatórios pelos quais passou o Pará, desde 1750 - Diretório, Invasão do Brasil à Caiena, Adesão do Pará à Independência do Brasil, Repressões de Greenfell, Movimentos Confederados de Cametá e Monte Alegre, Cooperação com a Confederação do Equador, acirramentos políticos entre os "caramurus" e o grupo de Batista Campos -; o tronco principal seriam os ideais de Batista Campos e sua capacidade de articulação e persuasão políticas, garantindo a condução da seiva (ideário progressista e discurso de qualidade de vida) a seus galhos; estes por sua vez seriam os diferentes grupos sociais da sociedade paraense, divididos sobre

⁴² Ver Evangelho de João (Cap. 12, vers.24). In: **BÍBLIA**. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. rev. atual. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

⁴³ Versão relatada pela depoente D. Maria Zenaide, a qual afirmava que ouvia dizer que "pras bandas do Lago Grande cantavam essa cantiga".

categorias de raça e classe, pois assim como nenhum galho é idêntico ao outro, quando muito é semelhante, assim eram os diferentes grupos sociais no Pará de 1835 envolvidos no processo revolucionário.

Estes grupos apropriavam-se dos ideais do movimento conforme seus interesses particulares e realidade, produzindo assim diversos frutos. Tais frutos diferentes entre si, podem ser entendidos como projetos de revolução e manutenção do poder. Alguns segmentos sociais (brancos dissidentes, elite brasileira) tinham seu projeto de renovação governamental e outros segmentos (índios, negros) apenas aspiravam, produzirem transformações sócio-políticas na Província. Ambos os segmentos partiam da premissa de ressignificar o teor de revolução e mudança de cotidiano (Conferir SALLES 2005; RICCI 2006; MELO 2013b).

E foram justamente, estes diferentes frutos, provenientes de diversos grupos societários, que prolongaram a manutenção do poder cabano no Grão-Pará. Sendo que, para a instalação do governo patriótico cabano, precisaram unir seus interesses para dar início a um movimento único totalmente premeditado. Em contrapartida, a mesma motivação foi a causa do desfacelamento do governo cabano, já que, após a tomada de poder, não mantiveram a mesma unidade, havendo discordâncias cabais entre os múltiplos interesses políticos.

Dito isto, retomamos a informação de que às vésperas de 1835, Batista Campos organizava com seus militantes a tomada do governo da Província na Capital. Todavia, sua morte por infecção impediu tal feito como havia planejado. No entanto, alguns de seus compatriotas decidiram continuar com o plano e aclamaram-se herdeiros políticos de Campos (Irmãos Malcher e Francisco Vinagre).

Partindo de tais pressupostos, vamos tentar compreender o contexto social da capital paraense nos primeiros dias de Janeiro daquele ano de 1835. É sabido que a Província paraense, desde os anos iniciais da colonização portuguesa e da catequização jesuítica, sempre manteve-se fortemente fiel aos ritos e ao credo católico. Todas as ações de graças e cultos litúrgicos à divindade e aos santos eram marcas singulares da população paraense no período (como em qualquer outra Província do Brasil). Partindo de tais premissas, importa-nos tentar visualizar o cenário da cidade de Belém nos primeiros dias de janeiro de 1835.

Era costume todos os anos pessoas comuns e parentes dos cidadãos belenenses se dirigirem a Belém para passarem o Natal, as festividades de ano novo, o dia de Reis (6 de janeiro) com a queimação das palhinhas do presépio e também para celebrarem o dia de São Tomé (todo dia 7 de janeiro, último dia de encerramento de comemorações religiosas) – festa criada pelos jesuítas para reunião de índios e tapuios. O dia 7 era também o dia designado pela constituição do Império para que os novos vereadores eleitos se apresentassem aos senados da câmara.

No fim do ano, reuniam-se em Belém pessoas vindas da ilha de Marajó, do Baixo Tocantins, do arquipélago da Costa do Salgado e do Baixo e Alto Amazonas. Era comum também reunirem-se no porto de Belém embarcações de outras províncias do império e também de outras nacionalidades como ingleses e franceses.

No dia 7 de janeiro, durante os festejos de São Tomé, as ruas ganhavam ares de carnaval, ocorriam diversão, desentendimentos, arruaças, prisões por desordem e até mesmo assassinatos. No entanto no mesmo dia, além da diversão dos índios, tapuios e negros, também era o dia da representação simbólica de instalação da autoridade provincial. Do lado de dentro do senado da câmara, estavam sendo diplomados e legitimados como vereadores pessoas brancas do cenário político luso-paraense e brasileiro-paraense, ao passo que do lado de fora pelas ruas da capital, estavam aqueles que passavam o ano todo aguardando tal data para expressar sua liberdade sem nenhum tipo de ressalvas ou reclusas.

Sendo assim, podemos dizer que o dia 7 de janeiro apresentava um universo dicotômico, de um lado aqueles que no senado da câmara se auto afirmavam senhores (ressalva-se que neste lado também encontravam-se os brancos pertencentes à elite colonial paraense que se recolhiam em suas casas e apenas observavam as movimentações dos festejos de São Tomé com o olhar de reprovação) e de outro lado, aqueles índios e tapuios que pelo menos naquele único dia se faziam também senhores de seu universo cultural, assim tinha-se o português como idioma nas câmaras e casarões e pelas ruas o nheengatu e outros dialetos ameríndios e africanos.

Este cenário da Festa de São Tomé (que ainda continuou a ser praticado anos mais tarde) é narrado nas palavras do naturalista britânico Henry Bates em 1848:

[...] Eles têm o seu santo padroeiro, que é São Tomé, e celebram o seu dia na forma convencional, pois gostam de seguir à risca o protocolo. Não obstante, acham que os festins tem tanta importância quanto as cerimônias na igreja. As máscaras tem uma parte importante em alguns dos festejos, e nessas ocasiões os índios se sobressaem realmente. Fazem esplêndidas imitações de animais selvagens e do caipora e outras criaturas naturais da selva, representando os seus papéis até o fim com grande habilidade. Quando se realiza a festa de São Tomé, os índios todos se embriagam, e seus patrões já sabem disso. Geralmente tímidos demais para pedir a cachaça abertamente, eles se tornam então muito ousados, pedem logo um garrafão de uma vez, dizendo, quando interpelados, que vão tomar uma bebedeira em honra de São Tomé (BATES 1979, p. 44).

Segundo Bates, os índios faziam questão de seguir o protocolo dos rituais. Isto leva-nos a deduzir que todos os anos a festa era realizada no mesmo dia, no dia do padroeiro com início de missas e procissões. A imagem de São Tomé e uma bandeira branca iam à frente da procissão carregadas por pessoas escolhidas criteriosamente, na sequência iam os padres e sacristãos, trajando bordados e abrigados sob parassóis. Na festa tinha-se a presença de danças ritualizadas, com máscaras e adornos ⁴⁴. A procissão, num outro modo de ver, era um “sairé” ⁴⁵ conforme Bates ⁴⁶.

Por reunir elementos aglutinadores de pessoas, por manter as pessoas das elites despreocupadas em suas casas e por manter as autoridades políticas da Capital distantes das ruas em seu universo cosmológico de poder, os dias de festejos de santos eram amplamente escolhidos para se estourar uma rebelião, uma

⁴⁴ BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Ed. Itatiaia: Belo Horizonte; EDUSP: São Paulo. 1979, p. 44.

⁴⁵ O Sairé é uma festa religiosa inventada pelos jesuítas para facilitar o processo de catequização indígena. Grosso modo podemos dizer que tal festejo reúne tradições da cultura popular com a cultura erudita, uma espécie de mistura entre o santo e o profano. De certa forma se utiliza elementos da realidade e cotidiano indígena e se atribui significância cristã católica a eles como forma de realizar o processo de catequização indígena por assimilação. O Registro do Festejo de São Tomé enquanto “Sairé” em Belém era algo até então desconhecido por mim, quando me deparei com os escritos de Bates, haja vista que o Sairé hoje é bem conhecido na Cidade de Santarém no Baixo Amazonas - uma herança da missão jesuítica na antiga aldeia dos “Boraris” em Alter do Chão (Distrito de Santarém). Nesta região, o Sairé é conceituado como uma festa Sacro-profana de herança eclesástica em que era comum missas e procissões pronunciadas em latim vulgar, as chamadas ladainhas ou litanias de todos os santos, como assevera Buarque (2012).

⁴⁶ BATES, op. cit., p. 123.

revolta, fazer soar gritos de contestação a ordem social vigente e as mazelas sociais vivenciadas pela maioria da população paraense.

Não obstante, a geografia e hidrografia paraense dificultam a rapidez nas comunicações ocasionando uma lentidão nas articulações políticas para tentativa de golpes ou invasões. Dificuldade que pode perdurar por meses para que se consiga estabelecer redes de comunicações e relações sociais por entre as matas, rios, furos e igarapés.

Partindo de tais pressupostos, estas evidências nos levam a crer que a tomada de Belém no dia 7 de Janeiro foi meticulosamente planejada durante meses. Batista Campos em meio às suas fugas e andanças teria idealizado e estabelecido essa rede de comunicações, e escolhido o dia de São Tomé justamente por conta dos acontecimentos dicotômicos que nele ocorriam e pela aglomeração e chegada de muitas pessoas de diferentes regiões do Pará - o que levantaria fortes suspeitas se isto ocorresse em outra data, se não aquela que já era costumeira que assim acontecesse.

Em sua narrativa, Raiol ⁴⁷ afirma que “todos os rebeldes já estavam atentos desde quando, na noite anterior, as “principais autoridades e famílias” haviam se reunido no teatro para assistirem a uma peça, como parte da comemoração do dia de reis”, ou seja, o estado de alarme e vigilância premeditada era constante. Naquele ano a festa de São Tomé não levou simplesmente uma bandeira branca à frente da procissão, o ano de 1835 marcou naquela bandeira simbolicamente o sangue da revolução.

Na madrugada de 7 de janeiro de 1835, “quatro colunas adentravam e invadiam a cidade de Belém, vindas por todos os lados desde Campinas, Nazaré, entre outros” (Di Paolo 1982). A forma como ocorreu a invasão pode ser observada nos escritos de Lima (2008, p. 75-76):

Os irmãos Aranha, João Miguel e Germano eram os comandantes do plano combinado. Em sua casa em Cacoalinho, nas imediações de Belém, reuniram um “grupo de guardas nacionais do Acará e Guamá”, capitaneados pelos irmãos Vinagre, Antônio e Francisco. Na região de Nazaré, na casa de outro da família Aranha Tenreiro, havia um “crioulo liberto”, que se auto afirmava o “Patriota”, que reunia gente ao seu redor. No

⁴⁷ **RAIOL**, op. cit., 549-554.

Bacuri (Pedreira), onde era o início dos festejos de São Tomé, onde a maior parte da gente estava reunida, os irmãos Nogueira, Eduardo e Geraldo se destacavam como capitães. Por volta das três da madrugada teria cercado o quartel, onde os próprios soldados já estavam a postos à espera do sinal para se insurgirem contra os comandantes. De imediato, outras colunas cercaram os pontos estratégicos da cidade: o forte, o palácio e o arsenal. Na cadeia, presos comuns e aqueles que haviam sido capturados pelas expedições foram soltos, alguns foram armados. Outros, ainda, passaram a perseguir determinadas pessoas em suas casas.

O cenário era de conquista de Belém, os correligionários de Batista Campos queriam de fato colocar o plano em prática, tomar o poder e declarar morte aos portugueses. A dimensão do movimento soltou dissidentes políticos que haviam sido presos por Lobo de Sousa, mas também dá liberdade a desertores, assassinos e ladrões que tratam de fazer do movimento causa próprias e logo iniciam os saques e matança pelas casas do mais ricos de Belém. Assim com as tropas iniciando o combate tem início a fase do terror, haja vista que os terríveis combates não trazem comodidade nem alívio.

Sendo assim, importa dizer que, na madrugada de 7 de janeiro de 1835, os correligionários de Batista Campos avançaram sobre as ruas de Belém e tomaram o governo da capital sem muito esforço e instauraram a revolta, assassinando o comandante das armas Silva Santiago, o capitão-tenente Inglis e o presidente Bernardo Lobo de Souza arrastando seu cadáver pelas ruas de Belém.

Em meio a esta revolta, Clemente Malcher foi solto da Corveta Bertioga e aclamado presidente, passando a nomear como seu secretário o empregado de comércio Leal Aranha e como comandante das armas, o famoso cabalista eleitoral e seringueiro o tenente de guardas nacionais Francisco Pedro Vinagre. Malcher proclamou discurso aos paraenses, declarando que, enquanto o Sr. D. Pedro II não fosse maior de idade, a província não aceitaria presidentes. O então presidente cabano também decretou medidas para que o terror não impedisse a liberdade de comércio, excluindo a de vender bebidas alcóolicas ⁴⁸.

Para a elite branca paraense o acontecimento de 7 de janeiro foi encarado como um levante das classes infames e bastardas sobre a Casa Grande. Ocorreu uma afronta ao bem estar social e convívio da aristocracia luso-paraense, pois

⁴⁸ **DUQUE**, Gonzaga. "Os Cabanos do Pará" In: **Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)**. Typ. Do 'Jornal do Commercio' de Rodrigues e Companhia, Rio de Janeiro. 1898. p. 157.

tamanho era o pavor e o medo dos revoltosos, que tal movimento chegava a ser comparado com o jacobinismo francês. Henry Bates descreve assim o terror:

[...] os tumultos começaram com o assassinato do presidente e dos principais membros do governo, a luta foi sangrenta, e o partido nacional, em hora de má inspiração, resolveu chamar em seu auxílio os elementos fanáticos e ignorantes que compunham à parte mestiça e indígena da população. O grito de “Morte aos Portugueses” logo se transformou em “Morte aos maçons”, na época uma poderosa e bem organizada sociedade, que incluía a maioria dos brancos da província. O vitorioso partido local conseguiu estabelecer um governo próprio... (Bates 1979, p.24).

A partir dos levantes, tem início um governo cabano autônomo que se julgava fiel a Cora Brasileira na pessoa do futuro D. Pedro II (com ressalva de que somente isto ocorreria a partir de sua maioridade e posse oficial) e não reconhecia a autoridade do Governo Regente. A justificativa de fidelidade a D. Pedro II, apenas a partir de sua oficialização como imperador, dava margem para legitimar o novo Grão-Pará sobre domínio dos exércitos de Malcher, Vinagre e Angelim.

O Governo de Felix Antonio Clemente Malcher foi muito efêmero, visto que partidários de Francisco Vinagre entraram em batalha contra os partidários de Malcher. Tal disputa interna pelo poder, deve-se ao fato de que Malcher - um representante da classe média elitista, proprietário de fazendas e plantações no Acará - como primeiras medidas de seu governo, tentou suplantar os movimentos radicais e negociar com as forças de repressão da regência. Garantiu assim, a estabilidade e ordem na província, em troca do reconhecimento e legitimação de seu governo provincial pelas autoridades da Regência Trina Permanente.

Foi este posicionamento que levou a dissensões internas e acusação de traição do movimento, desencadeando o levante de armas entre o até então Presidente e o Comandante das armas do Grão-Pará, culminando com o assassinato de Malcher a 26 de fevereiro de 1835 ⁴⁹, fazendo com que Francisco Vinagre unificasse os poderes civil e militar.

No governo de Francisco Vinagre, o mesmo galgou estreitar relações com as forças anticabanas e tentou mostrar que era fiel à ordem política do menino

⁴⁹ Blake [1893] 1970, p. 331.

imperador. Como prova disso, permitiu que as forças de repressão comandadas por Manuel Jorge Rodrigues, desembarcassem em Belém a 25 de junho de 1835, com o apoio e consentimento de seus aliados que, desde o início daquele ano, comandavam a cidade. Pareciam prenunciar, de ambas as partes, tanto de Vinagre quanto de Manuel um esforço de negociação pacífica.

Segundo Lima ⁵⁰, “quando se renunciava um confronto, Taylor ⁵¹ relata que Francisco Vinagre acompanhado por pessoas de sua confiança, teria se deslocado até às embarcações da esquadra para mostrar a sua boa fé [...]”.

Por volta das 11 horas da manhã, o desembarque teria sido realizado. Ao descerem em terra contavam com tropas e marinhagem das embarcações divididos em duas divisões que totalizavam 460 homens, incluindo os 160 homens, em 17 escaleres, enviados pelo presidente do Maranhão. Ao desembarcarem em terra, estavam todos prontos para qualquer confronto, porém nenhum ataque de parte a parte se observou. Após o desembarque a primeira providência foi enviar reforços ao interior. (LIMA 2008, p. 134-135).

Os revoltosos, que irão ser denominados de “cabanos” ⁵², pediam na pessoa de Vinagre, o reconhecimento de seu governo e anistia a seus compatriotas - pedido negado pelo Comandante Manuel Rodrigues.

A tensão aumenta e com ela se diminui a possibilidade de uma negociação pacífica. Os conflitos armados liderados por Vinagre passaram a ser definidos pelas forças legalistas como uma guerra fundada no ódio racial dos homens de cor contra os brancos. Tal definição causava o alarde de que não existiriam mais possibilidades de negociação ou anistia entre os partidários do novo governo paraense.

Há de se analisar que ainda que, o desembarque da esquadra de Manuel Rodrigues tenha sido realizado pacificamente por meio de negociações com Francisco Vinagre – governador considerado por eles como usurpador do poder legal -, não havia entre os objetivos de Taylor e Rodrigues qualquer intenção de

⁵⁰ LIMA, op. cit., p. 134.

⁵¹ Almirante britânico contratado pelo Império que comandava a pequena esquadra de Manuel Jorge Rodrigues.

⁵² Termo que será historicizado mais a frente.

realizar um acordo, uma vez que não se concedia anistia geral aos “perturbadores da ordem social”.

O convite de Francisco Vinagre aos comandantes da esquadra repressora, para desembarcarem de forma pacífica no porto de Belém, a fim de dialogar com o presidente cabano, foi aceito pelas tropas repressoras. O convite foi aceito, mais como uma estratégia de guerra que uma cordialidade. Isto porque as esquadras traziam um número reduzido de soldados.

As estratégias dos comandantes da esquadra em conhecer as firmas administrativas e territoriais do inimigo eram uma tentativa de proximidade com Vinagre. Uma medida protetiva para evitar qualquer tipo de ação contrária pelas tropas vinagristas, até que chegassem reforços advindos da ordem regencial.

Fracassada a tentativa de pacificação, as forças repressoras legalistas enviam escunas para a região de Cametá e Marajó, na perspectiva de conter os avanços dos tapuios revoltosos, que ameaçavam a legalidade das Vilas e freguesias daquela região. No entanto, a falta de reforços militares e guarnições para combater os cabanos levava o Marechal Rodrigues a enviar diversos ofícios ao governo regencial no Rio de Janeiro e a outras províncias do Norte, para que lhes enviassem o apoio que haviam prometido desde sua saída do Rio de Janeiro.

As esperanças de Rodrigues se depositavam na promessa de ajuda vinda do governo de Pernambuco - que estava em vias de concluir a repressão aos cabanos no interior do nordeste, na região de Jacuípe e Panelas, ocorrida desde 1832 -, reforços militares que tardam a chegar, levando o poder militar das forças de repressão a enfraquecerem e serem imobilizadas diante das tropas vinagristas.

Neste contexto, Rodrigues é levado a enviar ofícios às embarcações inglesas⁵³, presentes na Baía de Guajará, pedindo ajuda para combater as classes infames.

⁵³ As repetidas denúncias que o governo tem tido acerca dos planos tenebrosos que os malvados perturbadores da ordem pública que vem reproduzir nesta desditosa Província o tem tornado vigilante e cautelosa; porém tendo nestes últimos dias recebido algumas participações de toda a veracidade que bem inculcam os fins sinistros com que os desordeiros projetaram aniquilar todos os elementos da associação paraense, mui principalmente dos brancos em geral, me vejo forçado a comunicar a V. Exa., que se pretende envolver nos movimentos anárquicos todos os pretos, com o especioso pretexto de que finda a luta serão livres, e já em alguns pontos tem obrigado a uns; e seduzido a outros para semelhante fim, e nesta capital onde existe o foco de seus agentes premeditam, brevemente levar a morte, e o roubo até a mais pequena choupana, em vista das quais do expedito o Governo se vê obrigado a declarar com a maior franqueza a Va. As. Que não tem forças suficientes para repelir a facção. Sem meios para garantir a vida e propriedades dos Habitantes quer Nacionais como estrangeiros, recorre a Va. As. Como representante de uma Nação das mais aliadas do Brasil.

De igual modo, ordena a Taylor que na primeira oportunidade prenda os irmãos Vinagre, Eduardo Nogueira e Aranha e os demais chefes que estivessem subsidiados na capital. Taylor consegue efetuar a captura e prisão de Francisco Vinagre, e em resposta logo recebem uma carta de seu irmão Antonio Vinagre relatando a possibilidade de negociação pela soltura do presidente da província de direito em prol da permanência da paz na capital. Vejamos os escritos de Antonio Vinagre *apud* Raiol (1970, p. 826):

Ilmo. Exmo. Snr.

Tenho a honra de levar à respeitável presença de V. Exa. Que à minha notícia chega de achar-se preso o meu irmão, o Major José Bernardino, Meninéia e outros patrícios, mais que até parece impossível pela honra da palavra de V. Exa. Que seguiu toda fidelidade que não vinha satisfazer paixões, tais procedimentos. Tenho ignorado a franqueza com que V. Exa. Tem-se posto a campo nada mais tenho a expor senão que logo o receber deste no mesmo momento haja logo e logo mandar soltar o meu irmão e todos os demais patrícios, e quando V. Exa. Assim o não faça terei o arrojo com as minhas forças soltá-los obrigando-se V. Exa. Responsável pelos prejuízos, percas e danos da Província, torno a dizer que acho-me com um exército de quatro mil homens quando V. Exa. Assim o não atenda, e mandar-me a resposta das solturas pelo mesmo embaixador logo, que se eu chegar a entrar não ficará pedra sobre pedra.

Deus Guarde a V. Exa. Acará, 2 de agosto de 1835.

Ilmo. Snr. Presidente Manuel Jorge Rodrigues.

Antonio Pedro Vinagre.

Tenente-Coronel Comandante.

Para combater as forças Vinagristas e manter Francisco Vinagre preso, o Marechal Rodrigues envia cartas às embarcações inglesas – visto na íntegra em citação acima de Cleary -. No conteúdo da carta, o comandante de esquadras narrava sofismas e inventava objetivos torpes dos revoltosos. Oficiava a informação falsa de que os revolucionários haviam decretado morte a todos os brancos da província quer sejam eles brasileiros natos ou adotivos, lusos ou estrangeiros.

Diante destas correspondências, as embarcações inglesas colocam-se à disposição de Rodrigues, dando início a um forte combate pela capital Belém. Como consequência dos combates, Francisco Vinagre consegue fugir auxiliado pelas tropas lideradas por seu irmão.

Em nome de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo; haja de lhe prestar as forças, aqui existentes, de sua Nação, para que unidades as deste Governo, se salve esta malfadada Província dos horrores as carnificina, e nenhum duvida me resta que, nas circunstâncias aflitivas em que me acho; pela longitude em que existe o Governo Central, encontrarei aquela proteção e apoio que essa crise arriscada reclama a salvação comum (*apud* CLEARY, 2002, p. 177).

Em contrapartida, as autoridades legais de Rodrigues teriam retomado o controle da Capital. No entanto, ao ficarem cercados pelos patriotas nos arredores peninsulares e insulares de Belém, procuraram retomar a ordem, enviando parte dos armamentos do Palácio do Governo para Vigia, com o intuito de combater os revoltosos que estavam nas cercanias da Capital.

Um testemunho ocular sobre esta fuga dos cabanos em julho de 1835 nos é relatado pelo Vice-cônsul britânico Hersketh *apud* Cleary (2002, p.184-185):

[...] no dia 25 de julho, ocorreu um massacre geral dos habitantes brancos no vilarejo da Vigia, o primeiro povoado de alguma importância ao entrar no rio do Pará.

No dia 27, recebi uma carta do Presidente da Província, [...], em que solicita a ajuda das forças britânicas lotadas aqui para repelir as tentativas da população de cor. [...].

No dia 28 de julho, o Presidente mandou que o ex-Presidente Francisco Pedro Vinagre, juntamente com outros de seu grupo, fossem apreendidos por suspeita de conspiração contra o Governo. Como consequência desse procedimento, o irmão do acima citado Vinagre escreveu para o Presidente Manuel Jorge Rodrigues exigindo a soltura dos prisioneiros, senão, ele atacaria com uma força de 4 mil homens.

Após vários boatos, os rebeldes invadiram a cidade ao meio dia do dia 14 de Agosto e, tomando de posse aos poucos a maioria das casas e matando barbaramente os brancos do Presidente que dominava dois pontos, justamente o Arsenal Militar e o Palácio do Governo, ajudadas pelos canhões do Racehorse, a corveta portuguesa Eliza e a esquadra brasileira. Os residentes britânicos embarcaram no dia 14 de agosto ao receberem as primeiras informações sobre o avanço dos rebeldes.

No dia 23 de agosto, o Presidente, já tendo embarcado na noite anterior, juntamente com todas as suas tropas, a bordo da esquadra brasileira, todos os navios no porto levantaram ancora e desceram o rio fora do alcance de fogo, abandonando assim a cidade dos rebeldes.

O texto presente nos escritos de Cleary ressalta todo o processo dos combates, mas dá pouco destaque à tomada de Belém em 28 de Julho pelas tropas de Rodrigues e posteriormente o envio de armamentos à Vigia e Acará para combater os revoltosos. Fato é que, depois de deixarem Belém e se refugiarem no Acará de onde ameaçaram a invasão a Belém novamente, os vinagristas retomam a cidade de Belém um mês depois. Nesta volta, Francisco Vinagre é morto em combate, à esquadra brasileira se evade de Belém, abandonando a Capital e assume o governo no lugar de Vinagre o terceiro e último presidente cabano, Eduardo Angelim, em 23 de agosto de 1835.

1.5. O Governo de Angelim e as primeiras medidas de D'Andréa.

Ao assumir o governo Cabano, uma das primeiras medidas de Eduardo Nogueira, que recebia a alcunha de Angelim, foi tentar negociar com a Regência Permanente a legitimidade do governo revolucionário e o processo de anistia dos seus revoltosos. Entre as ações de Angelim, figuravam os esforços para se mostrar amigável aos súditos britânicos e aos demais estrangeiros, realizando uma espécie de protetorado das propriedades dos comerciantes britânicos, a exemplo de como já acontecia com os comerciantes portugueses de Belém.

Outra forte medida de Eduardo Angelim foi tentar reestabelecer as relações com a elite branca - pertencente à classe média proprietária de fazendas e terras de cacau - principalmente no Acará, visto que o teor revolucionário de luta armada incluindo negros e índios, distanciou boa parte destes proprietários de terras. Por serem senhores de escravos, não pretendiam legitimar um movimento que fosse capaz de proclamar a libertação destes “homens de cor”, sua principal mão de obra trabalhista.

Para aproximar a classe branca do movimento novamente e restabelecer diálogo com os representantes legais do governo regencial, Eduardo Angelim suspende qualquer possibilidade de liberdade aos negros, descumprindo, assim, a promessa de anistia aos “homens de cor”, pronunciada ao longo dos primeiros meses de 1835.

Essas medidas de tentativas de negociação com o governo do Rio de Janeiro reascendeu o movimento de luta popular e se caracterizou como um período de formação de muitas facções compostas por escravos negros e libertos⁵⁴, contrários aos posicionamentos de Angelim.

As medidas de Angelim prolongam o seu governo revolucionário na Província fazendo com que a Junta Trina Permanente mantenha a inércia repressora no Pará. Conforme assevera Raiol (1970, p. 805):

⁵⁴ **NETO**, José Maia Bezerra; “A Cabanagem (1835-1840)” In: ALVES FILHO, Aramando; SOUZA JÚNIOR, José Alves; NETO, José Maia Bezerra. **Pontos de História da Amazônia**. 3ª ed. Ver. Ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001, p.96.

Nem o governo intruso de Malcher, nem o de Francisco Vinagre, tinham podido conter os facciosos. A anarquia reinava desde o princípio do ano, e o movimento já tinha descido à última escala social. Dominavam os turbulentos, os analfabetos, os homens sem conceito, para quem era indiferente a perturbação da ordem pública. Sem nada terem que perder, esses indivíduos estavam dispostos a entrar em qualquer aventura que se lhes deparasse. Os motins eram-lhes jogos de azar, nos quais poderia ser-lhes favorável a sorte.

Raiol só menciona o berço anárquico no governo dos dois primeiros presidentes por ele alcunhados de “intrusos”, por terem levantado a desordem e anarquia a partir de atitudes e estratégias de tomada de poder malfadadas. O autor não se refere ao governo de Angelim como anárquico, pois entre fins de agosto de 1835 e início de maio de 1836, Eduardo era reconhecido como “senhor da capital” e presidente legal, por praticamente todas as câmaras das Vilas do interior da província do Grão-Pará.

No entanto, há de registrar que as negociações, ocorridas entre as autoridades legais brasileiras e o “senhor da capital” - ações que prolongaram seu governo em comparação a Malcher e Vinagre - eram na verdade meras cordialidades e estratégia do governo legal. A Regência tinha por objetivo arquitetar uma expedição repressora chefiada pelo Marechal Francisco José de Souza Soares D’Andréa - o qual ainda nos anos finais de 1835 encontrava-se na Província de Pernambuco, reprimindo aos cabanos da Cabanada e tentando restabelecer a ordem sob a égide da autoridade Regencial.

Uma riquíssima descrição sobre a trajetória política de Soares D’Andréa foi tecida por Manuel Barata. Segundo Barata *apud* Lima (2008, p. 167):

O Marechal Francisco José de Souza Soares d’Andréa, posteriormente barão de Caçapava, foi o militar nomeado pela regência do Império para colocar em prática o projeto de pacificação do Grão-Pará, idealizado pelo marechal português Manuel Jorge Rodrigues, pelo inglês John Taylor e pelas famílias refugiadas em Tatuóca. D’Andréa, lisboeta, migrou para o Brasil juntamente com a corte em 1808. Era militar, engenheiro de formação e atuou ativamente em diversas regiões, ocupando diversos postos de destaque até meados de 1858. Entre 1817-1822 ocupou diversos cargos na Província de Pernambuco. Em 1822, foi nomeado encarregado da defesa da província de Santa Catarina. Entre 1830 e 1831, foi enviado pela corte pela primeira vez ao Grão-Pará, onde ocupou o cargo de comandante das armas da província. Seu retorno a Província se deu em abril de 1836, onde ocupou a presidência e o comando das armas e atuou com plenos poderes até meados de 1839, quando foi nomeado presidente de Santa Catarina.

Em 1840, foi nomeado presidente da Província do Rio Grande. Em 1841, retornou a província de Santa Catarina, onde foi nomeado comandante das forças de restauração da ordem imperial. Em 1843, d'Andréa foi nomeado presidente da província de Minas Gerais. Em 1844, foi transferido para a Bahia, para ocupar também o cargo de presidente da província. Em 1848, foi novamente nomeado presidente do Rio Grande, e em 1856, retornou à corte no Rio de Janeiro, onde foi nomeado conselheiro de Estado, para, no ano seguinte conduzir as demarcações dos limites entre o Brasil e o Uruguai.

A trajetória política de D'Andréa leva-nos a inferir que este era um dos principais homens políticos do Império, monarquista ferrenho e especialista em suplantar revoltas e restaurar a ordem imperial.

O fato de D'Andréa ter passado pelo Pará em 1831, ter sido inimigo assumido de Batista Campos e conhecer os grupos e aspirações políticas daquela província, assim como compreender a geografia e hidrografia paraense, foi fator determinante para o Regente Diogo Feijó, designá-lo para assumir a província do Grão-Pará, reprimir os revoltosos e restabelecer a autoridade regencial naquela província. Assim como Manuel Rodrigues foi auxiliado por Taylor, Soares D'Andréa passou a ter como principal aliado o mercenário inglês Frederico Mariath, nomeado comandante das armas no Pará.

Uma das primeiras estratégias de D'Andréa e Mariath, segundo Raiol (1970), foi interceptar as comunicações entre o forte do Castelo e o lugar da Pedreira, no rio Guajará - local através do qual seriam realizadas as comunicações entre cidade e os rios Guamá, Capim e Moju.

D'Andréa afirmava que o bloqueio seria completo se outras embarcações pudessem fechar “a saída para a cidade pelos furos ou igarapés que atravessam a ilha das Onças”. Além disso, outras forças de mar e terra deveriam estacionar, ainda, em Magoré junto à ponta do Pinheiro, por onde seriam realizadas as comunicações com a Ilha de Marajó (estratégia para o fornecimento de mantimentos). Soares d'Andréa solicitava à corte mais homens (cerca de duzentos marinheiros e oficiais da marinha) e embarcações, que seriam necessárias “porque os troços do Corpo dessa Hidra tomarão vida própria e será indispensável esmagar cada um por si”.

Aos poucos a capital era isolada do interior da província. Eduardo Nogueira Angelim e os seus aliados, “senhores da cidade” no momento, cada vez mais se

viam impossibilitados de garantir mantimentos, bem como de manter comunicações com as diversas localidades do interior, que lhes ofereciam apoio. A conquista e a entrada das tropas de Soares D'Andréa em Belém ocorreriam dias depois. Houve da parte dos líderes patriotas tentativas de negociação de anistia; porém, Andréa se recusou a empreender qualquer acordo.

No cenário de cerco a Belém, o bispo D. Romualdo de Souza aconselha a Eduardo Angelim que evitasse qualquer atitude de hostilidade, e fizesse uma proposta de anistia geral a D'Andréa. Por intermédio do Bispo em 26 de abril de 1836, Angelim envia um documento ao presidente legal contendo uma proposta de negociação.

No documento ⁵⁵, Angelim e seus aliados propunham uma anistia geral, pondo em liberdade todos os patriotas aprisionados. Angelim requeria lançar um véu sobre os males passados, e solicitar garantias de não agressão a nenhum daqueles que participaram da revolta.

Segundo a carta, os revoltosos afirmavam que esta abertura a negociação se deu pela humanização destes patriotas em saberem admirar a sua pátria. No entanto, Angelim oficiava que, caso D'Andréa se recusasse a negociar, seria ele o responsável pelos horrores que estariam por vir - uma vez que tinham o apoio de todo o baixo e alto Amazonas.

Todavia, em resposta enviada a Angelim, D'Andréa se recusou a negociar (apud RAIOL, 1970, p. 950) explicitando como motivos: 1 - que não estava autorizado a publicar qualquer anistia, uma vez que a Assembleia Geral não o havia autorizado para tal finalidade; 2 – que a sua palavra era a melhor garantia; 3 – pelo mesmo motivo de não poder publicar a anistia não poderia soltar os presos políticos; 4 – que era “amante do rico Império brasileiro”, ao qual servia desde seus primeiros anos, e que não poderia ser responsabilizado por nada.

Diante da resposta negativa, Angelim novamente enviou uma proposta ao presidente legal no dia 30 do mesmo mês. Na carta dirigida a D'Andréa (apud RAIOL, 1970, p. 952), Angelim afirmava que, para ele, seria uma glória se a entrada das forças de D'Andréa na cidade fosse realizada “sem um tiro de parte a parte”.

⁵⁵ Apud Raiol, 1970, p. 949 et seq.

O “senhor da capital” enfatizava que os “patriotas paraenses” estavam obedientes a ele [Soares D’Andréa] e todos prestavam submissão a Sua Majestade Imperial. Angelim relatava também ao presidente legal que ele [Angelim] e os patrióticos defendiam um Governo livre e filantrópico, rodeado de amor.

Seu governo patriótico teria realizado todos os esforços para a “manutenção da ordem e o desterro da anarquia”, inclusive, negado propostas de vantagens de nações estrangeiras, interessadas na proclamação da Independência do Grão-Pará.

Em resposta no dia 31 (apud RAIOL, 1970, p. 953), D’Andréa afirmava que sua tarefa na Província era “cumprir ordens e não realizar reflexões sobre elas” e, que foi enviado ao Grão-Pará para “restituir a ordem e a paz à província”. Sendo assim, acreditava ser impossível “conceder a suspensão das hostilidades”, uma vez que ainda havia anarquia e rebeldia.

O Marechal também exigia que, se os dissidentes quisessem obter a anistia da Assembleia Geral, deveriam mostrar um desejo claro de retornar a ordem abandonando a Capital e esperando a decisão da Assembleia num ponto qualquer (nas cercanias de Belém).

Eduardo reenvia uma resposta a Soares em 3 de maio (apud RAIOL, 1970, p. 954-955), reiterando seus esforços em conter a anarquia e afirmou que se retiraria da cidade com seus subordinados, uma vez que não queria “ver mais sangue derramado” por amor à Pátria e à humanidade.

Eduardo Nogueira solicitou vinte dias para se retirar de Belém e destacou que sua intenção era partir para o Amazonas (Rio Negro), onde pretendia aguardar a decisão da Assembleia Geral. Propunha que enquanto se retirassem de Belém os pontos da legalidade não os hostilizassem, pois não era sua intenção realizar a reciprocidade, além disso, como prova de suas “boas intenções”, Angelim enviou a presidente legal todas as cédulas vindas da província.

No mesmo dia, D’Andréa enviou uma resposta áspera a Eduardo (apud RAIOL, 1970, p. 955). O presidente legal da Província do Grão-Pará afirmava que não autorizava sua retirada para o Amazonas, pois a região poderia lhe servir de base para novas tentativas de anarquia. O marechal reiterava que não pretendia tratar de qualquer partilha da Província e estabelecia que sua principal proposta era que

Angelim e os correligionários se quisessem serem perdoados se retirassem para a fazenda que ele (Eduardo Nogueira) tinha na região do carapijó.

O Marechal exigia que lhe enviassem uma relação de todas as pessoas que acompanhá-lo-iam, sem passarem para além do rio Barcarena. Caso aceitassem, todos os presentes na lista seriam deixados em paz até uma decisão da corte, sendo que para isso vinte dias era desnecessário e abusivo. Como forma de selar o acordo, Andréa devolve as cédulas a Angelim, afirmando que o mesmo só deveria entregar a ele [D'Andréa], caso aceitasse as cláusulas do acordo.

Em resposta a D'Andréa, no dia seguinte, 4 de maio, Eduardo Nogueira Angelim recusou as propostas de Soares d'Andréa e reiterou que as condições propostas pelo marechal eram pesadas e duras para um povo que se considera triunfante. Afirmava que ainda havia tempo para evitar males sangrentos se fosse permitida sua passagem pelo Amazonas de forma pacífica, ou, caso contrário, o seria por meio da disputa belicosa.

Para Angelim, D'Andréa buscava “abusar do Povo Paraense”, pois sua fazenda não tinha recursos suficientes para abrigar mais do que cinco homens além de ser muito próximo a Capital (desconfiança de uma armadilha para capturá-los). Por isto Eduardo mantinha-se firme em suas posições e pleiteava que D'Andréa mudasse as suas. Prontamente lhe sobreveio a resposta de Soares D'Andréa (apud RAIOL, 1970, p. 956) assegurando que não poderia aceitar os termos propostos pelo “Chefe da Capital” e que, sendo assim, seria melhor deixar as coisas como estavam, ou seja, num estado de inércia e posições de contrários sem qualquer tipo de acordo, garantias ou negociação.

Com os insucessos de negociação da anistia por meio do diálogo, Angelim decide evadir-se de Belém. Antes, entretanto entrega ao Bispo D. Romualdo os 1.831 réis que havia anteriormente enviado ao Marechal Soares D'Andréa, para que pudessem ser anexados às receitas da Assembleia Provincial. Pouco antes de deixar Belém (13 de maio), no dia 10 de maio, Eduardo Angelim ainda envia um novo documento a D'Andréa (apud RAIOL, 1970, p. 959-960) no qual afirmava que se retirara para o Guamá, onde, segundo ele, pretendia manter as promessas de boa ordem até uma resposta da Assembleia Geral. Além disso, afirmava que

manteria na cidade uma tropa armada para conter “pessoas mal intencionadas”, até que Andréa e suas tropas desembarcassem.

O Chefe da Capital também solicitava que, se o Marechal quisesse poupar sangue brasileiro, abrisse caminho e afastasse as suas embarcações para que ele [Angelim] e seus filantrópicos pudessem partir sem confrontos armados. Para Eduardo isto pareceria justo, já que o mesmo havia dado significativas demonstrações e suficientes provas de “obediência às leis e amor à Pátria”.

O Marechal Francisco José de Souza Soares D’Andréa foi enfático em sua resposta enviada a Angelim no dia seguinte (apud RAIOL, 1970, p. 960), mantendo os termos de sua proposta para que Eduardo Nogueira se retirasse com seus aliados para sua fazenda no Carnapijó. Toda e qualquer outra atitude e proposta não seriam aceitas ou discutidas, sendo passível de retaliações, além disso, recusava-se a retirar qualquer embarcação das posições legais por ele defendidas.

Como podemos observar as tentativas de negociações foram diárias, no entanto, não obtiveram êxito. A proposta de anistia feita por Eduardo Angelim se deparava com a justificativa do Marechal Soares D’Andréa de que esta lei de perdão geral só poderia ser concedida pela Assembleia Geral, e enquanto esta não promulgasse tal pedido, o mesmo se via impossibilitado de realizar a soltura de presos.

No entanto, como podemos observar nas documentações, é vontade do próprio D’Andréa que os patrióticos sofram severos castigos e formas horrendas de repressão, distantes da possibilidade de perdão por suas atrocidades e desordem anárquica.

Aliás, convém ressaltar que com a chegada de D’Andréa e suas tropas, advindas de Pernambuco, passa-se a denominar o movimento revolucionário paraense de “Cabanagem”⁵⁶. As mesmas tropas, transladas de Pernambuco, lá combateram os “cabanos” da Cabanada ou Revolta das Panelas e ao chegarem ao Pará atribuíram aos revoltosos a mesma nomenclatura, visto que naquele período toda e qualquer revolta que ocorresse no Brasil, seus revoltosos eram alcunhados

⁵⁶ Esta discussão pertinente à nomenclatura do movimento e dos sujeitos envolvidos será rediscutida a partir de vários olhares de autores diversos no segundo capítulo deste trabalho.

de cabanos⁵⁷, termo pejorativo, sinônimo de sedioso, ocioso, anarquista, filho do demônio, etc.

Retomando o contexto da partida de Angelim, convém iniciarmos a discussão sobre as estratégias repressoras de aprisionamento de Soares D'Andréa por meio da suspensão das formalidades constitucionais. No entanto convém lembrar que a partir de agosto de 1835 em Belém, o Marechal Manuel Jorge Rodrigues, seu principal aliado, John Taylor, o almirante inglês contratado pelo Império, e as famílias luso-brasileiras passaram a defender a ideia de que seria efetivamente necessário abolir, em toda a Província do Grão-Pará, toda e qualquer garantia constitucional, uma vez que a região estaria totalmente ameaçada, a ponto de o Império poder se fragmentar. Como afirma Lima (2008, p. 132):

Tal estratégia de abolição da Carta de 1824 na Amazônia brasileira se sedimentou aos poucos e apenas se concluiu com a nomeação de Soares d'Andrea à presidência e comando das armas da província do Grão-Pará, que, aos poucos, passou a receber da corte plenos poderes, atuando na província efetivamente como um déspota declarado. No período declarado de exceção, as autoridades legalistas foram autorizadas a exterminar ou prender qualquer um que considerasse suspeito, sob a alegação de crime geral de rebelião, que aos poucos, passou a se caracterizar como o crime geral de cabano.

Cabe assim então afirmar que, se o regime militar de suspensão das formalidades constitucionais foi pensado e arquitetado por Manuel Jorge Rodrigues, por John Taylor e as famílias de bem, apenas no governo de D'Andréa, a partir de 1836 ela foi colocada efetivamente em prática.

No entanto fica o questionamento, em que condições esta suspensão dos direitos políticos e civis poderia vir a ser aplicada?

Segundo a Constituição Política do Império do Brasil, promulgada na Corte do Rio de Janeiro em 25 de março de 1824, nos itens XXXIV e XXXV, do artigo 179 que dispunha sobre a “inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos cidadãos brasileiros, tendo por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade”, os mesmos estabelecem que:

⁵⁷ **DUQUE**, Gonzaga. “Os Cabanos do Pará” In: **Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)**. Typ. Do ‘Jornal do Commercio’ de Rodrigues e Companhia, Rio de Janeiro. 1898.

XXXIV. Os Poderes Constitucionaes não podem suspender a Constituição, no que diz respeito aos direitos individuaes, salvo nos casos, e circunstancias especificadas no paragrapho seguinte.

XXXV. Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-ha fazer por acto especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembléa, e correndo a Patria perigo imminente, poderá o Governo exercer esta mesma providencia, como medida provisoria, e indispensavel, suspendendo-a immediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remetter à Assembléa, logo que reunida fôr, uma relação motivada das prisões, e d'outras medidas de prevenção tomadas; e quaesquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a ellas, serão responsaveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito⁵⁸.

Notemos que a primeira situação que a Constituição estabelece para se suspender os direitos civis e políticos dos cidadãos é por meio de uma declaração formalizada pela própria Assembleia no Rio de Janeiro - algo muito complexo e remoto de acontecer.

No entanto, a elaboração desta declaração somente ocorreria se o legislativo evidenciasse que levantes e revoltas numa certa região do Brasil carecessem de suspensão de direitos por determinado tempo - algo pouco improvável, já que na prática como estratégia, deixava-se que os governos provincianos o fizessem isto.

Entretanto, imperava uma dicotomia na segunda forma de suspensão da Constituição de 1824. Mediante levantes e revoltas nas Províncias, os presidentes poderiam suspender as formalidades constitucionais e, logo que possível, informar à Assembleia Geral.

Cabia à Assembleia a legitimação da legalidade ou desqualificação como arbítrio da suspensão da Constituição, que, caso comprovado, poderia gerar processos de anistia, ou seja, a ambiguidade da aplicação ou não da suspensão da Constituição em tempos insurretos, poderiam ser julgados pela Assembleia como legalidade ou arbítrio.

Como já mencionado, é no governo de Soares D'Andréa que se efetiva a suspensão das formalidades civis na Província do Grão-Pará. Dentre suas primeiras

⁵⁸ **BRASIL.** Constituição (1824) **Constituição Política do Império do Brazil.** Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em 5 jul.2014.

ações, em 17 de abril de 1836, D'Andréa ⁵⁹ oficiou ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Antônio Paulino Limpo de Abreu o envio à corte de cinquenta e nove presos, supostamente envolvidos nas “desordens”.

Segundo o presidente legal, tais homens teriam sido recolhidos sem ter clareza de sua culpa e poucos entre tais homens seriam inocentes. No entanto, todos foram presos e acusados do “crime geral de serem do partido dos rebeldes” ou “crime de rebelião”, sendo que alguns deles, no momento da prisão, estavam portando armas de fogo nas mãos.

Para D'Andréa, tais homens não poderiam ser devidamente processados, não por serem inocentes, “mas unicamente pela sua insignificância, pelo relativo desconhecimento e fragilidade diante de uma alta classe social”. Tais homens, considerados perigosos por D'Andréa, mereciam, segundo ele, serem utilizados em trabalhos forçados em qualquer parte da corte.

De posse da Capital Belenense, D'Andréa ⁶⁰ volta a officiar ao Ministro da Justiça. Segundo Soares D'Andréa, “todos os chefes dos rebeldes, e os mais encarniçados bebedores de sangue que se tem distinguido nesta época, são huma e a mesmíssima coiza, só tem as formas exteriores diversas” **[sic]**. Para o Marechal, todos os revoltosos e aqueles que se associavam a eles eram indistintamente semelhantes, eram monstros criminosos, anárquicos, hidras que como pragas tendiam a se multiplicar e se espalhar, por isso que esse sentimento de repulsa, de náuseas, de ódio, pelo qual sentia D'Andréa, leva-o a pronunciar que:

Ou esses Códigos Criminal e do Processo hão de illiminar-se e ser substituídos por Leis úteis, e em que todo vejamos garantidas as nossas honras, nossas vidas, e nossos bens; ou esta Província há de pertencer a Tapuios, e o resto do Brazil a negros ⁶¹.

Novamente, D'Andréa ⁶² passa a officiar ao Ministro da Justiça em 4 de junho, que haviam sido presos vinte homens e transladados para o Rio de Janeiro no Brigue Trez de Maio; sendo sete capturados na Cidade do Pará, três em Cametá,

⁵⁹ **APEP**, Códice 1039, Documento 01.

⁶⁰ *Ibidem*, Documento 04.

⁶¹ **APEP**, loc. cit.

⁶² **APEP**, Códice 1039, Documento 08.

um em Parijós, quatro em Vila Nova Rainha, um em Igarapé-mirim, um em Cintra, dois aprisionados na baía de Guajará e um oriundo da Província Bahia.

Semelhantemente à lista de 17 de abril, apenas estavam sendo informados os nomes, os locais de captura e as culpas de cada um, sendo que todos tinham a mesma acusação – o crime geral de rebeldia; simplesmente por terem sido apanhados em locais suspeitos, por terem relações com pessoas consideradas suspeitas, ou por estarem em companhia de suspeitos. No entanto, os inquéritos muito se assemelham para não dizer idênticos, já que na prática se acusava a todos pelo mesmo crime, o crime geral de rebelião, justamente por não encontrar na lei outra forma ou brecha jurídica de acusar os patrióticos.

Por estar enfadado em esperar reforços de soldados e oficiais para ajudarem no movimento de repressão dos cabanos, D'Andréa⁶³ ao oficial ao ministro da Justiça no dia 17 de junho de 1836 murmura em virtude da Corte não ter enviado mais homens ou vasos de guerra, “nem das outras Províncias, nem da Europa, nem da América do Norte”.

Para o presidente legal, a falta de apoio externo dificultava a pacificação, pois teria que manter as tropas na conservação da Capital, o que impedia o envio de reforços às Vilas e freguesias do interior, principalmente às localizadas no Baixo e Alto Amazonas. Diante disso, passa Soares D'Andréa a publicar a lei da Suspensão das Garantias individuais, pois seria de total importância para o restabelecimento da ordem na Província, segundo o qual a prisão e a execução fariam parte do cotidiano paraense, mas também dava margem para o ostracismo político, expulsando alguns dissidentes da região para assim nunca mais regressarem.

Os ideais e pensamentos de Soares D'Andréa sempre se conservaram durante todo o seu período de estadia na Província Paraense. Tal era o seu ódio pelos facínoras cabanos e ao mesmo tempo obediência cega e amor à monarquia, que suas pretensões e formas de trucidar o movimento cabano se mantiveram numa constância. Isto se evidencia em seus discursos nos ofícios destinados as autoridades do Brasil em 1836 e na Abertura da 1ª Sessão da Assembleia provincial em 1838.

⁶³ APEP, op. cit., Documento 09.

Em seu discurso, D'Andréa aborda vários temas, no que tange a Segurança Pública do Grão-Pará. O Presidente legal torna a reiterar suas principais ideias arquitetadas e executadas em 1831 quando Comandava as armas do Pará, e a partir de 1836 quando assume a Presidência da província. Vejamos o que afirma D'Andréa:

O estado de guerra tem authorisado até agora atacar o inimigo por todos os modos, até lhe aniquilar a força, e para isto ter efeito foi preciso prescindir das formalidades com que a Ley escuda os criminosos. Todo homem que tem sido accusado de algum crime tem a certeza de ser procurado e prezo sem se lhe dar tempo a evadir-se. Todas as desordens tem sido corregidas com prizoens, que pela maior parte das vezes recaem em Militares; porque os seus autores podem quazi sempre ser considerados taes ⁶⁴ [sic].

A partir das palavras de D'Andréa, concebemos a tese de que a suspensão das formalidades civis foram uma grande arma para que ocorressem as prisões dos cabanos e até mesmo daqueles que nada tinham haver com o movimento, sendo apenas suspeitos abordados por fatalidade de hora, local e companhias “erradas”. No entanto, o que chama atenção é o fato do Marechal afirmar que boa parte dos autores de revoltas e roubos e consequentemente presos são militares.

Como argumentamos nesta dissertação ao longo do capítulo I, especificamente no subitem 1.2, vários são os fatores para deserção militar e sua adesão às tropas e ideais cabanos. Entre eles, os mais comuns eram: a condição social dos praças e novos oficias (que não muito se diferenciava da dos revoltosos); os baixos salários; a presença de parentes entre os revoltosos presos arbitrariamente (o que levava os soldados a desobedecerem ordens de fuzilamento, por exemplo); a apropriação e a disseminação dos ideais da revolução francesa na independência haitiana (oriundos dos soldados que invadiram Caiena e trouxeram o ideal para o Pará) etc.

No entanto, o próprio Soares D'Andréa registra outros importantes fatores para a deserção militar e aproximação com os cabanos, segundo ele, no que tange à abordagem sobre a Força Armada:

⁶⁴ **SOARES D'ANDRÉA.** Discurso com que o Presidente da Província do Pará, Francisco Joze d Souza Soares d'Andréa, fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de março de 1838. Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1838, p. 16-17.

Em outro tempo esta força era composta dos corpos de primeira Linha, **naõ tendo ainda ad'quirido a desgraçada mania de se entrometterem em negócios políticos, obedeciaõ ao Governo, e eraõ uteis porque o sustentavaõ, e suatentavaõ a Ordem nas coizas estabelecidas.** A segunda Linha constituída debaixo dos mesmos princípios fazia os mesmo efeitos, sem outra paga que izempçoens e privilégios, poupando assim muitas despesas ao Estado.

Os Corpos da primeira Linha entregues á filosofia do tempo, tornando-se em salteadores, fizeram-se odiosos e temíveis, e desapareceraõ. A segunda Linha foi substituída pela Guarda Nacional, fundada em princípios de huma humildade e rezignação taõ puras, que naõ cabem na raça prezente: Custa muito ser hoje Cheffe de Legião e amanhã Soldado, sem ao menos lhes ficar hum Ex, que indique o que já foi, como acontece nas Ordens Franciscanas que são as mais humildes. A Esquadra tem-se mantido em melhor Ordem, e mais acuberto destas vicissitudes destruidoras.

Na falta de bons Soldados recorreo o Governo ao expediente de **homens armados com pouca disciplina e muita despeza, mas como para estes Corpos se procuraõ voluntários, naõ tem sido possível em parte alguma eleva-los á força precisa;** e mesmo julgo que na Corte do Império tem sido esta instituição d'algum proveito, bem que a despeito dos bons costumes da mocidade, **porque he huma porta franca aos mancebos mal inclinados, que abandonaõ a caza de seus Pais, e achaõ ali seguro azilo.**

Applicando agora o que tenho dito em geral, aos factos desta Província, todos Vos sabeis que os Corpos de primeira Linha adqueriraõ aqui o uso de fazerem huma ou duas revoltas por anno; e que foi das suas fileiras que sahiraõ os assassinos de seus próprios Officiaes, e os que ajudaraõ ao assassinio das primeiras autoridades em Janeiro de 1835: O Corpo dos Permanentes, aonde os princípios da moda tinhaõ arreigado a indisciplina, principiou no dia 6 do mesmo mez os seus bons serviços por hirem, alguns, atacar a caza do seu Commandante, darem-lhe huma descarga, e retirarem-se julgando que o tinhaõ morto. A Guarda Nacional, pela boa qualidade de seus Officiaes de nomeação popular, foi taõ prejudicial em quazi todos os lugares desta Província, que á Assembleia Geral do Imperio autorizou o Governo a extingui-la por tempo de trez anos: que he hum reconhecimento tácito da inconveniência da sua instituição **[sic]**. (SOARES D'ANDRÉA 1838, p. 19-20, grifo nosso).

O discurso de D'Andréa apontou motivos para que ocorresse tamanha frequência de deserção militar. Segundo ele, os principais motivos foram: a “filosofia deste tempo” que seduziu os militares de primeira Linha; o custo da manutenção das tropas (principalmente os Officiais e a primeira Linha); o despreparo dos Corpos voluntários.

“A filosofia do tempo de D'Andréa” seria o ideal iluminista de libertação, progresso, liberdade e o antimonarquismo, os quais teriam levado os militares de primeira Linha a promoverem constantes motins e até mesmo assassinato de seus superiores (como nos descreve o presidente legal), motivados pelos baixos soldos e tratamento desrespeitoso e autoritário que recebiam. Estes praças viam no

movimento cabano a oportunidade de efetivar os ideais iluministas, oportunizando uma melhor qualidade de vida e dignidade humana para si e sua posteridade.

Quando D'Andréa cita a perda de cargos repentina que os Oficiais se depararam - que não lhes sobrou nem sequer o tratamento de "Ex-Oficial" –, o Marechal justifica que tal decreto de extinção das tropas de Oficiais e de Primeira Linha se deve ao custo de manutenção destas e a crise econômica da Província devido à Guerra cabana.

Segundo D'Andréa, com a guerra, a economia da Província foi afetada drasticamente, pois os tapuios, negros e índios que trabalhavam nas lavouras e fazendas acabam tendo uma rotina de fugas e abandonam seus ofícios escravistas. Concomitantemente, muitas plantações sofrem atentados, e muitas fazendas são saqueadas, comprometendo diretamente a economia paraense.

O Marechal também reitera que desde o início da década de 1830, a Província já vinha passando uma crise de desvalorização da moeda, visto que moedas estavam sendo falsificadas ⁶⁵ no Grão-Pará, desencadeando crise no comércio.

A outra motivação para a deserção militar citada por D'Andréa seria "o despreparo dos soldados integrantes dos Corpos Voluntários". Segundo os quais, para Soares D'Andréa, o seu despreparo latente para suprimir guerras e revoltas longas e seus costumes da mocidade (a frequência de teatros e praças, relacionamentos amorosos, festejos etc) torna-os dispensáveis para o Grão-Pará, porém úteis na Corte do Rio de Janeiro, devido à estabilidade política e a paz social que a mesma oferecia no mesmo período concomitante à Cabanagem.

São estes fatores e motivações da deserção militar, que atrelados à falta de reforços militares do governo regencial, e somados à subjetividade de Soares D'Andréa ⁶⁶, levam-no a suspender as Garantias e Formalidades Constitucionais na Província do Grão-Pará. De posse de tal medida constitucional, D'Andréa estabelece o crime geral de cabano ou crime cabanal, como a principal prerrogativa para se

⁶⁵ In: Relatório de 03 de dezembro do Presidente da Província do Grão-Pará José Joaquim Machado d'Oliveira, apresentado na Salla de Sessões do Conselho Geral da Província. Publicado na Typographia do Correio, Pará, 1833, p.4.

⁶⁶ Subjetividade marcada pela obediência e amor a Pátria monárquica, bem como seu senso de justiça em restabelecer a ordem vigente, por meio das punições legais amparadas na Constituição de 1824.

aprisionar os cabanos e aqueles que deles se aproximavam, tendo como finalidade a suplantação e o extermínio de tal revolta anárquica.

Segundo Lima (2008, p.132) a permissão irrestrita “para prender e exterminar qualquer um pelo crime geral de cabano, perdurou enfaticamente até 4 de novembro de 1839, com um decreto de anistia restrita e se prolongou até 22 de agosto de 1840, com o decreto imperial de anistia geral”.

1.6. Piratas? Mercenários? Cabanos? As movimentações da Quadrilha de Jacó Patacho.

No início da década de 1830 por todas as mediações de Belém, se temia o nome de Jacó Patacho, o qual seria um desertor das tropas legais que aterrorizava os rios da Baía de Guajará ao lado de seu fiel escudeiro o Tapuia Saraiva.

Por onde passava, o Magote de Patacho persuadia e mobilizava tribos de índios, tapuios, negros e brancos dissidentes, para juntos combaterem os brasileiros adotivos e os portugueses.

Em suma, por não simpatizarem com os caramurus e nem tampouco com os filantrópicos, a quadrilha de Jacó Patacho combatia aqueles que estavam no poder. E semelhantemente à massa cabana, também acreditavam que o processo de Adesão do Pará à Independência e a Constituição de 1824 foram mecanismos utilizados pela elite brasileira-paraense e a brasileira adotiva, para “desarticular” a elite administrativa portuguesa e assim chegarem ao poder.

Em 23 de agosto de 1832, João Maximiano Furtado ⁶⁷, comandante do batalhão do distrito de Cametá, oficiou ao então presidente nomeado do Grão-Pará José Joaquim Machado de Oliveira. Segundo ele, na madrugada do mesmo dia, tal Vila situada no Tocantins teria sido atacada por “hum punhado de Desertores e pessoas de fora deste districto chefiados pelo animalesco Jacob Patacho”.

O magote teria entrado de surpresa na Vila. Seu primeiro ato teria sido espancar os dois guardas nacionais, que estavam diante das portas da cadeia.

⁶⁷ APEP, Códice 903, Documento 48.

Segundo o ofício de Furtado, a intenção de Jacó Patacho era procurar algum adotivo, no entanto, seu insucesso ocorreu na medida em que o povo da Vila rapidamente se organizou e tratou de expulsá-lo. No meio do combate um homem do magote teria sido morto e outros sete teriam sido presos. Do Povo da Vila, o delegado Damião Fernandes Valente teria sido morto.

Passado-se 4 dias, aos dias 27 de agosto, o presidente da Província, Machado de Oliveira, oficiou a Diego Feijó, então ministro e secretário de Estado dos negócios da justiça do Império, o medo e pavor em relação ao bando de Patacho:

Quando o repouso publico ia se restabelecendo nesta Capital, aonde sentio-se alguma agitação por efeito de procedimento criminaes havidos por parte dos ofendidos pela sedição de 7 de agosto do ano passado, e contra os factores da mesma sedição, apareceu hum motivo de consternação publica que tem magoadado a Capital, e despertado os receios, e temores, que se ião extinguindo. Hum magote de desertores, e facinerosos rompendo da que embarcado, dirigio-se ao encontro de varias embarcaçoens, que do interior conduzem gêneros de exportação, e cuja navegação he mais frequentada neste período, e em a noite de 20 do corrente começou a afasta-las, e a rouba-las, assassinando terrivelmente e alguns Brasileiros adoptivos, e Portugueses que vinhão nas embarcaçoens, e cometendo outros actos horrosos, em vindicta, e desafronta, desião os malvados, da sedição de agosto, e por que para esse fim erão mandadas por este Governo ⁶⁸ [sic].

A 20 de outubro de 1832, Ricardo Vieira de Castro, que comandava uma diligência contra o magote enviada pelo comando militar de Breves, na ilha do Marajó, oficiou ao presidente Machado de Oliveira:

Minha expedição estaria a procura-los no “Rio Japichana”. Porém, no curso deste rio, recebi informações de “alguns moradores” de que **o magote já teria deixado tal rio**. Destaco três nomes entre os membros do magote: “o cabeça Jacob Borges, desertor do Com. Inf., Murico [...], **Saraiva, desertor do Batalhão de 1ª linha**, e o intitulado Hispanhól, ou Cuiabano”. Afirmo que os moradores me certificarão de que o magote se apresentava “em título de Negociantes, vendendo fazendas, e comprando várias couzas”. **Segundo moradores seis índios, que lhes serviam de remadores, teriam fugido do grupo ...** ⁶⁹ [sic] (grifo nosso).

⁶⁸ APEP, Códice 903, Documento 50.

⁶⁹ Ibidem, Documento 71.

Já no dia 31 de outubro de 1832, o presidente oficiou novamente ao ministro da justiça do Império as ações do magote de Jacó Patacho:

Teria recebido informações de que o magote teria se dirigido para o Baixo Amazonas, onde teria se engrossado com os imensos dezertores, escravos foragidos, e malvados de que estão cheios os destrictos. As informações de que dispunha teriam sido remetidas por autoridades da Vila de Santarém. Jacó Patacho teria colocado em extrema consternação aquelle território, assolando-o com roubo e incêndio, e cruelmente assassinando a todos os Brasileiros adotivos e Portugueses que encontra, ou vai procurar em seus domicílios. Jacó Patacho teria se tornado hum carnicheiro pirata e humma sequela de monstro. **Segundo as notícias de seus informantes, o magote, a este momento, estaria dominando as águas do Amazonas, com humma fortilha de Canoas bem armadas e equipadas.** Ao que parece, o magote evitava o confronto e se evadia sempre que as expedições se aproximavam: desaparecem ao momento que temem algum encontro das forças destinadas para as bater, pondo-se ao abrigo do imenso numero de ilhas que há em toda parte deste grande rio, ou escapando-se pelos furos, e igarapés que penetraão o interior ⁷⁰ [sic] (grifo nosso).

Como podemos ver, boa parte das informações sobre as ações de Jacó Patacho e seus aliados estão presentes nos ofícios legais. Estes documentos nos mostram a possibilidade de uma estratégia de guerra em disseminar a presença de Patacho em várias regiões da província paraense, ou seja, introduzir boatos da presença de Patacho ou até mesmo pseudos Patacho em vários locais do Grão-Pará. Por outro lado, na possibilidade de ação de um único Patacho, os documentos também mostram uma cronologia um tanto complicada para uma viagem pelos rios da Bacia hidrográfica amazônica, ainda mais sobre magotes e canoas a remo - algo a se pensar, pois na época uma viagem dessas de Belém a Santarém, poderia demorar até 3 meses, por exemplo.

Diante disto, cremos que as ações oficiadas pelas autoridades eram arquitetadas por um único Jacó Patacho, o que não desqualifica a hipótese da estratégia de guerra em anunciar vários pseudos Patachos em diferentes regiões paraenses na perspectiva de confundir e amedrontar as autoridades provincianas e a população de um modo geral. Sendo assim, inferimos que o magote de Jacó Patacho não tinha poucos índios remadores, haja vista que em ofício citado acima as autoridades afirmam que 6 deles haviam escapado. Podemos então visualizar

⁷⁰ APEP, op; cit., Documento 76.

num campo imagético uma grande canoa capitaneada por Patacho, liderando cerca de 20 índios remadores mais seus aliados de revoltas.

Se, anteriormente, mencionamos que as viagens entre Santarém a Belém a bordo de pequenas canoas e magotes, com tripulação máxima de 3 pessoas, durava em média de 2 a 3 meses, devemos tentar analisar por meio dos ofícios, quanto tempo durava uma viagem do Marajó para Santarém.

Observando a diferença de datas dos ofícios de Ricardo Vieira de Castro endereçados ao Presidente Machado de Oliveira, propomos-nos a tentar compreender a distância entre Santarém a Marajó e o tamanho da embarcação de Jacó Patacho.

No dia 20 de Outubro de 1832, o comandante Ricardo Vieira oficiava a Machado de Oliveira as ações de Jacó Patacho na Ilha de Marajó. Pouco tempo depois, em 31 de Outubro do mesmo ano, o comandante Ricardo Vieira voltava a oficial ao Presidente da Província, relatando as ações de Jacó Patacho, que desta vez estava aterrorizando no Baixo Amazonas, especificamente nas mediações de Santarém.

Partindo da análise destes ofícios, observamos que o espaço de tempo entre as ações de Jacó Patacho oficiadas é de apenas 11 dias. Levando em consideração que as correspondências entre os comandantes e o presidente da Província, levavam em média cerca de dois dias a serem entregues, é nos dado supor com exatidão do deslocamento do magote de Patacho do Marajó até o Baixo Amazonas levou entorno de 9 a 11 dias.

A partir de tais informações subentendidas e repassadas pelos moradores do Marajó, presentes no ofício ⁷¹ de Ricardo Vieira em 20 de Outubro de 1832, afirmamos que os índios remadores de Patacho eram superiores a 6 indivíduos. E dado a rapidez com que o magote chega a Santarém, vindo do Marajó (cerca de 9-11 dias) inferimos a tese de que os índios remadores de Patacho superavam o número de 15.

No entanto nosso objetivo em inserir esta minúscula discussão sobre Patacho é de um todo proposital para demonstrar que no cenário político paraense de 1830

⁷¹ “[...] segundo moradores seis índios, que lhes serviam de remadores, teriam fugido do grupo.” In: **APEP**. Códice 903. Documento 71.

não se tinha apenas dois grupos antagônicos (partidários de Campos e Partidários de Lobo de Souza).

O contexto paraense não unificará a todos os indistintos povoados, não se consolidará uma visão de tropas cabanas e tropas anticabanas. No meio a este cenário dúbio, surgem aqueles que preferem não pertencer a nenhum grupo e de certa forma ser contra ambos (tanto portugueses quanto brasileiros adotivos e também todos aqueles que fossem contra suas posições).

As decisões isoladas de Patacho e seus aliados distantes da dubiedade política da Província levaram as autoridades provinciais a acusá-los de “piratas”, pois teriam efetuados roubos de canoas de brasileiros adotivos e portugueses. Nas localidades, onde percorria, além de buscar adesões, Patacho também realizava comércio e sedição de mulheres.

Como oficiado a Feijó em 31 de outubro, as ações de Patacho no Baixo Amazonas foram duradouras e aterrorizantes graças à geografia peculiar daquela região. Uma floresta densa, cortada por rios, largos igarapés e furos estreitos e rasos, principais caminhos de fuga do magote. As inúmeras ilhas e comunidades ao longo dos Rios Tapajós e Amazonas facilitavam as sedições de Patacho que ao dia realizava comércio e ao cair da noite realizava as atrocidades.

Na Obra de Inglês de Sousa ⁷², “Os Contos Amazônicos”, o autor Obidense dá ênfase em um de seus contos as ações de Patacho na região. O tema do Conto é justamente “A quadrilha de Jacó Patacho”. No enredo do Conto, embora literário, ele externa ares de facticidades reais, pois segundo o autor seria uma história escrita a partir de narrações de quem foi testemunha dos fatos.

Inglês de Sousa narra o pequeno conto, estabelecendo a priori como protagonistas, uma família pecuarista, possuidora de gado bovino, que depois de se reunir durante o jantar e em meio à formação de tempestades, ouve ao longe

⁷² Foi escritor, jurista e político, introduziu a escola literária naturalista no Brasil mediante uma obra voltada para a natureza e a vida amazônica. Herculano Marcos Inglês de Sousa nasceu em Óbidos, PA, em 28 de dezembro de 1853. Oriundo de família tradicional do Pará foi enviado para o Maranhão aos 11 anos, como aluno interno, e concluiu seus estudos na cidade do Rio de Janeiro. Em 1872 ingressou na faculdade de Direito do Recife e graduou-se em 1876, em São Paulo, SP, onde passou a residir. Ainda estudante, revelou vocação literária e dedicou ao jornalismo, primeiramente como secretário de redação do jornal liberal A Tribuna, de São Paulo. Fundou o Diário de Santos e a Tribuna Liberal, ambos em Santos, SP, após ingressar no Partido Liberal. Foi presidente das províncias de Sergipe e Espírito Santo.

barulho de embarcação se aproximando. Os membros da família ficam apreensivos, sobretudo a mãe (a Senhora Maria dos Prazeres) que a princípio imagina ser os capachos de Patacho. D. Maria logo é tranquilizada pelo marido (Félix Salvaterra) a quem acalmou a todos dizendo ser apenas viajantes, que na certa haviam parado em seu porto para se abrigarem da tempestade e depois tomarem seu rumo.

Na história que se segue aparecem dois tapuios de aparências nada convidativas, um alto e outro baixo, ambos jantam na casa da família, sendo que posteriormente o mais alto volta para dormir na sua canoa e o mais baixo e de aparência mais animalesca fica para dormir na sala da casa a convite de Félix Salvaterra. O curioso é que desde os primeiros momentos a filha do casal Anica passou a se sentir incomodada com os olhares torpes do tapuio e ficou com a sensação de já conhecê-lo.

A noite se segue todos vão dormir e Anica fica a imaginar de onde o conheceu, até que se lembrou de que aquele tapuio ela viu a três anos atrás em Santarém, quando na ocasião foram assistir o “Sairé”. Ao lembrar-se do tapuio, Anica também lembra que ele era empregado de Joaquim Pinto (patrício e protetor de Félix Salvaterra), que seu nome é Manoel Saraiva e que este era de Cametá.

Logo, o medo e o sinal de impotência afligem Anica que decide por avisar seus pais, mais ao pensar nos caminhos para isso estagna e fica a pensar. Anica imagina que, se fosse pela frente teria que passar pela sala onde estava o tapuio e fora que o barulho de sua porta poderia acordá-lo, pensou em pular a janela, mas ao longe viu a casa rodeada de tapuios a espreita para iniciar o ataque.

Diante disto, ela é tomada de coragem e decide por gritar a seu pai e sua mãe, mas no exato momento o tapuio sorrateiramente sem que ela percebesse a agarrou a força e a beijou com aquela sua boca desdentada e mal cuidada. Neste momento, grande nojo se abateu sobre Anica, mas não a falta de força, pois logo cravou as unhas no pescoço do tapuio levando este a ficar com falta de ar. Aí que ela reúne forças para gritar e avisar, que tapuios de Patacho estavam ao redor da casa.

Ao acordar do pai e seus irmãos os mesmos pegam nas armas e socorrem Anica. Vendo Saraiva que o combate já havia começado, efetua um leve assobio para chamar as tropas de desertores ao combate. Diante disto, Saraiva foi o primeiro a ser alvejado com um tiro a queima roupa, o combate se sucedeu e acabando a

munição de Salvaterra e seus filhos, os mesmos caíram banhados de sangue sobre as balas do bando de Patacho.

Apesar de ser um conto literário, ele também narra acontecimentos históricos, se não todos fictícios e nem todos reais, alguns fragmentos dão conta de transparecer algumas das ações cruéis de Patacho e seu bando. Segundo os ofícios e histórias dos ribeirinhos, a quadrilha de Jacó Patacho além de ser conhecida como piratas, mercenários, desertores, assassinos frios, também eram “deflagradores de virgens” algo encarado como tamanha desgraça e agouro em pleno início do século XIX.

Estima-se que muitos foram os que morreram sobre o comando de Patacho. Ele implantou o medo e o terror por onde passou, no entanto também edificou as bases prematuras dos combates hostilizantes e sangrentos que viriam a ocorrer a partir de 1835. As últimas notícias de Patacho dão conta de que ele foi preso e levado para uma prisão em Mar em 1833 e em 1836 durante os combates de repressão aos cabanos em Oeiras. Segundo D’Andrea, o terrível Jacó Patacho teria sido ferido em frente ao Arsenal da Vila, vindo a falecer no hospital ⁷³.

Mas uma última reflexão além do ódio a brasileiros adotivos e portugueses deve ser feita. Como sustenta Mark Harris (2010), cada unidade de coletivos que se organizava para o combate, reconhecia apenas a legitimidade de seu próprio capitão ou tuxaua, e não às ordens de qualquer comando central, seja ela Belém ou Cuipiranga, por exemplo.

Os magotes se mobilizavam e se organizavam por si sós, adentrando em áreas de difícil acesso aos legalistas, e a grande maioria não mantinha uma teia de relação com os governos cabanos ou autoridades centrais. Semelhantemente como no Magote de Patacho, eram eles senhores de seus próprios destinos, se muito lhes interessassem realizavam alianças, se não continuavam como andarilhos solitários pelo interior da Amazônia.

Os seguidores pertencentes ao bando de Jacó Patacho nos levam a vislumbrar outro percurso historiográfico da Cabanagem, protagonizados por sujeitos marginais que não simpatizavam com os grupos majoritários paraenses. Esta tessitura

⁷³ LIMA, Leandro Mahalem de. **Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835**, 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2008, p. 121.

historiográfica descristaliza qualquer visão hegemônica, seja ela dualista ou maniqueísta a respeito dos agentes envolvidos neste movimento revolucionário. O que em suma, atesta tão somente que o campo dos estudos sobre a Cabanagem, são movediços e escorregadios e carecem de mais pesquisas e estudos com olhares diferentes dos que até aqui foram empregados por outrem.

CAPÍTULO II. A Invenção do “Cabano”: discursos e práticas entre legalistas e contrários

2.1. O translado de um conceito e a construção de uma classe infame

O tratamento dispensado aos revoltosos do Grão-Pará é proveniente de uma grande carga ideológica e pejorativa. O historiador Domingos Raiol alcunhava-os de “classe ínfima, anarquistas”; o Padre. Sanches de Brito intitulava-os de “demônios”. Todavia, o nome marcante e que perpetuou-se fora “cabano”. Neste limiar, os estudos voltados à pesquisa sobre a Cabanagem tem se mostrado uma tarefa escorregadia e movediça, na medida em que torna-se árdua o consenso entre historiadores que debruçam-se sobre as discussões acerca da Revolução-revolta, do sujeito e do uso do termo “cabano”.

Diante desta complexidade historiográfica, este trabalho visa discutir e esclarecer as alcunhas e nomenclaturas (critérios classificatórios, portanto) adotadas “para” e “pelos” cabanos, as quais encontram-se amalgamadas nas tessituras historiográficas da História Social da Amazônia por meio de um discurso ideológico e aristocrático, quase numa penumbra, sob uma cortina de silêncio.

No âmbito dessa análise, sobre o uso e imposição do termo “cabano” a esses sujeitos marginais que se revoltaram durante a Cabanagem, cabe realizar os seguintes questionamentos: O uso do termo cabano surgiu durante o movimento ou anterior a 1835? De onde advém a herança de seu uso? Teria o termo “cabano” - e sua derivação “cabanagem” que deu nome ao movimento - alguma relação ou proximidade com a “Guerra da Cabanada ou Revolta de Panelas” ocorrida nas matas de Pernambuco e Alagoas entre 1831-36?

Para esclarecer esses questionamentos se faz necessário historicizar a Guerra da Cabanada.

A Cabanada ou Revolta de Panelas (1831-36) foi a princípio uma rebelião que congregou índios, escravos fugidos, posseiros, proprietários rurais e seus dependentes, lutando pela volta de D. Pedro I ao trono do Império do Brasil. No entanto, cabe analisar que, para se entender a Cabanada, faz-se necessário observar que a movimentação de tropas contrárias ao governo provincial nos limites entre Alagoas e Pernambuco começaram por meio de um movimento elitista bem

arquitetado que visava destituir do comando de Pernambuco o presidente da Província e consequentemente o comandante das armas – a Abrilada de 1832.

Na realidade, convém inferir que o processo de levante e constituição da Cabanada terá início a partir das medidas reformistas e demissões de oficiais de primeira linha e de ordenanças perpetradas pelas autoridades provinciais após a queda de D. Pedro I no dia 7 de Abril de 1831.

Os primeiros meses em Pernambuco, após o decreto de 1831 foram revolucionários e radicais, em virtude da memória e herança insurgente ainda da Revolta Pernambucana (1817) e da Confederação do Equador (1824). Nos meses que se seguiam, as tropas deixaram os quartéis acompanhados por vários membros da elite local e elaboraram uma petição exigindo a demissão de vários oficiais e magistrados, pois seriam estes os responsáveis pelo decreto de demissão e dissolução das ordenanças e comandos de primeira linha.

Todavia, a queda de D. Pedro I, de certa forma e quase que imediata, significou no prisma político pernambucano a anistia dos mentores remanescentes da Confederação do Equador. Regressavam assim Gervásio Pires, Manoel de Carvalho Paes de Andrade (presidente da Confederação) e com eles as discussões em torno dos princípios liberais constitucionalistas e federalistas.

Por outro lado, a queda de D. Pedro I na conjuntura política da Província Pernambucana significou uma diminuição na influência e no poder político de Araújo Lima e dos Cavalcanti. Os Cavalcanti que foram instrumentos centrais na derrota da Confederação do Equador, no pós confederação se sentiram injustiçados por não terem sido designados para o Senado, e embora continuassem com prestígio sócio-político tanto na província como na Corte, já não detinham o monopólio das nomeações para cargos e distribuição de favores e benesses em Pernambuco.

Concomitantemente ao cenário envolvendo os Cavalcanti e Araújo Lima, ocorreram a dissolução e exoneração das tropas de primeira linha e ordenanças. Os militares passaram então a ver o 7 de abril como expressão máxima do nativismo e consolidação da independência.

Estes militares pernambucanos trasladaram essas percepções dos quartéis para a população, desencadeando ações de rebelião nas ruas de Recife, quebrando a ordem militar, saqueando o comércio da cidade e derrubando o brigadeiro Paula e Vasconcelos do comando das armas.

Esses acontecimentos que ficaram conhecidos como a Setembrizada de 1831, tiveram reações imediatas do governo provinciano o qual desmobilizou as tropas de primeira linha e ordenanças e entregou o policiamento da Província à Guarda Municipal.

A Abrilada em 1832 segundo Carvalho (2011, p.175-176):

Foi o resultado dessas tensões, que só cresceram depois do dia 7 de abril de 1831. Foi uma reação articulada entre oficiais de primeira linha e milícias, junto a proprietários rurais buscando depor o presidente da província e o comandante das armas. Essa articulação envolveu inclusive os Cavalcanti, interessados em atingir um antigo adversário, que então ocupava a presidência da província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, irmão do presidente da Confederação do Equador, de cuja derrota os Cavalcanti talvez tenham sido os maiores beneficiários. Os militares envolvidos pretendiam evitar suas dispensas, perseguição e suspensão de soldos. Para os proprietários rurais, o objetivo do levante era evitar que seus adversários locais, que eles haviam perseguido em 1824 ou mesmo em 1817, pudessem ir à forra.

Este é o micro mundo social da Abrilada em Pernambuco. Após as repressões dos federalistas confederados aos revoltosos militares e pertencentes da elite local, estes cada vez mais se viam acudados e estabelecendo estratégias reacionárias. Se por um lado os Cavalcanti e demais membros da elite local vendo-se perseguidos em Recife e impossibilitados de organizar sistematicamente tropas de resistência, retiraram-se para seus engenhos no interior até que passassem os momentos de tensão ⁷⁴, por outro lado, os militares com os produtores rurais passaram a se articularem nas mediações e proximidades das matas fronteiriças entre Alagoas e Pernambuco.

Nesta geografia da Zona da Mata Sul, essas tropas de resistência aos federalistas recifenses ganharam novos adeptos, pessoas muito simples e comuns que habitavam em cabanas rústicas e modestas nas matas a ilharga dos canaviais nas proximidades do porto, onde a esquadra imperial havia desembarcado, tanto em 1817 quanto em 1824. Eram alcunhados de “cabanos”.

Cabe ressaltar, que talvez em nenhum outro lugar da província houvesse tanto apoio à Coroa brasileira como na fronteira com Alagoas. Foi em Barra Grande que desembarcou a esquadra enviada do Rio de Janeiro, que tanto em 1817 como em

⁷⁴ Cf. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 219, docs. 45, número 1-4, 24/04/1832.

1824 fincou seu quartel-general, mudando a economia e a política local, distribuindo recompensas aos colaboradores e emancipando a comarca das Alagoas. Sendo que, nos arredores de Barra Grande, nas imediações da povoação de Panelas de Miranda, havia fartura de alimentos para os cabanos, o que estrategicamente elevava aquele distrito como um dos principais pontos de apoio do exército cabano⁷⁵.

Dessa forma, convém estabelecer que o processo de revolta, iniciado com a Abrilada de 1832, transforma-se na base do movimento insurgente ou de certa forma dá continuidade a essas ações contestatórias que mais tarde seriam alcunhadas como Guerra da Cabanada ou Revolta do Distrito de Panelas de Miranda ou simplesmente Revolta de Panelas.

Essa revolta congregou índios, escravos fugidos, posseiros, proprietários rurais e seus dependentes, além de famílias aristocráticas pertencentes à elite local. Todos esses agentes sociais lutavam pela restauração monárquica através do regresso de D. Pedro I e sua dinastia, como também, defendiam a santa religião católica e a posse e usufruto das terras férteis do litoral sul de Pernambuco, além de serem contrários à Regência.

Os principais líderes da Cabanada nas matas de Pernambuco e Alagoas foram Antonio Timóteo (ou Thimóteo) e seu irmão João Timóteo, os quais chegaram a liderar um contingente de 1000 cabanos “themotistas”. Posteriormente, passou a se protagonizar como principal líder do movimento nas matas do litoral sul pernambucano Vicente de Paula, que chegou a liderar um batalhão de cerca de 600 ex-escravos alcunhados de “papa-méis” - que compunham o que poderíamos mensurar como seus soldados de primeira linha -, e mais 800 arcas – índios do Jacuípe, que poderíamos classificar como soldados de segunda linha.

Entre os locais de atuação dos correligionários de Vicente de Paula, destacamos que os Pontos Cabanos de maior influência e importância na zona da mata sul foram o arraial de Jacuípe, as povoações de Panelas, Barra Grande e Porto Calvo. Estes últimos foram tomados pelos cabanos por serem vistos pelos mesmos como importantes Portos Naturais para a chegada de D. Pedro I – o que

⁷⁵ Cf. **APEJE**, *Ofícios do Governo* vol. 34, 27/02/1832, 29/02/1832, 09/04/1832; **APEJE**, *Ofício dos Presidentes de Província*, vol. 8, 13/08/1832; **ANDRADE**, Manoel Correia. **A Guerra dos Cabanos**. 2ª ed., Recife: Ed. UFPE, 2005, cap. 3 e p. 61.

não ocorreu dado à conjuntura política de rechaço a monarquia e, posteriormente, sua morte precoce por tuberculose em Portugal em 24 de Setembro de 1834.

Estabelecido o clima de tensão e Revolta na Província, cada vez mais aumentava o número daqueles que se juntavam às tropas de Vicente de Paula. Fato que levou muitos oficiais de tropas e líderes políticos provincianos a criar e massificar outras alcunhas pejorativas e, portanto, classificações sociais para os cabanos pernambucanos. Muitos cabanos eram chamados de “salteadores, gente das matas, papa-méis, quilombo de escravos, assassinos e ladrões” ⁷⁶. Possuíam uniformes. Trajavam “camisa e ceroula tinta” ⁷⁷, usavam roupas tingidas para reconhecer seus pares em meio a combate.

Nesse contexto de termos classificatórios, muitas autoridades passaram a também nomeá-los como “desertores” em virtude do alarmante número de soldados outrora recrutados forçadamente, que ao sinal de uma possibilidade segura empreendiam fuga ou deserção. O aumento de deserção ocorria com os soldados militares devido terem seus soldos comprometidos e sofrerem com a falta de abastecimento alimentício durante combates. Já com os soldados civis recrutados, a deserção ocorria justamente por terem sido obrigados a se juntarem as tropas e combater os cabanos.

Em sua maioria, o recrutamento de jovens para as tropas provincianas se dava em meio às ações truculentas e violentas contra as Vilas e povoações da Zona da Mata Sul. “Na maioria das vezes as tropas provincianas governamentais invadiam casas, requisitavam o que precisavam, recrutavam, castigavam e até matavam” ⁷⁸. Segundo o major Santiago, a tropa do juiz de paz de Barreiros era formada por gente “valente na guerra”, entretanto logo após reprimirem com sucesso os revoltosos, sobrevinha-lhes um “espírito de roubo”, que nem medidas corretivas e castigos resolviam ⁷⁹.

Além destas acusações truculentas, pesavam também sobre as tropas governamentais a destruição e queima sistemática de todas as lavouras, cabanas, roças e casas de farinhas encontradas, além da execução da política de terra

⁷⁶ **APEJE**. O Equinoxial (Recife), 14/09/1832.

⁷⁷ Cf. **ANRJ**, Ministério da Justiça, IJ-1 694 20/02/1833; **BNRJ**, Seção de Manuscritos, I-32, 11, 2, 28/12/1833.

⁷⁸ **APEJE**. O Mentor Pernambucano (Recife), 06/07/1831.

⁷⁹ Idem. Comando das Armas, v. 1, 01/02/1833.

arrasada. São a partir dessas ações nas povoações e Vilas que ocorre o recrutamento forçado de jovens, os quais passam a desenvolver um revanchismo em relação aos federalistas, arquitetando e esperando a primeira oportunidade para fugir e desertar, levando consigo os armamentos e munições. Esses acontecimentos culminavam com a insubordinação e esvaziamento das guardas nacionais e ordenanças, e em contrapartida o aumento de adeptos ao movimento cabano – grande parte destes desertores militares⁸⁰.

Os anos finais da Cabanada serão por meio de um processo paulatino a partir de maio de 1835, quando as chuvas e doenças tropicais impõem baixas nas tropas cabanas; passam a existir fome e escassez de alimentos em virtude da destruição de lavouras e roças dos “salteadores cabanos”; ocorre o sufocamento das tropas governamentais lideradas por Soares D’Andréa nas matas de Pernambuco e Alagoas; é oferecida a anistia aos revoltosos e também ocorre “a interferência da Igreja Católica por meio do bispo de Pernambuco, conclamando pela paz e deposição das armas dos cabanos, assegurando-lhes uma indenização que chegava a alguns casos até quatro mil réis”⁸¹.

No entanto, a anistia não foi estendida a Vicente de Paula e seu exército de papa-méis. Nos anos subsequentes, o líder da Cabanada viu seu poder se esfacelar e seu exército ser reduzido a ínfimos 60 papa-méis. Posteriormente, passou a perambular solitário, vindo a ser preso quinze anos depois do movimento, por volta de 1850, graças a ação sagaz do marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, então presidente da província de Pernambuco. Depois disto, Vicente ainda comandou uma rebelião de presos em Fernando de Noronha em 1853, e em 1861, aos 70 anos de idade foi solto da prisão (ANDRADE, 2005, p. 228).

Mas é preciso explicitar que entre os principais motivos de bandeira de lutas dos cabanos estava a restauração monárquica na pessoa de D. Pedro I. No entanto, faz-se necessário historicizar quais os reais interesses dos grupos sociais envolvidos na revolta, haja vista que apresentava significados distintos para cada um deles ao defenderem o regresso do jovem imperador.

Os Cavalcanti, Araújo Lima e demais famílias pertencentes à elite política urbana do Recife e da Província de Pernambuco foram favoráveis à restauração

⁸⁰ APEJE, v.8, 19/09/1832.

⁸¹ ANJR, Ministério da Guerra, IG-1 94, 24/04/1835.

monárquica para defender seus interesses político-econômicos, já que a mudança de sistema e comando político significava um rearranjo na concessão de cargos de confiança e distribuição de favores por meio da influência governamental.

Para os militares, após o 7 de abril, suas lutas passaram a ser pelas suas carreiras, pela garantia de aposentadoria, pelo não rebaixamento ou dispensa militar sem nenhum pagamento indenizatório.

Cabe ressaltar que tais decisões contra as ordenanças militares eram tomadas de forma subjetiva pelos governadores das Províncias, não sendo universal, pois cada caso era julgado de forma diferente conforme os interesses políticos da autoridade governamental.

A queda de D. Pedro I colocava em xeque uma disputa pelo poder, e conseqüentemente, significava o abalo da renda familiar dos militares, por meio do decreto de fim das ordenanças e guarda de primeira linha.

Já os proprietários rurais viram ali na zona de conflito da mata sul de Pernambuco uma ótima oportunidade para expandir a fronteira de suas posses e sua influência político-eleitoral, anexar e se apossarem de terras devolutas (muito férteis por sinal) e aumentar o estado de subserviência da população pobre e livre.

Os cabanos (índios, posseiros, vaqueiros, escravos foragidos, desertores militares) ou gentes das matas sul de Pernambuco lutavam pela garantia à posse e usufruto da terra e contra as arbitrariedades do governo provincial. Lembremos que as povoações de Barra Grande e Porto Calvo eram destinados ao desembarque da Marinha Imperial na região e, de certa forma, a Coroa garantia uma proteção ou intimidação contra os avanços de proprietários rurais federalistas que ansiavam em expandir seus canaviais. A ausência de D. Pedro I, no trono, significava para essas gentes das matas o fim dessa relativa “proteção” e a perda de suas terras.

Mas ainda permanece uma grande querela nos liames dos processos históricos da Cabanada e da Cabanagem. Qual a proximidade e ligação entre ambas as Revoltas do Período Regencial do Império Brasileiro?

Ambas as revoltas ocorrem no Governo do Regente Padre Diogo Feijó e é este quem designa as tropas repressoras tanto para a Província do Grão-Pará quanto a de Pernambuco. Os dois movimentos apresentaram algumas características semelhantes como: revoltosos pobres livres, escravos e índios habitantes nas matas; moradias simples conhecidas como cabanas; bandeiras de lutas pelo acesso

e usufruto da terra; como também pela modificação no arranjo político das governanças e reverência a Santa Fé Católica.

Por tais similitudes ocorreu a invenção do termo “cabano” pelas tropas repressoras governamentais para alcunhar os revoltosos das matas de Pernambuco e Alagoas e posteriormente foi utilizado também para designar os correligionários do Cônego Batista Campos do Grão-Pará.

O jornalista e historicista Gonzaga Duque no final do século XIX (1898) produziu e publicou um trabalho sobre uma visão generalista e por assim dizer panorâmica sobre as *Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)*. Entre tantas revoluções, o autor descreve ao longo de doze páginas sobre os bastidores e acontecimentos da Cabanagem, e é dele uma das primeiras, se não a primeira, reflexão sobre o processo de invenção e construção do termo “cabano”. O autor faz uma conexão da Cabanada de Alagoas e Pernambuco e a “Cabanada” do Pará:

Esta denominação provém dos bandos de índios, moradores em palhoças e cabanas, rebelados em Pernambuco e Alagoas, por espaço de três anos. Também chamaram a essa rebeldia – guerra de Panelas – por ter sido o lugar onde o maior número de índios se ajuntou à gente de Vicente Ferreira de Paula, o principal chefe dos cabanos. A repressão desses bandoleiros, que batiam as matas e serras, invadiam e saqueavam propriedades, custou à província muito dinheiro e não pequeno sacrifício de vidas preciosas...

[...]

Todas as vezes que rebentava uma revolta dava-se-lhe o nome de cabanada, acontecendo que, de parte a parte, se nomeavam por esta alcunha.

A que vamos historiografar não deixa de ter motivos para assim ser designada, pois que grande parte de seus exércitos foi composta de caboclos, índios, mestiços e negros do interior da província (DUQUE, 1898, p. 155-156).

O termo “cabano”, segundo Gonzaga Duque (1898), seria uma expressão corriqueira entre a elite imperial brasileira em meados de 1830: as diversas revoltas de homens de cor em diversas regiões do Brasil eram classificadas como “cabanadas”, de modo pejorativo, devido à formação de seus exércitos serem compostos de caboclos, índios, mestiços e negros do interior das províncias, tais como a Cabanagem e a Cabanada ou Revolta de Panelas; exceto a Balaiada, onde os revoltosos – bemtevis – é quem alcunhavam os legalistas de “cabanos”.

A luta política do Maranhão era representada por dois partidos – o bemtevi e o cabano. O bemtevi que mais tarde formou as fileiras militantes do partido liberal teve sua origem no nome de um jornal fundado pelo ex-deputado Estevão Raphael de Carvalho e contava entre seus entusiastas o notável João Francisco Lisboa.

A denominação do outro lado partidário proveio do sarcasmo de seus adversários que assim o tratavam para confundi-lo com o bando fanático e ignóbil que em Pernambuco e no Pará assolavam suas matas.

Como podemos observar nos comentários de Duque, os revoltosos do Maranhão (patriotas, índios, negros, mestiços), em virtude de saberem sobre o uso de classificador “cabano” para os revoltosos das matas de Pernambuco e Alagoas e também no Pará, passaram a inverter o uso desse termo para designar os legalistas do Maranhão.

Esta estratégia dos “bemtevis” foi empregada para conseguirem ganhar mais adeptos à revolta do Maranhão. A intenção era confundir os novos adeptos com a legitimidade da legalidade das partes envolvidas.

Inferimos que essa era uma tática sagaz para levar grande parte da população a acreditar na legalidade dos revoltosos. E em contrapartida, passarem a ver as forças legais como desertoras e rebeldes ao juramento de obediência à monarquia e a Constituição do Brasil.

Segundo o escritor Basílio de Magalhães (1940, p. 207), “o epíteto menosprezante de ‘cabanos’ partiu dos soldados da legalidade, que os combatiam, e proveio, certamente, de serem os rebeldes daquela região, pobres, roceiros, moradores em cabanas ou ranchos de sapé”. Assim, o autor afirma está convencido de que o uso da expressão teria chegado aos revoltosos do Grão-Pará através de tropas legalistas que foram transladadas de Pernambuco para o Grão-Pará.

Como assevera Lima (2008, p. 180), o termo “cabano” foi introduzido pelo Marechal Francisco José de Souza Soares D’Andréa, que, por não encontrar na lei formas de condenar os rebeldes, criou primeiramente o “crime geral de rebelião”.

Posteriormente à Suspensão das Garantias Constitucionais no Pará, Soares D’Andréa criou o chamado “*crime geral de cabano*”, acusando os revoltosos de serem “cabanos”, “coniventes com cabanos”, “cabanos turbulentos”, “turbulentos e ladrões”.

Assim, D’Andréa passou a unificar todos que indistintamente eram rebeldes, turbulentos, ladrões, uma vez que, para as tropas anti-cabanas, desta forma

tornava-se possível manter como um único e mesmo inimigo, todos os diferenciados sujeitos a quem confrontavam.

No entanto, esta tese de Lima (2008) pode ser questionada por meio de uma releitura cronológica do uso do termo cabano anterior a chegada de D'Andréa no Pará (1836), presente na obra de Jorge Hurley e nas documentações do APEP de 1834.

Em correspondência datado de 8 de novembro de 1834 ao presidente da província Bernardo Lobo de Souza, o comandante do batalhão em Cametá já alcunhava os revoltosos de “cabanos”: “Corre o boato que Muaná está em armas para sustentar **a criminosa pretensão dos Cabanos do Acará...**” (HURLEY, 1936, p.276. grifo nosso).

O termo “cabano” volta a ser noticiado em ofício no dia 23 de novembro de 1834, quando o Tenente-Coronel Manuel Ferreira do Nascimento informa ao Presidente da Província, Bernardo Lobo de Sousa, que haviam sido enviados à Vila de Oeiras emissários dos cabanos vindos da Vila de Muaná, mas que os juízes de paz já haviam tomado as providências necessárias contra os mesmos:

Ex.m^o Senhor

Partecipo a V. Ex^a. q o destricto da Villa d' Oeiras se acha em pleno sussego como sempre; supponho que pela **noticia da perpetraçao dos crimes que praticarao os cabanos do Rio Acará**, passarao a este alguns emissários com cartas vendas da Villa de Muaná dirigidas aos juízes de Paz a fim de sublevar o povo; por isso os juízes prestarao-se como era de se esperar. Deus Guarde a V. Ex^a. como nos he mister.

Açurana, 23 de novembro de 1834.

Illmo e Ex.m^o Senhor Bernardo Lobo de Souza

Presidente da Província do Grão Pará

Manoel Ferreira do Nascimento

Tenente e Coronel do 7^o Batalhão das Guardas Nacionais ⁸² [sic].

Alguns dias depois, o mesmo Tenente-Coronel, Manoel Ferreira, volta a enviar ofício a Bernardo Lobo de Sousa, desta vez agradecendo-lhe os serviços que prestou à Província combatendo os cabanos do Acará e outros distritos, e novamente aparece na correspondência entre os mesmos o termo “cabano”, (APEP, Cód. 903, D. 96, grifo nosso):

⁸² APEP, Códice 903, Documento 95, grifo nosso.

Ex.m^o Senhor

Nunca foi equivoco aos bons paraenses o amor, zello e deztressa com que V. Ex.^a respeitou as Leis Constitucionaes do Império do Brasil; mas hoje fás ser isso o silêncio! A Officialidade do 7^o Batalhão de Guardas Nacionais desta Província e do meu Comando muito agradessem a V. Ex.^a a densidade do esforço, e valentia com que V. Ex.^a se houve **a rebater esta orda de cabanos que de muito tempo estava preparada para nos adicionar em huma guerra civil**, e nos entregar desgraçadamente nas mãos dos restauradores, e que infelizmente apparecerao no Rio Acará.

[...]

General do Comando do Batalhão de Açurana

12 de Dezembro de 1834.

Illmo e Ex.m^o Senhor Bernardo Lobo de Sousa.

Presidente da Província do Pará.

Manoel Ferreira do Nascimento. [sic].

Como podemos observar, nos registros de Hurley e nas correspondências dos Códices, o uso do termo “cabano” ocorre anterior à chegada de D’Andréa na Província do Grão-Pará. Este fato, leva-nos a questionar a tese de Lima (2008) sobre o início do uso do termo cabano a partir da chegada do Marechal Soares D’Andréa ao Pará em 1836.

Nas documentações, observadas até 1833, é comum entre as autoridades provincianas o uso de termos pejorativos aos revoltosos, tais como “desertores”, “restauradores”, “anarquistas”, “miseráveis”, “desordeiros”, “infames”, “rebeldes”, mas em nenhum momento aparece o termo cabano. Este termo passa a ser citado nas “Correspondências de Diversos com o Governo”, a partir de meados de 1834.

No entanto, se não vinculamos o início do uso do termo cabano à chegada de D’Andréa, como defende Lima (2008), nem tampouco ao traslado de tropas militares de Pernambuco como defende Magalhães (1940), como teria chegado esta alcunha aos revoltosos?

Trilhando a tese de Gonzaga Duque (1898), estamos quase convencidos de que por se tratar de um termo pejorativo, empregado para revoltosos em partes diferentes do Brasil, os quais se assemelhavam no estilo de vida rústica e pobre e por habitarem em casas simples no estilo de palhoças e cabanas, o termo “cabano” teria sido introduzido no Pará em meados de 1834, devido à circularidade das notícias e informações a respeito da Cabanada que ocorria nas matas de Pernambuco e Alagoas.

Munidos das informações sobre a rebelião que acontecia na zona da mata sul de Pernambuco, as autoridades militares e políticas provincianas do Pará passaram a também designar os revoltosos e correligionários de Batista Campos de “cabanos”.

De igual modo, afirmamos que, embora o uso do termo cabano não tenha sido introduzido pelo Marechal Soares D'Andréa, a partir de 1836 com sua chegada ao Pará e o traslado das tropas repressoras, que combatiam em Pernambuco, foi em seu governo que houve a intensa massificação do uso do termo cabano, por meio da arregimentação jurídica ao criar o crime geral de cabano. A partir daí, esta alcunha passou a ter circularidade, não só nas falas e correspondências entre autoridades provincianas, mas ganhou notoriedade e difusão também entre as demais camadas sociais da população paraense.

No entanto, sob a luz da História, faz-se necessário questionar o uso deste termo cabano pelos próprios revoltosos. Será se tão somente a construção do termo foi uma imposição das tropas repressoras que os viam como desertores ou os revoltosos tomaram para si o termo?

A priori não há indícios de que entre os revoltosos do Pará existisse o uso da alcunha “cabano”, até porque esta expressão passou a ter para o período um caráter depreciativo, uma carga negativa. O próprio Magalhães (1940) afirma que a expressão “cabano” estaria vinculada a ações desprezíveis, e que os dicionários já definiam cabano como selvagem, atroz, aquele que está fora da ilegalidade.

A título de contribuição, o historiador Ernesto Cruz em sua obra “Nos Bastidores da Cabanagem” (1942) reuniu documentos escritos pelos presidentes cabanos (Clemente Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim) durante suas disputas pelo poder da província, e destacou que em nenhum ofício ou carta escrita pelos presidentes cabanos encontra-se o termo “cabano”, como forma de designar a si próprios e seus correligionários. Em boa parte das documentações aparecem tão somente termos como “patriotas paraenses”, “brazileiros natos”, “patrícios” (APEP, Cód. 888; RAIOL, 1970, p. 934).

A construção do termo cabano e a alcunha aos revoltosos e, posteriormente a designação do movimento, dá-se a princípio pelo discurso das autoridades provincianas que veem os rebeldes como algozes, como subversivos que se encontram na ilegalidade.

No entanto, os próprios revoltosos passaram a adotar o termo de “cabano” a partir do momento em que o movimento migrou para o interior da província no Baixo Amazonas, ali os militantes do movimento insurreto passaram a assimilar a alcunha como resposta à condição de subserviência e subalternidade imposta pelas

autoridades que se auto afirmavam “legais” – obedientes à legalidade da ordem vigente.

Entretanto ao longo do processo da Cabanagem (1835-40), os revoltosos adotaram o termo negativo daqueles que os combatiam como algoz na guerra, no entanto, fizeram isto mediante um processo de *ressignificação* do termo, valorizando qualidades como bravura, coragem e resistência observadas e compartilhadas no cotidiano dos mesmos, externando assim uma noção de identidade, significados e adoção de simbolismos como discutem Canclini (2006, p. 190), Hall (2006, p.65) e Elíade (1998).

Esse processo de *ressignificação* e apropriação do uso do termo “cabano” por aqueles que contestavam a ordem social no Grão-Pará, em meados do período oitocentista, encontra auxílio na percepção de Laferté (2008, p.5), o qual afirma que “é somente na escala das práticas [discursivas] que se pode compreender como os identificados ou representados se apropriam, recusam ou aceitam as identificações e as imagens”. Para Laferté, “a lógica de pertencimento segue sendo, em um dado espaço social ou territorial, a sociabilidade, os modos de inserção das pessoas nos diferentes grupos” (MELO 2013a, p. 12).

É a partir deste processo de *ressignificação* do termo cabano, que os próprios revoltosos do Pará passam a questionar a auto afirmação das autoridades militares e políticas enquanto “legais”, pois eles (cabanos) também se colocam na posição da legalidade.

Os Cabanos do Pará eram contrários ao arranjo político elitista na província, defendiam o acesso a terra, à fé católica e o fim das desigualdades sociais. Mostravam-se contrários à maçonaria⁸³ e não reconheciam a autoridade do governo regencial, todavia, diziam-se fiéis a Coroa brasileira na pessoa do verdadeiro herdeiro monárquico, o pequeno Príncipe Pedro de Alcântara.

Partindo desta ótica, tanto os cabanos do Pará quanto as autoridades militares provincianas se auto afirmavam obedientes à Coroa e, portanto, inseridos na legalidade. Por isso muitos cabanos hostilizavam a condição de legais que os militares reivindicavam para si, e apenas designavam as autoridades provincianas como tropas inimigas.

⁸³ BATES, op. cit., p.24.

Essa hostilidade sobre a condição da legalidade entre tropas repressoras e tropas contestatórias pode ser observada no longo discurso de repúdio ao envio do novo presidente do Pará, Manuel Jorge Rodrigues e, seus aliados nomeados pela Regência. Esta proclamação foi assinada pelos principais líderes do governo patriótico em 14 de agosto de 1835, horas antes da invasão de reconquista de Belém e tentativa de expulsão de Jorge Rodrigues. O discurso de proclamação assim foi lido por Antônio Vinagre *apud* Raiol (1970, p. 832-834):

Paraenses! Irmãos e companheiros d'armas! Valentes e denodados defensores das liberdades pátrias! Aproximam-se os momentos e as horas em que temos de medir as nossas forças **com os vândalos, que se intitulam legais, quando eles não são mais do que vis escravos do poder a quem servem!**

Dois estrangeiros, a saber, um que é presidente e comandante das armas da província, e outro chefe de esquadra, gozam das honras de brasileiros adotivos! O primeiro, que é marechal, chama-se Manuel Jorge Rodrigues, e deixou o embigo nas terras de Portugal; o segundo, João Taylor, nascido em Inglaterra e desertor da marinha daquela nação, alcançou no país de Santa Cruz o posto de chefe de esquadra!

Infeliz País! Desditosa Nação! Esses perversos de mãos dadas um com o outro, em menos de três dias, prenderam duzentos e oitenta e tantos patrícios nossos, que se acham a bordo dos navios de guerra, carregados de pesadas cadeias!... **Cidadãos beneméritos por seu patriotismo e virtudes, deputados provinciais, juizes de órfãos, juizes de paz, oficiais de primeira e segunda linha, da guarda nacional, agricultores, empregados públicos, negociantes, padres, artistas, em uma palavra, cidadãos de todas as classes neste momento gemem ao peso de grossas algemas, nos porões de navios de guerra sem processo e sem sentença!** Que ultraje às leis do Estado! Que afronta aos sagrados direitos dos cidadãos brasileiros! **Que provocação aos verdadeiros patriotas paraenses!** Mais de trezentas famílias estão inundadas em lágrimas, por se verem privadas de seus dignos chefes e naturais protetores!

As esposas chorando por seus maridos, os filhos por seus pais, venerando pobre e velhos, curvados ao peso dos anos e das enfermidades, carpindo a falta daqueles que lhes eram arrimo na velhice! A consternação quase que é geral na capital! Famílias distintas e respeitáveis, insultadas e desrespeitadas em suas honras! Finalmente as famílias dos verdadeiros patriotas paraenses estão cobertas de luto! Se nos está figurando uma nova palhaçada! Aqui a pena nos cai das mãos, mas forçoso é acabar. Os perversos e traidores que temam de nossa justa vingança! Ai dos cobardes que se interpuserem em nossa marcha!

Dignos filhos do gigante Amazonas, valentes e denodados defensores das liberdades dos cidadãos brasileiros, a nós cumpre castigas e vingar a afronta feita a esta briosa Província, que hoje geme sob o mais vil despotismo. Que cada um de vós seja um novo Guilherme Tell na defesa da pátria e da liberdade. Seja a nossa divisa – Vencer ou Morrer. Os vossos chefes estão na vossa frente, e onde maior for o perigo, aí será o seu posto de honra! Somos paisanos, desconhecemos a arte da guerra, mas nos havemos de bater como os mais briosos e aguerridos soldados. Aquele que em frente ao inimigo recuar um passo à retaguarda, e mostrar-se cobarde (o que não é de esperar de homens livres) seja morto no mesmo momento. **Se os vossos chefes caírem aos golpes de nossos**

miseráveis perseguidores e cruéis verdugos, pisai por cima de seus cadáveres e vingai a sua morte.

Se algum de vossos chefes no ato de carregar sobre o inimigo de mostrar vacilante ou cobarde, que seja no mesmo instante morto como um traidor e indigno de capitanear a homens livres. Os régulos que nos oprimem dispõem de numerosa artilharia, de excelente armamento e munições de guerra em abundância, e são coadjuvados pelos navios de guerra da marinha portuguesa e inglesa! Que miserável presidente que lança mão de baionetas estrangeiras para derramar o inocente sangue brasileiro! E tudo isto contra as leis do país!

Os vossos chefes não sabem iludir, por isso é preciso usar de franqueza e dizer-vos a verdade. **Temos pouco armamento e falta de pólvora; mas essa falta será suprida pela santidade da causa que defendemos**, e pelo desejo da mais nobre vingança. Mil vezes a morte no campo de batalha do que ter os pulsos algemados, e arrastar pesadas e infames cadeias. Só devemos reconhecer por inimigos os que se apresentarem em campo.

Recomendar-vos sagrado respeito às famílias e proteção aos desvalidos é necessário. Compaixão para com os vencidos. O homem livre e verdadeiro patriota é generoso. Queremos prisioneiros e não cadáveres. **Caros Patrícios e Irmãos d'armas, dignos filhos do Grão-Pará, o Deus da América está convosco e o nosso triunfo não pode ser duvidoso.** O Brasil inteiro tem os olhos sobre nós... **Sejamos dignos do nome de brasileiro. Cumpra cada um o seu dever e a pátria será salva. Viva a Religião Católica Apostólica Romana! Viva a Nação Brasileira! Vivam os defensores da Pátria e da Liberdade! Guerra aos déspotas e tiranos! Viva o rico e majestoso Pará!**

Acampamento no engenho Murutucu, 14 de agosto de 1835.

Antônio Pedro Vinagre

Eduardo Francisco Nogueira Gavião

Manuel Antônio Nogueira

Manuel José da Silva Paraense

André Pinto de Araújo Amazonas

Geraldo de Oliveira Vinagre. **[sic]**. (grifo nosso)

Como podemos evidenciar, os comandantes das forças contestatórias da ordem vigente, liderados por Francisco Vinagre, auto declaravam-se **“patrióticos”**, os **“verdadeiros brasileiros”**, **“valentes e denodados defensores das liberdades pátrias”**, **“dignos filhos do gigante Amazonas”**, **“valentes e denodados defensores das liberdades dos cidadãos brasileiros”**. Em nenhum momento se auto intitulavam de **“cabanos”**, **“ilegais”**, **“revoltosos”**, ou qualquer outra alcunha introduzida pelas tropas repressoras provincianas.

Pelo contrário, os **“patrióticos paraenses”**, como assim se intitulavam os liderados vinagristas, alcunhavam as tropas e governantes militares de serem **“vândalos”**, **“ilegais”**, **“vis escravos do poder a quem servem”**. Os patrióticos paraenses (doravante alcunhados de cabanos) por serem católicos defendiam a tese de que **o Deus da América estaria com eles**, e O mesmo os faria triunfar sobre os ilegais, devido a santidade da causa que defendiam [patrióticos paraenses].

Os cabanos do Pará (patrióticos paraense) se colocavam na condição da legalidade, porém, não obedeciam às ordens da Regência de Diogo Feijó e posteriormente a de Araújo Lima, por entenderem que tais governos legitimavam as benesses e o exercício de influência e poder das famílias aristocráticas nas províncias dos Estados Unidos do Brasil. Os cabanos (pelo menos os presidentes) em seus discursos, mantinham-se fiéis à fé católica e ao menino Pedro de Alcântara, e aguardavam apenas o mesmo chegar a maioridade, para assim governarem em conformidade as diretrizes do futuro monarca.

Logo, esse discurso da “legalidade”, que construiu uma negatização dos cabanos enquanto ilegais e que foi tecido por muitos historiadores desde Raiol ⁸⁴ ([1865-90] 1970), passou a ganhar positividade paulatinamente a partir da obra de Caio Prado Jr (1933), seguido pelas obras de Hurley (1936) até os dias atuais.

Seguindo essa evolução da discussão da legalidade dos cabanos ao longo das últimas décadas, inferimos que a análise de tal conflito, baseado nas relações de poder entre cabanos e as autoridades político-militares provincianas, foi evitado e até mesmo suplantado em detrimento da construção de um discurso hegemônico que inventou o termo cabano para os sujeitos marginais que se insurgiram e questionaram a ordem vigente no Grão-Pará.

A construção do termo cabano foi uma estratégia sagaz das autoridades repressoras em classificá-los como subversivos, anarquistas, revoltosos, ilegais, criminosos, rebeldes, desordeiros, contraventores, enfim, unificar uma alta carga pejorativa em um único termo - “cabano”.

No arcabouço desta diversidade de sujeitos envolvidos na cabanagem, a multiplicidade de reivindicações destes diferentes segmentos sociais inseridos nesta revolução no Grão-Pará oitocentista, foram reunidos, homogeneizados e tratados como um único inimigo a quem o Estado deveria combater. Como nos auxilia Pinheiro (1998, p. 156-157):

A Cabanagem foi um canal por onde segmentos diversos buscaram conduzir seus protestos e reivindicações que, por sua vez, derivam de situações conflituosas, igualmente diferenciadas. Seu entendimento como um movimento único, indistinto em procedimentos e reivindicações, derivou diretamente da ação repressiva, para quem não importava a existência ou não de distinções internas entre os rebeldes. Visto por este ângulo, o termo “Cabano” – enquanto sujeito genérico que materializava a partir de seus

⁸⁴ Ver nota de rodapé 6 nas páginas 26-27 desta dissertação.

atos comum contra ordem – acaba antes como uma construção do poder instituído, que o utiliza indistintamente para identificar e desqualificar os grupos que se lhe apresentavam como adversários, pouco se importando se o recurso as armas entre os rebeldes era feito a partir de suportes diferenciados ou não.

Para o autor, a construção do termo cabano como forma genérica teria sido uma estratégia de poderio militar para identificar e desqualificar de forma indistinta todos os adversários da “legalidade” do Império.

Partindo desta tese, afirmamos que as medidas instituídas por D’Andréa a partir de 1836 no Grão-Pará foram propositais e estratégicas, haja vista que anteriormente à sua chegada já se utilizava o termo cabano para os revoltosos. No entanto, além dos sujeitos cabanos, para as autoridades, existiam diversificados grupos de revoltosos classificados de forma pejorativa mediante marcadores de raça e classe⁸⁵, dentre os quais podemos citar negros fujões, desertores militares, brancos fugitivos, camponeses rebeldes etc.

Compreendemos então que a ação de invisibilizar a multiplicidade dos agentes envolvidos no processo revolucionário da cabanagem, nada mais foi do que uma estratégia ideológica de homogeneizar os diferentes sujeitos a quem o governo reprimia no Grão-Pará em uma única alcunha social – a de cabano.

Todavia, inferimos que estas discussões historiográficas da história sócio-política da Amazônia, sobre a forma como se deu o traslado do termo “cabano” (para a Cabanada do Pará) e a invenção de uma classe infame marginal⁸⁶, de certa forma foi suplantada pela construção de uma historiografia tradicional conservadora.

Isto ocorreu devido a dois aspectos: **1.** Esta discussão profunda da construção pejorativa do termo cabano ter sido ocultada pelas autoridades provincianas que consideraram-se “vitoriosas”, as quais estabeleceram nas documentações outros significados para o termo “cabano”, relacionando sua significância ao fato de habitarem em casas muito pobres e de materiais muito frágeis, alcunhadas de

⁸⁵ Cf. **MELO**, 2013a. p. 1-15.

⁸⁶ Ao adotar termos como “classe infame marginal”, “sujeitos marginais”, queremos ressaltar a falta de acesso a representatividade política de boa parte da população pobre paraense que passaram a compor o movimento cabano. Esses sujeitos sociais paraenses embora fossem considerados “cidadãos” na perspectiva demográfica, de fato não gozavam de direitos políticos de ascender a cargos públicos e nem tampouco de representatividade e elegibilidade, de fato eram colocados a margem da sociedade elitizada, ao ostracismo político-social. Para melhor entendimento, Ver: **MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. Sujeitos Marginais em Tempo Cabanal (1835-1837): A Supressão e Violação dos Direitos Fundamentais do Homem no Grão-Pará Regencial.** 2015. 57 f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos), Cajazeiras, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

“cabanas”; **2.** A reprodução demasiada da expressão “cabano” pelos historiadores ao longo do último século, utilizando o termo como agente homogêneo classificador dos sujeitos envolvidos – o que em tese durante algum tempo, atendeu aos reais interesses governamentais em construir uma historiografia que estabelecesse como arquétipo pejorativo a figura do cabano.

Em suma, para determinar quem eram os “cabanos”, quem eram esses sujeitos envolvidos (negros, índios, brancos pobres, agropecuaristas de classe média etc.) na revolução da Cabanagem, se faz necessário descrystalizar o termo “cabano”. É partindo da premissa da multiplicidade dos agentes envolvidos, que se conseguirá traçar um estereótipo sobre quais eram as suas ações e noções ao longo do movimento.

Crendo que a multiplicidade de agentes traz na bagagem uma diversidade de ideais sócio-políticos peculiar a cada categoria de sujeitos, isto nos leva a afirmar que no Grão-Pará oitocentista seriam projetos políticos de “cabanagens” dentro de uma Cabanagem – que se aproximaram por questionarem o arranjo político vigente e comungarem do sentimento antilusitano –, assim como os “agentes cabanos” cristalizados em um único termo unificador de “cabano”.

2.2. Ser “cauda ou ser cabeça”: o uso do discurso religioso como forma de persuasão revolucionária.

Desde os tempos coloniais do Brasil, foi frequente o uso do discurso religioso e sua liturgia como forma de persuasão, catequização e destribalização indígena. Ao passo que também doutrinou os muitos escravos africanos, amenizando a princípio as revoltas e rebeliões negras.

A política adotada pela Igreja Católica nos três primeiros séculos de colonização do Brasil arregimentou uma dependência social de índios e negros aos membros da sociedade clerical. Tal política de catequização e conversão de índios e africanos ao catolicismo, renderam benesses ao governo papal, dentre os quais podemos mencionar: o aumento dos fiéis católicos e o aumento das rendas e propriedades da Igreja.

Se por um lado a Igreja Católica trabalhava para alcançar seus interesses na colônia brasileira, por outro lado, a Coroa portuguesa se beneficiava do discurso

ideológico propagandeado pela Igreja, como forma de submeter índios e negros aos interesses da monarquia lusa.

Por comungarem de interesses políticos semelhantes e verem no Brasil uma estratégia de crescimento econômico, a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa firmam e estabelecem o sistema de padroado. Como esclarece Azzi (1987, p.21):

O direito de padroado só pode ser plenamente entendido dentro de um contexto de história medieval. Não se trata de usurpação de atribuições religiosas próprias da Igreja por parte da Coroa lusitana, mas de forma típica de compromisso entre a Santa Sé e o governo português. Consistia especificamente no direito de administração dos negócios eclesiásticos, concedido pelos papas aos soberanos portugueses.

Segundo a política de padroado, para a Coroa ficariam as despesas com encargos e estruturas eclesiais, e à Igreja ficaria a missão ideológica de reproduzir discursos persuasivos, e doutrinar os colonos e escravos a condição de subserviência à monarquia lusa.

O sistema de padroado foi o principal mecanismo pelo qual o clero secular e as companhias religiosas⁸⁷ massificaram as doutrinas e dogmas cristãos-católicos no Brasil ao longo de quatro séculos. Assim os colonos e escravos no Brasil passavam a ter “duas senhoras”, a Metrópole portuguesa e a Igreja Católica.

Se por um lado a Metrópole portuguesa, com sua estrutura organo-burocrática, apresentava-se de forma tímida no cotidiano sócio-político, por outro lado; a Igreja se apresentava de forma íntima no convívio de colonos, índios e negros, passando a controlar desde tributos a documentações pessoais (certidão de casamento, batistério) – levando muitos devotos a reconhecerem como primeira senhora a Igreja em detrimento da Coroa.

Dada à presença e proximidade da Igreja nas Vilas, freguesias, comarcas e termos, a mesma logo passou a ganhar respeito e reverência. Muito além dos sermões utilizados como forma de dominação ideológica, a Igreja ultrapassa seus muros e passa a exercer influência direta no convívio social de seus membros, na medida em que começa a administrar setores primordiais da sociedade – saúde e educação.

⁸⁷ Para ver noções que afirmam do exercício do poder de padroado sobre o clero secular e as ordens religiosas, Cf. **HOORNAERT**, 1994; **LIMA**, 1995; **KUHLEN**, 2005.

A Igreja Católica, por meio de sua estrutura eclesiástica, estabelece uma rede de controle social por meio da oferta de serviços seculares e espirituais. Com a prerrogativa de engajamento social e espiritual, a Igreja passa a atender a população através dos hospitais (santas casas de misericórdia), das escolas (maior parte internatos), dos orfanatos, dos asilos, das paróquias e das faculdades, externando um domínio patriarcal sobre esses colonos, índios e negros.

O domínio dessas esferas sociais, principalmente dos campos da saúde e do saber, implicam na materialidade de uma estrutura de poder que se impõem sobre o “outro”, pois a formação educacional de um sacerdote difere da formação do “povo”.

Nesses primeiros séculos de colonização e exploração dos recursos da colônia brasileira, foi quase inexistente uma formação educacional para o povo voltado para as artes e filosofia, na maioria das vezes era direcionada para uma aprendizagem de ofícios domésticos.

No entanto, para se obter uma formação sacerdotal, desde muito cedo os jovens seminaristas eram (e ainda são) ensinados acerca da filosofia, artes e teologia, dominando assim o mundo da escrita e da leitura ⁸⁸ e impondo uma dominação cultural sobre leigos e analfabetos – que por sinal eram a maioria da população brasileira.

Logo, afirmamos que a base educacional do clero católico se sobressaía no Brasil - considerando a quase totalidade de iletrados que formavam a sociedade da época -, pois os membros do clero desenvolviam, ao longo dos anos de estudo, a retórica, a hermenêutica, a homilética e eloquência para lidar com as massas de fiéis, ou seja, conforme seus interesses no cenário social, os membros do clero tinham a capacidade de serem persuasivos e manipuladores se assim o quisessem.

No Pará, desde o início das fortificações na Amazônia, a Coroa portuguesa preocupou-se em estabelecer paróquias e respectivamente sacerdotes ao longo de todo seu território, especificando a quantidade de padres e missões que deveriam existir nas três comarcas – Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas ⁸⁹. Tal

⁸⁸ Estes campos da ciência eram empregados tanto na formação de futuros sacerdotes nos seminários, como também nos cursos de Direito e Teologia das faculdades brasileiras. Convém tão somente estabelecer que o acesso a escola privada e faculdade se dava a poucas pessoas, em sua maioria a jovens pertencentes a classe média, que escolhiam seguir vocação eclesiástica ou estudar em faculdades brasileiras e/ou portuguesas custeadas por sua família. Notemos que esta não era a realidade da maioria dos brasileiros, os quais cada vez mais mergulhavam num estado de ignorância.

⁸⁹ **SOARES D'ANDRÉA.** Op.cit., 1838.

medida foi adotada como estratégia norteadora para destribalizar e catequizar índios, subalternar cultural e religiosamente o negro e persuadir a população paraense para servir aos exímios interesses da Coroa.

No que tange mensurar sobre os bastidores da Cabanagem, alguns personagens leigos e clericais foram de suma importância para a eclosão do movimento, dentre os quais podemos citar: Bispo Romualdo de Souza Coelho, Cônego Batista Campos, Pe. Antonio Sanches de Brito e Apolinário Maparajuba.

Convém, então, analisar sobre a relação das ações e discursos religiosos destes agentes sociais com o desenvolvimento revolucionário da Cabanagem.

Na obra “O anno biográfico brasileiro” (1876) de Joaquim Manoel de Macedo, o autor relata de forma sucinta alguns acontecimentos que marcaram o bispado de Romualdo de Souza ⁹⁰ no Grão-Pará desde 1819 a 1841:

Romualdo de Souza dedicou-se ao sacerdócio, e recebeu ordens de presbytero em 1785, sendo já notável por sua instrução e austeridade de costumes: no anno seguinte era vigário interino de S. José do rio Araxá, em 1789 lonto de latim do Seminário, em 1794 secretario do novo bispo D. Manoel de Almeida de Carvalho, seu thezoureiro dos Pontificaes e vice-reitor do seminário: examinador synodal, lente de theologia; e além de mais, Arcipreste da cathedral em 1805.

E tudo isso elle foi sem aspirar, nem pedir: seu único empenho na vida tinha sido ser padre; o mais lhe viera; porque sabia ser padre.

Na capital do Pará elle único ignorava que era modelo de virtudes, o já fonte riquíssima de sciencia. O bispo D. Manoel de Almeida muitas vezes o chamava á conferências scientificas.

Em 1817 o mesmo bispo mandou Romualdo de Souza Coelho ao Rio de Janeiro para comprimentar D. João VI que succedêra no throno á rainha D. Maria I, e saudal-o em seu nome, no do cabido, do clero, e dos diocesanos do Pará: ao despedil-o, disse-lhe: «vá; quero que o conheçam ; porque ha de ser o meu suecessor no bispado. »

A prophesia realisou-se quasi logo: D. Manoel de Almeida falleceu á 30 de Junho de 1818: D. Romualdo de Souza Coelho era bispo do Pará em 1819.

Foi bispo, como tinha sido simples padre, humilde, zeloso, beneficente, exemplar de virtudes e sábio. Ninguém teve mais numerosa família; todos os pobres erão seus filhos: ninguém se lembrava menos de si, e ninguém era tão abençoado como elle.

O seminário e instituições pias erão seus doces amores na terra.

Foi eleito deputado pelo Grão Pará ás cortes de Lisboa e em 1823 de volta á cidade de Belém o nomearão presidente da Junta-Provisoria-Governativa: o bispo aceitou o cargo para empenhar-se com ardor em manter a ordem, impedir conflictos, e aconselhar conciliação até que a provincia escapou á influencia e oppressão da tropa luzitana, e acclamou a independência, e D. Pedro I Imperador do Brazil.

⁹⁰ Romualdo de Souza Coelho foi filho do lavrador Alberto de Souza Coelho e de D. Maria de Gusmão, ambos paraenses, nasceu à 7 de Fevereiro de 1762 na vida hoje cidade de Cametá, na província do Grão Pará, e ali mesmo recebeu a instrução primaria, e completou o estudo do latim. (MACEDO, 1876, p. 165.)

Velho já e cansado pela vida de estudos, que illumina a intelligencia, mas abate o corpo desprezado, D. Romualdo de Souza Coelho visitou em longas e incommodas viagens grande numero de parochias e de capellas do seu bispado, fazendo ouvir por toda parte sua palavra apostólica.

Adoeceu fatalmente pouco antes da revolta de 1835 no Pará: a anarchia, o furor das facções, o horror do sangue, o arrancarão quasi já cadáver de seu leito de moribundo: levado nos braços de dous padres D. Romualdo de Souza foi duas vezes expôr-se aos desatinos dos revoltosos que tinham já chegado á ousar os maiores atentados e fadou-lhes em nome de Deus e da pátria, aconselhando ordem e obediência, e promettendo exorar amnistia.

O velho bispo nada conseguiu, e recolheu-se para padecer em leito de agonisante de todos os dias, cinco anos de martyrisada vida até que expirou á 15 de Fevereiro de 1841.

Sua sepultura recebeu apenas um corpo de pelle e ossos.

São numerosas as obras impressas do D. Romualdo de Souza Coelho : duas explicão os acontecimentos do 1823, em que elle tomara parte: as outras são Cathecismos, Dissertações, Discursos, Orações e Pastoraes do abonado merecimento.

D. Romualdo de Souza Coelho foi príncipe da igreja, que sahio como os apóstolos de Jesus Christo, do seio pobre e humilde do povo. [sic]. (MACEDO, 1876, p. 165-168.).

Como podemos observar nos relatos de Macedo, o bispo D. Romualdo de Souza, além de desempenhar atribuições de líder religioso, foi um homem atuante na política brasileira.

Na mesma forma como ocorreu sua ascensão na vida religiosa, também aconteceu sua evolução no campo político. Atributos e conhecimentos vindouros de sua formação eclesiástica (latim, oratória, cargos de confiança) ajudaram o mesmo, a se posicionar na conjectura política brasileira das duas primeiras décadas do século XIX, exatamente no momento de tensão entre o governo Joanino e o liberalismo português (vintismo).

Desde 1817 quando representando D. Manoel de Almeida (então bispo do Paraense) se apresentou e saudou D. João VI no Rio de Janeiro em nome do povo do Pará, já demonstrava sua preferência pelo monarquismo, todavia, tinha como primordial objetivo a manutenção da paz na província do Luso-paraense e a concessão de vida digna aos paraenses.

Devido sua autoridade religiosa e amizade com a monarquia logo foi eleito deputado para representar o Pará na Assembleia Constituinte na Corte. Regressando de lá, foi indicado para presidir a Junta Governativa Provisória do Pará

em 1823. Cabe aqui retomar os liames do processo de Adesão do Pará a Independência do Brasil ⁹¹.

A historiografia aponta que, em Março de 1823, os “cidadãos”, eleitos para comporem a Junta de Governo da Província, são surpreendidos por um golpe político arquitetado pelos partidários do antigo regime luso. Dissolvida esta 1ª Junta Governativa, é indicada uma 2ª Junta Governativa, a qual passou a ser presidida pelo bispo D. Romualdo de Souza.

Ocorre, porém, que em agosto do mesmo ano, chegava ao Pará o capitão tenente John Pascoe Greenfell com a missão de fazer com que o Grão-Pará aderisse à Independência do Brasil. Por meio de ameaças de invasão e bombardeio a Belém – o que não passou de um blefe, pois o capitão só tinha uma nau – [Greenfell] conseguiu convencer a Junta Governativa do Pará a aderir a Independência e unificação da América Portuguesa enquanto Brasil.

Mesmo sendo um político conservador e simpatizante do governo português, D. Romualdo de Souza exerceu influência sobre a Junta Governativa, para que esta deliberasse pelo rompimento dos laços fraternos com o regime monárquico português. Em virtude de compreender que tal decisão seria a mais eficaz para salvar [a Província] dos horrores da anarquia e da violenta repressão que poderiam vir a sofrer pelas tropas de D. Pedro I.

Mesmo sendo uma atitude cautelosa, D. Romualdo influencia a Junta Governativa a aceitar a Adesão do Pará como prerrogativa para a manutenção da paz na província. A decisão da Junta Governativa não foi de toda inocente e descabida, pois embora a Adesão ao Império do Brasil significasse no plano internacional, um passo importante para o rompimento das relações econômicas e políticas com Portugal, D. Romualdo de Souza entendia que esta teoria não se efetivaria na prática.

Visto que o herdeiro da Coroa portuguesa, pertencente à dinastia dos Bragança iria administrar o Brasil. O rompimento diplomático com Portugal seria mais uma medida para agradar as famílias elitistas brasileiras, pois o domínio político e ideológico continuaria sob a administração da Dinastia Lusa.

⁹¹ Ver a página 44 desta dissertação.

Posterior à assinatura do termo de adesão, John Pascoe Greenfell ordenou a prisão dos coronéis Vilaça e Moura (adeptos da permanência de subordinação política a Lisboa), dissolveu a Junta Governativa Provisória e convocou novas eleições na Câmara Municipal para a composição de uma nova Junta Governativa Permanente.

O coronel Geraldo José de Abreu foi eleito presidente e entre os outros cinco membros escolhidos estava o fazendeiro da região do Acará, Felix Antônio Clemente Malcher (que em 7 de janeiro de 1835 foi aclamado como 1º Presidente cabano) e o Cônego Batista Campos que se encontrava foragido no interior do Acará.

A saída de D. Romualdo da presidência da Junta Governativa somada ao entendimento da população de que a adesão do Pará ao Império do Brasil não modificaria a estrutura social da Província, antes, significaria no plano regional um traslado de poder político das famílias aristocráticas lusas para as famílias aristocráticas brasileiras, provocando um cataclismo de rebeliões nas ruas de Belém.

A população mais pobre saiu às ruas como forma de protesto e iniciou motins e insurreições, pediam a demissão do coronel Geraldo José de Abreu, assim como de funcionários favoráveis à emancipação política do Brasil. Os amotinados de Belém reivindicavam a presidência da Junta Governativa em favor do Cônego Batista Campos.

Embora militasse pela paz e sossego na Província, tamanha era a influência de D. Romualdo a ponto da população se insurgir contra as autoridades reais e reivindicar posição política de destaque para um de seus discípulos.

Ao longo de dez anos subsequentes a 1823, D. Romualdo de Souza passou a ganhar maior notoriedade e carisma, em virtude de suas ações populares e apascentadoras. Como afirma Macedo ⁹², o bispo “visitou em longas e incômodas viagens grande número de paróquias e de capelas do seu bispado, fazendo ouvir por toda parte sua palavra apostólica”.

⁹² **MACEDO**, op. cit., p. 167.

Isto nos leva a crer que o bispo se destacou de forma diferenciada dos antigos bispos do Pará, na medida em que se fez mais próximo “as ovelhas de seu rebanho”. No entanto, podemos interpretar que suas andanças e viagens pelas vilas e freguesias do Grão-Pará estabeleceram uma rede de relações de subserviência, na qual as “ovelhas paraenses” passaram a admirar, reverenciar e reconhecer a “voz de seu pastor”.

Esta condição de figura magna tanto política quanto religiosa acabou exercendo uma posição de neutralidade nos tempos de cabanagem, sendo respeitado e ouvido tanto por tropas cabanas quanto por tropas anticabanas. Desempenhou papel de conciliador e diplomata em tempos de guerra.

Dado os tempos de revolta, o furor das facções e o horror do sangue, passaram a serem frequentes, no cotidiano paraense durante as Revoltas de Muaná, Acará e a Confederação de Cametá em 1834, bem como a intensificação desses conflitos a partir do 7 de janeiro de 1835; Com a eclosão da Cabanagem D. Romualdo de Souza interveio e “expor-se repetidas vezes entre os dois lados da guerra falando em nome de Deus e da pátria, aconselhando ordem e obediência, mas não obteve sucesso”⁹³.

Ao longo de 1834, D. Romualdo de Souza passou a enviar correspondências ao presidente da província Bernardo Lobo de Sousa, cobrando medidas para se chegar à paz e ao sossego no Grão-Pará em virtude das constantes revoltas nas regiões do Marajó e Acará⁹⁴.

Ressaltamos, porém, que um dos principais líderes dos levantes insurgentes foi um de seus discípulos (Batista Campos). O que nos é dado a supor que o bispo do Pará fizesse acepção de movimentos contestatórios, ou seja, quando os movimentos insurgentes fossem de cunho mais popular e radical, o bispo noticiava e cobrava medidas do presidente da província⁹⁵. Entretanto, quando os levantes insurretos fossem de cunho de disputa política pela liderança partidária e/ou provincial (onde geralmente estava situado Batista Campos) o bispo D. Romualdo silencia-se.

⁹³ **MACEDO**, loc. cit.

⁹⁴ Cf. **APEP**. 1827-1838. Códice 854. Correspondências de Diversos com o Governo.

⁹⁵ Ver **APEP**. 1827-1838. Códice 854. Documento 100.

Tal tendência de posicionamento político do bispo do Pará só reforçava que a preocupação do mesmo não era contra as disputas políticas armadas, (já que o bispo também era um homem político), e sim contra os movimentos insurgentes de cunho radical e forte apelo popular de nuance jacobina.

Entretanto, é essa característica dúbia de D. Romualdo de Souza Coelho que lhe outorgava autoridade e respeito para se situar no cerne das ações de conciliação entre os grupos políticos e insurretos do Pará.

Com a chegada do Marechal Soares D'Andréa para reprimir os revoltosos do Pará governados por Eduardo Angelim, o bispo Romualdo de Souza temeu um desenfreado derramamento de sangue e morticínio dos paraenses nas ruas de Belém. Sugeriu, pois ele a Angelim que evitasse quaisquer combates contra as tropas de D'Andréa e negociasse a concessão de anistia geral.

Segundo Raiol (1970, p. 949), atendendo aos conselhos de D. Romualdo, em 26 de Abril, Angelim enviou a D'Andréa, por intermédio do bispo, um documento assinado por ele e por todos os seus comandantes, estipulando um acordo de anistia geral em troca da liberdade dos presos a bordo das embarcações comandadas por Angelim.

No documento, o presidente cabano pedia que, por meio da concessão de anistia, todos os revoltosos saíssem ilesos. No entanto, se o Marechal D'Andréa se recusasse a negociar, deveria ele ser culpabilizado pelos horrores e males que poderiam vir ocorrer na Província, já que Angelim contava com o apoio não só da comarca do Grão-Pará, mas também de todo o Baixo e Alto Amazonas.

Com a intenção de findar a revolta na capital, o bispo D. Romualdo de Souza Coelho além de levar o documento redigido por Eduardo Angelim, também escreveu um ofício dirigido a Francisco José de Souza Soares D'Andréa em 29 de abril de 1836.

No documento ⁹⁶, o bispo pediu ao presidente da província paraense que as medidas a serem tomados para obter o sossego e a estabilidade do Grão-Pará, seguissem o modelo de repressão empregado pela Província de Pernambuco,

⁹⁶ APEP, Códice 854, Documento 100.

contra os cabanos das matas da zona sul. A concessão de anistia evitaria o derramamento de sangue, conforme consta no:

Illm.^o e Exm.^o

Assim mesmo no estado de moribundo, em que me acho há dous anos, ainda me alenta hum resto de espírito vital para dizer a V. Ex.^a com o coração na mão que como Pay, não terei sabor de vêr, sem pasmos tantos extragos entre Filhos, que eu amo com ternura em Jezus Christo.

Parece-me Exm.^o, que huma boa e generosa Amnistia não será desagradável a Sua Magestade Imperial com a vantagem de fazer mais firme e socego e a estabilidade nesta importante Província sem efusão de sangue, que tanto horroriza a humanidade, e que de certo se verificará se V. Ex.^a atender a proposta, que lhe fez o chefe da Força armada.

Constando-me pois que Pernambuco teve seu socego a huma igual medida, eu conto já Exm.^o com o feliz êxito do zelo Paternal, que anima meu sagrado coração.

Deus guarde a V. Ex.^a. Pará, 29 de Abril de 1836.

Illm.^o e Exm.^o Presidente.

Romualdo, Bispo do Pará. [sic].

Como resposta, D'Andréa recusa-se a negociar com os revoltosos, apresentando os seguintes motivos:

Não estava autorizado a publicar qualquer anistia, uma vez que a assembleia geral não o havia autorizado; a sua palavra era a melhor garantia; que pelo mesmo motivo de não publicar a anistia não poderia soltar os presos; que era amante do rico Império, ao qual servia desde seus primeiros anos, e que não poderia ser responsabilizado por nada. (RAIOL, 1970, p. 950)⁹⁷.

Diante da negativa de acordo, as batalhas na capital seguiram no decorrer de 1836, até Angelim e seus correligionários migrarem para o Baixo Amazonas⁹⁸.

Passados cinco meses, novamente o bispo D. Romualdo de Souza volta a oficialar a Soares D'Andréa em 5 de Setembro de 1836⁹⁹, felicitando o governador da

⁹⁷ Esta passagem e discussão também encontra-se nas páginas 72-73 desta dissertação. Elas foram citadas novamente, apenas a título de melhor compreensão do leitor sobre o desenrolar da proposta de anistia defendida por Romualdo de Souza.

⁹⁸ Esta discussão não será retomada em virtude do processo de repressão e pacificação da capital ter sido amplamente discutida ao longo do primeiro capítulo desta dissertação.

⁹⁹ APEP, Códice 854, Documento 110.

província pela pacífica restauração da Capital (Belém) e pede-lhe, até mesmo, permissão para render-lhe graças com um “Te-Deum”¹⁰⁰:

Illm.^o Exm.^o Presidente.

Recebi com prazer o Offício de V. Ex.^a em data de hoje, indicando-me o dia em que devemos render a Deos Nosso Senhor a divina Acção de graças pela pacífica restauração desta Capital, mediante as enérgicas providencias, com que V. Ex.^a tem desempenhado a sua importante comissão, com a applasivel vantagem, e feliz reunião do dia em que verificou a nossa gloriosa Independência, e total Emancipação. Só me fica, Exm.^o Presidente, o vivo sentimento de não ter toda a parte, como desejava, em tao justo regozijo, oficiando eu mesmo a Acção do Te-Deum pelo extraordinário abatimento, a que me tem reduzido a calorosa indisposição, que padeço; verei com tudo se posso ao menos assistir.

Deus Guarde a V. Ex.^a. Muitos anos. Pará, 5 de Setembro de 1836.

Illm.^o e Exm.^o Presidente Francisco José de Sousa Soares D’Ándrea.

Romualdo, Bispo do Pará. [sic].

Como podemos analisar, é com a estima de ver novamente a capital do Império em paz e sossego mediante as ações de D’Andréa, que o bispo D. Romualdo se oferece para entoar um Te-Deum e glorificar publicamente o governador, por aquilo que o bispo convencionou nomear como “restauração pacífica”. Ora, cabe registrar que as ações de repressão formuladas por D’Andrea na capital não foram amenas, antes podemos assim classificá-las como truculentas.

Entretanto, podemos analisar que as declarações de Romualdo de Souza, nos ofícios a D’Andréa e conversas com Angelim ao longo do ano de 1836, são destituídas de astúcia. De certo, são marcadas por um elevado nível de utopia, no que tange a mensurar o processo pacífico de restauração monárquica no Grão-Pará. Isto porque as enfermidades e processo de envelhecimento do bispo distanciaram-no do acompanhamento minucioso das principais movimentações de tropas cabanas e anticabanas.

O bispo D. Romualdo “adoeceu fatalmente pouco antes da revolta de 1835 no Pará: a anarquia, o furor das facções, o horror do sangue, arrancaram-no quase

¹⁰⁰ É uma expressão latina que significa “A Ti, ó Deus, Louvamos”. Geralmente é atribuída a Santo Ambrósio, ou a este e a Santo Agostinho, que, segundo a tradição, num raptó de fervor religioso, o improvisaram na Catedral de Milão, entoando alternadamente os seus versículos. O Te Deum vem a ser: a) um brado de fé e piedade cristã, não ultrapassado na literatura da Igreja Cristã, como definição de doutrina e manual de experiência cristã; b) Cerimônia que acompanha essa ação de graças; c) Solenidade religiosa em ação de graças, geralmente pública. Para mais detalhes sobre o “Te Deum” ver (SCHAFF, 1964).

cadáver de seu leito de moribundo por duas vezes” ¹⁰¹, para expor-se a conciliar o conflito, no intuito de levar a Mafalda província a tempos de paz ¹⁰².

D. Romualdo não obteve êxito na condução da pacificação do movimento de repressão, antes, “padeceu em leito agonizante durante cinco anos de martirizada vida, até que veio a falecer a 15 de Fevereiro de 1841” ¹⁰³.

Em suma, o bispo D. Romualdo de Souza Coelho foi um personagem que por apresentar características de conciliador, mostrou-se em algumas vezes dicotômico. Visto que ora relacionava-se com as autoridades provincianas cobrando medidas para manter a ordem e sossego no Grão-Pará, ora aconselhava os revoltosos e intercedia pela anistia dos mesmos, a fim de evitar o derramamento de sangue desenfreado na província.

No mesmo contexto de atuação religiosa e política de D. Romualdo de Souza, emerge no cenário político paraense o Cônego João Gonçalves Batista Campos. “Ordenado como padre em 1805 e cônego subdiácono em 1815” (SALLES 2005, p.286), Batista Campos teve como início de sua caminhada política o ano de 1822, quando a partir da queda de Felipe Patroni, no Pará, e seu regresso a Portugal, o Cônego passou a dirigir o antigo jornal “O Patriota”, que durante sua direção foi denominado “O Paraense”.

O contato de Batista Campos com as ideias liberais, que circulavam pela corte portuguesa, suas características intelectuais, adquiridas em sua formação acadêmica (eloquência, retórica, hermenêutica e homilética) e seu carisma passaram a construir entre as camadas populares e a burguesia paraense uma imagem política liberalista progressista do Cônego.

Aos poucos Batista Campos passa a difundir suas ideias liberais em seus sermões pelas paróquias por onde visitava, como também por meio do jornal “O Paraense”. Essas formas de circularidade de seus ideais só aumentavam ainda mais a popularidade do Cônego entre as diversas camadas sociais da sociedade paraense.

¹⁰¹ **MACEDO**, Joaquim Manoel. **Anno Biographico Brasileiro**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico. 1876, p. 167.

¹⁰² Cf. **APEP**. 1827-1838. Códice 854, Documento 100.

¹⁰³ **MACEDO**, op. Cit., p. 167.

Se por um lado, Batista Campos passou a incitar e multiplicar a crença dos brasileiros natos, em uma república paraense ou emancipação política da administração de lusos na Província, diferentemente, também despertou na elite luso-paraense o medo e ódio a tais pensamentos liberais, o que estimulava esses brasileiros adotivos a tentarem desarticular Batista Campos e manter a consolidação do antigo regime, como demonstrava Lima (2008 p.88):

A junta, como se observa, se mantinha em defesa das “leis do antigo regime”. A prisão de Patroni e a tentativa de destruição da gráfica trouxe ainda mais tensão ao impasse. A junta passou a promover a ampliação das forças militares, através de “alistamentos voluntários”, tanto na cidade, quanto no interior. O coronel Vilaça tentou unificar, sob seu comando, um novo corpo de homens. O comandante das armas, José Maria de Moura, se negou a fortalecê-lo. Havia grande pressão entre os membros da junta, sobretudo daqueles liderados por Vilaça, para que houvessem providências contra os defensores das ideias liberais. Com Batista Campos, porém, as disputas ganharam mais complexidade. Se antes a junta e seus opositores liderados por Patroni debatiam projetos constitucionais, sem questionar a legitimidade da união entre Grão-Pará e Portugal; com o cônego Batista Campos na liderança da gráfica, a oposição passou a questionar tanto as “leis do antigo regime”, quanto a “união com Portugal”.

Por meio das pregações eclesásticas durante as missas, e visitas pelas Vilas do Grão-Pará e paróquias do bispado de Belém, o Cônego Batista Campos passa a disseminar suas ideias e se coloca como o bom pastor sobre as ovelhas do Pará.

O carisma do cônego, suas habilidades retóricas, e seus sermões inspirados, davam conta de persuadir uma gama de seguidores. A atuação liberal e o discurso religioso de propor tempos de paz, austeridade econômica, liberdades constitucionais levavam o povo a construir uma imagem redentora de Batista Campos.

Essa construção ideológica imagética do cônego, como o sacerdote libertador da opressão sobre a vida da população, serve para arregimentar e efetivar o populismo de Batista Campos, reunindo adeptos que se colocavam à sua inteira disposição, em uma espécie de “Guarda Batista”.

Embora essa construção da representação do libertador do Pará revelasse características e posicionamentos de Batista Campos, na prática não se efetivava. Além de religioso e político, o Cônego também pertencia a uma família importante

de classe média e o mesmo era possuidor de escravos. Logo, não contemplava entre seus ideais a abolição da escravidão – uma das principais reivindicações dos revoltosos paraenses a partir de meados de 1835.

Batista Campos fazia questão de incitar seus ouvintes a promoção da luta pela terra, pela progressão hierárquica, pelo fim da opressão política lusa, etc. A estratégia do Cônego era fazer com que todos a seu redor, familiarizassem-se com as propostas de revolução “branda” e destituição das autoridades militares.

Esse cenário de multiplicidade de apropriação dos discursos de Batista Campos levava a uma convergência de interesses de índios, homens de cor e líderes políticos (brasileiros natos). Sendo que a unidade de coletivos “índios” (erroneamente confundidos, relacionados e alcunhados de forma genérica aos “tapuios”) recusava-se a realizar trabalhos compulsórios que beiravam a escravidão, por assimilarem a partir dos discursos políticos (não exclusivamente os de Batista Campos) que eram considerados cidadãos desde o Diretório Pombalino e tais atribuições de trabalho deveriam ser exercidas pelos “tapuios” – de quem os índios alimentavam certa aversão.

Assim, é plenamente possível que o cônego Batista Campos, eleito vice-presidente e deportado ao interior pelos caramurus, estivesse efetivamente mobilizando os homens de cor do interior da província a se insurgirem contra o sistema de comandantes militares, fábricas nacionais e roças comuns que forçadamente capturava índios, tapuios e mestiços para que trabalhassem no que fossem úteis. Assim, nos primeiros anos da década de 1830, havia nos mais diversos distritos da Amazônia brasileira mobilizações que articulavam líderes políticos e homens de cor. Os índios, cada vez mais, se recusavam a realizar trabalhos que, através das mobilizações, sabiam não ser obrigados. (LIMA, 2008, p. 114).

Longe de ser um religioso preocupado com o bem-estar da população paraense, Batista Campos tornou-se um manipulador das classes menos abastadas. Embora levemos em consideração a subjetividade da população e suas aspirações individuais, a liderança do Cônego sobre tais pessoas por meio da persuasão e carisma, direcionavam esses múltiplos agentes sociais a acreditarem e compartilharem do ideal de Batista Campos. Assim vemos nas ações meticulosas e astutas do Cônego, o uso do povo um trampolim para chegar à presidência da Província – já que por duas vezes foi impedido de assumir o cargo.

A vida do Cônego é marcada pela grande quantidade de fugas, assim como de viagens pelos distritos e vilas mais longínquas existentes no Pará. Batista Campos passa a ser conhecido por boa parte da população do Pará, em virtude de acompanhar o bispo D. Romualdo em suas viagens pela Província. Aos poucos a vida, o exemplo de Batista Campos vai se misturando à figura do bispo, passando o cônego a ser cogitado como herdeiro espiritual de D. Romualdo De Souza.

Há de se registrar que em cada região, Vila e localidade por onde andava, o Cônego discursava que todos haveriam de se posicionar politicamente, optarem em serem “cabeças ou caldas” ¹⁰⁴, pois o que estava em questão era a permanência ou não dos portugueses na administração da província do Grão-Pará. A destituição destes passa a ser a principal finalidade nos discursos de Campos, pois seria a causa dos males do povo paraense.

Seguindo essa linha, convencionamos dizer que Batista Campos emergiu no cenário da década de 20 como o mentor de ideais, o tecelã das linhas de pensamento político das diferentes classes sociais, o lançador de faíscas em meio à pólvora - pois é o Cônego quem estabelece redes de comunicações e articulações sócio-políticas, convergem às insatisfações de grupos societários diferentes e de certa forma interliga as diversas revoltas ocorridas na província paraense no período oitocentista.

Devido seu pensamento revolucionário e sua legitimidade religiosa para discursar pela Província, Batista Campos passa a ser temido e vigiado pelas autoridades provincianas. Cada vez mais os Caramurus construíam uma visão perversa e pejorativa do Cônego como consta em Opúsculo Anônimo (1832, p. 8-9):

[...] o 1º é o da ordem constitucional, composto por proprietários, comerciantes, grandes agricultores, e da fina flor da mocidade. Com tantos chefes e tem tantos membros, quantos são os homens de bem,

¹⁰⁴ Expressão comumente usada em sermões temáticos, a título de instigar as pessoas a se posicionarem diante de alguma coisa ou ação. Remete a possibilidade de mérito (ser o primeiro, aquele que goza benesses) e o demérito (ser último, provar das migalhas e sobras de outros). Acreditamos que seu uso nas pregações de Batista Campos estava intimamente ligado ao princípio da “obediência as autoridades”, pois a própria passagem afirma que a atitude de posicionar-se enquanto “cabeça ou calda” diante de uma situação, está ligada a condicionante de obediência aos mandamentos de Javé (o único Deus da civilização judaico-cristã), o que implica na obediência as autoridades constituídas por Javé, dentre aos quais destacamos os sacerdotes religiosos e profetas. Ver Deuteronômio (Cap. 28, vers. 13); Romanos (Cap. 13, vers. 1-2) In: **BÍBLIA**. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. rev. atual. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

interessados pela sua prosperidade e segurança. O 2º é o da força bruta: tem por ocasião o famoso Cônego João Baptista Gonçalves Campos, capadócio muito covarde porém muito atrevido, como são todos os poltrões.

Possivelmente este opúsculo foi escrito pelo professor e poeta português José Soares de Azevedo, grande partidário dos Caramurus, e defensor da administração Lusa no Pará. A visão de Batista Campos apresentada por Azevedo é recorrente entre aqueles que viam o cônego como algoz, como a hidra que deveria ser queimada. O fim de Batista Campos e seus discursos altamente persuasivos representaria para os Caramurus a única forma de alcançar a paz e o sossego na Província.

Com a figura de Batista Campos aparece um novo personagem, no que tange a analisar a influência do discurso religioso em tempos de Revolução. Em viagem pelo Amazonas tendo como destino final a prisão do Crato no Rio Madeira, Batista Campos em setembro de 1831 consegue fugir e se refugiar na Vila de Óbidos e posteriormente também na Vila de Juruti.

Quando estava em Óbidos se abrigou na casa do Pe. Antonio Sanchez de Brito, possivelmente um de seus compatriotas e ex-colega de seminário. Durante os primeiros anos que seguem 1831, o Pe. Sanchez de Brito - também era juiz de Paz de Óbidos - passou a comungar dos mesmos ideais liberais de Batista Campos.

Era o Padre quem agenciava e apresentava o Cônego as principais autoridades das Vilas do Baixo Amazonas, fazia isso por acreditar que uma nova forma de governo para o Pará traria mudanças profundas na administração das Vilas.

Também somos levados a supor que com a mudança da configuração e arranjo político do Pará, junto com Batista Campos emergiria o Pe. Sanchez de Brito. O primeiro ocuparia a presidência da província e o padre seria nomeado como o responsável político por toda a Comarca do Baixo Amazonas.

Por também ter uma carreira política e jurídica – ter sido juiz de vintena em Juruti e ser Juiz de Paz em Óbidos -, ser profundo conhecedor da linguagem e costumes indígenas, bem como da geografia do Baixo Amazonas, era o Pe. Sanchez de Brito quem viajava com Batista Campos. O padre planejava cada ação minuciosa, para a busca do reconhecimento político do Cônego como presidente da

Província. Não por acaso que o Cônego foi aclamado presidente do Pará primeiramente na Vila de Óbidos e posteriormente também na Vila de Juruti.

Se o discurso político-religioso do Pe. Sanchez de Brito andava em consonância com a atuação liberal-filantrópica de Batista Campos entre os anos de 1831-34, o mesmo não ocorre a partir de 1835 com a morte de Batista Campos.

Muito mais do que o falecimento de uma amigo, ou político, ou religioso, a morte de Batista Campos significou para o Pe. Sanchez de Brito o fim das últimas esperanças de mudanças liberais no Pará.

Ocorre que com o cunho revolucionário que tomou a Cabanagem, diferentemente do que arquitetava com Batista Campos, o Pe. Sanchez de Brito é levado a mudar de posição política. Se durante os primeiros anos de 1830, comungava ao lado de Batista Campos de uma mudança liberal republicana para o Pará, a partir de 1835 passa a cultuar uma posição política mais conservadora de apoio a monarquia constitucional.

O Padre que almejava o poder político na Comarca do Baixo Amazonas através de suas ações pensadas juntas com Batista Campos, passa a sentir-se ameaçado com as práticas revoltosas e subversivas adotadas pelos revoltosos em Belém e posteriormente Baixo Amazonas.

Com a notícia de refúgio e articulação dos pontos cabanos no Baixo Amazonas mantidos por Cuipiranga, e, de igual modo, sabendo do destacamento do Marechal Soares D'Andréa para a presidência da Província, o Padre Sanchez de Brito adota medidas conservadoras contrarrevolucionárias em relação aos cabanos do Vale amazônico.

É Reis (1979) quem descreve que para combater o “Ecuipiranga” narrado por Raiol (1970) em meados do século XIX, surge no cenário contrarrevolucionário o Padre Antonio Sanchez de Brito.

Segundo Reis (1979), o Padre Sanchez de Brito, além de ter mantido fortes relações políticas com seu correligionário eclesiástico Cônego Batista Campos, foi o responsável pela derrocada da organização cabana no interior do Grão-Pará.

Por ser profundo conhecedor incomum da geografia e hidrografia peculiar do Baixo Amazonas, adotou como medidas de combate aos cabanos do Baixo

Amazonas: o recrutamento forçado, o uso de embarcações pequenas, camuflagem com produtos naturais da floresta e persuasão de indígenas nas mediações do Alto Amazonas.

O discurso religioso, que outrora pedia apoio político a Batista Campos na região oeste paraense, em 1835 passa a persuadir tapuios e indígenas para combater os revoltosos do Pará. Mesmo que de forma invertida aos propósitos de Romualdo de Souza (seu mentor espiritual) e de Batista Campos (amigo e correligionário), o Padre Sanchez de Brito utiliza-se de seu discurso religioso, para organizar uma contra ofensiva revolucionária a Cuipiranga.

Sua atuação religiosa se confunde com sua atuação política no Baixo Amazonas, passando o Padre a disputar com o Comandante do Alto Amazonas Ambrósio Pedro Ayres o comando das forças repressoras ao anárquico Cuipiranga.

As ações pensadas e arquitetadas pelo Padre Sanchez de Brito por meio de seu discurso religioso, quanto ao recrutamento militar e estratégias de guerra no combate ao Cuipiranga foram tão expressivas. Quando as forças militares de D'Andréa chegam ao Baixo Amazonas para reprimirem o Cuipiranga, praticamente esta Vila já encontrava-se derrotada.

Inserida nesse contexto, funcionava a Igreja de Santarém, dirigida pelo vigário cônego Raimundo Antônio Fernandes, que também dirigia como vigário do Baixo Amazonas. O cônego tinha uma grande atividade política, chegando a ser eleito deputado para a primeira Assembleia Provincial do Pará em outubro de 1834, no entanto, não chegou a tomar posse, porque explodiu a Cabanagem. Era proprietários de terras e escravos e, por seus conhecimentos, exercia liderança intelectual na classe dirigente (VEIGA DOS SANTOS 1986, p.12).

Por ser assumidamente reinol, era simpatizante das relações com a metrópole Lusa e aceitava assim a tutela portuguesa, como fica evidente em seu discurso na sessão especial do Senado da Câmara em Santarém dando graças a Revolução Liberal do Porto (1820) em Lisboa:

Nessa sessão extraordinária, o então vigário da paróquia, o padre português Manuel Fernandes Leal, fez um retumbante discurso "louvando os liberais de sua pátria, numa evidência positiva de que não admitia outro caminho que não fosse aquele da obediência a Lisboa..." (apud REIS 1979, p. 74).

O cônego Raimundo Fernandes por ser assumidamente reinol e fiel a coroa, e por também não ter assumido a Assembleia Provincial em decorrência da Cabanagem, passou a militar contra os movimentos cabanos na Vila do Tapajós, utilizava seus sermões e discurso político religioso para persuadir a classe dominante de Santarém a combater os revoltosos. Em contrapartida, incitava castigos aos revoltosos pregando-lhes sobre desobediência e rebelião.

Acontecido à invasão da Vila de Santarém pelos cabanos, o cônego Raimundo Antônio Fernandes, por estar integrado ao sistema dominante, participou da fuga da Vila, acompanhando seus parceiros de poder, com medo de ser aprisionado e condenado pelos cabanos, pois fazia parte, com destaque, do aparelho opressor.

Em contrapartida, seu irmão, o também padre João Antônio Fernandes era um sacerdote de vida simples, pobre, que não possuía bens e morava bem próximo da Aldeia, local dos marginalizados. Era um homem bondoso, humilde e compreensível.

Quando os cabanos se apoderavam da Vila, padre João permaneceu na mesma, exercendo seu sacerdócio, sem nada temer porque nada devia. Como padre autêntico, procurou contornar as dificuldades e manter o diálogo de maneira a evitar violências geradas pelo ódio. Seus sermões e discursos religiosos eram dirigidos para a manutenção da ordem e da paz, não se indispondo com nenhum dos lados no combate, era um exímio articulador e conciliador, por isso talvez os cabanos o respeitavam e aceitavam suas ponderações ¹⁰⁵.

Distante deste universo intelectual religioso, mas presente no arcabouço da análise do discurso religioso em tempo de Cabanagem, uma outra figura que emerge, tão importante quanto os três clericais já mencionados, é o líder cabano no Baixo Amazonas, Apolinário Maparajuba.

Miguel Apolinário Maparajuba, que posteriormente alcunhou a seu nome o adjetivo “Firmeza”, para dar uma identificação vigorosa a sua posição firme no movimento. Foi o principal líder e Comandante das forças cabanas no Baixo Amazonas.

¹⁰⁵ VEIGA DOS SANTOS, 1986, *passim*.

O aliciamento, o comando e a persuasão de tapuios, índios, negros e soldados desertores no Baixo Amazonas se deve a oratória e discurso religioso que propagava Maparajuba.

O líder cabano do Vale Amazônico unificava em si próprio o cargo de Comandante das armas e Ministro da Religião. Entre seus discursos e sermões, defendia a Santa Fé Católica, a Monarquia e os Patriotas paraenses. Em contrapartida, condenava os vícios, a irreligião, os maçons e a “rebeldia”.

Por ser um homem dotado de natural vivacidade e coragem, sendo forjado na luta e muito acatado pelos cabanos, intitulava-se o “General cabano no Tapajós”. Segundo Veiga dos Santos (1986, p. 20), “Maparajuba era religioso, um líder que utilizava citações bíblicas para compelir seus comandados à obediência”.

A base de seus discursos persuasivos religiosos e políticos fundamentava-se em passagens e histórias bíblicas, dentre as quais Veiga destaca (1986, p. 20) “a desobediência lançou Lúcifer no inferno e pela desobediência de Adão entrou o pecado no mundo. Porém, por serem obedientes, Isaac foi livre do sacrifício e ficou glorioso, e Noé entrou na arca e ficou salvo”

Utilizava-se de persuasão e discurso religioso como forma de convencimento e submissão, Maparajuba pregava aos revoltosos do Baixo Amazonas, incentivando-os a acatarem as suas ordens.

É nesse contexto de sublevação e revoltas no Pará Regencial Oitocentista que o discurso religioso emerge como difusor e alimentador das ideias revolucionárias e contrarrevolucionárias.

Tanto o discurso dos mais revolucionários, quanto o discurso dos mais conservadores exercem um domínio ideológico sobre o outro. Domínio que mostra uma hierarquia de comando e subalternidade dentro do cenário de revoltas da Cabanagem.

O discurso religioso alienador ou persuasivo é tão importante e levado a sério pelas autoridades repressoras anticabanas, que passado os tempos de revoltas e iniciado o processo de reconstrução de vários pontos da Província, uma das principais preocupações da presidência do Grão-Pará foi a reconstrução de igrejas e investimento financeiro na formação dos jovens em seminários eclesiásticos, por meio do custeio de seus estudos pelo governo da Província.

Em discurso à Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial do Pará em 1838, um dos principais pontos de preocupação, apresentados por D'Andréa é o “Culto Divino e estabelecimentos eclesiásticos”:

[...] **Precizao por consequência todas as Sociedades huma crensa e de huma Religião.** He pois da obrigação de todo o Governo conservar huma Religião; proteger seus Sacerdotes; e pagar todas as despesas de Culto.

O desprezo com que hoje se tratao todos, ou quazi todos os princíprios da Religiao de nossos Pais, he quem me obriga a fazer-vos este pequeno exordio, para que o Publico entenda que deve concorrer para as despesas necessárias a Decencia do Culto, e que os Emppegados Ecclesiasticos fazem huma parte constituinte da Nação.

Passarei agora a dar-vos conta do estado em que se achao as diversas Classes da Corporação Ecclesiastica no Pará.

A Cathedral acha-se destituída de Ministros por falecimento de trez Dignidades, quatro Conegos e quatro Beneficiados; achando-se impossibilitados de servir pela idade e moléstias chronicas, o Arcediago, cinco Conegos, trez Beneficiados; e sendo o estado completo da Cathedral de 4 Dignidades, 14 Conegos e 8 Beneficiados, apenas estão em estado de serviço cinco Conegos e hum Beneficiado.

[...]

Há nesta Província trez Commarcas, a saber: a da Capital, e as do Alto e Baixo Amazonas.

A Commarca da Capital contem trinta e sete Parochias; trinta estão providas de Parochos, dos quaes dez são colados, vinte interinos, e sete estão vagas, além das duas que devem criar-se.

A Commarca do Baixo Amazonas contem vinte e quatro Parochias e huma Missão em Curi ou Santa Cruz do Rio preto; quinze estão providas de Parochos, sendo estes Collados somente quatro, e o resto interinos; onze estão vagas.

A Commarca do Rio Negro ou Alto Amazonas contem vinte e nove Parochias e huma Missao em Canuman, e sendo providas de Parochos somente dez, hum dos quaes he colado, estão vagas dezanove.¹⁰⁶ **[sic]** (grifo nosso).

A preocupação de D'Andréa com o Culto ao Divino e estabelecimento dos locais eclesiásticos pertencentes às três Comarcas, é justamente com a dimensão que sua presença poderia influir na manutenção do sossego e paz na Província.

Ao afirmar que todo cidadão e homem devem cultuar o Divino e terem uma religião, D'Andrea deixa subentendido que as ações de conduta e vivência, norteadas pelo discurso religioso persuasivo influem diretamente nas ações humanas, pois na maioria das vezes as ações religiosas e exemplos bíblicos

¹⁰⁶ **SOARES D'ANDRÉA.** Discurso com que o Presidente da Província do Pará, Francisco Joze d Souza Soares d'Andréa, fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de março de 1838. Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1838, p. 6-8.

funcionam como diretrizes e modelos a serem seguidos por seus fiéis, dentre os quais podemos citar: obediência às autoridades.

Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação (BÍBLIA. Rom. 13: 1-2).

Não por acaso que D'Andréa recomenda a reconstrução de várias Igrejas e o pleno funcionamento de Seminários como centros de educação:

[...] As Igrejas todas precisam concertos mais ou menos consideráveis; assim como precisam de paramentos, e alfaías destruídas pelo tempo, **e destruídas pelo estrago que em algumas partes lhes fez a ferocidade dos revoltosos.**

[...]

Será hum acto de justiça desta Assembleia authorizar a despeza de mais alguns Seminaristas, **para acudir a muitos jovens a quem os últimos sucessos da Provincia tem reduzido ao estado de perfeita pobreza, ou indigência.** [...] **será instruído e educado com regularidade, e tractado com disvello; e assim deixao de ser precisas as Aulas maiores em cada Villa,** ou lugar da Província; porque nem a todos os hoens toção os estudos maiores, e aquelles a quem estes possam ser precisos, pertencerm de ordinário a famílias que podem sustenta-los nos Collegios ou Seminarios.¹⁰⁷ **[sic]**.

Tamanha era a preocupação de D'Andrea em reconstruir igrejas destruídas pelos combates com cabanos, como, também, investir na formação educacional religiosa de jovens, de preferência nos seminários, para assim, deixar no campo da ignorância os jovens das Vilas que outrora foram insurgentes.

O Marechal fez isso como precaução a possíveis novos levantes de revoltosos pelo interior da Província, visto que, para ele, esse levante de amotinados ocorreu devido “a luta dos colonos com a metrópole, ou antes, com as autoridades que a representavam, por causa dos índios que queriam para escravos [...], como também pela desmoralização do princípio de autoridade clerical” (RAIOL, 1970, p. 97).

D'Andréa atribuía essa desmoralização do princípio de autoridade clerical ao mau exemplo dos sacerdotes religiosos (tal como Batista Campos), os quais se envolveram no processo revolucionário, e ao contrário do que se esperava de

¹⁰⁷ SOARES D'ANDRÉA, op. cit., p. 9-10.

ministros do evangelho, incitaram a subversão e rebelião dos cidadãos paraenses às autoridades constituídas pelo Divino (políticos tais como o Presidente da Província). Para o Marechal, ao fazer isto, ao expor as “ovelhas do rebanho do Altíssimo” ao estado de matança desenfreada, o cônego Batista Campos como tantos outros clérigos assumiam a postura de maus pastores ¹⁰⁸ na condução do povo a Deus.

A partir da documentação e da análise do cenário social do Pará, em tempo da Cabanagem, é possível afirmar que o discurso religioso, visto na época com tamanha importância e poder de persuasão, precisava ser desenvolvido e dominado por alguém. Seguindo a tese de Padre Vieira “quem for senhor dos índios o será do Estado”, afirmamos que no período da Cabanagem, “quem era senhor da retórica e persuasão presentes no discurso religioso, também era senhor de exércitos”.

2.3. Quem eram os “cabanos”? A apropriação das patentes militares legais e a relação dos líderes revolucionários do Tapajós com os presidentes cabanos

Dado a multiplicidade dos sujeitos sociais envolvidos no universo belicoso do cenário da Revolução da Cabanagem no Grão-Pará, em meados do Oitocentos, torna-se uma tarefa altamente árdua afirmar e apontar quem eram os “cabanos”. Dito isto, tentaremos realizar a descristalização dos atributos e ofícios dos agentes envolvidos no processo revolucionário da cabanagem, deslocando apontamentos analíticos sobre classe e atividades dessas unidades de coletivos. Operaremos com a noção singular dos sujeitos envolvidos, sem nos deter nas oscilações conjunturais específicas de cada categoria desses agentes.

Nas extremidades do cenário social conturbado do período da Cabanagem, as expressões políticas dos que eram supostamente mantidos alheios aos debates sobre a ordem na província foram múltiplas nos gabinetes e nos impressos. Em certa medida, desorientaram [as expressões políticas] os rumos decididos pelos dirigentes políticos e pelos redatores dos jornais, que teimavam em apreender as “opiniões mudas” das camadas pobres e ignorantes em sua superficialidade.

¹⁰⁸ Ver Jeremias Cap. 23, Vers.1-2. In: **BÍBLIA**. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. rev. atual. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

Apesar de ignoradas ou tão somente silenciadas em detrimento das visões do letrado sobre estes “outros”, as percepções e visões políticas dos pobres subalternizados no Grão-Pará foram aprendidas e assimiladas por meio dos vasos capilares da informação. Esses sujeitos ignorados pelos governantes provincianos, “foram apreendendo de várias maneiras o momento político difícil em que estavam inseridos, construindo expectativas de futuro que, em incontáveis situações, escaparam às interpretações das autoridades” (BRITO 2008, p. 111). Notadamente o micro mundo social do Pará passava a ser composto por duas macro classes: a elite político-econômica letrada e uma “sociedade política marginal” – que abarcava a maioria dos sujeitos sociais paraenses.

A partir desse limiar entre a dita compreensão popular sobre as variáveis do “por que” da revolta e a tentativa de interpretação do pensamento desses sujeitos marginais pela classe da elite letrada, será construída a noção de quem seriam os “cabanos”. No entanto, é preciso que se determine uma análise metodológica: do ponto de vista político, as documentações produzidas na época acerca de tal dicotomia, não só indicam como o poder se manifesta, mas, sobretudo, que a mesma documentação é constituída por esse mesmo poder em sua prática social discursiva ¹⁰⁹.

As fabricações dos registros históricos, imbuídos nas documentações oficiais da história dos vencedores, aconteciam por meio das práticas políticas, sociais e raciais daqueles que ocupavam o cume da pirâmide social na perspectiva da política estatal, ou seja, são as atitudes de subalternidade impostas pelos “de cima” para os “de baixo”, que determinavam, a partir da estratificação hierárquica do poder instituído, as posições que os sujeitos paraenses iletrados deveriam ocupar na sociedade.

São estes mesmos agentes que escreveram e caracterizaram “o outro”, que construíram uma visão imagética pejorativa sobre quem seriam os revoltosos, sobre o que e quem eram os cabanos. Observemos que não é o revoltoso, o contestador

¹⁰⁹ Essa relação entre a produção dos documentos, os discursos veiculados e o poder são elementos fundamentais nas questões que foram levantadas por Michel Foucault. Os apontamentos de Foucault no texto sobre “os homens infames” servem, como referência para pensarmos a constituição do documento como produção de um discurso hegemônico do poder institucional que visa subalternar todos aqueles que incomodam aos membros da elite. **FOUCAULT**, Michel. “A vida dos homens infames”. In: **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-266.

da ordem, que determina a visão acerca de si mesmo. Os sujeitos marginais paraenses não constroem e nem tampouco descrevem-se como cabanos, algoz, desertores ou algo do tipo, pelo contrário, auto afirmam-se patrióticos, valentes da legalidade.

No entanto, mesmo quando se encontram documentos com relatos diretos dos “acusados”, devemos atentar que aquele que narra não é o mesmo que escreve. Nestes casos, a percepção estética, ideológica e circunstancial fica sob o registro dos escrivães, que tendiam a registrar os discursos fidedignamente e/ou, na maioria dos casos, construíam uma nova versão discursiva sobre os “desertores” a bel-prazer ou motivados simplesmente pelo ímpeto de receber ordens de seus superiores para fazer isto.

Isso implica dizer que a leitura dessas fontes, no que diz respeito às possíveis lógicas, que orientavam as visões acerca dos que eram considerados inferiores na escala social, e consequentemente classificados como cabanos, teria que levar em conta “o lugar de fabricação do documento, a autoria de quem produziu o documento, e em que condição sócio-política o autor escreveu” ¹¹⁰, para peneirar a partir daí, de forma residual, o entendimento sobre quem eram os múltiplos agentes doravante designados cabanos.

Embora, no começo dos primeiros movimentos de contestação da ordem, a elite dominante (compreendida pelos médios e grandes fazendeiros) tenha participado nas fímbrias dos exércitos dos revoltosos, grande parte dos insurgentes – praticamente índios, escravos, tapuios - compunham a categoria de classe popular

¹¹⁰ Para Foucault, a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos: ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. Partindo desta premissa foucaultiana, afirmamos que as análises dos discursos historicamente imbuídos nas documentações devem ser feitas não mais apenas em seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, de valorização, de atribuição e de apropriação dos discursos nas relações sociais, mais direto no jogo da função autor, em suas modificações e nos temas ou nos conceitos que eles operam. In: **FOUCAULT**, Michel. 1926-1984. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. (Org.) **MOTA**, Manoel Barros da; tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 279-280.

ou num ponto de vista hegemonicamente “popular”, sem desconsiderar as interferências do universo político, social e linguístico do mundo erudito ¹¹¹.

No contexto dos agentes sociais, mensuramos que índios e tapuios foram algumas das categorias que passaram a ser vistos como cabanos. Como vimos no tópico 2.1 deste capítulo 2, a significância de ser cabano está ligada às ações de rebelião e contestação da ordem vigente. Sendo assim, discutimos que as ações desagregadoras indígenas, dos primeiros movimentos de rebelião ocorrem porque muitos índios recusavam-se a trabalhar nos órgãos estatais, como a real fábrica de pólvora:

Pois que estes [índios] indevidos não possuem mais que uma pequena cabana de palha, e que vivem em uma vida ociosa e sem sujeição alguma a Superiores Gentes, que por direito deveriam entrar no detalhe as ditas Ordenanças; e mandando-os avisar, eles se opuseram, **dizendo que não eram índios, e que eram Cidadãos**, e que se alguns Oficiais inferiores tornassem lá, que eles tinham muita Pólvora, e Chumbo por outras circunstâncias, (...) que eu receava se por eles atacados em minha casa, e tirar-me a vida ¹¹². **[sic]**. (grifo nosso).

As ações de recusa ao trabalho compulsório ocorrem justamente porque os índios passam a assimilar que sob a luz da Constituição e da Política do Diretório Pombalino eles eram tidos como cidadãos e portanto gozavam de liberdades comuns aos demais brasileiros natos.

Essas considerações se fazem importantes por conta da grande homogeneização com que a historiografia brasileira passou a interpretar a participação desses nativos da terra, intitulando-os genericamente como “tapuios” e ao mesmo tempo se apropriando acriticamente das categorias utilizadas pelos próprios agentes do poder da época para defini-los - os quais consideravam os

¹¹¹ Por isso que as atitudes “populares” diante do real precisam ser percebidas dentro de dinâmicas variadas de troca e apropriação política e cultural com os ambientes institucionalizados das relações políticas. Cf. **CHARTIER**, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro : Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 16-7.; **GINZBURG**, Carlo. “Prefácio à edição italiana”. In: **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15-34; **THOMPSON**, Edward P. “Introdução: Costume e Cultura”. In: **Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24.

¹¹² Cf. Ofício do Capitão Comandante da Vila de Oeiras, Jacinto José Monteiro, para o Governo Geral da Província do Pará, datado em 17/11/1823. In: **APEP**. 1814-1823. Códice 671. Correspondências de Diversos com o Governo.

projetos de futuro desses indivíduos a partir da rejeição ao mundo do trabalho compulsório e ao regime português.

O Relatório de 1835 do ministro britânico no Rio de Janeiro, Henry Stephen Fox ao governo de Londres nos dá uma dimensão de como a elite lusa e estrangeira viam os movimentos contestatórios das tropas de Batista e Malcher:

A facção vitoriosa, ou seja, **a tropa de selvagens que agora domina o Pará, consiste principalmente de índios (deles existe uma numerosa população entre as províncias do Pará e Maranhão) e de várias raças mestiças entre índios e negros, classificadas com a denominação geral de Cafuzos, estando, creio eu, entre as variedades mais sem valor da espécie humana.** Se derem liberdade aos negros africanos e os receberem como seus pares e camaradas, ou eles os retiverem de fato como escravos em seu próprio serviço, não temos como sabê-lo, **mas uma união entre as duas raças de cor, com a finalidade de cometer violências contra os seus donos em comum, parece ser o resultado mais provável.** Os índios acima descritos, nunca foram legalmente mantidos em escravidão, mas talvez tenham sido os mais cruelmente oprimidos e estão num estado de grande degradação moral, dotados ao mesmo tempo de uma coragem e força pessoal que, com sua enorme superioridade numérica, torna agora o contraste de força física aterrorizador para a raça branca considerar. (apud Doc. Ing. Cleary, 2002, p. 187, grifo nosso).

A partir da visão britânica, fica explícito no documento, que as “tropas de selvagens” eram compostas por índios, negros, mestiços (principalmente cafuzos), e que a “escravidão” e a “opressão cruel” sofrida pelos “índios”, legalmente livres, era o centro da guerra contra os brancos. Estas seriam, em seu argumento, as hostilidades prévias, que originaram “tamanha revolução”, que, caso não fosse “dominada” rapidamente, faria com que “a grande e fértil província do Pará” pudesse ser considerada “totalmente perdida para o mundo civilizado”.

Inferimos que aqueles a quem a ordem repressora alcunhou como “cabanos” são, portanto, os índios, negros, mestiços, militares de baixa patente, brancos desertores.

No entanto, dado a multiplicidade dos agentes envolvidos, é comum nas documentações e lampejos da memória coletiva uma mistura de elementos desagregadores que impossibilitam definir de forma objetiva quem eram os cabanos.

Para alguns grupos, “os cabanos” seriam tropas de índios e mestiços insurgentes que se negavam a trabalhar e ao mesmo tempo declaravam morte aos

portugueses. Para os tapuios - devido suas rivalidades étnicas com os índios -, “os cabanos” seriam os índios e homens de cor que estavam a desarticular a ordem e o sossego da província. Para os negros (homens de cor), “os cabanos” seriam os portugueses que de forma animalesca teriam atacado a diversos grupos étnicos na província. Para as tropas militares, “os cabanos” seriam os múltiplos participantes (mestiços, negros, índios, cafuzos, soldados desertores, camponeses) das revoltas ocorridas na província.

Nesta perspectivas de múltiplas interpretações sobre quem eram os “cabanos”, inferimos que de parte a parte o termo era empregado por um grupo societário para menosprezar e desqualificar a outros grupos. Semelhantemente ao ocorrido com os Bemtevis, na Balaiada no Maranhão, os revoltosos do Pará se auto intitulavam de “patrióticos” e alcunhavam de “cabanos” aos militares das tropas repressoras, aos quais os patrióticos identificavam como cachorros, vis que lambiam as mãos de autoridades estrangeiras.

Sendo assim, convencionamos dizer que “cabanos” eram todos aqueles que estavam envolvidos no processo revolucionário. Ocorre, porém, que a classificação destes grupos sempre partia de terceiros, em sua maioria de desafetos ou rivais.

Outra variável que deve ser levada em consideração é a tênue linha de migração partidária, onde a todo o momento havia migração de desertores para o lado dos repressores, e ao mesmo tempo migração de repressores para o lado dos desertores. Esse revezamento tornava muito mais imbricado o processo de reconhecimento de quem eram os “cabanos”, visto que ao existir migração de sujeitos de um lado para o outro, não era só o indivíduo quem migrava, mas também seus conhecimentos acerca de seus ex-correligionários e suas táticas de ação.

A todo o momento, os dois lados tentavam desqualificar o outro, e para isso muitas vezes praticavam crimes e arbitrariedades e atribuíam a culpa ao grupo inimigo, faziam isso na perspectiva de conseguir mais adeptos e forças militares a seu grupo alegando que estavam na legalidade constituída pelo Santo Império do Brasil.

Na conjuntura sócio-política da época, havia então uma miscelânea de entendimentos de quem seriam os cabanos. “Cabano”, para alguns, eram os índios e tapuios das margens dos rios; “cabano” para outros, eram os negros livres e

escravos refugiados nas matas; “cabano” para um terceiro grupo, eram os brancos dissidentes políticos; e no entendimento de todos estes que eram alcunhados de cabanos, os portugueses e brasileiros adotivos é quem eram “cabanos”.

Vale ressaltar que, no cerne dessas classificações, existiam aqueles que eram “cabanos” e ora migravam para o lado das tropas provincianas. Em contrapartida, também havia aqueles que pertenciam às tropas anticabanos, e posteriormente desertavam para o lado dos cabanos – o que aumentava ainda mais a complexidade do entendimento da população paraense na época, que ouvia falar desses “cabanos” como algoz e como aqueles que “acabavam com tudo”.

Essa complexidade de classificação de “cabano atrelado à dicotomia do processo revolucionário, se dava em virtude da ascensão econômica e da disputa pelo poder político entre brasileiros adotivos e portugueses contra os brasileiros natos (quer sejam os patriotas de classe média, quer sejam as classes menos abastardas das matas e rios):

As disputas armadas entre facções de cidadãos e casas de câmara em um Estado de contornos incertos trouxeram transformações irreversíveis. Tudo estava amplamente fragmentado e em aberto; **todos estavam cheios de “rusgas”, rancores e ódios, conforme expressões amplamente utilizadas à época**, que aos poucos se potencializariam. **Muitos passaram a aderir aos chamados às armas feitos por diversos capitães para alianças** (LIMA, 2008, p. 105. grifo nosso).

Mas o que viriam a serem essas “rusgas”? Seriam elas o combustível do processo revolucionário de disputas do poder político entre provincianos e patrióticos no Grão-Pará?

Segundo o entendimento de Gonzaga Duque (1898, p.145), “a sucessão de levantes de passageiras mais sanguinárias revoltas, ao estímulo das facções políticas, tirou da prática filosofia do povo a irônica designação de Rusgas. Era por esta palavra que ele [povo] se referia aos movimentos”.

As Rusgas segundo Duque seriam todos os acontecimentos belicosos, políticos e econômicos que atingiram o Brasil desde 1823 até 1831 com a abrilada em Pernambuco e a sedição de agosto no Pará, a saber:

A crise econômica do Brasil resurgira mais intensa, a moeda falsa paralisava o comércio, a depreciação da moeda de cobre era assustadora;

os cabanos de Panellas e Jacuype, compostos de milhares de fanáticos e assassinos a que os caramurus tinham apoiado com recursos pecuniários e armamento, infestaram os sertões de Pernambuco e Alagôas, mas prejudicando a grave situação financeira; na Villa de Tapajoz do Pará, o nativismo rancoroso, dos que tantos martyrios tinham a vingar, levantava outra revolução, o sangue corria a jorros em Cuyabá, a segurança publica estava ameaçada em Minas Geraes e na Bahia, o Rio Grande do Sul revolucionava-se e, sobre todos esses males, o paiz enchia-se criminosamente de escravos, zombando da lei contra o tráfico promulgada em 7 de novembro de 1831 **[sic]** (DUQUE, 1898, p. 152. grifo nosso).

É esse cenário de “Rusgas” entre as décadas de 20 e 30 do século XIX, que produzirá o contexto de insatisfações e insurreições dos tempos de Revolta do período regencial do Império.

Na citação de Duque, vemos que o autor menciona os primeiros movimentos da Cabanada em Pernambuco, ao passo que também cita a revolta na Villa dos Tapajó [Santarém] – esta última, como uma das movimentações que iriam desencadear a Cabanagem no Pará.

É este sentimento de nativismo, patriotismo, (e em alguns casos como na Cabanagem, também o antilusitanismo) que corroboraram para a eclosão de revoltas e movimentos contestatórios no Brasil Regencial. Como assevera Duque (1898, p. 153) “as rusgas tinham passado, desfizeram-se como sombras batidas por uma rajada percuciente, mas na extensão das linhas levantinas crescia a claridade vermelha das revoluções”.

E é neste contexto de revoluções, especificamente no que diz respeito à Cabanagem no Pará, que levantamos os seguintes questionamentos. Teriam sido os presidentes cabanos as únicas autoridades revolucionárias no período? Existiram líderes cabanos no Baixo Amazonas, em especial na microrregião do Baixo Tapajós? Existiam correspondências e ligação entre os presidentes cabanos e esses líderes populares no Baixo Tapajós?

Segundo algumas documentações reunidas do APEP, os presidentes cabanos (Malcher, Vinagre e Angelim) não foram os únicos líderes cabanos em toda a província paraense. Existiram outros líderes nas regiões do Marajó, do Acará, Cametá e Baixo Amazonas.

No que tange, historiografar sobre os líderes do Baixo Amazonas, em especial no Baixo Tapajós, afirmamos a partir das documentações do APEP, que a maioria

dos líderes nesta região advinha na região de Cametá. A partir da Confederação de Cametá em meados da década de 20 do século XIX, alguns revoltosos migraram para o Baixo Tapajós e iniciaram a Confederação de Monte Alegre.

São esses líderes que vieram da região de Cametá para o Baixo Tapajós, que mantinham fortes relações e correspondências com Eduardo Angelim. Relações essas tão fortes que nos meses finais da repressão a Belém em 1836, convenceu Angelim a migrar com seus correligionários para o Baixo Amazonas, em especial o Baixo Tapajós – para nesta região reorganizar as forças revolucionárias para tomar a capital belenense novamente a posteriori.

Os líderes patriotas paraenses (cabanos) podem ser visibilizados, nos relatos de ofícios e correspondências, que foram apreendidas pelas tropas de Santarém e atualmente se fazem presentes e organizadas nos arquivos do APEP.

A partir das documentações, afirmamos que praticamente a mesma ação ocorrida no Acará, Marajó e Cametá parece ter acontecido no Baixo Tapajós na Vila de Alenquer. A chegada dos revolucionários nesta Vila se deu sob a chefia do índio desertor Antonio Crispiano Teixeira que, em companhia de outros indígenas (que trouxe de Monte Alegre e do Paracari), além de “todos os vaqueiros e alguns escravos (dizendo a estes que estavam libertos)”, torturaram e mataram a facadas o juiz ordinário da Vila e o escrivão da câmara “dando Vivas à Sua Majestade Imperial”¹¹³.

Ao que tudo indica, o líder desertor Antonio Cispriano Teixeira foi um ex-combatente e um dos líderes da Confederação de Monte Alegre, que no início de 1836 passou a ser o líder cabano na região de Alenquer.

Concomitantemente, a ação dos revoltosos em Monte Alegre era chefiada pelo tenente Manoel Antonio Bentes, o qual espalhava ideias de liberdade através da

¹¹³ Ofício da Câmara Municipal de Alenquer para o Governo Geral da Província, datado em 15/08/1824. In: **APEP**. Códice 789. Correspondências de Diversos com o Governo.

circulação de cartas pelo espaço público de Santarém ¹¹⁴ e por entre a população “de cor” da Vila, tendo sido preso em uma das ações da Junta Defensiva ¹¹⁵.

Depois de ter fugido da prisão de Santarém, o tenente de ligeiros, Manoel Antonio Bentes comandando uma parte dos sediciosos de Monte Alegre, deslocou-se para a Vila de Alter-do-Chão, bem próximo a Santarém, onde montaram barreiras sobre o rio Tapajós, e lá passaram a “revistar as canoas que iam para baixo e bem para cima [rio abaixo e rio acima] procurando pólvora, armas e brancos” ¹¹⁶.

Diversas cartas trocadas entre os participantes da revolta, e apreendidas posteriormente pelas Tropas de Santarém, elucidaram a participação ativa do juiz ordinário de Alter do Chão, Antônio dos Passos, como um dos articuladores do “partido brasileiro” ao longo do rio Tapajós, sendo a causa principal de suas atitudes a seguinte:

Mano João Ferreira da Cruz. **Nós já estamos prontos a defender a nossa Pátria** e justa causa só poderes desertar dessa vil Canalha, vem com os mais Camaradas Brasileiros pois já irão muito bem, que não puderam com Monte Alegre por ser contra a Ordem de Nosso Augusto Imperador, pois **nós já estamos reunidos com os de Boim, Pinhel e Aveiro e os Mundurucus**; isso mesmo dirás a teu sogro, que eu mando a cópia do exemplar do Nosso Imperador ao vereador Manoel Frutuoso da Costa dessa câmara, pois desejo que se unam a nós e não com os europeus. Teu Mano Antonio dos Passos. Juiz Ordinário ¹¹⁷ (grifo nosso).

Os documentos citados ¹¹⁸ dão conta de explicar que existiam uma rede de sedição e revolta articuladas por entre as Vilas do Baixo Tapajós (Alenquer, Monte Alegre, Boim, Pinhel, Alter-do-Chão, Aveiro, Santarém), onde contavam com ajuda de índios, em especial os da etnia dos mundurucus.

¹¹⁴ Ofício da Junta Provisória Defensiva de Santarém para o Capitão Antonio Marcelino Marinho Gamboa, datado em 30/03/1824. In: **APEP**. Códice 783. Correspondências de Diversos com o Governo.

¹¹⁵ Ofícios da Câmara Municipal da Vila de Óbidos para a Junta Provisória Defensiva de Santarém, datados em 27/04/1824. In: **APEP**. Códice 783. Correspondências de Diversos com o Governo; REIS, op. cit., p. 85.

¹¹⁶ Ofício do Capitão Comandante da Vila de Aveiro Manoel Fillipe de Andrade Figueira para a Junta Provisória e Defensiva da Vila de Santarém, datado em 01/06/1824 In: **APEP**. Códice 783. Correspondências de Diversos com o Governo.

¹¹⁷ Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para João Ferreira da Cruz In: **APEP**. Códice 783. Correspondências de Diversos com o Governo.

¹¹⁸ **APEP**. Códices 783, 789.

Essas alianças de membros das Confederações de Cametá e Monte Alegre, no entanto, não podem ser consideradas de forma absoluta, como as únicas motivadoras das atitudes políticas das camadas empobrecidas. Existiram, pelo menos, algumas importantes figuras (líderes menos abastados) que, segundo os próprios mandatários locais, foram de fundamental importância para que se selassem solidariedades entre os variados grupos étnicos da região, no sentido de fortalecer o cerco a Santarém.

O primeiro parece ter sido um baiano chamado Clemente, identificado como o grande articulador dos índios do rio Tapajós, chamando-os para comporem a reunião de forças em torno da vila de Alter do Chão, principalmente com a nação dos Mundurucus ¹¹⁹. Clemente também teria falado ao vigário de Santarém que “se devia expulsar do Brasil todos os Europeus”, e que lamentava “não saber falar a língua Tapuia para seduzir os Mundurucus a fim de matarem ao Coruja”, sendo este último, provavelmente, um dos integrantes da Junta Defensiva de Santarém ¹²⁰.

Clemente baiano parece ter sido muito ajudado pelo pernambucano Damião, considerado pelas autoridades como “a causa da sublevação que houve naquela Vila [de Alter do Chão], e que continuamente estava desencaminhando aquele Povo”, organizando as barreiras de saques às embarcações dos negociantes ¹²¹.

Outra importante referência popular nas sedições do Baixo Amazonas foi Manoel Antônio Barboza, figura recorrente na documentação e um dos revolucionários mais caçados pelas tropas de várias Vilas, por causa de sua grande capacidade de movimentação e liderança por um grande espaço da província. A primeira aparição desse sujeito se deu em abril de 1824, quando reuniu praças “ligeiros” em seu sítio, localizado próximo ao registro de Arroios na fronteira com Goiás, para formarem escoltas para irem lutar em Cametá ¹²².

¹¹⁹ Ofício registrado pelo oficial do cartório de Santarém em nome de José Joaquim Pereira do Lago Porto Carreiro, datado em 26/03/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹²⁰ Ofício do Vigário de Santarém Thomas Caetano pedroso para a Junta defensiva de Santarém, datado em 27/03/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹²¹ Ofício de Santarém para o Presidente da Província, datado em 03/10/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹²² Cf. Ofício do Tenente Comandante do Registro de Arroios José Nunes da Silveira para a Junta Provisória de Governo, datado em 09/04/1824. In: **APEP**. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo.

Deve ter participado ativamente dos levantes indígenas no baixo Tocantins, sendo um dos que partiram para Monte Alegre, em maio, para iniciar a sublevação indígena, pois Barboza aparece novamente com um dos líderes da revolta nessa vila, tentando descarregar armamentos oficiais se fazendo passar por legalista e enviando correspondência para a fortaleza de Gurupá com uma proposta de rendição dessa vila ¹²³.

A atuação de Manoel Barboza no Baixo Tapajós parece ter sido destacada, associado a um desertor de nome Cândido Luiz Freire e a um surpreendente sujeito de nacionalidade francesa, Miguel Coandis ¹²⁴. Barboza era um dos grandes protetores de desertores indígenas na Vila, além de inseri-los nas tropas cabanas e, possivelmente, utilizá-los como espiões para colher informações sobre as movimentações militares das tropas vindas de Santarém.

O francês Miguel Coandis servia como conselheiro particular de Barboza, inclusive influenciando-o a não aceitar a proposta de paz da Junta Defensiva, além de agir “persuadindo aos Escravos dos moradores desta Vila (...) ao que estavam forros logo que se unissem aos ditos facciosos”. A presença desse francês em meio aos escravos e índios livres implica na relação que as práticas da revolução popular possuíam com o ideário liberal francês, principalmente sobre os conceitos de “liberdade” que agitavam o espaço público da região do Baixo Amazonas.

Existiram outros líderes tapuios no Baixo Tapajós ¹²⁵, dentre os quais destacamos que os principais foram: Bernardo Jenipapo, Antônio Maciel Branches (personagem dúbio) e Apolinário Maparajuba.

Bernardo Pereira de Melo Jenipapo foi um dos líderes cabanos de Cuipiranga, desempenhou o posto de Comandante das forças dos Brasileiros Reunidos, subordinado a Apolinário Maparajuba, agia com eficiência e táticas de guerrilhas

¹²³ Ofícios do Juiz da Fortaleza de Gurupá José Ferreira da Silva para o Tenente Comandante Aniceto Francisco Malcher, datado em 30/05/1824 e 25/07/1824. In: **APEP**. Códice 785: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹²⁴ Possivelmente teria chegado ao Pará no cenário de imigração de alguns franceses vindos da Guiana Francesa na primeira década de 1800 em virtude da instabilidade política vivida em Caiena. Cf. **BARATA**, Manoel. Op. cit., p.97.

¹²⁵ Arcenio Caetano Marcelino (preso na Vila de Santarém), Quintiliano Manoel de Souza, José Agostinho, João Pedro Caetano, José Francisco (presos na freguesia de Alenquer), Antônio Luiz (preso em Pauxis, depois Óbidos), Joaquim Manoel e João Batista (escravos e sentinelas cabanos, presos no Ponto cabano de Arapirana) in: **APEP**. Códice 1052. Documento 142.

rápidas. As poucas informações deste líder revolucionário estão presentes em carta que o mesmo remeteu de Cuipiranga para Antonio Maciel Branches, vejamos um fragmento:

Illm.^o Sr.

Acuso ter recebido a Embaixada de V. Sr.^a datada de 27 do corrente mês, e nella vejo o q' me diz q', muito estimei e todos desta reunião, e muito principalmente o Comandante deste Ponto, Illm.^o Sr. Bernardo Pereira de Melo Jenipapo.

Tenho a honra responder a V. Sr.^a, e fazer e ver que a tempo tivemos uma leve notícia q' vinha uma Força em proteção da Lei, q' tão esmagada, redondamente e pesadamente se acha pelo poder absolutista, que tanto nos tem massacrado, e logo com essas notícias reuniu-se uma Junta de Governo, e para com acerto podemos responder ao q' V. Sr.^a nos faz ver, é necessário fazer recolher as mesmas autoridades que existem para o rio até as campinas [...]

[...]

Deus guarde a V.Sr.^a muitos anos. Quartel de Ecuipiranga, 28 de Junho de 1837.

Illm.^o Sr. Commandante Antonio Maciel Branches

Commandante Bernardo Pereira de Melo Jenipapo ¹²⁶ [sic].

A partir do documento podemos inferir que Bernardo Jenipapo era patriota e contrário ao regime absolutista, portanto, contrário aos arranjos políticos da administração vigente dos brasileiros adotivos.

Concomitantemente, Antonio Maciel Branches (este personagem será historicizado mais a frente) era um homem de cor, pequeno sitiante, plantador de cacau, sem possuir escravos e terras, considerado por Paulo Rodrigues dos Santos como “cabeça da mazorca na Vila” ¹²⁷, foi visto por Veiga dos Santos (1986, p. 17-18) como “mais um homem que sentia em sua própria carne as consequências da opressão e da exploração dos donos do poder, e por isso entrou na luta, com muita disposição, para transformar aquela situação de injustiça gritante”.

Maciel Branches agia cooptando índios e tapuios ao longo do Rio Tapajós, costumeiramente fazia incursões a Vilas do Baixo Tapajós em Igarité, muito semelhante às viagens de Patacho e seu Magote, foi responsável por liderar

¹²⁶ Cf. **APEP**. 1829-1838. Códice 888. Correspondências de Diversos com o Governo. Documento 200 (cópia).

¹²⁷ **SANTOS**, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. Santarém: ICBS/ACN, Gráfica e Editora Tiagão, 1999, p. 147. (Edição Especial Ilustrada Comemorativa aos 500 anos do Descobrimento do Brasil).

invasões a Vila de Santarém e Vila Franca, além de chefiar juntamente com Maparajuba o Ponto de Cuipiranga.

Por outro lado, Miguel Apolinário Maparajuba Firmeza foi um líder revolucionário que cooptava seus correligionários por meio de discursos religiosos, se auto intitulava o “General Cabano no Tapajós” ¹²⁸.

Maparajuba não era fazendeiro, aristocrático ou gente pertencente à elite política. O mesmo era um tapuio, morador das matas do Rio Arapiuns, que com o advento da Cabanagem, passou a exercer forte influência e comando militar na região.

O escritor João Veiga dos Santos narra entre as poucas páginas de seu livreto a figura e as ações de Maparajuba:

A figura de Maparajuba projeta-se no cenário cabano da Vila como homem esclarecido, preocupado com o bem-estar de todos, destruindo aquela imagem negativa do cabano como facínora. A estratégia de Maparajuba Firmeza incluía viagens noturnas a Santarém, onde os cabanos aliciavam mestiços, negros e índios para a sua causa, inclusive para roubarem armas e munição do quartel da força legalista ¹²⁹.

Segundo Dutra (2009, p.6), há dados que comprovam que os cabanos conseguiram aliciar, um número impreciso de soldados de forças imperiais do quartel de Santarém, obviamente militares de patente inferior, pertencentes às classes oprimidas pelos lusos.

Além de Maciel Branches, Bernardo Jenipapo e Maparajuba Firmeza, que chefiavam o “formidável” Cuipiranga, também se encontram registros de outros elementos de destaque na Cabanagem na Vila de Santarém como assevera Veiga dos Santos (1986, p. 18):

¹²⁸ **MELO**, Wilverson Rodrigo Silva de. Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista: a Revolução Cabana em Santarém na Região do Baixo Amazonas Paraense (1834-1838). In: **VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURAS E IDENTIDADES**, 2013, Goiânia. **Arquivos e Ditaduras**. Goiânia: Editora da UFG, 2013b. v. 6. p. 7.

¹²⁹ **VEIGA DOS SANTOS**, João. **Cabanagem em Santarém**. Santarém: Livraria Ática/Gráfica Bolinha, 1986, passim; Cf. **SANTOS**, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. Santarém: ICBS/ACN, Gráfica e Editora Tiagão, 1999. (Edição Especial Ilustrada Comemorativa aos 500 anos do Descobrimento do Brasil).

Outros elementos de destaque na Cabanagem na Vila foram: Braz Antônio Corrêa, Bonifácio Nunes de Arruda, Hermegildo Fernando Valente, Pedro Antônio Corrêa Viana, Raimundo Elias de Carvalho, Bernardo Antônio de Aragão, João Paes Pedroso, Domingos da Conceição Ferreira, Julião Corrêa Jutai, Lourenço Raimundo Martinho, Martinho Braz e João Ferreira Leal, pessoas destituídas de poder, portanto, também oprimidos.

O movimento contava com o apoio de outros elementos com certo destaque na Vila, como de Antônio Corrêa Picanço, de tradicional Família, sendo neto de Manuel Picanço, o mais poderoso senhor da localidade no século XVIII, Manoel de Oliveira da Paz, burocrata com destaque na Vila. Ambos, pessoas com bens, mas incorporado no movimento cabano pelo seu aspecto nacionalista, e seu conteúdo de libertação do jugo dos portugueses.

Todavia, ao contrário do que narrou Veiga dos Santos (1986), nem todos esses líderes cabanos, descritos acima, emergiram das camadas populares, alguns são pertencentes à classe média santarena. Dado o processo de invasão dos cabanos a Santarém e a imposição às autoridades da Vila dos Tapajós, para aderir ao governo cabano e proclamarem legítimo o governo de Eduardo Angelim, foi criado o Conselho do Tapajós.

A aceitação no conselho de Santarém de Angelim como presidente parecia ser um resultado de um acordo feito com os comandantes militares no Ecuipiranga. Se os membros do conselho foram ameaçados ou não, isto não é claro, mas as relações pacíficas foram negociadas no início de março de 1836.

[...]

O Conselho decidiu que era hora de negociar e nomeou uma comissão para organizar as relações pacíficas com os brasileiros unidos em Ecuipiranga. Os membros do Conselho e os Oficiais militares **Manuel Raimundo Ferreira, João de Deus Ferreira Canumam, e Antônio Maciel Branches** foram nomeados como intermediários. (RAIOL 1970, p. 1032, grifo nosso).

A função do Conselho era mediar conflitos e propagar a paz na região do Baixo Tapajós, aqueles que Veiga dos Santos afirmou serem líderes cabanos, não são e não líderes do Conselho do Tapajós, instituição da média aristocracia santarena que temendo pelos rumos da anarquia, fazia tudo para negociar a paz com os comandantes de Cuipiranga. Os líderes cabanos, afirmados por Veiga (1986, p.18) os quais grifamos, são na verdade os líderes do Conselho do Tapajós, não são e nem tampouco se parecem com os “patriotas paraenses”, doravante cabanos.

De igual forma, também se encontram registros de mulheres cabanas que contribuíam no processo revolucionário do Baixo Tapajós de variadas formas, desde a produção de alimentos às tropas até a liderança de guarnições pelas Vilas.

Existem relatos que em 1838, um ano após o massacre do Cuipiranga, nas redondezas da Vila de Santarém, nas localidades de Aritapera e Cabeça d'Onça, foram presos 9 cabanos, juntamente com 30 mulheres e crianças, além de 20 armas de fogo e uma grande porção de Farinha ¹³⁰.

Outros relatos oficiados pelo Tenente Comandante do Quartel Militar de Monte Alegre Domingos José da Costa, dão conta da prisão de algumas mulheres nas extremidades do Rio Curuá no Baixo Amazonas:

Illm^o e Exm.^o Sr.^o

No numero das mulheres aprecionadas pela ultima partida q' d' esta Villa foi ao Rio Curuá veio Maria Lira Mulata, e desconfiando eu pelos indícios d'ella ser captiva a mandei conservar em depozito até verificar-se com efeito era, ou não: agora sei pela boca própria ser Escrava de Fernando de tal por autonomia = Bolóta = morador em Macapá [...]. Assim, relato que foram presas além de Maria Lira Mulata, Margarida de Jesus, presa por me parecer mais ferina que seu marido e filho, Maria Rita, parteira de 40 anos de idade e Bárbara Prestes, viúva do 1^o tenente da Armada, Alexandre Riyde...

Deos guarde a V. Ex^a. Quartel do Commando Militar de Monte Alegre.

14 de Setembro de 1839.

Tenente e Commandante Militar de Monte Alegre, Domingos José da Costa.
[sic].

Ao que tudo indica, essas mulheres cabanas tornaram-se grandes líderes ao lado de seus maridos e filhos, e na ausência e mortes destes, passaram a desempenhar o papel de líder mater nas vilas e remediações por onde atuavam, chefiando tanto milícias de mulheres, como também de homens.

Todavia, entre esses líderes cabanos (homens e mulheres) no Baixo Tapajós¹³¹ é comum, nas documentações, aparecerem junto aos seus nomes títulos militares, como: Comandante das armas, Tenente de ligeiros, General do Baixo Amazonas, Capitã mor do Tapajós etc. A apropriação destas patentes militares, antes de ser um rechaço as patentes militares usadas pelas tropas provincianas, era mais uma forma de persuasão de novos adeptos ao movimento, ao passo que

¹³⁰ **APEP**. 1829-1838. Códice 888. Correspondências de Diversos.

¹³¹ Antonio Crispiano Teixeira, Manoel Antonio Bentes, Antônio dos Passos, Clemente baiano, Damião pernambucano, Manoel Antônio Barboza, Cândido Luiz Freire, Miguel Coandis, Bernardo Jenipapo, Miguel Apolinário Maparajuba Firmeza, Maria Lira Mulata, Margarida de Jesus, Maria Rita e Bárbara Prestes. In: **APEP**, Códices 783, 785, 786, 789, 888. Vale ressaltar, que devido a flexibilidade da história, é quase certeza terem existidos outros líderes cabanos, no entanto, registramos aqui, somente os líderes que a luz das documentações analisadas nos trouxeram.

também era visto como uma estratégia de legitimação das ações da revolta e uma forma administrativa de organização militar.

Ao organizarem uma estrutura hierárquica com patentes militares, os líderes patrióticos do Baixo Tapajós acreditavam dar legitimidade as suas bandeiras de luta, já que a seu ver encontravam-se dentro da legalidade. As forças contestatórias paramilitares do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas estavam subordinadas ao presidente Eduardo Angelim. No entanto, é bem certo que toda a circularidade da rede de informação, fosse primeiramente noticiada aos comandantes cabanos em Monte Alegre (Antonio Crispiano Teixeira, Manoel Antonio Bentes, Manoel Antônio Barboza), e os mesmos faziam esta ponte com Angelim – devido manterem fortes laços de amizade e sociabilidade desde a Revolta do Acará e Confederação de Cametá.

De um lado existiam cidadãos do Império com títulos militares - Marechal, Major, Tenente-Coronel, praças e soldados -, os quais acreditavam estar defendendo a causa de legalidade ao servir as forças do Império e sendo fiel a monarquia e a santa fé católica.

Por outro lado, existiam cidadãos comuns, brasileiros natos, que passaram a apropriar-se de patentes militares - como General, Comandante, Major, Capitão, soldados da indumentária força patriótica, praças valentes do Tapajós, Força dos Brasileiros Reunidos -, e a defenderem a tese de serem patriotas e nativistas, e que também se viam fiéis à monarquia e à santa fé católica, pois acreditavam que estavam lutando contra estrangeiros (brasileiros adotivos e portugueses) que não tinham outros interesses, a não ser prejudicar os filhos valentes do Pará, colocando-os numa condição de subserviência sócio-política e econômica.

Apesar da atuação destacada desses líderes como articuladores das ações contra a representação do poder local, encarnado na Junta Defensiva de Santarém e personificado nas forças repressoras da Liga Defensiva do Baixo Amazonas, não podemos inscrever todas as atitudes dos indígenas, negros fugidos e desertores à simples cooptação, pois estaríamos excluindo qualquer possibilidade de terem realizado apropriações originais do processo político em curso.

Isto implica dizer que, mesmo tendo alguns homens se destacado no papel de lideranças militares no Baixo Amazonas e Baixo tapajós, não nos é dado supor que

todos os revoltosos desta região rendiam obediência cega a estes líderes, antes podemos afirmar que dado o momento de tensão, que viviam a população desta região, muitos se submetiam apenas em tempos de combates, os quais finalizados, voltavam a sua rotina cotidiana exaurindo laços momentâneos com os “generais cabanos do Tapajós”.

Dada a distância entre as Vilas, acreditamos que os patriotas tapuios, índios e negros soubessem e ouvissem sobre estes líderes no Tapajós. No entanto, defendemos a tese de que prestavam fidelidade primeiramente a seus líderes locais que estavam mais próximos, e assim como ocorriam nos magotes de Patacho, eram mais fiéis aos líderes locais do que propriamente aos líderes do Tapajós, dado a proximidade de relações.

Isto nos leva a afirmar que, mesmo aqueles que se encontravam despossuídos de lideranças, agiam por meio de revoltas e planos de invasão as Vilas da região, o que denota características da subjetividade humana - que em hipótese alguma necessita obrigatoriamente de lideranças para guiar e ordenar atos de contestação.

CAPÍTULO III. Baixo Tapajós: o berço revolucionário das “hidras cabanas”.

3.1. A Queda da Capital do Vale Amazônico e a formação dos Pontos Cabanos

A região do Baixo Amazonas, principalmente as vilas de Santarém e Óbidos, se constituíam em área fértil para a propagação da revolução iniciada em Cametá, por causa do significativo número de proprietários rurais e negociantes europeus (cerca de 3.985 moradores brancos somente em Santarém) que possuíam o controle de boa parte das terras e sobre todo o comércio de grosso trato realizado com as províncias do Mato Grosso e do Rio Negro ¹³².

A presença portuguesa em Santarém era tão marcante que chamou a atenção do viajante Hércules Florence, o qual sentiu estranheza ao constatar que no núcleo urbano e, principalmente, no interior se falava um sotaque português idêntico ao do Velho Mundo, sem sofrer interferências da língua geral brasileira ¹³³.

Tradicionalmente ligadas aos interesses de Lisboa, para onde exportavam produtos tropicais, essas duas vilas [Santarém e Óbidos] concentravam grande parcela de moradores contrários à independência, o que tornou mais nítida a divisão social e racial na região ¹³⁴. A recusa em reconhecer a emancipação política se traduzia em uma paródia do hino da independência, cantando à larga na região pelos europeus, como demostram os seguintes versos:

Já podeis filhos da puta
Ver contente a mãe gentia
Já reinou a ladroeira

¹³² **BAENA**, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 253.

¹³³ O próprio Hércules Florence atribuiu essa permanência do sotaque europeu entre a população branca de Santarém e distritos próximos ao fato de “os portugueses são ali numerosos, e a pronúncia europeia pôde-se conservar em sua integridade sem sofre a modificação brasileira”. Florence passou pela região do rio Tapajós em 1828, como integrante de uma expedição científica organizada pelo cônsul geral da Rússia, o Barão George Henrich Von Langsdorff. Vinda de uma longa viagem iniciada no Rio de Janeiro em setembro de 1825, passando por São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, a expedição atingiu o Alto Amazonas e o Grão-Pará em 1828. **FLORENCE**, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, 1825-1829**. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 295.

¹³⁴ **MUNIZ**, João de Palma. “A Independência nos municípios do interior”, In: **Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios**. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 449; **REIS**, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico**. 2ª edição, Belém: Governo do estado do Pará, 1979a, p. 76-77.

No horizonte do Brasil
 Longe vá temor servil
 Ou ficar a pátria limpa
 Ou morrer todo o Brasil.
 Cabra gente brasileira
 Descendente da Guiné
 Que trocaram as cinco chagas
 Por um ramo de café ¹³⁵.

Dada tamanha importância político-econômica do Baixo Amazonas, em especial a sub-região do Baixo Tapajós (compreendida pela influência e liderança de Santarém) muitos negros e índios iniciaram uma série de fugas e a fundação de quilombos e cacaais as margens do Amazonas e Tapajós na ânsia de organizar e promover inúmeras insurreições e agitações armadas. O período posterior ao episódio da Adesão do Pará à Independência (1823) revela significativas perturbações da ordem política, no qual entraram em jogo confrontos partidários entre lusos-brasileiros e nativos, assumindo a forma de uma luta anticolonialista donde emergia, aparentemente de forma coadjuvante, o conflito entre escravos e senhores.

Assim, podemos inferir que as fortes convulsões políticas experimentadas ao longo da década de 1820 a 1830, no Baixo Amazonas, fizeram com que os escravos aprimorassem a arte da fuga e aumentassem as possibilidades de alianças coletivas com índios e brancos desertores garantindo maior sucesso diante dos seus senhores lusos. Uma vez que, em tese, se uniria a valentia e perspicácia do negro, os conhecimentos de orientação geográfica e medicinal do índio e a astúcia do branco em desmobilizar as armadilhas lusas, assim como promover uma maior resistência a doenças infectocontagiosas para índios e negros gerando maior resistência imunológica a estes últimos por meio do contato e convivência prolongados.

Nesse sentido, o estabelecimento da Junta Provisória Defensiva de Santarém, núcleo militar constituído para fazer frente ao avanço dos revolucionários indígenas, mestiços e negros de Monte Alegre, pode ser entendida como uma tentativa real de unificar forças políticas de diversas localidades do Baixo Amazonas, para que pudessem ter maior poderio de barganha diante dos grupos dirigentes de Belém.

¹³⁵ In: **REIS**, Arthur César Ferreira. **História de Óbidos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b, p.49.

Entretanto, a Junta Provisória Defensiva não demorou a enfrentar os primeiros combates. As primeiras agitações revolucionárias na área do Baixo Amazonas parecem ter acontecido no mesmo período de criação da Junta Defensiva, quando “os facciosos da Vila de Cametá invadiram a Vila de Monte Alegre, e pretendiam invadir a de Santarém” ¹³⁶. Em meados de abril, já corriam notícias de que a revolução nessa área tinha tido sucesso, pois os mesmos agentes de Cametá invadiram a vila de Gurupá e mataram o comandante Francisco José Gomes, demonstrando ações simultâneas também na região do Alto Amazonas e no Xingu.

Contudo, o nível de violência que caracterizou a ação dos revolucionários foi muito mais impactante, como bem pode se ver na ação de alguns índios e vaqueiros de Monte Alegre que assassinaram o juiz ordinário e o escrivão da câmara nos campos do Paracari aos gritos de “viva o Imperador” ¹³⁷.

Praticamente todas as ações militares e políticas em relação ao conflito em Monte Alegre, por exemplo, foi decidido primeiramente pelos integrantes da Junta Defensiva, como bem mostra os mais diversos ofícios enviados para o comandante da repressão¹³⁸, o capitão Bibiano Luís do Carmo, em que fica evidenciado mais uma vez a instabilidade e a fragilidade do projeto unificador, que se tentava imprimir ao Grão-Pará desde agosto de 1823.

Novamente, essas rupturas no interior da composição do poder na região do Baixo Amazonas seriam um dos mais poderosos combustíveis para a ação organizada dos grupos sediciosos indígenas e negros. Nesse sentido, é preciso reforçar que a revolução “de baixo” não poderia se dar sem o consenso de figuras políticas influentes na região, que pudessem espalhar suas ideias por uma área

¹³⁶ Ofício da Câmara Municipal de Alenquer para o Governo Geral da Província, datado em 15/08/1824. In: **APEP**. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹³⁷ Idem, Códice 789.

¹³⁸ Santarém reunia apoio de, pelo menos, três vilas, a de Alenquer, Faro, Óbidos, que enviarem efetivos militares para auxiliar as escoltas que iam destacadas para Monte Alegre. Fora isso, ainda conseguiu ajuda da província do Rio Negro, que enviou embarcações armadas para realizar as patrulhas em Santarém e adjacências, evitando qualquer ataque-surpresa. Contudo, a Junta defensiva é que estava a frente das ações de guerra e dos planos de defesa das meias vilas, inclusive a de Monte Alegre.

Ver Ofício da Junta Defensiva de Santarém para o Capitão Comandante Bibiano Luís do Carmo, datado em 22/06/1824. In: **APEP**. Códice 789. Correspondências de Diversos com o Governo; Ofício da Junta Defensiva de Santarém para o Capitão Comandante da Força Armada Pedro Vieira Rangel, datado em 21/06/1824. In: **APEP**. Códice 789. Correspondências de Diversos com o Governo; Ofício da Câmara Municipal de Santarém para o Presidente da Província José de Araújo Rozo, datado em 10/07/1824. In: **APEP**. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo.

extensa e sedimentar, nas expectativas coletivas, o desejo de transformação que parecia estar se concretizando pouco a pouco em toda a província.

Porém, parte das estratégias construídas pelos extratos marginais visavam mesmo o cerco à Vila de Santarém, com o intuito de tomar aquela localidade e saquear os ricos estabelecimentos dos portugueses que lá residiam, pois “queriam por Santarém em Sítio sem Mantimento para depois a atacarem”. Para isso, uma parte dos sediciosos de Monte Alegre se deslocaram para a Vila de Alter-do-Chão, a estratégia dos revoltosos parecia ser ousada, posto que as escoltas flutuantes tinham por função “não passar com Farinha para essa Vila”.

Parte da liderança dessas ações parece ter sido dos escravos de José Henriques, que eram os que estavam mais atentos à questão racial, porque quando encontravam com as igarités lotadas de gente de Boim que vinha se unir a causa da independência em Alter do Chão, logo perguntavam “se traziam algum branco” ¹³⁹.

Contudo, o sentido maior dessas agitações no rio Tapajós estava centrado na luta contra os portugueses europeus. Vários eram os interesses dos que se identificavam como “brasileiros” - sendo desde os membros dos grupos proprietários que não tinham participação efetiva nas redes de poder até os despossuídos índios, mestiços e negros -, os quais fabricavam expectativas de modificações profundas nas práticas políticas e sociais da província, reformando as suas principais instituições.

Correspondências ¹⁴⁰ do Juiz Ordinário da Vila de Alter do Chão, Antônio dos Passos, revelam a tentativa do mesmo em querer construir uma rede de sedição em Santarém e Aveiro ¹⁴¹, que pudesse dar maior fôlego ao movimento, posto que, em abril, Monte Alegre já era um reduto praticamente dominado ¹⁴².

¹³⁹ Ofício do Capitão Comandante da Vila de Aveiro Manoel Fillipe de Andrade Figueira para a Junta Provisória e Defensiva da Vila de Santarém, datado em 01/06/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹⁴⁰ Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para o Furriel Manoel Ignácio de Souza, 24/05/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo; Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para Manoel dos Santos Prata, 24/05/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo; Carta do Juiz Ordinário de Alter do Chão Antonio dos Passos para o Vereador da Câmara Municipal de Santarém Manoel Frutuoso da Costa, 24/05/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹⁴¹ Ofício do Juiz de Aveiro Sebastião José Pena para o Presidente da Província José de Araújo Roza, datado em 23/09/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

¹⁴² **REIS**, 1979, p. 87.

Contudo, persiste nesses escritos a visão de que as transformações eram possíveis e que estavam acontecendo, menos por iniciativa da Província do que pelas sedições que mexiam com as esperanças dos homens livres, libertos e escravos em conseguir sua “liberdade”, através da afirmação de uma outra independência, diferente daquela jurada e festejada com grande pompa em outubro de 1823 na região ¹⁴³, cujo sentido de obediência à pátria estava francamente pulverizado ¹⁴⁴.

Desse modo, a revolução se ramificou por entre os caminhos sinuosos dos rios, igarapés e furos que afluíam do Amazonas, levantando grande parte das pessoas, que logo passaram a integrar as fileiras de luta dos “brasileiros” contra os “europeus”, no intuito de erradicar estes últimos do controle político e econômico de Santarém, Óbidos, Alenquer.

Sendo assim, o Baixo Amazonas pode ser considerado como um barril de pólvora e local altamente estratégico para combates armados. É nesta região que foram protagonizadas as mais duradouras e célebres formas de resistência no período da Cabanagem. Segundo Reis (1979, p. 85), na região do Tapajós, em meados de 1834, o proselitismo dos rebeldes já era observável em Alter do Chão, Aveiro e Franca.

Não obstante, Santarém, nesse sentido, servia como um dinâmico empório comercial por onde embarcações carregadas de gêneros da floresta tinham que fundear para negociar seus produtos, vindas tanto do rio Amazonas acima, como do rio Tapajós abaixo, posto que sua localização geográfica situava a vila exatamente na confluência desses dois grandes rios.

A situação estratégica em que se encontrava Santarém, como praça de comércio também das vilas vizinhas, favoreceu, por outro lado, a maior articulação dos grupos políticos que dominavam as câmaras municipais para se fortalecerem como um bloco de poder diante do governo provincial.

¹⁴³ Palma Muniz disserta que a Independência brasileira foi jurada na Vila de Santarém, em 19 de outubro; nas Vilas de Alenquer, Boim e Franca em 22 de outubro; na Vila de Óbidos em 19 de novembro de 1823. In: **MUNIZ**, 1973, p. 445-449.

¹⁴⁴ Por isso o comandante de Óbidos alertava para o perigo de a escravidão se levantar e se solidarizar com os indígenas da tropa de ligeiros, que já vinham demarcando sua identidade política frente aos outros soldados brancos. Ver Ofício de Manoel Antonio Barbosa para a Câmara Municipal de Óbidos, s/d. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

No século XIX, o cacau era o grande elemento da economia da Vila de Santarém, cultivado nos sítios de várzea e também, em grande quantidade, coletado nas matas. Nas bordas do imenso Lago Grande de Franca, estavam estabelecidas as grandes fazendas, de gado bovino, destinado, principalmente, para exportação, e algumas cabeças disponíveis para o consumo local ¹⁴⁵.

Veiga dos Santos também complementa essa visão socioeconômica de Santarém, ao escrever:

Esses sítios de cacau e fazendas de gado eram propriedades de uns poucos, porém, poderosos senhores de terras e escravos, em sua maioria portugueses, ou seus descendentes.

Na utilização do solo, predominava o grande latifúndio, originado em sua grande parte, nas sesmarias, generosamente doadas pelos reis de Portugal aos seus amigos da colônia.

Nesses estabelecimentos rurais, era empregado o trabalho escravo do negro importado da África, conjuntamente com o trabalho servil do índio e do caboclo [...] complementando esse contexto econômico, encontrava-se uma incipiente agricultura de subsistência, trabalhada por pequenos “posseiros”, que se apoderavam das terras devolutas, existentes pela periferia da Vila, onde cultivavam a mandioca destinada à produção da farinha de vários tipos, produto básico na alimentação popular, o arroz, o milho, o feijão, o fumo e algum algodão utilizado na manufatura doméstica dos tecidos indispensáveis, principalmente, para a rede de dormir.

A pesca também representava uma fonte de subsistência, com alguma alternativa para a comercialização do peixe salgado, do pirarucú seco e do piracuí largamente consumido na alimentação da Vila (VEIGA DOS SANTOS 1986, p. 11-12).

No entanto, a economia do Baixo Amazonas e consequentemente a do Baixo Tapajós não girava em torno somente dessas culturas. Segundo Baena (1839, p. 333-334) “na região desenvolvia-se também a salsaparrilha, cravo do Maranhão, algodão, borracha, café, anil”, fato que constituía “Santarém como capital do vale amazônico, e como o empório do comércio do Rio Negro e de Mato Grosso” ¹⁴⁶.

Toda essa estrutura econômica gerava uma pequena, porém poderosa e ativa aristocracia rural. No seu seio brotava a elite dirigente, os políticos lusitanos e brasileiros adotivos, que tinham, naquela época, como expoentes, pessoas como “Joaquim Rodrigues dos Santos, Francisco Caetano Correa (o primeiro), José Joaquim Pereira Macambira, Agostinho Pedro Auzier, Miguel Antônio Pinto

¹⁴⁵ Cf. **SANTOS**, 1999.

¹⁴⁶ **ACEVEDO MARIN; CASTRO**, 1998, p. 55.

Guimarães (o pai, e não o filho, que viria a ser o Barão de Santarém) e Vicente Batista Miranda” (VEIGA DOS SANTOS 1986, p. 11).

Além desses senhores, donos do poder da Vila, uma pequena burguesia mercantil, empregava sua atividade de comércio de mercadorias por meio do sistema de “regatão”, com o qual comercializavam a troca de mercadorias, pelo rio Tapajós e seus afluentes.

Segundo Veiga dos Santos (1986 p. 12-13), como apêndice desse processo econômico empírico, colocavam-se aqueles que exerciam certas profissões, como de pedreiro, carpinteiro, calafate, sapateiro, alfaiate, barbeiro, pescadores, ou prestavam serviços como remeiros, etc. Essas profissões e serviços eram executados pelos índios, caboclos e pelos chamados “escravos-de-ganho”. Eram gente que não tinham vez e nem voz, por isso mesmo, eram marginalizados, moravam afastados da “elite”, no subúrbio da Vila, no local chamado de Aldeia.

Diante de tal importância sócio-política e econômica, os líderes patrióticos de Monte Alegre planejavam invadir a Vila de Santarém, ao passo que os líderes e chefes de Cuipiranga (Maparajuba e Maciel Branches) também arquitetavam a tomada de poder na Vila dos Tapajó. Os planos de tomada da Vila, arquitetado pelos líderes do Baixo Tapajós atrelado ao sentimento antilusitanista que alimentava o revanchismo de índios e negros mocambeiros das margens do Amazonas e Tapajós iniciarão as primeiras movimentações de revolta na Vila do Vale Amazônico.

Existem relatos de uma insurreição de rebeldes em Santarém (Capital da Comarca do Baixo Amazonas) datado de 2 a 3 de Agosto de 1834, os quais se apoderaram de armamentos e munições ali existentes ¹⁴⁷. Relatos de Santos enfatizados pelas conversas e histórias advindas da Memória Coletiva da população desta região, contam que era costume negros advindos de mocambos e quilombos as margens do Rio Amazonas e agrupamento de pessoas vindas de comunidades ribeirinhas do Tapajós para promoverem insurreições na Vila de Santarém e Vila Franca, sobretudo, quando estes ribeirinhos não conseguiam alcançar a meta de pescado a ser entregue como impostos (SANTOS 1999, p.215-217).

¹⁴⁷ Informação presente no documento - Correspondência de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, Tenente Coronel Comandante do Batalhão, ao Presidente da Província do Pará – sem nomenclatura -, remetido de Santarém em 04 de Agosto de 1834 In: **APEP**. Códice 888; Documento 109.

Dado essa rede de sedição que se formava, a insurreição de Agosto de 1834 em Santarém e a eclosão do 7 de Janeiro de 1835 em Belém, rapidamente a Vila dos Tapajó se reúne com Óbidos e outros comandos das Vilas do Baixo Tapajós e fundam a Liga Defensiva do Baixo Amazonas ¹⁴⁸, esta corporação era na verdade a antiga Junta Provisória Defensiva de Santarém, que a partir de agora seria chefiada por Óbidos e Santarém.

A Liga Defensiva e antiga Junta Defensiva convencionava-se como um tratado de mútua defesa entre as Vilas do Baixo Tapajós, se uma das Vilas fosse atacadas por revoltosos da região ou migrados de Belém, as Vilas pertencentes à Liga tinham por obrigação sair em defesa da Vila compatriota.

“Lá vem cabano, mia gente! Cabano tá chegando na praia, Sinhá!”... gritavam quase mortas de medo e do cansaço aos pés de Mãe-branca **[Nossa Senhora da Imaculada Conceição]**. E logo se fechavam portas e janelas ¹⁴⁹ **[sic]** (SANTOS, 1999, p. 195).

Esse registro de insurreição é narrado por Paulo Rodrigues dos Santos, que além de redigir na íntegra os ofícios e correspondências de cabanos e legais, incorporou às páginas de Tupaiulândia este trecho de canção muito pronunciado por repentistas, músicos e lavadeiras ribeirinhas.

A visão pejorativa de Paulo Rodrigues dos Santos, no entanto, fundamenta-se na citação de Reis (1979, p. 114):

E numa infiltração desagregadora, começaram a atingir as vilas cobiçadas, não em operações militares imediatas, mas pela circulação de notícias tendenciosas, boatos alarmantes, que começavam a quebrar, se não a harmonia das populações, mas o espírito de reação. Os receios de que não pudessem vencer, e talvez fosse melhor abrir as portas da casa aos cabanos que propriamente resistir-lhes sem perspectivas de êxito, entrou a frutificar.

Diante do medo de cabanos, a elite santarena lusa conclama ao recém-chegado juiz de direito da comarca, Joaquim Rodrigues de Souza, para organizar milícias e uma Junta de Salvação pública para manter a ordem e a legalidade. Foi

¹⁴⁸ REIS 1979a, p. 113.

¹⁴⁹ Trecho pronunciado como refrão de músicas ribeirinhas e de repentistas caboclos.

convocada a Guarda Nacional e assim foi organizada uma milícia militar composta de civis apadrinhados da elite política santarena, onde o comando ficou a encargo do tenente-coronel Joaquim Rodrigues dos Santos.

A Vila foi transformada em uma fortaleza, para resistir a invasão dos cabanos, que os legalistas esperavam que acontecesse pelo litoral, com desembarque das tropas cabanas que deviam estar vindo de Belém. Foi estabelecido um quartel, que foi denominado de “Quartel do Sol”, localizado em um belo sobrado de propriedade do fazendeiro Luiz Vicente de Miranda. Embarcações foram mobilizadas para promover rigorosa vigilância no rio, em frente a Vila, evitando o ataque das tropas cabanas que estariam subindo o rio Amazonas (VEIGA DOS SANTOS 1986, p. 17).

Entretanto, em contrapartida a esta logística “legalista”, os revoltosos patrióticos (cabanos) ficaram a espreita escondidos nos furos e rios, passaram a interceptar comunicação e transporte de alimentos pelos rios Tapajós e Amazonas. Utilizaram as matas dos arredores de Taperinha¹⁵⁰ como esconderijo provisório e lá soltaram os negros que eram escravos na fazenda pertencente a Miguel Pinto Guimarães. É, pois boa parte desses negros libertos pelos tapuios cabanos, que passarão a reforçar os exércitos patrióticos no Tapajós e posteriormente a guerra, irão se domiciliar nos mocambos e quilombos que fundarão ao longo dos rios Ituqui, Paraná-Ayayá, Amazonas e Tapajós.

¹⁵⁰ Taperinha situa-se na confluência entre os rios Ituqui e Paraná-Ayayá, sua nomenclatura significa ruína, casa velha ou qualidade de vida segundo os silvícolas. Esta propriedade fruto da sociedade entre Miguel Pinto Guimarães e o confederado norte americano Mr. Romulus J. Rhome, é dotada de muitos aspectos relevantes a formação dos munícipes santarenos, haja vista que indícios como a escravidão, produção canavieira, vestígios de cerâmica e relações com a cabanagem, apontam este sítio arqueológico e posteriormente o maior engenho da região, como o lugar que deu início a cidade de Santarém e que foi palco da fuga da maior quantidade de escravos no período da cabanagem.

Ver **MELO**, Wilverson Rodrigo S. de. Taperinha um engenho do Tapajós: Relações e Discussões Acerca da Produção Canavieira, Escravidão, Estudos de Sítios Arqueológicos e Cabanagem. In: **VI Congresso de Ciência e Tecnologia da Amazônia e IX Salão de Pesquisa e Iniciação Científica do CEULS/ULBRA**, 2009, Santarém. Amazônia, Ciência e Sustentabilidade (Anais) ... Santarém: CEULS/ULBRA, 4-6 de Novembro de 2009. p. 411-415 (CD-ROM).



Vista do casarão da Fazenda Taperinha
Fonte: MELO, 2009, p. 412
Ano: 2009

Contrariando as expectativas do quartel do sol em Santarém, chefiado pelo tenente-coronel Joaquim Rodrigues dos Santos, o movimento cabano na Vila não ocorreu. Isto porque os cabanos do Tapajós passaram a se organizar em forma de guerrilha moderna, evitavam atacar em grandes exércitos, faziam incursões a Vila em pequenos grupos armados de facões, foices, zagaiais, flechas e armamentos provenientes da deserção de soldados do quartel de Santarém.

Como medidas de contra ofensiva, os legalistas da Vila do Vale Amazônico compreenderam que a fortificação de Cuipiranga, dava força aos cabanos e, condições de se apoderarem da Vila. Era preciso uma tomada do quartel dos subversivos.

Foi então preparada uma expedição militar “composta de 64 homens, sob o comando do Tenente-Coronel da Guarda Nacional, José Joaquim Pereira Macambira, com a missão de desalojar os cabanos de sua fortaleza” (VEIGA DOS SANTOS 1986, p. 20). No entanto, o ataque da expedição anticabana foi um fracasso, os provincianos foram derrotados pelos cabanos ainda em rio, e o forte de Cuipiranga manteve-se intacto.

É posterior a este combate que as forças repressoras no Tapajós, descobrem que o material bélico do quartel de Santarém estava sendo repassado às escondidas para os revoltosos por intermédio de praças desertores, como evidência

tinham as balas nos corpos de soldados alvejados, balas semelhantes, pra não dizer idênticas as que estavam guarneçadas em Santarém.

Como resposta ao ataque das tropas militares de Santarém, Maparajuba Firmeza envia um ultimato a Câmara da Vila dos Tapajó para que a mesma aderisse ao governo de Eduardo Angelim, caso contrário a Vila seria invadida e todos os portugueses punidos ¹⁵¹.

Os cabanos de Cuipiranga começam a se organizar para invadir a Vila de Santarém. Passaram meses estudando o cotidiano das famílias tapajoenses e a melhor forma de atacarem como elemento surpresa.

Em contrapartida, cogitando a possibilidade de invasão dos cabanos, as autoridades tapajoenses adotaram como estratégia a Proclamação ao governo cabano e à obediência ao governo de Angelim. Fizeram isso como forma de ganhar tempo, até que as tropas repressoras chegassem de Óbidos e Belém, para ajudar na proteção de Santarém.

A Câmara de Vereadores da Vila se reúne e em 9 de Março de 1836 proclama a Adesão da Vila dos Tapajó ao governo cabano chefiado por Eduardo Angelim. O discurso de proclamação feita pela Câmara de Santarém é transcrito na obra de Hurley (1936, p.69):

“Honrados cidadãos Tapajoenses: Sucegai vosso Espíritos. A Reunião de Ecuipiranga não vos hade offender, antes pelo contrario hade fazer garantir aos vossos Direitos que quase se hião devorando, pelo Déspota Juiz de Direito desta Comarca Joaquim Rodrigues de Souza, o que já por intermédio desta Câmara se vai conciliar dando as mãos com aquella Reunião reconhecendo na pessoa do Exmo. Snr. Eduardo Francisco Nogueira Angelim a Presidência desta Província para que de todo fique pacato obedecendo todas as suas deliberaçoens na defeza dos direitos individuais dos cidadãos desta Comarca. Viva a Santa Religião Catholica e Apostólica Romana; viva o Jovem Brasileiro o Senhor Dom Pedro 2º e a Regência em seu nome e Vivão os nossos Irmãos da Ecuipiranga na Defeza e Manutenção da Ordem Pública e vivão os honrados Tapajoenses.”
¹⁵². [sic].

¹⁵¹ Ver: **VEIGA DOS SANTOS**, 1986, passim; **SANTOS**, 1999, passim.

¹⁵² **REIS**, 1979a; p.115; Proclamação transcrita da obra “Traços Cabanos” de Jorge Hurley, p. 69.

Segundo Veiga dos Santos (1986, p. 22):

Participaram dessa memorável sessão da Câmara da Vila e assinaram a ata de adesão ao governo cabano, presidido por Eduardo Angelim, os seguintes vereadores: Raimundo Dias Leão, que presidiu a sessão na ausência do presidente [da Câmara], que se deu por doente, João de Deus Ferreira Canuman, Pedro Alexandrino de Lira, Lourenço Antônio Loureiro, João Caetano de Souza Barreto e João de Deus Leão, que secretariou os trabalhos.

No entanto, através das informações de soldados desertores, os quais andavam infiltrados entre as autoridades tapajoenses, os cabanos de Cuipiranga descobriram a estratégia das autoridades da Vila de Santarém, e logo organizaram um ataque à capital do Vale Amazônico. O ataque aconteceu por via de duas colunas, uma liderada por Antonio Maciel Branches e outra liderada por Thomas Antônio de Faria:

O processo de conciliação em Santarém funcionou, mas sofreu pelo menos um grande abalo em Santarém, no final de março de 1836, apenas algumas semanas depois que começou [as medidas das autoridades tapajoenses em proclamar apoio ao governo de Angelim]. **Em 23 de março**, um grupo de soldados - índios e brancos – invadiram a cidade liderados por Thomas Antônio de Faria, “um cabano sem igual” [e Antonio Maciel Branches]. Quando Faria entrou na cidade, perguntaram a ele, o que ele queria, e o mesmo respondeu “realmente nada, só a morte para os portugueses [brasileiros adotivos], caramurus [portugueses conservadores], e maçons, e então tudo será cheio de paz. Em sua chegada o grupo matou alguns civis e soldados, pelo menos três eram” “brasileiros da mais alta qualidade” ¹⁵³ (grifo nosso).

O episódio da tomada de Santarém, em 23 de Março de 1836, teria ocorrido da seguinte maneira, conforme assevera Melo (2013b p. 6-7):

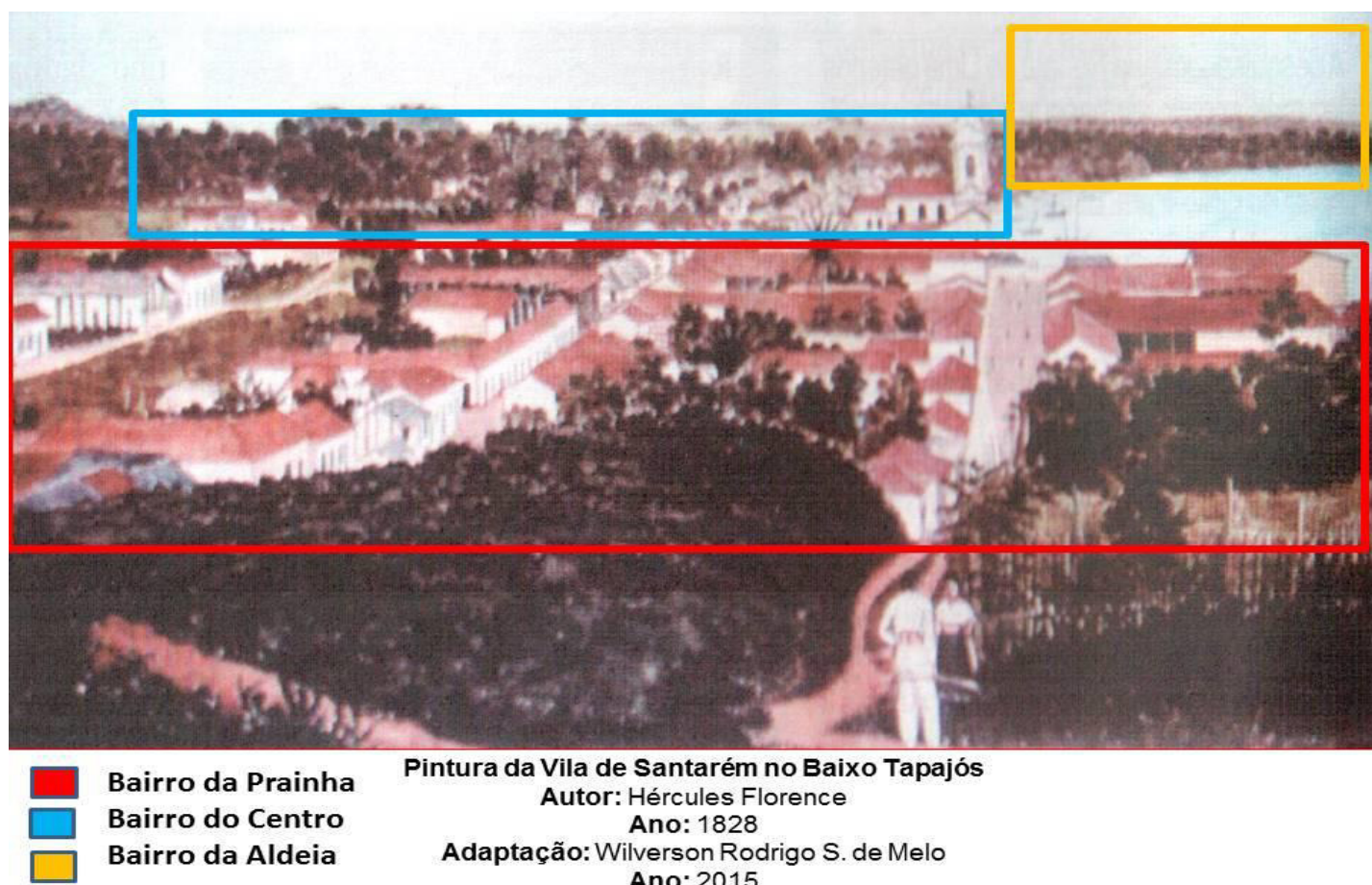
Neste período histórico Santarém dividia-se em três bairros: Prainha, Centro e Aldeia. Sendo que o **Centro** abrigava alguns poucos fidalgos, o bairro da **Prainha** ¹⁵⁴ consistia na moradia da elite luso-santarena e o bairro da Aldeia abrigava os marginalizados (tapuios, negros alforriados e fujões, comerciantes de baixo poder aquisitivo, etc). Deve-se enfatizar que a tomada de Santarém não ocorreu de forma “hollywoodiana”, haja vista que o povo insatisfeito que aderiu a cabanagem, eram os próprios moradores da

¹⁵³ Ofício do Juiz do Baixo Amazonas Joaquim Rodrigues de Souza ao Presidente do Pará Marechal Manoel Jorge Rodrigues, Macapá, 18 de abril de 1836, In: **APEP**. Códice 1000. Documento 96.

¹⁵⁴ Devido abrigar a elite santarena, este bairro passa a sofrer um acréscimo em seu nome, sendo denominado “Grande” Prainha.

Aldeia – composta por uma miscelânea de “paganus”¹⁵⁵ que mantinham fortes laços familiares e comerciais com comunidades ribeirinhas do Baixo Tapajós. Dessa forma, em março de 1836, quando os líderes de Cuipiranga tomaram Santarém, foram apoiados por uma massa de cabanos armada de facões e armas bélicas (provenientes do saque de armistícios do quartel de Santarém) que saíram exatamente do bairro da Aldeia, ou seja, foi uma dominação do bairro da aldeia com reforços ribeirinhos sobre o Centro e a Grande Prainha.

Em síntese, a tomada de Santarém pelos cabanos ocorreu de forma rápida, violenta, pré-meditada e anunciada, tendo como fato marcante deste episódio, a morte do Pai do Barão de Santarém homônimo ao nome do filho – Miguel Pinto Guimarães. É salutar destacar, que a tomada da capital do Vale do Tapajós, ocorreu sob a liderança de Antonio Maciel Branches (que liderava os ataques pelos rios Arapiuns e Tapajós, e foi um dos responsáveis pela tomada de Santarém e domínio da Vila de Alter-do-chão) e Miguel Apolinário Maparajuba “Firmeza” (grifo do autor).



Segundo Melo, a tomada de Santarém foi uma sublevação de um bairro marginal e subserviente sobre os bairros que abrigavam a aristocracia rural de

¹⁵⁵ Termo latino que significa "habitante do campo", "rústico", circunvizinho as cidades.

portugueses e brasileiros adotivos. A ligação dos cabanos do Ponto de Cuipiranga e do Ponto do Lago Grande de Franca com os da capital do Vale Amazônico era feita pelo bairro da Aldeia. Neste ponto, os cabanos vindos do Tapajós chegavam no bairro da Aldeia disfarçados como pescadores, calafeteiros e índios. Dessa forma, inferimos que os cabanos foram aos poucos chegando a Vila de Santarém sem levantar suspeitas, nem tampouco alterar o cotidiano da Vila.

Durante o ataque, na coluna liderada por Maciel Branches ¹⁵⁶, os cabanos invadem a residência do pai do Barão de Santarém e o lançam de cima de sua mansão, vindo a óbito imediatamente. Em contrapartida, durante o ataque dos cabanos a Santarém, o juiz da Comarca, o comandante da Guarda Nacional, o vigário da paróquia e pessoas representativas e comprometidas com a causa luso-paraense refugiam-se em uma embarcação e posteriormente partem em direção à Macapá.

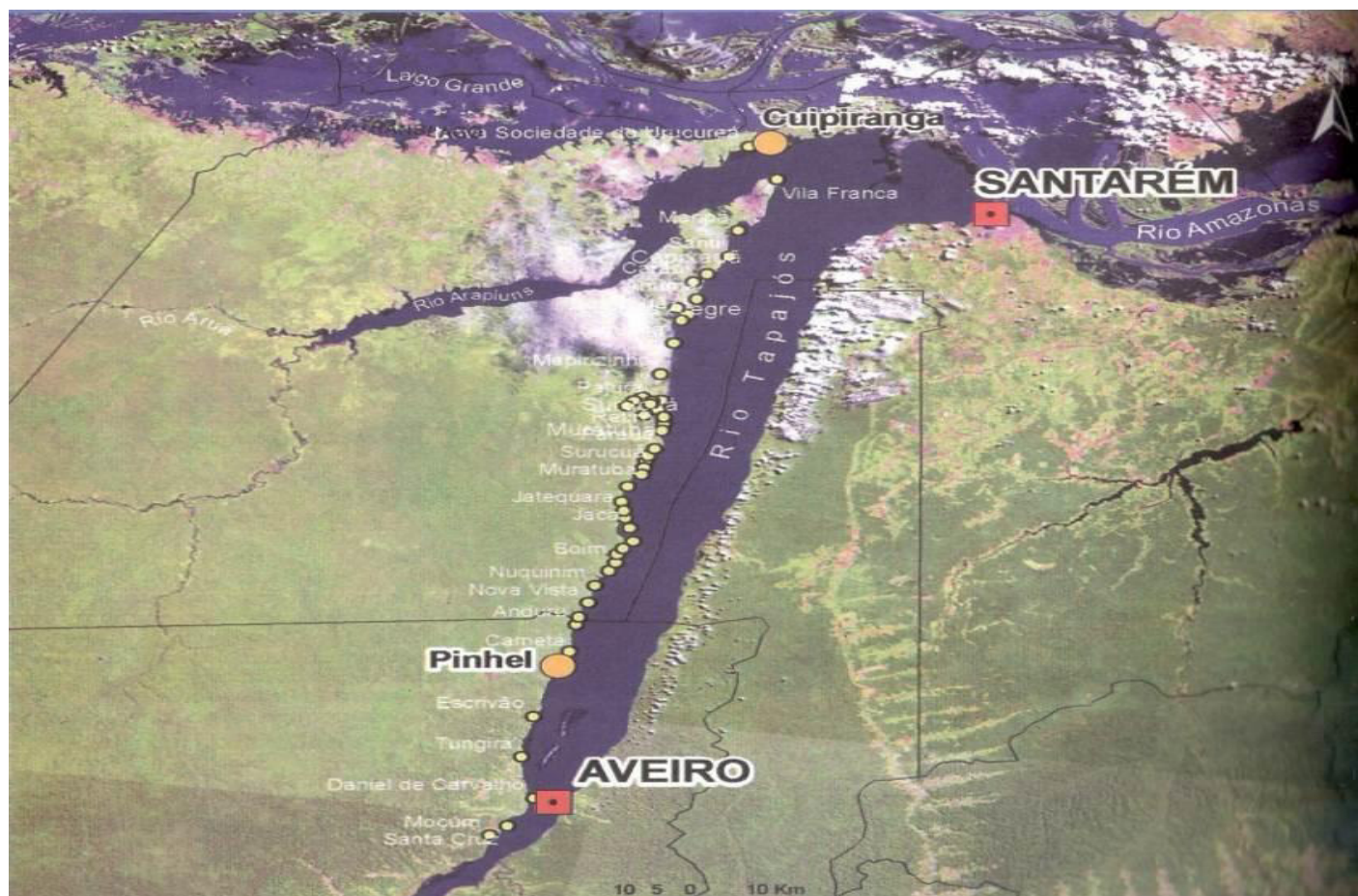
Posteriormente, Antonio Maciel Branches armado de facão em punho, entrou no recinto da Câmara exigindo o cumprimento imediato da Proclamação do Tapajós e do ultimado cabano de adesão ao governo de Angelim.

A partir de Março de 1836, ocorre um redimensionamento da guerra entre tropas cabanas e anticabanas no Baixo Tapajós. Com a Queda de Santarém, a Vila de Óbidos passa a desempenhar sozinha, o papel de liderança da Liga Defensiva do Baixo Amazonas, e irá organizar incursões para resgatar e restaurar a Vila dos Tapajó.

Entretanto, ocorre também que, instaurado o poder cabano em Santarém, o comando da Vila ficou sob a tutela dos cabanos, Braz Antônio Correa, nomeado comandante geral das forças, e Francisco Antônio Batista, alferes e segundo comandante.

A partir de então, o governo Cabano de Santarém e de Cuipiranga passa a reorganizar as forças patrióticas no Baixo Tapajós e estimular a criação, restauração e organização de Pontos e Redutos cabanos pela região, os quais seriam cooptados e liderados pelo Reduto de Cuipiranga.

¹⁵⁶ Sua posição política enquanto cabano ou legal será historicizado no tópico 3.3, a partir da página 202.



Mapa dos Pontos e Redutos Cabanos no Baixo Tapajós

Fonte: Caderno especial "Jornal Gazeta de Santarém"

Ano: 2009

Os múltiplos "Pontos" cabanos ¹⁵⁷ funcionariam como interpostos de guerra e abastecimento da Confederação Cabana no Baixo Tapajós. Os Pontos seriam responsáveis pelo cultivo de culturas, caça, pesca e criação de animais, além de prepararem campos de guerra em seus territórios.

Em contrapartida, os Redutos Cabanos no Tapajós (Cuipiranga, Franca, Pinhel, Santarém e Aveiro) seriam responsáveis pelo protecionismo de todos os pontos cabanos. Seria de responsabilidade dos Redutos, travar guerras e batalhas contra as forças repressoras no intuito de estabelecer paz e sossego aos pontos. De todos os Redutos, o mais formidável, o melhor guarnecido, e o que mais tempo

¹⁵⁷ Nova Sociedade do Urucureá, Vila Franca, Maripá, Capixauã, Carão, Anumã, Surucá, Mapirizinho, Pajurá, Marituba, Surucua, Jatequara, Jaca, Boim, Nuquim, Nova Vista, Anduru, Cametá, Escrivão, Tungira, Daniel de Carvalho, Moçum, Santa Cruz, além de: Arimum, Vila Brasil, Guajará, Ponta do macaco, Lago Grande de Franca, Lago da Praia, Santo Amaro, dentre tantos outros.

resistiu, foi Cuipiranga, conhecido como o maior palco de resistência cabana de todo o Grão-Pará Regencial.

3.2. Quando a Cabanagem era em Pinhel e Vila Franca

No cerne da queda da Vila de Santarém pelas ações dos cabanos do Tapajós, vão surgindo outros pontos e redutos cabanos, dentre os quais citamos aqui a Vila de Pinhel e Vila Franca.

Em Pinhel, na antiga Missão de Santa Cruz (depois rebatizada de Missão de São José Maytapus) algumas “rusgas” entre brasileiros natos e adotivos promoveram um acirramento político pela disputa de poder na Vila. Concomitantemente, a imposição de trabalhos servis aos índios Maytapus, como se estes fossem tapuios e não cidadãos, também provocaram insatisfações nas fímbrias da estratificação índia na Vila.

Em ofício de Raimundo Antônio Fernandes (Vigário Geral) a José Joaquim Machado de Oliveira (Presidente da Província do Pará) enviando o Padre José de Nossa Senhora dos Prazeres (Vigário interino de Pinhel), para representar contra as arbitrariedades praticadas pelo Juiz da dita Vila, informar sobre o estado da Missão de Santa Cruz e sobre o método mais fácil de empreender descimentos dos sertões para as margens do Rio Tapajós, o mesmo assim o narra:

Envio a apresentar-se a V. Ex.^a o Raimundo Fernandes, José de Nossa Senhora dos Prazeres, Missionário de Santa Cruz, e Vigário interino de Pinhel, que tendo sofrido as maiores violências e arbitrariedades perpetradas pelo Juiz Ordinário d'aquella Villa se destina representar de viva voz a V. Ex.^a no intuito de obter graças de poder livremente reconhecer-se a sua Parochia sem receio de ser de novo incomodado; tenho esgotado todos os recursos servindo-se nos meios de providências, mas debalde porque nada tem sido bastante para impedir a impetuosa corrente de repetidos despotismos, tendo-se até vedado ao Padre o poder him socorrer as necessidades espirituais de seus fregueses... porque dois ou trez indivíduos assim o querendo ao mesmo tempo que todos os mais ... se contenta quantos a sua caridade, segundo as informações que tenho. Pelo mesmo Padre, será V. Ex.^a informado do estado da missão e das medidas precisas para o seu melhoramento, assim como do methodo mais fácil de empreenderem os decimentos de inúmeros gentios que decejias deixar as brenhas e sim situam-se a margem do Tapajós e que por motivos que aprenderá a V. Ex.^a o referido Padre tem deixado de fazer. [...] Ex.m^o Senhor, que se promova o ... decimento, de grande vantagem sendo huma dentre as applicações as roças de mandioca ...

Deus guarde V. Ex.^a. Tapajós, 23 de Julho de 1833.
 Illmo e Ex.m^o Senhor Presidente da Província ¹⁵⁸. [sic].

Como observado no documento, existia uma disputa de poder entre as edilidades portuguesas. De um lado o Juiz da Vila que estava se posicionando contra a cooptação de índios Maytapus, não porque fosse benéfico ou compadecido, mas, sim, porque via que tal proximidade com os índios (considerados cidadãos) representaria apoio político na Vila.

De outro lado o vigário interino de Pinhel, o Padre José de Nossa Senhora dos Prazeres, discursava em favor de ajudar os cidadãos daquela Vila seja no âmbito material ou espiritual. Este também se interessava pelo poder representativo sobre os índios, por isso empenhava-se em retirar os Maytapus das brenhas das matas e trazê-los para a margem do Rio Tapajós (a chamada política de Aldeamento).

Essa era a Pinhel de meados da década de 1830, onde a convivência cotidiana era dividida entre índios, tapuios (em sua maior parte confundidos com índios) e brasileiros adotivos (portugueses). Quando estoura as revoltas de Muaná, Cametá e Monte Alegre, as autoridades de Pinhel (assim como das demais Vilas) se esforçam para suplantar tais informações, e evitar que o clima de “rusgas” e rebelião chegassem as Vilas do Baixo tapajós e desorganizasse a estrutura política vigente, como se evidencia no Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Pinhel José Guedes Aranha para a Câmara Municipal de Santarém:

Ficou mais ou menos claro para as autoridades municipais da região que a revolução era produto dos embates que já balançavam a populosa região do baixo Tocantins (Acará, remediações de Belém), o que inspirava extrema cautela, dada a numerosa população indígena e mestiça que estava descontente com os muros da independência, estando pronta para engrossar as fileiras rebeldes. Nesse sentido, notícias oriundas da região do Tocantins adentravam o espaço público das vilas e lugares, gerando inúmeras expectativas dos setores marginais do médio Amazonas, como bem pode se ver nas atitudes de dois desertores presos em Pinhel, João José e Boaventura dos Santos, que diziam que “todas as palavras das autoridades eram falsas e que já sabiam que Cametá havia se levantado”
¹⁵⁹.

¹⁵⁸ **APEP**. Códice 854. Documento 77.

¹⁵⁹ Ofício do Juiz Ordinário da Vila de Pinhel José Guedes Aranha para a Câmara Municipal de Santarém, datado em 12/08/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

No ofício (acima citado) do Juiz Ordinário da Vila de Pinhel José Guedes Aranha para a Câmara Municipal de Santarém, o mesmo narra que parecia ser inevitável esconder as informações de revoltas e insurreições na região tocantina da província do Grão-Pará. Nas falas dos presos de Pinhel (João e Boaventura), os mesmos afirmavam que já sabiam que o levante de subversão de Cametá já havia se instaurado, e de igual modo, as autoridades militares mentiam e omitiam os fatos desta revolta, como estratégia algoz para a delação de correligionários.

Aos poucos, os revoltosos e insurgentes do Baixo Tapajós de diversificadas Vilas e freguesias passam a trocar comunicações e a criar uma rede de sedição, disposta a cooperar com um movimento patriótico de revolta no intuito de ressignificar suas perspectivas de vida sócio-política. Dessa forma, ações revolucionárias na Vila de Alter do Chão, por exemplo, passaram a mobilizar grande parte das vilas situadas ao longo do rio Tapajós, onde estavam reunidos às Vilas de Boim, Pinhel, e Aveiro, além de terem o reforço de uma tropa de índios Mundurucus

160

Por fazer parte da microrregião do Rio Tapajós, sendo um de seus três distritos ao lado de Santarém e Alter-do-Chão, a população de Pinhel no início da década de 1830, era de 865 indivíduos livres e 16 escravos. Nas palavras de Baena (1839, 328-329):

As casas desta gente são todas telhadas com folhagens e todas uns mesquinhos obstáculos. A lavoura foi destacada como a principal atividade produtiva, porém a produção era reduzida, devido ao fato de sua população supostamente se recusar a produzir excedentes. Estão formalmente submetidas à jurisdição de Pinhel: Aveiro, Itaituba e Santa Cruz.

Os relatos de combates em Pinhel só começam a aparecer em finais de 1836, provavelmente, ao final da pacificação de Belém e final do processo de derrocada de Cuipiranga. Os cabanos dos pontos aos arredores de Cuipiranga teriam migrado em direção ao Oeste, e provavelmente chegaram a Pinhel.

Segundo o antropólogo Florêncio Vaz em entrevista ao Jornal Gazeta, edição especial da Cabanagem (2009, p.10):

¹⁶⁰ Ofício do Juiz Ordinário de Alter do Chão para a Câmara Municipal da Vila de Santarém, datado em 24/05/1824. In: **APEP**. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo.

Só no Baixo Tapajós, além de Cuipiranga, Pinhel, [hoje distrito] no município de Aveiro, foi outro foco de muita resistência. Bem povoada e desenvolvida economicamente, a Vila era localizada estrategicamente sobre uma alta ribanceira de onde se viam longe as embarcações que se aproximavam. Os movimentos cabanos em Pinhel teriam ocorrido por uma revolta inicial dos nativos liderados por Zé Duarte, mataram os comerciantes portugueses e se apoderaram de suas casas e negócios.

[...] Ali deve ter sido um ponto de entrada de uma conhecida trilha que cortava a floresta em direção a oeste, no rumo da aldeia de Luzéa (hoje cidade de Maués, no Amazonas), habitada pelos Mawé, onde os cabanos tinham outro bem guarnecido quartel. Luzéa foi a última cidadela dos rebeldes a se render, em 1840. Anteriormente um grupo de Mawé fora descido para a antiga missão de São José de Maytapus (hoje Pinhel).

A partir do relato de Vaz, inferimos que as lutas cabanas em Pinhel se deram pelo sentimento de antilusitanismo, ódio aos portugueses mesmo. Os índios, como já mencionado no capítulo 2 desta dissertação, sabiam que eram considerados cidadãos e por isso não suportavam serem confundidos com os tapuios (que eram explorados nos trabalhos servis e braçais), nem tampouco serem forçados a exercerem trabalho compulsório.

As bandeiras de lutas levantadas por Zé Duarte era de morte aos portugueses, e em contrapartida a conquista de terras e acesso ao usufruto das mesmas. Para conseguirem derrotar o inimigo luso, os cabanos de Pinhel adotaram táticas de guerrilha moderna na Vila. Segundo D. Liloca *apud* Vaz (2009, p.10), “fizeram trincheiras cavadas com 20 metros de fundo. Botaram aqueles estrepes de paxiuba. Quando os portugueses viessem, eles ficavam espetados lá. Nesse tempo era tudo cheio de trincheira” (sic).

O depoimento de D. Liloca narrado por Vaz (2009), encontra auxílio e defesa na tese de Harris. Em entrevista ao Jornal Gazeta (2009, p. 14), o antropólogo escocês afirma:

Encontrei indícios de trincheiras defensivas em Pinhel. Havia vários tipos delas por lá. Uma delas era um grande fosso arredondado de cerca de vinte metros de diâmetro. Muito provavelmente serviu de armadilha, com algum tipo de camuflagem como cobertura e grandes estacas pontiagudas na base. Havia também pequenas valas, talvez usadas pelas pessoas para defender suas posições e rechaçar algum eventual ataque [...].

Não encontrei o mesmo tipo de indícios fora de Pinhel. É preciso deixar claro, no entanto, que tenho apenas a palavra dos moradores da região de que esses vestígios encontrados são da época da Cabanagem. Mas considerando o fato de não ter ocorrido nenhum outro conflito ou rebelião (que seja documentado), parece provável que as trincheiras sejam mesmo dos anos 1830. Documentos históricos em Belém descrevem a organização defensiva dos rebeldes, que inclui trincheiras em Santarém cobertas com peles de animais e esteiras, entre outros. Até aqui não encontrei registros

oficiais nenhum outro local que teria tido defesas, com exceção de Ecuipiranga, que tinha um forte. Mas considerando-se a existência de trincheiras em Pinhel, parece provável supor que a maioria dos agrupamentos rebeldes tenha tido algum tipo de defesa. Afinal, trincheiras já eram usadas comumente nos mocambos, como proteção.

Tais noções defendidas por Vaz (2009) e Harris (2009) nos levam a crer que as trincheiras estavam presentes no cotidiano dos patriotas de Pinhel. Em viagem expedicionária pela Caravana da Memória Cabana no Baixo Tapajós, vislumbramos essas “possíveis trincheiras”, e, embora a historiografia não dê conta de documentar isto, deixamos aqui registrado essa tática de guerrilha moderna, que ao que tudo indica foi utilizada pelos cabanos de Pinhel.



Trincheira 1: Pinhel
Arquivo Pessoal
Ano: 2010



Trincheira 2: Pinhel
Arquivo Pessoal
Ano: 2010



Trincheira 3: Pinhel
Arquivo Pessoal
Ano: 2010

A título de contribuição, esta foto acima foi tirada com um ator social, na intenção de dimensionar o tamanho da “trincheira”, que conforme Harris afirma, e aqui nós ratificamos, tem um diâmetro de 20 m. Além das trincheiras, D. Oneide Cardoso afirma que na época da Cabanagem, “os cabanos ensinavam as pessoas a usarem os buracos, as tocas de ‘tatu-açu’ para se abrigarem das balas de canhão”.

No cerne desta questão, pedimos auxílio em Pinsk (2006. p. 24-25), o qual afirma que:

O historiador, como qualquer cientista, trabalha com evidências e suposições. [...] Se não se arrisca a lançar hipóteses a partir de suposições, corre o risco de repetir o já conhecido, reafirmar o óbvio, [...] Se, por outro lado, abandona as evidências e se permite “delirar” à vontade, pode criar uma interessante obra de ficção [...], comprometida apenas com a imaginação criadora do autor.

Diante do pensamento de Pinsk, convém afirmar que essas informações acerca das trincheiras que se fazem presentes somente nos lapsos da memória coletiva da então comunidade de Pinhel, longe de tentarem restituir o real, são antes uma forma de representação de parte do real, haja vista que todo fato histórico assim como seus vestígios apresentam lapsos de “verdades” e “inverdades”. Cabe, pois, ao historiador, no universo de seu arcabouço metodológico, legitimá-las ou não. Diante disto, não nos propomos aqui a dar o veredito de “resfactue”, nem tampouco esnobar tal registro da memória coletiva, deixemos que o tempo histórico se encarregue de referendar ou não.

Por volta da década final do século XVIII, o diretório vivia os seus últimos momentos do ponto de vista da administração metropolitana. Muitos diretores estavam sequestrando a produção comunal para seu próprio benefício. Índios estavam em controle de várias vilas, como Vila Franca, Alter do Chão no Baixo Amazonas, e outros no Marajó¹⁶¹.

Desde o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, Vila Franca experimentou o seu apogeu econômico sob liderança dos índios. Nas décadas de 20 a 30, influenciados pelo Vintismo, a Vila passa a ser coadministrada por brasileiros

¹⁶¹ Cf. **SOMMER**, Barbara. Cupido na Amazônia: amor e moralidade em finais do século XVIII no Pará. In: **SILVA**, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). **De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização Portuguesa no Brasil**. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001. p. 131-141.

adotivos e natos de cunho liberal. Se por um lado Pinhel ficou conhecida como o local de maior resistência no Baixo Tapajós depois de Cuipiranga, a Vila Franca ficou registrada na história como o maior ponto estratégico tanto para tropas cabanas como anticabanas.

Vila Franca, situada nas proximidades da foz do rio Tapajós no rio Amazonas, a oeste de Santarém, foi criada em 1758. Antes era aldeia Cumaru. Sua população foi arrolada em 2736 brancos, índios e mestiços e 152 escravos. Destacava-se pelo cultivo de maniva a cacau, há também alguns proprietários de pequenas fazendas de criação. Havia um pesqueiro, descrito como lucrativo e também um Cacoal, plantado nos limites com Óbidos. **A Igreja, a casa de câmara, e a cadeia eram as únicas edificações telhadas do distrito.** (BAENA 1839, p. 302-303, grifo nosso).

Vila Franca situa-se na confluência entre os rios Tapajós e Arapiuns, e da altura de seus elevados barrancos consegue-se visualizar sem nenhuma dificuldade, os navios e embarcações que pelo Amazonas dá sinal no horizonte. Como narrou Baena (1839) as únicas edificações telhadas na Vila eram a Igreja, a Casa da Câmara e a cadeia.



Igreja de Vila Franca
Fonte: Arquivo Pessoal
Ano: 2010

A Igreja hoje encontram-se em processo de deterioração, a espera de pesquisadores do IPHAN e restauradores para diagnosticar a construção do século XIX, está servindo de abrigo para morcegos e um suposto “canhão” que os moradores afirmam ser da época da Cabanagem ¹⁶².

Vila Franca já foi uma das mais se não a mais importante Vila do Baixo Tapajós. Chegou a ter o título equivalente a município, contendo senado da câmara, uma igreja de proporções pomposas para a época, além de ruas relativamente bem traçadas.

O declínio de Vila Franca ocorre paralelo à ascensão de Santarém. Após o tempo da Cabanagem, Vila Franca retroage político-economicamente e a Vila dos Tapajó experimenta seu paulatino crescimento. À medida que Santarém é elevada a categoria de freguesia, depois Vila e posteriormente Município, em tempos pós-cabanagem, Franca regressa à categoria de Vila, depois freguesia, depois distrito, até se tornar uma comunidade – sobrando de sua época de Vila, somente a alcunha a seu nome “Vila Franca”.

No entanto, ficam os seguintes questionamento. Porque teria ocorrido este retrocesso político-econômico com Vila Franca? Quais as consequências que os tempos de contestação na Cabanagem impuseram a esta Vila?

Em Vila Franca, na época da Cabanagem, os moradores afirmam que a Santa de ouro [N.^a Sra. Da Assunção] foi enterrada para não ser saqueada pelos cabanos. Ao final da Guerra, os moradores cavaram o local e nada encontraram. Os moradores de Vila Franca relacionam o retrocesso da Vila ao desaparecimento da Santa, pois a partir daí a Franca passou a regredir perdendo seu mérito de Vila e se tornando hoje apenas uma comunidade de Santarém ¹⁶³.

Ao final da derrocada de Cuipiranga, os cabanos cuipiranguenses invadem Vila Franca e tentam se estabilizar naquele lugar. No entanto, não tardou as tropas repressoras a desembarcarem na Vila de morros altos.

Houve pelas ruas espessas de Vila Franca súbitos combates entre cabanos e tropas anticabanas. Depois os cabanos evadiram-se do local, migrando para Boim,

¹⁶² Discussão retomada e ampliada no subitem 3.4, nas páginas 208, 214.

¹⁶³ Ver os depoimentos e discussões entorno dos relatos de Enoque Arapiun e Benvinda da Silva no subitem 3.4 desta dissertação.

no entanto, deixaram como que registro de sua passagem por Vila Franca um minicanhão de guerra a porta da Igreja - provavelmente o canhão foi saqueado do quartel militar de Santarém.

Após a retirada dos cabanos de Franca, a Vila foi retomada pelas tropas militares provincianas que fizeram de Vila Franca seu quartel general. Em Vila Franca, foi reativada a cadeia pública da época das Missões religiosas, e a mesma passou a servir para prender momentaneamente os revoltosos do Baixo Tapajós, até ocorrer seu traslado para o quartel de Santarém ¹⁶⁴.



Imagem das Ruínas da Cadeia anticabana em Vila Franca

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2010

Vila Franca funcionou como um verdadeiro Ponto anticabano. De Óbidos e do Alto Amazonas, o Pe. Sanchez de Brito e o capitão Ambrósio Pedro Aires aportavam em Vila Franca como um quartel general, faziam reparos nas embarcações, de lá visualizavam as movimentações no Cuipiranga do Tapajós, partiam para as incursões e traziam presos rebeldes para Vila Franca.

¹⁶⁴ Cf. **Harris** (2010).

3.3. Cuipiranga: o reduto de resistência e das esperanças das “hidras cabanas”

Antes de adentrar ao cerne das discussões sobre o maior reduto de resistência cabana de todo o Grão-Pará regencial, cremos ser pertinente historiografar e discutir sobre a introdução do conceito de “hidras” na Amazônia. Para compreender as múltiplas formas de resistência dos cabanos do Pará, na região do Baixo Amazonas, e, especificamente, no recorte geográfico do Baixo Tapajós, faz-se necessário adentrar nos meandros da tessitura historiográfica de “uma Amazônia insurgente”.

Se qualquer pesquisador que queira se debruçar sobre a análise do tema da Cabanagem - sobretudo, no aspecto sociológico de como se construíram e se expressaram as formas e movimentos contestatórios – traçar como ponto de partida a insurgência destas ações revoltosas, desde o processo de Adesão do Pará a Independência do Brasil (1823), ou até mesmo a eclosão do 7 de janeiro de 1835, estará ele (pesquisador) fadado ao erro ou tão somente a uma leitura tautológica da Revolução.

Por outro lado, qualquer amante da leitura, na preeminência de mergulhar na leitura de mundo, que esta ação lhe proporciona, poderá vir a alimentar sua alma curiosa e apaixonada pela História Social da Amazônia com a mesma refeição (informações documentais e frutos do debate teórico) repetida, inúmeras vezes nas discussões historiográficas sobre a Cabanagem.

Propomos ao leitor, fazermos com os mesmos ingredientes da historiografia da cabanagem, uma nova, atraente, convidativa e saborosa refeição, ou seja, uma releitura histórico-etnográfica sobre o uso da expressão “hidras” e sua vinculação ao Reduto de Cuipiranga. Visto que mensuramos afirmar que o Grão-Pará não passou a ser palco de sedições e revoltas a partir de 1823, 1825, 1831 ou 1835; nem tampouco, que as rebeliões foram arrebentadas mediante as ações de Grenfell, ou Batista Campos, ou os presidentes cabanos (Malcher, Vinagre e Angelim).

Antes mesmo da eclosão da Cabanagem, a Amazônia já era insurgente.

Partindo de tais pressupostos, afirmamos que desde os tempos coloniais, existia um trânsito frequente de índios, negros e soldados desertores entre as fronteiras do Grão-Pará e a Amazônia Espanhola. Ocorre que, a partir do fim do

século XVIII, esse traslado passou a tomar proporções alarmantes para as autoridades provincianas, pois passava a colocar em xeque a própria segurança do lado português.

A deserção de soldados se constituía em inquietação constante tanto para o lado português como para o espanhol, que tentaram chegar a um acordo de extradição imediata de militares em 1792, visto que soldados e militares inferiores, poderiam ser muito úteis na arrecadação de informações estratégicas, sobre movimentações de tropas no limite entre duas colônias. Por isso, era necessário conter, o quanto antes, esse fluxo de pessoas dos dois lados, visto que soldados, escravos e trabalhadores livres de lugares diversos mantinham contatos cotidianos, que poderiam ser nocivos à ordem política e social vigente na Amazônia Portuguesa.

Por outro lado, o impacto, que a Revolução Francesa causou na colônia acima do Equador, era motivo de extrema preocupação por parte das autoridades políticas da capitania do Pará, principalmente por conta da grande violência praticada por mestiços, negros escravos e soldados da guarnição de Caiena – os quais se insubordinaram contra os proprietários brancos e promoveram grande matança entre eles.

A situação ficou ainda mais complicada com o desembarque em Caiena, em 1797, de trezentos e vinte e oito degredados por toda a vida, em sua maioria padres – vindos de Paris por ordem do Diretório, que, provavelmente, passaram também a fazer “desordens”¹⁶⁵.

Para tentar remediar essa convergência de seduções que se movimentavam pelas três Américas, foi proposta a assinatura do Tratado de Badajoz¹⁶⁶ (tido como II

¹⁶⁵ Cf. **REIS**, Arthur Cezar Ferreira. “A ocupação de Caiena”: In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico. Tomo II: o processo de emancipação. Vol. 1.** 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003, p. 318-319.

¹⁶⁶ O **Tratado de Badajoz**, também referido como **Paz de Badajoz**, foi celebrado na cidade espanhola de Badajoz, em 6 de junho de 1801, entre Portugal, por uma parte, e a Espanha e a França coligadas, pela outra. Este diploma colocava fim à chamada Guerra das Laranjas, embora tenha sido assinado por Portugal mediante coação, já que o país encontrava-se ameaçado pela invasão de tropas francesas estacionadas na fronteira, em Cidade de Rodrigo. Pelos seus termos, bastante severos para Portugal, estabelecia-se que: **Art. II)** Portugal fecharia os portos de todos os seus domínios às embarcações da Grã-Bretanha; **Art. III)** A Espanha restituía a Portugal as fortificações e territórios conquistados de Juromenha, Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Barbacena, Campo Maior e Ouguela, com artilharia, espingardas e munições de guerra; **Art. IV)** A Espanha conservava, na qualidade de conquista, a praça-forte, território e população de Olivença,

Tratado de Madri¹⁶⁷, por reformular o I Tratado de 1750). Entretanto, assinados entre Portugal, Espanha e França em junho e setembro de 1801 – essas duas últimas nações coligadas -, manteve-se a grande insatisfação portuguesa sobre a delimitação territorial ao norte e grande incerteza sobre a situação do oeste do Grão-Pará¹⁶⁸.

Isto representou um estrangulamento das relações franco-luso-espanholas, tendo em vista que as circunstâncias diplomáticas internacionais das relações entre os três países, a partir de 1800 se apresentaram sob a lógica da volatilidade, com a ameaça iminente de ocupação militar de Portugal pelos franceses e uma possível ocupação espanhola pelo flanco oriental da capitania.

Segundo Brito (2008, p.70-71):

Contudo, a ameaça representada pela proximidade com o domínio francês, ao norte, e espanhol, a oeste, não se reduziu somente ao suposto perigo de uma invasão para além dos rios Oiapoque, Negro e Branco. O contato que a população da fronteira poderia ter com os incômodos vizinhos e suas ideias era um temor presente na comunicação tecida entre as autoridades locais. Por isso mesmo, a presença de estrangeiros no Grão-Pará era assunto recorrente nas instruções enviadas da corte para o governo da

mantendo o rio Guadiana como linde daquele território com Portugal; **Art. V)** Eram indenizados, de imediato, todos os danos e prejuízos causados durante o conflito pelas embarcações da Grã-Bretanha ou pelos súbditos de Portugal, assim como dadas as justas satisfações pelas presas feitas ilegalmente pela Espanha antes do conflito, com infracções do território ou debaixo do tiro de canhão das fortalezas dos domínios portugueses. Os termos do tratado foram ratificados pelo Príncipe-Regente de Portugal, D. João, no dia 14, e por Carlos IV de Espanha, a 21 do mesmo mês, mas foi rejeitado pelo primeiro cônsul da França, Napoleão Bonaparte. A manutenção das suas tropas em território espanhol forçou Portugal a aceitar alterações à redação do Tratado. Desse modo, a 29 de setembro desse mesmo ano era assinado um novo diploma, o chamado Tratado de Madrid que, se por um lado formulou imposições mais severas a Portugal, por outro, evitou uma nova violação do seu território. Por ele, eram mantidos os termos de Badajoz, mas Portugal, adicionalmente, obrigava-se a pagar à França um montante de 20 milhões de francos. Com relação aos domínios coloniais na América do Sul, por este novo diploma, Portugal cedia ainda metade do território do Amapá à França, comprometendo-se a deixar de aceitar como fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, o rio Arawani (Araguari) até à foz, e passando a descer a linha demarcatória da Guiana Francesa entre o Amapá, do rio Araguari para o Garapanatuba. Estas condições adicionais foram estabelecidas e ditadas por Napoleão Bonaparte. Cf. **BODRICK**, George Charles; **FOTHERINGHAM**, John Knight. *The History of England, from Addington's Administration to the Close of William IV's Reign (1801-1837.)* (v. XI). Longmans, Green, 1906, p. 5-6; **BOURRIENNE**, Louis Antoine Fauvelet de. *Private Memoirs of Napoleon Bonaparte: During the Periods of the Directory, The Consulate, and the Empire*. Carey & Lea, 1831, p. 370-375; **FOURNIER**, August. *Napoleon the First: A Biography*. H. Holt & Company, 1903, p. 208-210.

¹⁶⁷ Para acessar o Tratado de Badajoz, ir em http://www.arqnet.pt/exercito/tratado_badajoz.html, acessado em 02/05/2015 às 15:17h.

¹⁶⁸ A insatisfação com esse tratado está expressa na correspondência enviada por D. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador do Pará em março de 1808. Ofício de D. Rodrigo de Souza..., ibidem.

capitania, principalmente franceses, italianos e espanhóis, vindos tanto da Europa como da Guiana Francesa ou do Rio Negro.

Conter essa movimentação militar nas fronteiras passou a ser uma das formas de controle mais atuantes na capitania desde os primeiros anos do século XIX. A partir de 1807, as autoridades portuguesas começaram a posicionar tropas para guarnecer a fronteira com a Guiana sob o perigo real de invasão francesa sobre o território português, posto que a ocupação do reino era dada, senão como certa, pelo menos como uma forte possibilidade.

O estabelecimento do chamado “bloqueio continental” à Inglaterra por Napoleão Bonaparte, em 1806, redefiniu o jogo político no ocidente europeu, colocando Portugal numa situação muito frágil frente à supremacia militar francesa. Isto ocorreu principalmente após a assinatura do sigiloso Tratado de Fontaineblau entre França e Espanha – onde o Estado Catalão consentiria a entrada de quarenta mil soldados franceses em território, e forneceria auxílio militar para viabilizar a ocupação francesa sobre as terras portuguesas.

Com a extrema necessidade de fuga para o Brasil, a Corte portuguesa lança-se ao mar, escoltada pela Inglaterra. Ao chegar ao Brasil, uma das primeiras medidas é o ordenamento a invasão de Caiena - como represália a invasão da França a Portugal e como medo de que as tropas de Napoleão invadissem o Brasil pela Guiana.

No dia 22 de março de 1808, um ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho (o conde de Linhares e ministro plenipotenciário de D. João) chegou às mãos do capitão-geral do Grão-Pará, José Narciso de Magalhães e Menezes, contendo uma série de instruções acerca das providências que deveriam ser tomadas com relação à fronteira norte da capitania.

A retórica do documento é incisiva quanto à necessidade de conseguir a “ruína total de Caiena”, que “seria para os Reais Interesses um objeto de grande valor”. Para o alcance desse objetivo, seria fundamental iniciar manobras ofensivas contra as forças militares francesas, com o auxílio naval de naus portuguesas - que

estariam a caminho para região -, assim como dos efetivos ingleses dos portos do Suriname, Demerara e Esequibo ¹⁶⁹.

O ministro também expediu documento, para as Capitanias de Pernambuco e do Maranhão. As ordens expressas era que Pernambuco remetesse um corpo de oitocentos ou mil soldados voluntários, das tropas de linha e milícias da capitania, “sem a menor demora” para o Pará e que o Maranhão colocasse suas tropas à disposição da mesma capitania em auxílio ao governador Magalhães e Menezes ¹⁷⁰.

Caiena foi ocupada por tropas de linha e milícias vindas de diferentes partes do Brasil e do Grão-Pará ¹⁷¹, com o auxílio de uma esquadra inglesa sob o comando do oficial britânico Mr. James Lucas Yeo, em dezembro de 1808. E em 15 de fevereiro de 1809, foi selada a anexação política e econômica da possessão francesa e enviada à Belém a participação oficial do comandante Manuel Marques ¹⁷².

A efetivação da conquista fez com que interesses, principalmente econômicos, se sobrepussem ao projeto de destruição da sede do governo francês. D. Rodrigo de Souza Coutinho após a invasão de Caiena ordena a transferência de árvores e especiarias cultivadas pelos franceses na propriedade La Gabrielle – como o cravo da índia ou girofle, cana-de-açúcar do Oytahiti, canela, noz moscada – para serem produzidas no Pará e, especialmente, no Rio de Janeiro ¹⁷³.

¹⁶⁹ Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Menezes, datado em 22/03/1808. In: **APEP**. 1808-1813. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Em 1º de janeiro de 1803, chegou à Belém o Regimento de Estremoz vindo do Rio de Janeiro, composto por pouco mais de quatrocentos praças organizados em dois batalhões sob o comando do coronel José Thomaz Brun. Outra tropa proveniente de Pernambuco adentrou a Cidade do Pará em 1809, composta de companhias separadas dos Regimentos de Infantaria e de Artilharia de Linha, de uma companhia de pardos e outra de pretos “henriques” e de recrutas do Ceará, todas comandadas pelo Major Silvestre da Fonseca. Outra numerosa tropa foi recrutada em diversas vilas da capitania, tendo sido levada para a vila de Chaves, na Ilha Grande de Joanes ou Marajó, que passou ser o quartel general das movimentações militares em direção à Caiena. **BAENA**, p.251, 277-78; **BARATA**, p.21; **SOUZA JR.** P.97.

¹⁷² **BARATA**, Manoel. op. cit., p.41.

¹⁷³ Ofícios de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Menezes, datados em 18/05/1809 e 27/04/1809. In: **APEP**. 1808-1813. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores. A Continuidade da ocupação e a possibilidade da anexação definitiva da Guiana à Portugal levou o conde Linhares a ordenar que a fazenda La Gabrielle fosse ampliada e incentivada com o intuito de florescer a produção das especiarias pra a exportação. Cf. Ofício do Conde de Linhares para o capitão-general do Grão-Pará José Narciso de Magalhães e Menezes, datado em 28/08/1810. In: **APEP**. 1808-1820. Códice 644. Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores.

Entretanto, a ocupação requereu significativos investimentos na manutenção das tropas portuguesas em território francês, e no pagamento do atraso de soldos dos soldados - o que foi feito mediante altos empréstimos de proprietários do Pará (os quais viriam a serem credores do governo) ¹⁷⁴.

Ocorrida a invasão, o contato entre as tropas de linha e milícias do Grão-Pará e os franceses era motivo de grande temor para os dirigentes políticos da capitania e da recém-anexada colônia de Caiena.

Por isso é que em suas instruções sobre a sorte de Caiena depois da tomada da Província, D. Rodrigo de Souza Coutinho colocou como primeiro ponto essencial da posse militar da nova colônia, que “tanto às Tropas de Terra, como de Mar, se dê àquela parte do Despojo Militar, que justamente pertence, e ainda mesmo dos Petrechos Militares que por moderada avaliação se tomarem para a Fazenda Real” (sic) ¹⁷⁵.

Parte dos problemas de abastecimento, que as tropas estariam sofrendo, deveria ser resolvido com os próprios recursos existentes na colônia, sobretudo das plantações, gado e víveres produzidos pelos fazendeiros e negociantes franceses residentes na colônia. Essa política, permitida pelas leis da guerra de todas as nações europeias, acabou causando uma série de situações de violência, em que soldados invadiram e saquearam diversas fazendas ¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Essa é uma das teses de Souza Jr., para quem o aumento da dívida pública a partir da tomada de Caiena produziu outras alternativas comerciais àquelas tradicionais, realizadas com Lisboa. Essa nova elite econômica seria fundamental no jogo político da independência, visto que comporia um grupo “constitucionalista” favorável à emancipação de Portugal, mas que defendia a aliança com a monarquia do Rio de Janeiro. Cf. **SOUZA Jr.**, op. cit., p. 102-108.

¹⁷⁵ Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 18/05/1809. In: **APEP**. 1808-1813. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores.

¹⁷⁶ Esse foi o caso de João Baptista Antonio Grimard – um dos irmãos Grimard envolvidos na rebelião acima – proprietário de terras que residia na povoação onde estava situado o quartel do Aprouague, fronteira com Macapá, que, em requerimento feito ao rei de Portugal, reclamava da negligência com que as autoridades portuguesas e o comandante inglês Mr. James Lucas Yeo e do próprio administrador francês da Guiana, Mr. Victor Hugues, trataram o saque de suas posses pelos soldados da ocupação. Segundo conta em sua petição, Grimard, e alguns de seus vizinhos, tivera as portas de sua casa e de seus armários arrombados, todas as suas roupas “de corpo e de mesa” levadas, toda a sua prataria tomada, todos os seus armazéns de víveres e licores saqueados, sua criação de patos e galinhas destruída, muitos de seus negros feridos a tiros de fuzil, hospitalizados e libertados para trabalharem para os oficiais. Ao todo, Grimard reivindicava uma indenização de vinte mil francos pela destruição que as tropas portuguesas haviam feito em sua propriedade. Representações de João Baptista Antonio Grimard ao rei de Portugal, datadas em 24/03/1809. In: **APEP**. 1808-1813. Códice 642. Correspondências da Metrópole com os Governadores.

Diante deste contexto subversivo e revolucionário, que agitava Caiena, as ordens monárquicas eram para que as autoridades grãoparaenses tivessem o maior cuidado com todos os estrangeiros que chegassem aos portos da capitania, e que “logo que haja menor suspeita a seu respeito, devem ser mandados sair pela primeira Embarcação que partir para a Europa” ¹⁷⁷.

D. Rodrigo de Souza Coutinho alegava que esses estrangeiros poderiam ser “espias” mandados por Napoleão para o território português com o intuito de angariar informações mais precisas sobre a defesa da capitania e seus recursos militares, como foi o caso da prisão de dois franceses chegados a Belém em abril de 1808 ¹⁷⁸, entre eles um certo Mr. Muton, empregado na polícia de Lisboa sob a autoridade do general Junot, governador francês interino de Lisboa ¹⁷⁹.

A atenção central que os funcionários dos portos deveriam ter quando localizassem algum estrangeiro nas embarcações chegadas à barra da cidade era a de que “seja logo preso, apreendidos e examinados os seus papéis e correspondências” ¹⁸⁰. No entanto, a política portuguesa com o passar dos meses vai abrandando e os funcionários dos portos passam a acolher, mesmo que com reservas, esses refugiados mediante rigorosa investigação em seus pertences, para verificar se levavam armas de fogo e munição, além de atenção redobrada sobre seus papéis e passaportes ¹⁸¹.

No entanto, os tempos efervescentes do ideário insurgente não estavam ligados somente à Guiana Francesa. Nos limites a oeste da Província do Rio Negro,

¹⁷⁷ Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 11/05/1808. In: **APEP**. 1808-1813. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores.

¹⁷⁸ Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 10/04/1808. In: **APEP**. 1808-1813. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores.

¹⁷⁹ Esse francês teria chegado ao Rio de Janeiro e de lá à Belém vindo de Lisboa num navio americano, passando pela Ilha da Madeira, onde foi identificado. Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Meneses, datado em 27/06/1808. In: **APEP**. 1808-1813. Códice 642: Correspondências da Metrópole com os Governadores.

¹⁸⁰ Idem, ibidem.

¹⁸¹ Contra esses senhores franceses D. Francisco de Sousa Coutinho alertava para a possibilidade de eles terem vindo ao Pará com o intuito de sublevar os escravos. Por isso seria fundamental que o alferes comandante “informasse se eles traziam livros, manuscritos ou folhetos e que a terem destruídos alguns fossem surpreendidos e remetidos à minha presença...”. Ofícios de 18 e 21/06/1795. In: **APEP**. Códice 682.

as lutas revolucionárias na América Espanhola traziam pânico aos comandantes militares e presidentes das províncias brasileiras.

A alusão aos movimentos revolucionários que aconteciam para além da fronteira da Amazônia portuguesa fazia parte das preocupações dos governos provincianos, os quais buscavam impedir que ecos desses movimentos sediciosos chegassem ao conhecimento da população habitante do Rio Negro.

Por isso, era de fundamental importância que, nas mesmas instruções, os governadores das províncias espanholas - situada no limite oeste da capitania brasileira - empregassem “todos os meios que lhe fossem possíveis, para cortar toda a comunicação que poderia existir entre eles [subversivos do Rio Negro e revoltosos da América Espanhola]”. Ao mesmo tempo em que, procuravam obter “notícias do espírito revolucionário nos países que faziam limites com a Capitania”¹⁸².

Torna-se legítimo considerar que, entre os espaços de fronteiras, era possível saber o que passava dos dois lados e mesmo conhecer os ideais e projetos de futuro defendidos, o que inseria grande parte da população desses lugares numa rede de informações que ultrapassava em muito os limites institucionais do território e, mesmo, da política. Planos de independência constituídos, a partir de referenciais intelectuais ligados ao ideário liberal, circulavam perigosamente num espaço social marcadamente indígena e iletrado, que deveria ser colocado em observação.

O avanço das sedições independentistas oriundas de vários pontos da América Espanhola representava ameaça direta aos pilares da ordem política e social das possessões portuguesas na Amazônia, principalmente por causa da radicalidade que poderiam assumir se caso envolvessem também os habitantes da província do Rio Negro.

Por isso, os contatos oficiais que se fizessem com esses grupos revoltosos deveriam ser mediados com grande cautela para que não se tornassem públicos no espaço interno. Medida que, provavelmente, pode ter acontecido, quando os líderes José Antonio Paez e Simon Bolívar buscaram o reconhecimento de seus movimentos políticos junto às autoridades portuguesas, tentando negociar as

¹⁸² Ofício do Governador e Capitão-General do Pará Antônio José de Souza Manoel e Meneses ao Governador da Capitania do Rio Negro Manoel Joaquim do Paço, datado em 27/06/1818. In: **APEP**. 1817-1820. Códice 628. Correspondências dos Governadores com Diversos.

primeiras relações da República da Venezuela com o comandante do forte de Marabitanas, Pedro Miguel Ferreira Barreto ¹⁸³.

Podemos observar, nesse universo dicotômico de influências políticas e revolucionárias para além da Amazônia, desde os tempos coloniais, que os ideais da Revolução Francesa por meio de Caiena e os ideais libertários da América Espanhola de Simon Bolívar e San Martin influenciaram o Grão-Pará, se não de forma direta, mas plantaram a semente revolucionária que iria produzir as “rusgas” que eclodiriam na Cabanagem.

Cabe, porém, destacar que as ações contestatórias e insurgentes no Grão-Pará são semelhantes a um vulcão, em que aqui e ali estremece a sua base sólida, outras vezes prenuncia apenas uma emissão de cinzas, até que finalmente entra em estado de erupção e sai destruindo tudo ao seu redor, provocando o renascer e recomeço de nova estrutura ao seu derredor - é assim que devemos observar todas as variáveis e condicionantes que vão propiciar em longo prazo a eclosão da Cabanagem.

As insurgências tal qual erupções do micro tecido social do Pará e as rusgas que são desenvolvidas pelo grande teor revolucionário na Amazônia são antes de qualquer coisa, ramificações das lutas patrióticas, como assevera Brito (2008 p. 85-86):

As fronteiras norte e oeste da Amazônia portuguesa, portanto, eram espaços por onde a utopia revolucionária adentrava o Grão-Pará, a partir de intensa e rica comunicação - escrita e, sobretudo, oralizada – construída por baixo das malhas finas atadas pelo poder para contê-las. A extensão dessas linhas divisórias que, teoricamente, separavam as Américas portuguesa, francesa e espanhola aumentava a dificuldade de policiá-las com o mínimo de eficiência, deixando-a praticamente aberta para que as trocas de experiências cotidianas comuns entre os habitantes se dessem sem nenhum controle efetivo por parte do Estado. De forma lícita ou oculta, as relações políticas e os projetos de futuro tecidos nesses lugares foram se

¹⁸³ O cuidado que o tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto teve nos primeiros contatos com Paez e Bolívar também teria por lógica não criar a identificação entre o comandante de Marabitanas e o liberalismo revolucionário aos olhos dos membros da Junta Provisória de Governo do Pará. Segundo Arthur Reis, a conduta de Ferreira Barreto foi firme, mantendo certa distância desses republicanos e de seus ideais revolucionários para que não tomassem dimensões alarmantes, influenciando parcelas da população indígena dos rios Branco e Negro. REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: **HOLLANDA**, Sérgio Buarque de; **CAMPOS**, Pedro Moacyr (Orgs.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico. Tomo II: Dispersão e Unidade**. 2º volume, 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 73.

fortalecendo nas primeiras décadas do século XIX, remetendo a Amazônia à antiga ilha grega de Lerna, onde vivia a temível *Hydra*.

Essa imagem – de uma besta de muitas cabeças que se multiplicavam quando cortadas – era uma constante na retórica dos agentes da ordem colonial, cujas preocupações sempre foram fortes em relação aos perigos que a revolução poderia causar na organização interna da sociedade, especialmente porque outras margens da província poderiam também servirem de portas de entrada para outros ideais de revolução que estavam sendo fabricados pelos próprios “brasileiros” de outras províncias. Antes mesmo de cortar as cabeças da *Hydra* “estrangeira”, outras cabeças começavam a crescer e se tornarem tão perigosas e assustadoras quanto a que estavam sendo combatidas, estão bem mais próximas, pois nasciam sob o mesmo território. As fronteiras com o Maranhão e com Goiás foram tão preocupantes quanto Caiena e Maynas, por serem caminhos possíveis para o estabelecimento de diferentes alternativas políticas para o Grão-Pará que, a partir da década de 1820, passou a ser assolada pelo fluxo de informações que poderia inserir na sociedade “de cor”. Eram, naqueles lutosos tempos, outras margens a serem combatidas com urgência.

É, pois nesse universo de contestações e insurgências na Amazônia, que aparecerão recorrências do termo “hidras” ¹⁸⁴, como alcunha aos revoltosos da Cabanada do Pará. Não muito longe disso, os discursos provincianos e militares se dirigirão para o maior Reduto de resistência Cabana no Pará como local de infames, anarquistas, demônios, local de últimas esperanças das hidras cabanas.

O Reduto de Cuipiranga ¹⁸⁵ localiza-se num delta de confluência do Rio Tapajós, do Rio Arapiuns e do Rio Amazonas aos fundos, fora palco do foco de maior resistência da Guerra da Cabanagem no período regencial (MELO 2013, p.11). Era um local altamente estratégico para empregar fugas quando necessárias, pois se os cabanos avistassem embarcações pelo Tapajós ou Arapiuns davam cabo de fugir pelo lado do Amazonas, e vice versa.

¹⁸⁴ Para uma visão histórica-política dos sujeitos alcunhados de hydras, Ver: **PRICE** 1983, **GOMES**, 1997; **BRITO**, (2007, 2008), **NOGUEIRA**, 2009.

¹⁸⁵ Cuipiranga [hoje] é uma comunidade da cidade de Santarém que fica a 3 horas de distância (percorridos a barco) do centro urbano da cidade. Segundo o dicionário de Tupi-guarani de Silveira Bueno, professor linguísta da USP, Ecuipiranga ou Cuipiranga significa “areia vermelha”; Cuí: ária; Piranga: Vermelho – [em contrapartida] comunitários afirmam ser [areia vermelha] por conta da enorme quantidade de sangue derramado na areia da comunidade na época da Cabanagem. In: Melo 2013b, p. 5.



Praia de Cuipiranga: areia “vermelha”
Arquivo Pessoal
Ano: 2010

Devido às inúmeras revoltas sofridas pelos cabanos patriotas em Belém, como também às ações meticulosamente pensadas por Soares D’Andréa, como forma de repressão, uma grande parcela dos correligionários de Angelim migram para a Região do baixo Amazonas, na perspectiva de reorganizar e solidificar o movimento para então regressar à capital e tomar o poder político de forma efetiva. “Cuipiranga foi o local escolhido pelos cabanos para centralizar as suas forças operacionais no Baixo Amazonas, notadamente contra a Vila dos Tapajó” ¹⁸⁶.

Apesar de toda a vigilância empregada pelas tropas legalistas, em evitar que grupos cabanos se aproximassem da Vila, os cabanos conseguiram superar essa vigilância e se estabeleceram em Ecuipiranga com um fortim que veio a se constituir “por muito tempo no terror da comarca do Baixo Amazonas” (VEIGA DOS SANTOS 1986, p. 18-19).

Segundo Veiga (1986, p. 19), para estabelecer a cidadela cabana nas margens do rio Amazonas não chegaram tropas navegando pelo rio, como esperavam os

¹⁸⁶ Veiga dos Santos, 1986, p. 18.

estrategistas da Guarda Nacional da Vila. Os militantes cabanos chegavam das plantações de cacau, das fazendas de gado, “das cabanas” erguidas ao longo dos rios e bordas de lagos. Para Ecuipiranga, o contingente foi formado, principalmente, pelos vaqueiros, pescadores e escravos fugidos, em grande parte proveniente do Lago Grande de Franca.

O Reduto cabano de Cuipiranga, considerado por uns como o terrível espantelho dos legalistas, era comandado pelo líder patriota Miguel Apolinário Maparajuba Firmeza, juntamente com Bernardo Jenipapo e Antonio Maciel Branches, a quem o historiador santareno Paulo Rodrigues dos Santos atribui ter sido “cabeça da mazorca na Vila” ¹⁸⁷.

Este último personagem se apresenta de forma dúbia na historiografia. Antonio Maciel Branches seria um guerreiro cabano ou um guerreiro anti-cabano? Teria a historiografia, construído uma memória irreal deste personagem?

Em trabalhos como “Tupaiulândia” de Paulo Rodrigues dos Santos, “Cabanagem em Santarém” de João Veiga Santos e “Terra de Revolta” de Ana Renata Lima, faz-se recorrente o personagem de Antonio Maciel Branches como um líder tapuio cabano que chefiou o “formidável Cuipiranga”.

O escritor João Veiga dos Santos no prefácio de sua monografia já afirmava que:

Sobre a Cabanagem em Santarém, esta monografia contém apenas elementos essenciais, pois há abundante material no Arquivo Público de Belém, que até agora não foi devidamente pesquisado, principalmente pela falta de recursos de parte dos interessados, que não possuem meios adequados para se deslocarem até a capital do estado, e lá proceder as pesquisas, que são importantíssimas para a nossa história (VEIGA DOS SANTOS 1986, p. 3).

A partir da afirmativa de Veiga, somos levados a afirmar que seu trabalho construído pode não ter tido acesso a grande parte das documentações do APEP, sobretudo o códice 888, e sendo assim poderia vir a repetir os mesmos conceitos e teses defendidos por outros em tempos diferentes. Onde queremos chegar?

¹⁸⁷ SANTOS, op. cit. 1999, p.147.

Em pesquisa nas documentações do Arquivo Público do Pará, sediado em Belém, em meio a muitos documentos presentes nos códices do período oitocentista e com indicação de leituras, deparamo-nos com um documento em especial que revela outro lado do sujeito Antonio Maciel Branches.

No Códice 888, Documento 200 ¹⁸⁸, ocorre uma resposta de Bernardo Jenipapo a um ofício anterior. Por ser, até então, o único documento encontrado que parte de Cuipiranga (haja vista que a historiografia atribui a liderança de Cuipiranga a Maparajuba e Jenipapo), ele nos levanta algumas inquietações acerca de Antonio Maciel Branches:

CÓDICE 888

DOCUMENTO 200 (CÓPIA)

Illm.^o Snr.

Accuso ter recebido a Embaixada de V. Snr.^a datada de 27 do corrente mês, e nela vejo o q' me diz q', muito estimei e todos desta reunião, e muito principalmente o Commandante deste Ponto, Illm.^o Snr. Bernardo Pereira de Melo Jenipapo.

Tenho a honra responder a V. Snr.^a, e fazer ver q' a tempo tivemos uma leve notícia q' vinha uma Força em proteção da Lei, que tão esmagada, redondamente e pesadamente se acha pelo poder absolutista, que tanto nos tem massacrado, e logo com essas notícias reuniu-se uma Junta de Governo, e para com acerto podemos responder ao q' V. Snr. nos faz ver, é necessário fazer recolher as mesmas autoridades q' existem para o rio até as campinas, e para darmos resposta com mais individuação e acerto do que V. Snr. nos faz ver confiando em V. Snr.^a. e no Illm.^o Snr Commandante Militar que no prazo deste tempo não contender com esses povos, o q' me obriga a fazer o mesmo pois muito nos empenhamos evitar derramar o sangue dos nossos irmãos.

Outro sim para desviar receios, é bom q' Illm.^o Snr. Commandante Militar mande recolher as Forças que existem por estes Distritos, o q' todos esperamos obter do Illm.^o Snr. Commandante Militar, e uma vez q' seja verdade o que V. Snr.^a nos faz ver, nenhuma dúvida se lhe poderá oferecer e desejo respostas.

Deos guarde a V. Snr.^o muitos annos.

Quartel de Ecuipiranga, 28 de Junho de 1837

Illm.^o Snr Commandante Antônio Maciel Branches

Bernardo Pereira de Melo Jenipapo – Comandante. [sic].

Em outro documento datado do dia seguinte ¹⁸⁹, João Henrique de Matos, então comandante militar do Baixo Amazonas troca correspondência com Branches e o alerta para o que ele [Henrique] supunha ser um golpe. Diante disso, Henrique de Matos repassa a Antonio Maciel Branches, para que o mesmo em

¹⁸⁸ Cf. Harris (2010, p. 252-253); Barriga (2007, p. 46-47, 70).

¹⁸⁹ APEP. Códice 888. Documento 201.

correspondência com Bernardo Jenipapo afirmasse que a posição do governo repressor não poderia cessar fogo, mas que aceitaria sua rendição – concessão de anistia.

Munidos disto, queremos levantar as muitas hipóteses desta questão de Branches: Seria o documento do APEP uma invenção, uma construção ideológica de uma figura cabana enquanto legalista? Logo porque aquele que escreve, não escreve sobre si mesmo, mas escreve sobre o outro.

Seria Antonio Maciel Branches, a vias de fato um legalista, pertencente às tropas anticabanas? Teria sido ele sempre um legalista? Ou dado a instabilidade política da época, teria ele migrado/desertado para o lado dos anticabanos?

Para esta inquietude, encontramos auxílio em Harris (2010), o qual ao narrar um ataque a Cuipiranga, descreve os nomes dos oficiais de ataque e sua capacidade de armistício:

Os nomes dos oficiais eram Antônio Maciel Branches, capitão, na escuna Santo Antônio, patrulhando o rio Tapajós; Francisco Vieira Leitão, coronel, na escuna Rio do Prato; José Luis Coelho, capitão, no iate 05 de outubro; João Henrique de Mattos, capitão, no brigue Brasileiro; Antônio Firme Coelho na escuna 19 out (com 2 canhões), com 30 homens; e Agnello Petra Bettancourt, Lourenço Siqueira Freire, e Felipe Ferreira Leal, que comandou a partir de Santarém e ocasionalmente a partir de um navio da Marinha. Os mercenários foram Diniz Marcelino, em seu próprio barco (o nome não sei) com cerca de 50 soldados conhecidos como "Força Tapajoenses"; Ambrosio Pedro Ayres, com o Bararuense e cerca de 150 homens no tempo; e Manoel Sanches, com 120 homens conhecidos como Forças de Pauxis em seu próprio barco (sem nome). (HARRIS 2010, p. 251, grifo nosso).

Partindo destas premissas somos levados a lançar como base a tese de que Antonio Maciel Branches teria sido um líder cabano até os anos finais de 1836, e desertado para o lado das tropas anticabanas (a exemplo de como fez Sanchez de Brito) no início de 1837. Isto explicaria em parte a preocupação de Maciel Branches em dialogar pacificamente com Bernardo Jenipapo para evitar o derramamento de sangue de seus ex-compatriotas.

Mas em que momento Antonio Maciel Branches teria trocado de lado na guerra? Uma possível, e voltamos a afirmar, possível tese estaria presente nas entrelinhas dos escritos de Veiga dos Santos (1986, p. 22-23), ao afirmar que “Nota-se que Branches, o grande líder, não lutava pela simples conquista do poder. Era

um idealista que não foi chamado para participar do poder pelo qual lutava. Teria sido um erro dos cabanos da Vila do Tapajós?”.

Munidos de tal situação, a possível tese que lançamos é que após a tomada de Santarém pelos cabanos, Antonio Maciel Branches, que havia liderado a invasão a Vila, passou a não fazer parte de nenhuma posição de mando ou controle da capital do vale amazônico. “Ao ser instaurado o poder cabano na Vila, o comando da mesma ficou em mãos dos cabanos, Braz Antônio Correa, nomeado comandante geral das forças, e Francisco Antônio Batista, alferes comandante segundo” (VEIGA DOS SANTOS 1986, p. 22).

Diante deste cenário de negação, teria Maciel Branches migrado para o lado das tropas anticabanas, que prometiam concessões e privilégios, semelhantemente como ocorreu com o Padre Obidense Antonio Sanchez de Brito após a morte de seu correligionário Batista Campos?

Neste liame, não é nosso propósito referendar essa ou aquela tese, pelo contrário, é puramente descrystalizar uma historiografia cíclica e apresentar um novo indício documental.

Retomando as discussões, acerca do Reduto de Cuipiranga, afirmamos que o reduto cabano agia como um forte capitaneado, que geria as decisões acerca da produção de alimento, de quando declarar guerra etc.



Vista aérea de Cuipiranga
Arquivo Pessoal
Ano: 2010

Cuipiranga protagonizou grandes batalhas. Por ser um reduto mater, era Cuipiranga quem cuidava e geria os demais pontos cabanos no Tapajós. Os pontos produziam alimentos, ficavam encarregados de fazer a farinha e almoço. Já o reduto cabano garantia proteção às Vilas, adotando táticas de guerrilha moderna. Os Cuipiranguenses lutavam pelo desarranjo político, pelas liberdades constitucionais, pelo acesso e usufruto da Terra, pela expulsão dos portugueses de cargos e chefias públicas.

Como forma de intimidação e luta pelos seus ideais, os cabanos utilizavam os ataques às fazendas bovinas dos brasileiros adotivos com o intuito de enfraquecê-los politicamente, como, também roubar gados de corte, e cavalos para servir de montaria nos ataques às vilas e freguesias. Depois do assalto, os cabanos incendiavam as propriedades - era uma estratégia de eliminar qualquer possibilidade de contra ataque por parte das tropas anticabanas.

Diante disto, o comandante militar João Henrique de Matos ordenou que as autoridades locais competentes suspendessem a compra de gado de produção,

inclusive para açougues, a não ser para consumo próprio dos donos, para inibir a comercialização de carne de gado roubado, objetivando o sossego e o cessar dos ataques.¹⁹⁰

Por conta das ações em tempos de guerra dos cabanos, vários foram os conceitos e representações pejorativas construídas contra eles, especificamente contra o reduto que produzia esses revoltosos.

Um comandante das forças imperiais escreveu que o acampamento era o “berço de toda a anarquia” e o lugar onde os cabanos tinham “suas últimas esperanças de salvação”. O padre Antônio Sanches de Brito, um dos líderes anti-cabanos, escreveu que lá era “o lugar para onde todos os demônios iam” (HARRIS, 2010). Era imperioso mesmo destruir aquele foco de “últimas esperanças de salvação” para as “classes infames” da Amazônia nos anos 1830 (FREITAS, 2005).

Domingos Antônio Raiol (1970), na sua conhecida e sempre referida obra *Motins Políticos*, escrita desde um ponto de vista em nada simpático aos cabanos, diz, baseado em um escrito do oficial João Henrique de Matos, “que Cuipiranga era um lugar ‘célebre’ e ‘terrível’ que abrigava infames anarquistas”. Mas nem todos tinham sobre os cabanos uma visão como esta, própria das forças da repressão.

Em 1832, um grupo de soldados se amotinou e tomou Manaus, e em abril fugiram para se refugiar em Cuipiranga. Harris (2010) afirma quem no final de 1836 o acampamento tinha mil homens e suas famílias. A maioria eram trabalhadores e moradores da região: brancos, mestiços, índios, *tapuios* e negros livres, que desertavam das fazendas onde eram escravos ou semi-escravos. Era gente que trabalhava nas pequenas roças, na pecuária nas fazendas, na pescaria ou no artesanato. Essas pessoas buscavam a segurança em Cuipiranga. O acampamento havia crescido muito após a queda de Belém em maio de 1836, quando inúmeros rebeldes subiam o rio Amazonas fugindo da repressão que se espalhava desde Belém.

Segundo pesquisas de Harris (2010), em meados de 1836, Cuipiranga chegou a abrigar cerca de 1000 homens fortemente armados com muitas reservas de material bélico, ao contar com mulheres e crianças, estima-se que a população de

¹⁹⁰ Documento de João Henrique de Matos ao presidente D’Andréa, remetido de Santarém em 8 de Junho de 1837. In: **APEP**. Códice 888. Documento 138.

Cuipiranga tenha atingido um percentual de 3.000 pessoas, população semelhante, ou até mesmo superior a da cidade de Santarém – Centro e Prainha.

O antropólogo ainda assevera que o reduto cabano vivia em constantes contrastes, pois comemoravam festas, celebrações e homenagens religiosas que na maioria das vezes, eram interditadas e paralisadas em virtude de um ataque de tropas anti-cabanas ou quando não, pela simples notícia da derrota de uma comunidade ou tropas aliadas.

Nas entrevistas à Caravana da Memória Cabana ¹⁹¹ ocorrida em maio de 2010 na região do Baixo Tapajós, os relatos dos descendentes dos cabanos em Cuipiranga e comunidades adjacentes, apontam que Cuipiranga foi palco do foco de maior resistência da Guerra da Cabanagem no período regencial - nos discursos soa de forma uníssona, que em Cuipiranga os cabanos venceram e perderam.

Venceram no sentido de resistir às tropas anti-cabanas durante dois anos, utilizando como estratégias, a criação de trincheiras ao longo da geografia “cuipiranguense” e a criação de uma praça de guerra, camuflando troncos de palmeiras cobertos de breu, no intuito de fazer-lhes passar por canhões, para afastar as tropas militares e/ou ganhar tempo para fuga – relatos evidenciados também no discurso do antropólogo Mark Harris (2010) e do escritor amazônida REIS, Arthur Cezar (1965, p. 121-149).

¹⁹¹ Foi uma expedição coordenada pelos antropólogos Florêncio Vaz e Deborah Goldemberg a qual reuniu acadêmicos, historiadores, antropólogos, jornalistas, sindicatos, entidades sociais não governamentais e comunitários de muitos lugares do Baixo Tapajós. A Caravana da Memória cabana ocorreu em meados do mês de Maio de 2010, e teve por objetivo registrar e filmar depoimentos de pessoas sobre a Cabanagem em 13 comunidades do Baixo Tapajós, nas jurisdições dos Municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, todos no Estado do Pará.



Cuipiranga – último reduto de resistência cabana no Grão-Pará

Fonte: Caderno especial “Jornal Gazeta de Santarém”

Ano: 2009

De acordo com seu Manoel Godinho, em entrevista a Caravana da Memória Cabana ¹⁹² (2010), “os idosos falavam que os pontos de maior resistência da cabanagem no Baixo Amazonas foram Cuipiranga e a Ponta do macaco na Vila de Arimum, próximo a Vila Brasil (Arapuins)”. Segundo o entrevistado, as tropas anti-cabanos investiam em avançados armamentos para depor os cabanos, sendo que apenas uma embarcação decide abrir fogo contra Cuipiranga, desde a ponta do Jarí até deparar-se com toras de madeira presentes na vila – tornando este acontecimento, como o maior vexame e vergonha das tropas opositoras aos cabanos.

Por conta desta praça fictícia de canhões, Cuipiranga resistiu bravamente cerca de dois longos anos, todavia com os avanços tecnológicos da marinha

¹⁹² Idem.

britânica que auxiliava as tropas brasileiras, a farsa cabana foi descoberta e iniciada a desarticulação e repressão aos cabanos do baixo Amazonas.

O ofício do historiador aplica-se a interpretar os vestígios de acontecimentos (documentos, bibliografias, história oral, memórias, etc.) e unir à tese de lançar hipóteses sobre tais objetos de estudo, na anuência de tentar montar uma teia de fatos que tentem explicar alguns traços da história do acontecido que está em vigência.

Partindo de tais pressupostos, infere-se que o aniquilamento de Cuipiranga inicia-se num processo gradual, paralelo à repressão a Cabanagem no Baixo Amazonas. Segundo REIS ¹⁹³ o início da derrocada dos cabanos no interior do Grão-Pará se inicia a partir das expedições de Ambrósio Pedro Aires, quando este passa a utilizar pequenos barcos, como já faziam os cabanos. Descendo o rio Amazonas, a contra-ofensiva vai resgatando vila por vila, inclusive as mais importantes.

No entanto, para os cabanos, ainda restava o “vale do Tapajós e largos trechos do Baixo Amazonas”, além de Cuipiranga.

A derrocada de Cuipiranga ocorre muito aquém das expedições de Soares D’Andréa. O principal mobilizador e responsável por este acontecimento fora o padre Sanchez de Brito.

Antônio Manoel Sanchez de Brito foi exímio conhecedor das cercanias de Cuipiranga, haja vista que foi vigário de Juruti, e depois juiz de Paz de Faro e posteriormente de Óbidos; Seu trabalho missionário com os índios mundurucus contribuiu para seu conhecimento sobre a densidade e caminhos da floresta, e que a cooptação de indígenas (algo feito tanto pelas tropas cabanas como as anticabanas) pelo seu irmão Raimundo Sanchez de Brito, era uma forma de somar forças contra os cabanos e ajudaria no abastecimento de farinha para as tropas famintas ¹⁹⁴.

Segundo releituras de documentações do APEP, o padre Sanchez de Brito organizava expedições particulares no Baixo Amazonas em pequenas embarcações,

¹⁹³ REIS, 1979, p. 117.

¹⁹⁴ Documento de Raimundo Sanches de Brito a Agnelo Petra Bittencourt, remetido de Pauxis (Óbidos) em 22 de Outubro de 1836. In: **APEP**. Códice 1013; Documento 97.

o qual realizava uma espécie de recrutamento forçado de tapuios, caboclos e negros alforriados, no intuito de fazer múltiplas incursões, ataques e extermínio do reduto cabano no Tapajós.

Entretanto, dirigindo nosso olhar para as documentações, observamos que há uma grande lacuna entre o início da repressão a Cuipiranga e sua derrocada final. Alguns fatores de conflitos internos entre os líderes repressores deram margem para que Cuipiranga resistisse um pouco mais.

Entre os fatores se faziam presentes estavam a escassez de mantimentos e a precariedade de que as tropas anticabanas tinham de enfrentar, como: falta de armamento, munição, uniformes, contingentes. Em um documento destinado a Agnelo Petra Bittencourt, o padre Sanchez de Brito afirma que o atraso da Escuna que deveria bloquear o Cuipiranga pelo rio Preto (Tapajós) para impedir a fuga dos cabanos, ocasionou a morte de muitas famílias e soldados, a destruição de casas, fazendas e plantações, e queixa-se de não ter sido atendido no socorro de armas e munições ¹⁹⁵.

Atrelado a essas congruências, outro fator foi determinante para o retardamento da derrota da Cabanagem em Cuipiranga e conseqüentemente no Baixo Amazonas - foram os desentendimentos entre comandantes da contra-ofensiva. Não muito raro, dada as dificuldades em se vencer os cabanos e as armadilhas naturais destes pelos rios e florestas, muitos comandantes e praças eram constantemente substituídos, o que ocasionava uma disputa de poder por cargos e patentes de liderança das tropas do Amazonas.

Essas disputas impediam o aumento de ataques aos pontos cabanos, o que os fortalecia e retardava sua derrocada. Em correspondências trocadas entre o Capitão Antônio Firmo Coelho e o Comandante Militar João Henrique de Matos, fica evidente na discussão o caráter de insubordinação de um ao outro. No documento de Antônio Coelho oficiado a João Henrique de Matos, o mesmo escreve:

“(...) O principal motivo [que] deo lugar a dezarmunia [que] tem havido entre [Vossa Senhoria] e a minha pessoa foi a falta de [mantimentos], e como já a

¹⁹⁵ Documento de Antônio Manoel Sanches de Brito à Agnelo Petra de Bittencourt, remetido de Pauxis em Janeiro de 1837. In: **APEP**. Códice 1052. Documento 39.

bastantes dias elles me não faltão, nada [notável] tem ocorrido, [por] tenho tolerado tudo [para] não haver choque de Authoridades; porem factos de similhante natureza como os que acabão de ter lugar nesta Villa não os devo sofrer em silencio. [Vossa Senhoria] encita-me com o [que] acaba de praticar, e se continua a provocar-me o resultado não poderá ser nada agradável.(...)”¹⁹⁶ **[sic]**.

Em resposta, o Comandante militar João Henrique de Matos oficia a Antonio Coelho em um tom nada simpatizante, e desabafa:

“(...) Que a discordancia [que] tem havido emtre mim e [Vossa Senhoria] tem sido a falta de [mantimentos] e como estes já lhe não tem faltado, nada instável tem ocorrido, permita-me dizer sobre este assumpto: não tem sido este o motivo, sim a empertinar teima de querer [Vossa Senhoria] ouccupar o [Comando] Geral de tudo o Amazonas, reconhecendo já no Baixo do [mesmo], huma legitima [autoridade] chefe da Província, [por] consequência he [Vossa Senhoria] o primeiro a dezobedecer as Ordens da [mesma] e a dar motivos a [que] se pratique as faltas de intelligencia, não querendo em tudo participar-me de seus actos praticados no [Departamento] do meu [Comando] (...) He [Vossa Senhoria] o primeiro [que] me acaba de me incitar no seu estranho modo de se expreçar, não só ataca a primeira [Autoridade] desta Comarca, como pouco respeitoso ao seu Superior, [porque] conhece mui bem [que] occupa huma Patente inferior a [minha], já mais me poderá Commandar (...)”¹⁹⁷ **[sic]**.

Esses conflitos entre os comandantes repressores não são vistos só nas correspondências entre Henrique de Matos e Antonio Coelho, mesmo teor de dissensão envolve nomes como do Pe. Antonio Sanchez de Brito e o Comandante do Alto Amazonas Ambrósio Pedro Aires.

Por se encontrar à frente da liga Defensiva do Baixo Amazonas (já que era o Juiz de Paz de Óbidos), Pe. Antonio Sanchez de Brito passava a chefiar todas as expedições na região, principalmente aquelas que se dirigiam a Faro, Óbidos e Cuipiranga – locais de seu domínio distrital. Atitudes que provocavam ofensa ao comando geral da expedição em Faro Diniz Marcelino, por este entender que as atitudes isoladas do Padre caracterizavam-no como insubordinado.

¹⁹⁶ Documento de Antônio Firmo Coelho a João Henrique de Matos, remetido de Santarém em 25 de Julho de 1837. In: **APEP**. Códice 888. Documento 211.

¹⁹⁷ Documento de João Henrique de Matos a Antônio Firmo Coelho, remetido de Santarém em 26 de Julho de 1837. In: **APEP**. Códice 888. Documento 212.

Outro líder repressor que se mostrava atuante na região e por isso provocava tensões entre os demais chefes de expedições e Vilas era o Comandante do Alto Amazonas Ambrósio Pedro Ayres.

Em ofícios ¹⁹⁸ endereçados por João Antonio da Silva (vigário de Manaus) e José Casemiro Ferreira do Prado e outros a Soares D'Andréa então presidente da Província do Pará, ambos apresentam em documentos distintos a mesma queixa, informando sobre o autoritarismo de Ambrósio Pedro Ayres e pedindo providências ao Presidente da província paraense quanto ao governo do Capitão da Força Legal:

[...] protesto perante Deus e o governo legítimo da Província contra o dito Comandante Ambrósio Pedro Ayres que tem praticado desatinos com os cidadãos leaes durante suas ações de coragem contra os rebeldes cabanos, tem maquinado toda a sorte de perseguição contra minha pessoa [João Antonio da Silva]
[...]
[sic] (APEP. Cód. 854, D. 127).

No cerne dessas disputas pelo poder, o Marechal Soares D'Andréa implanta uma política de suspensão de direitos no Pará, passando a colocar todos os subversivos na condição de criminosos por rebeldia - o crime por ser cabano ou crime geral de cabano. De igual modo, publica a Coleção das Leis Provinciais do Pará, sedimentando o regime militar de exceção na província, a partir da instituição dos Comandos Militares e dos Corpos de Trabalhadores ¹⁹⁹ – estes últimos sendo extintos somente em novembro de 1859 pelo decreto do presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque.

A partir daí, várias formas de violências e repressões são impostas aos cabanos, seja na forma de combate aberto ou no modelo prisional. A permissão

¹⁹⁸ Cf. Ofício de João Antonio (vigário de Manaus), a Francisco José de Souza Soares D'Andréa, Presidente da Província do Pará, informando sobre o autoritarismo praticado pelo Capitão da Força Legal, Ambrósio Pedro Aires, contra os cidadãos legais, Manaus, 04 de abril de 1837. In: **APEP**. Códice 854. Documento 126. Ofício de João Antonio da Silva, a Francisco José de Souza Soares D'Andréa, Presidente da Província do Pará, pedindo providências quanto ao governo intruso de Ambrósio Pedro Aires, na Comarca do Alto Amazonas. Igarapé-Miri, 02 de junho de 1837. In: **APEP**. Códice 854. Documento 127. Ofício de José Casemiro Ferreira do Prado e outros, a Câmara Municipal da Vila de Manaus, Capital da Comarca do Alto Amazonas, eximindo-se de responsabilidade quanto a qualquer atestado que aparecesse abonando a conduta do Capitão Ambrósio Pedro Aires. Câmara em sessão ordinária, 04 de abril de 1837; Bernardo Francisco de Paula e Azevedo e outros In: **APEP**. Códice 854. Documento 128.

¹⁹⁹ Cf. **APEP**. Coleção de Leis Provinciais do Pará. 1859.

irrestrita para acusar e julgar qualquer sujeito pelo crime geral de cabano perdurou até novembro de 1839, com um decreto de anistia restrita e se prolongou até 22 de Agosto de 1840, com o decreto imperial de anistia geral.

Como narra Harris (2010, p. 251 grifo nosso):

O maior ataque a Ecuipiranga foi organizada para 20 de junho de 1837. Três escunas de guerra e dois outros navios sincronizaram sua chegada ao lado sul. Os soldados disparavam a partir de seus navios e primeiramente garantiram a posse da praia. Então o próximo objetivo era remover os rebeldes das áreas mais próximas da praia, fazendo-os subir para a floresta atrás da praia, a partir daí, um reagrupamento poderia tomar o lugar antes de entrar na densa floresta interfluvial e andar poucos quilômetros para a fortaleza no lado norte. Cerca de cinco centenas de soldados estavam a participar na operação, sob o comando de oito oficiais e três mercenários.

Os nomes dos oficiais eram Antônio Maciel Branches, capitão, na escuna Santo Antônio, patrulhando o rio Tapajós; Francisco Vieira Leita, coronel, na escuna Rio do Prato; José Luis Coelho, capitão, no iate 05 de outubro; João Henrique de Mattos, capitão, no Brasileiro brigue; **Antônio Firme Coelho na escuna 19 out (com 2 canhão), com 30 homens;** e Agnello Petra Bettancourt, Lourenço Siqueira Freire, e Felipe Ferreira Leal, que comandou a partir de Santarém e ocasionalmente a partir de um navio da Marinha. **Os mercenários foram Diniz Marcelino, em seu próprio barco (o nome não sei) com cerca de 50 soldados conhecidos como "Força Tapajoenses"; Ambrosio Pedro Ayres, com o Bararuense e cerca de 150 homens no tempo; e Manoel Sanches, com 120 homens conhecidos como Forças de Pauxis em seu próprio barco (sem nome).**

Entretanto, mesmo com este ataque poderoso do dia 20 de junho, os cabanos de Cuipiranga ainda resistiriam por mais um mês, pois em 18 de Julho de 1837, três dias depois do Padre Sanchez de Brito ter noticiado a Henrique de Matos a derrota do reduto cabano de Cuipiranga, este, [Henrique de Matos] então, Capitão das Forças Legais no Baixo Amazonas, remete ao Presidente Andréa um documento oficializando a derrota do Reduto:

Illm^o e Exm.^o Snr.

Com grande prazer lanço a mão na pena para dar a V. Ex.^a a satisfatória notícia da completa derrota de Ecuipiranga, o maior, e mais fortalecido Ponto dos facciosos, onde estavam reunidos todos os seus recursos e Forças commandadas pelos principais chefes; onde tinham as últimas esperanças de salvação e onde enfim os amigos da Ordem, e Pública tranqüillidade viam um colosso ameaçador de sua existência. Foi aquele célebre lugar desde a época anterior o berço da Anarquia em todo o Amazonas, e agora posso com certeza dizer a V. Ex.^a q' passou também a ser o seu túmulo, como V. Ex.^a

[...]

mostrei recluir de seu prospero resultado, por se ter retirado apressadamente a Escuna Rio da Prata do ponto que tinha ido ocupar fazendo consigo suspender o Barco Santo Antônio, e o late 5 de Outubro

que mandei com cento e tantas Praças Paisanas para fixar o bloqueio e coadjuvar o ataque pela parte Oriental do Rio Preto.

[...] no mesmo tempo que havia chegado o cidadão Ambrosio Pedro Aires com um comboio do sertão, que com pequenos barcos armados, também coadjuvou o bloqueio, e ataque, porém é o patriotismo e zelo incansável de Juiz de Paz de Pauxis o reverendo Antônio Manoel Sanches de Brito, que se deve aquela empresa gloriosa, que a mais tempo e com menos sacrifício do que o que constam da cópia inclusa estaria efetuada se o Comandante Petra, e Leal se não esquecem inteiramente do Bem Público tratando somente do particular, [...] também se tinha poupado a destruição de muitas Fazendas de gado, das quais aquelas que contavam de cinco, e seis mil cabeças se acham reduzidas a doze vacas, [...], ficando esta rica porção da Província reduzida a fome, e miséria, que atualmente tanto flagela seus habitantes [...] com a derrota de Ecuipiranga, e de outros Pontos compreendidos em diversos Distritos desta Comarca hoje completamente destruídos, [...] torna-se desnecessário tanta Força sendo assas suficiente que Vossa Excelência ponha a minha deposição duzentas Praças de Linha com bons Oficiais, e dignos de toda a confiança, e que me permita a faculdade de construir pequenos Barcos Artilhados, que são os únicos próprios para a Guerra do País [...] para poderem com muita facilidade introduzirem-se por pequenos furos, e darem caça ao inimigo até as vertentes dos Rios [...]

Tal é Ex.^o Snr. o que julgo do meu sagrado dever observar a V. Ex.^a na mesma ocasião em q' tenho a honra, e prazer de comunicar-lhe com a vitória de Ecuipiranga, posso dizer a aniquilação do partido rebelde no Amazonas.

Deus guarde a V. Ex.^a. Quartel d' Comando Militar do Baixo Amazonas em Santarém 18 de Julho de 1837.

Illm.^o e Ex.^o Snr. Brigadeiro Francisco José de Souza Soares d'Andréa – Presidente e Commandante das Armas desta Província.

Ten. Cel. João Henrique de Matos – Commandante Militar do Baixo Amazonas.”²⁰⁰ [sic].

A partir desse rico relato de Henrique de Matos (tendo ofício de Sanchez de Brito em anexo), afirmamos que, praticamente, a estratégia do padre Sanchez de Brito obteve grandes êxitos, pois quando as escunas de D'Andréa lideradas por Henrique de Matos iniciam os combates a Cuipiranga ou “Ecuipiranga”²⁰¹ não encontram grandes resistências. Em Cuipiranga, vale salientar, muitos cabanos foram levados presos para Belém (dos quais não se obteve mais notícias, nem tão pouco retornaram ao reduto); muito sangue foi derramado e muitos outros cabanos tiveram como túmulos o próprio rio e valas comuns.

Assim como caíram no período da Antiguidade Clássica, os imponentes muros de Cartago diante das investidas belicosas de Roma, e igualmente a pomposa

²⁰⁰ Documento de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, à Francisco José de Souza Soares d'Andréa, Presidente e Comandante das Armas da Província, remetido de Santarém em 18 de julho de 1837. In: **APEP**. Códice 888. Documento 202.

²⁰¹ O nome da Vila iniciada com as vogais “E” ou com “I”, é muito comum nas documentações do século XIX, no entanto, ocorre que a palavra sofreu ressignificações ao longo dos anos, ficando em sua grafia atual como “Cuipiranga”.

muralha de Tróia, diante da invasão grega, sucumbia no Baixo Tapajós o “maior, e mais fortalecido Ponto dos facciosos, onde estavam reunidos todos os seus recursos e Forças Comandadas pelos principais Chefes; onde tinham as últimas esperanças de salvação (...) o berço da Anarquia em todo o Amazonas (...)” ²⁰².

No entanto, a Cabanagem no interior e em toda Província do Grão-Pará não acabou com a derrocada de Cuipiranga, muitos cabanos patrióticos fugiram para outras vilas em direção a oeste do Pará, para a Província do Rio Negro.

Como narrava D’Andréa em 1837, era preciso sufocar as hidras ²⁰³, porque os troços do Corpo dessas Hidras tomarão vida própria e será indispensável esmagar cada um por si [uma a uma].

Segundo a mitologia grega, a “hidra” era filha dos monstros Tifão e Equidna, e foi criada a mando da deusa Hera para matar o semideus Hércules, filho de Zeus. Nas narrativas mitológicas a hidra seria um animal com corpo de dragão e sete (em alguns casos nove) cabeças. Em combate, se tivesse uma das cabeças cortadas, nasceriam duas no mesmo lugar.

Como foi o segundo entre doze (a princípio seriam somente dez) trabalhos de Hércules ao Rei Euristeu, o herói da literatura greco-romana, encontrou dificuldades para matar a hidra, visto que a cada cabeça cortada ou esmagada lhe nasciam duas no lugar. Depois de inúmeras tentativas em combate, Hércules decide atear fogo no pescoço da hidra assim que lhe corta uma das cabeças, repete isso seis vezes e obtém sucesso, porém a última cabeça (a do meio) era considerada imortal. Única estratégia encontrada pelo filho de Zeus foi cortar esta última cabeça e enterrar pondo uma pesada pedra sobre ela.

Na visão dos governantes provincianos e autoridades militares, os “cabanos” rebeldes seriam inimigos difíceis de combater e exterminar semelhante a “hidras”. Porém, como dissertado no começo deste capítulo, o termo “Hydra” seria recorrente na Amazônia desde os tempos coloniais, quando o pensamento libertário na América Espanhola e os princípios da Revolução Francesa, presentes em Caiena, ameaçavam ultrapassar as fronteiras do Grão-Pará e modificar a estrutura sócio-política desta Província do Norte.

²⁰² **APEP**. Códice 888. Documento 202.

²⁰³ Sobre a concepção política de “hidras”, Ver: **PRICE** (1983); **GOMES** (1997); **BRITO** (2008).

Ocorre, porém, que adotamos como tese nesta dissertação, que as “hidras” não eram unicamente os “cabanos” em suas singularidades, mas também a unidade de coletivos, ou seja, o conjunto de agentes sociais das vilas, freguesias, pontos e redutos que se manifestassem insurgentes.

O processo de repressão da Cabanagem foi duramente difícil de ser concluída, devido a complexidade geográfica que tem a Amazônia, pois enquanto as tropas anticabanas pacificavam uma região de rios, logo que de imediato surgia outro foco de revolta não muito distante dali.

Isto implica dizer, sob a luz do entendimento da mitologia de Lerna, que a cada calha de rio pacificada no Grão-Pará, nasciam-lhe outros dois movimentos de insurreição. Assim, pacificada a hidra na baía de Guajará na capital, nasciam-lhe focos de hidras na calha dos rios Capim e Moju; pacificada a hidra na calha dos rios Capim e Moju, emergia quase que de forma imediata hidras ao longo dos rios Tapajós, Arapiuns, Madeira e Amazonas, e assim sucessivamente.

Convencionamos então afirmar que a condição insurreta de cabanos tal qual a hidra, estava intimamente ligada à rede hidrográfica amazônica, visto que esta região se movimenta através das águas (e na época a única forma de se interligar a pontos variados da Amazônia era pelos rios). Logo, as matas, campos, furos, igarapés e rios tornaram-se o grande palco desta revolução e foi por meio desses elementos geográficos que muitos revoltosos patrióticos conseguiram resistir por muito mais tempo.

Todavia, retomando a condição de Hidra e associando a Cuipiranga, retomamos aqui o contexto revolucionário no Baixo Tapajós. Como dito, o maior reduto de resistência armada cabana no Pará definhou, porém os meandros da revolução patriótica continuaram por entre as matas e rios limítrofes do Grão-Pará com a Província do Rio Negro.

Muitos cabanos do Baixo Tapajós, com a queda de Cuipiranga passaram a se aliciar em mocambos e quilombos da região e a provocar insurreições e rebeliões ao longo dos rios Tapajós e Madeira. Grande parte dos patriotas migraram para Pinhel e ali reorganizaram o movimento cabano.

Entretanto, dado as interruptas repressões de tropas anticabanas no Baixo Tapajós, as “Forças dos Brasileiros Reunidos” teriam migrado para a região da

Missão de Santa Cruz nas remediações de Lúzea, devido à relação próxima dos Maytapus de Pinhel com os Mawé de Santa Cruz. Tal tese pode buscar auxílio no documento que Soares D'Andréa oficia a 02 de Maio de 1838, ao Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, Sebastião do Rego Barros, relatando:

As operações pelo lado de Luzéa tem hido bem. Todos os tuxauas dos Mundurucus dos Rios Canumanu e Abacaxi se apresentarão e com seus parentes tem feito guerra aos cabanos.

[...]

As operações no Rio Tapajós tem sido bem sucedidas debaixo do comando do Capitão Guerra Carreira.

[...]

Em consequência das vantagens adquiridas lado de Luzéa, tomaram alguns dos rebeldes a direção do Rio Madeira, e ao dia 5 de Março pelas 3 horas da tarde atacarão a Villa de Borba [...] Nesse ataque perde a vida o Commandante da Villa Zacarias Cesário Peixoto²⁰⁴.

A dinâmica das insurreições parecem muito movediças e pelas documentações até confusas de serem entendidas, porém, afirmamos que a perspectiva de movimentações de tropas de ambos os lados era frequente. Com o fim de Cuipiranga, os cabanos do Baixo Tapajós migram para Pinhel e de lá para Luzéa em 1838.

Entretanto em 1839, encontram-se registros de um grande levante de insurreição novamente na confluência entre os Rios Tapajós e Madeira, possivelmente nas remediações da antiga Missão de São José dos Maytapus, como observamos no ofício que o presidente da Província do Pará, Bernardo Souza Franco remete ao Secretário dos Negócios da Guerra, Conde de Lages, apresentando o pedido do novo Comandante da Expedição do Amazonas:

Illm.^o e Exm.^o Snr

Em Ofício de 18 do mez em que cópia levo ao conhecimento de V. Ex.^a o Coronel e Commandante da Expedição do Amazonas [afirma] que cerca de mil homens são precisos para bater os rebeldes q' se encontram entre os Rios Tapajós e de Luzéa [...]

[...]

²⁰⁴ Ver: Ofício de Francisco José de Souza Soares D'Andréa, Presidente da Província do Pará, a Sebastião do Rego Barros, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios de Guerra, relatando as operações no Rio Amazonas e Tapajós, a participação dos índios Mundurucus dos Rios Canumanu e Abacaxi, paisanos de Santarém, Monte Alegre e Gurupá em Curuatinga, o ataque a Vila de Borba, a morte do Comandante Zacarias Cesário Peixoto, o envio de reforços do Rio Negro, a fuga dos rebeldes de Luzéa para o Rio Madeira e Xingu In: **APEP**. Códice 906, Documento 15.

Deos guarde a V. Ex.^a. Pará 2 de Novembro de 1839.
 Illm.^o e Ex.^o Conde de Lages, Secretário do Estado dos Negócios da Guerra
 Bernardo Souza Franco ²⁰⁵ [sic].

Embora Ambrósio Pedro Aires²⁰⁶ não fosse mais o Comandante da Expedição do Alto Amazonas, as expedições de repressão aos cabanos patriotas não cessavam. De Rio acima, e igarapés abaixo, as tropas militares provincianas faziam vigilância e repreendiam operações suspeitas no Alto e Baixo Amazonas e no Baixo Tapajós. Essas incursões foram definhando as ações dos cabanos e minorando seus objetivos de reconquista dos Pontos cabanos, o que desencadeou a rendição de 980 valentes patriotas as autoridades em 08 de maio de 1840:

Illm.^o e Ex.^o Srn
 Tenho a excessiva satisfação de anunciar a V. Ex.^a, que ao governo desta Província acabão de se entregar apresentando-se ás autoridades em Luzéa nove centos e oitenta rebeldes com as suas competentes armas: remos, lanças, arcos e flechas [...] haja também já a este tempo obtido a Legalidade em alguns outros pontos do Alto Amazonas, segundo as participações officiaes , que tenho. Este fato importante veio consolidar mais a paz que goza toda a Província à que tenho a honra de presidir.
 Deos guarde a V. Ex.^a. Palácio do Governo do Pará em 8 de maio de 1840
 Illm.^o Ex.^o Srn. Conde de Lages, Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Guerra
 João Antonio de Miranda ²⁰⁷ [sic].

Este acontecimento de rendição em massa dos cabanos em Luzéa em meados de 1840 são os últimos registros documentais que encontramos, ao seguir os rastros dessa teia de sujeitos marginais que agitavam o micro mundo social do Pará.

Os Tempos de Revolta no Brasil Oitocentista definhavam, movimentos contestatórios como Balaiada, Sabinada, Cabanada, Revolta dos Malês já haviam

²⁰⁵ Ofício de Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará, ao Conde de Lages, Secretário do Estado dos Negócios da Guerra, apresentando pedido de um Comandante da Expedição Amazonas, que envie mil homens para combater os rebeldes situados entre os Rios Tapajós e Luzéa. In: **APEP**. Códice 906, Documento 194.

²⁰⁶ Ofício de Francisco José de Souza Soares D'Andréa, Presidente da Província do Pará, a Sebastião do Rego Barros, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra, informando sobre as expedições do Estado do Amazonas e a morte do Comandante Ambrósio Pedro Ayres pelos rebeldes na região do Rio Negro. Pará, 23, de Outubro de 1838. In: **APEP**. Códice 906, Documento 62.

²⁰⁷ Ofício de João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Pará, ao Conde de Lages, Secretário do Estado dos Negócios da Guerra, informando que novecentos e oitenta rebeldes se entregaram as autoridades em Luzéa e acredita que o mesmo já tenha ocorrido no Alto Amazonas. Palácio do Governo do Pará. 08 de maio de 1840. **APEP**. Códice 906, Documento 264.

sido pacificadas e reprimidas; a Cabanagem no Pará desde 1837 já tinha a Comarca da Cidade [Belém] pacificada, os últimos suspiros da cabanagem emergiam em meados de 1840 dos limites geográficos do Baixo Tapajós com o Alto Amazonas; a Farroupilha inda resistiria no sul do Brasil até meados de 1845, talvez porque a geografia e o status quo de seus partícipes influenciassem diretamente no sucesso gradual deste movimento contestatório sulista.

Os Tempos eram outros, o Marechal Soares D'Andréa como recompensa de seus esforços de repressão no Pará, foi graduado a Marechal de Campo efetivo ²⁰⁸. A Regência estava igualmente a Cabanagem, em seus últimos suspiros – se é que já não havia expirado -, o Pará esperava o alvorecer de um novo tempo que vinha a bordo da Barca a vapor Pernambucana ²⁰⁹. E os derradeiros cabanos, longe do Brasil deixavam o seu último registro no final de outubro de 1846 ²¹⁰.

3.4. Histórias da Cabanagem: entre traços da memória e da oralidade

Queremos destinar este último tópico desta dissertação, para contar algumas “histórias” sobre a Cabanagem, que surgiram e fazem parte da memória coletiva da população desta região.

As histórias narradas não têm a pretensão de se legitimarem como reais ou fiduciárias, nem tampouco buscam restituir o tempo real dos acontecimentos passados vivido e não vividos, antes, serão um espaço de socializar um mundo da cabanagem, a partir do conceito de representação de Chartier fundamentada na noção de narração e experiência de Benjamim.

²⁰⁸ Ofício de Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará, a Sebastião do Rego Barros, Secretário do Estado dos Negócios da Guerra, informando a promoção de Francisco José de Souza Soares D'Andréa, Marechal Graduado a Marechal de Campo efetivo. Pará, 29 de Abril de 1839. In: **APEP**. Códice 906, Documento 116.

²⁰⁹ Ofício de João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará a Antônio Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, Secretario do Estado dos Negócios da Guerra, informando que a Barca a vapor Pernambucana, trouxe-lhe a notícia de posse de D. Pedro II. Palácio do Governo do Pará, 27 de Agosto de 1840. In: **APEP**. Códice 906, Documento 314.

²¹⁰ No final de outubro de 1846, o encarregado de negócios do Brasil na Venezuela informou « que existiam na Província de Guiana mais de quinhentos brasileiros, sendo uns resto de emigrados ao tempo dos Cabanos, outros criminosos, e desertores, e muitos fugitivos. In: **GOMES**, Flávio dos Santos (Org.): Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999.

Para Benjamin, a narração mantém uma íntima relação com a experiência a qual se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações. Ela supõe, portanto, uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai a filho; continuidade e temporalidade das sociedades “artesaniais”²¹¹. A narração e a experiência são inseparáveis, o fim de uma acarreta o declínio da outra, provocando transformações profundas.

Dito isto, registramos muitas histórias sobre a Cabanagem, presentes nos discursos dos moradores de várias localidades da região do Baixo Tapajós, narram os acontecimentos do início da revolta a partir de sua localidade. Os depoentes de comunidades diferentes narram suas histórias contando como procedeu a guerra e quais as consequências da guerra.

Do arcabouço de mais de cinquenta horas de entrevistas, entre múltiplos agentes sociais de várias comunidades do Baixo Tapajós, selecionamos para esta discussão cinco entrevistas que situam os acontecimentos da Cabanagem entre os mitos e lendas da cultura popular e os escritos históricos sobre a mesma. Posteriormente, optamos por primeiramente transcrever as entrevistas, para em seguida realizarmos as análises de convergências de fatos e histórias em comum presentes nos discursos dos depoentes.

Depoimento 1 (Seu Cláudio José²¹²).



Seu Cláudio José (coruja)
Fonte: Arquivo Pessoal
Ano: 2010

²¹¹ GAGNEBIN, 1999, p. 14 et. seq.

²¹² Agente de saúde e morador de Cuipiranga.

A palavra “Cuipiranga” significa areia vermelha. “Cui” significa areia fina e “Piranga” fruta vermelha. Areia vermelha. Mais ainda, porque o pessoal contam que teve muito sangue derramado.

Ficou manchado o sangue nessa areia né? Houve muita morte, muita violência e dizem que parte desse sangue ficou manchado na areia.

O sangue fora encontrado por toda a parte, porque Cuipiranga não faz parte só aqui na frente do Rio Arapiuns, ele também limita-se até o Amazonas. Então do Rio Arapiuns até o Amazonas é Cuipiranga. **Os mais antigos dizem que em algumas noites viam brotar sangue da areia da praia.**

E... porque já acabaram, mas o pessoal conta que ainda tinha canhões né? Canhões feito de burutizeiros só pra, só pra amedrontar, então eles cortavam os burutizeiros, os rolos de burutizeiros aí faziam tipo canhões né? Faziam tipo canhões, assim ficavam demonstrando no rumo, e o pessoal pensavam que eram canhão de verdade mesmo, mas eram dos toros de burutizeiros, isso só pra amedrontar as outras tropas que vinham né?

Então... isso já desapareceu, mas que existia, existia ainda aqui, elas foram feitas pelos próprios cabanos.

O pessoal por todos esses lados encontravam cascas de bala e as próprias balas foram encontradas nessa região.

Estas ruínas aqui da igreja, fez parte da história da Cabanagem, aqui é cheio de história, mas como eu já falei os mais antigos contam que nunca viram essa igreja pronta, então podemos dizer que ela existiu a muitos e muitos anos atrás, toda a estrutura dela formada.

[...]

O que contam é que nesses buracos, as pessoas cavavam pra tentar tirar as riquezas que tinha aí né, que os cabanos poderiam ter deixado quando, quando as tropas vinha atrás deles pra matar ... Então eles pegavam as riquezas e enterravam, então tem sinais de buracos que foram deixados que o pessoal vinha depois e diziam “ah com certeza deve ter dinheiro, devem ter deixado dinheiro”, e cavavam os buracos pra encontrar, agora se encontraram ninguém sabe. Demonstra que realmente o pessoal cavavam né? Cavavam pra tentar encontrar as riqueza que possivelmente os cabanos deixaram aqui com medo da morte, podemos dizer assim.

[...]

Esse local aqui que hoje é o cemitério, poderia ter sido um dos locais de concentração dos cabanos né? Deveria... então nesse local aqui foi construído a igreja pra nunca se perder a memória, memória do que aconteceu aqui, do que tinha acontecido, da batalha que aconteceu aqui.

Então aí os antigos resolveram colocar o cemitério aqui também, como uma demonstração de antiguidade, de muitos anos atrás, por isso as pessoas vão passar por aqui, vão morrer e esse local aqui vai continuar, vai continuar na memória das pessoas que estão aqui [sic].



Bala de Canhão e pontas metálicas de botas de soldados (Pedro Santos e José M.^a Braches)

Fonte: Jornal Gazeta de Santarém "Especial Cabanagem"

Ano: 2009

Para Seu Cláudio, os achados de balas de canhão e pontas metálicas de botas dos soldados em Cuipiranga são indícios irrefutáveis da presença da Cabanagem e dos combates sangrentos na areia da praia da Vila. De certa forma, estes vestígios da época da Guerra da Cabanagem na visão de Seu Cláudio, dão conta de legitimar as histórias sobre os canhões de toras de buritizeiros (Ver em apêndices algumas imagens da crença dos moradores a respeito desta Cabanagem de trincheiras).

No entanto, observemos que o depoente para explicar sobre a existência ou não das trincheiras faz o uso da seguinte afirmação: ***“isso já desapareceu, mas que existia, existia ainda aqui, elas foram feitas pelos próprios cabanos”***.

Ocorre que, algumas vezes, os depoentes afirmam fervorosamente, como se tivessem vivido o acontecimento. Afirmam que “existiu”, que “aconteceu”, como se tivessem subterfúgios para legitimar sua afirmativa. Subterfúgios que poderiam ser vestígios materiais do ocorrido, ou, tão somente, uma lembrança de experiência de memória do indivíduo que narra, conforme assevera (RICOEUR 2007, p.172-173).

Entretanto, inferimos que todo testemunho quer ser acreditado, “mas nem sempre traz, em si mesmo, as provas pelas quais se podem comprovar sua

veracidade; elas [provas] devem vir de fora”. (SARLO 2007, p. 37). Estas “provas” não são inerentes à linearidade das ciências naturais, mas, sim, vestígios discursivos que soam de forma uníssona na perspectiva de declaração de memória social.



Ruínas da Capela no cemitério de Cuipiranga

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2010

Seu Cláudio ainda em depoimento ao afirmar, ***“então nesse local aqui foi construído a igreja pra nunca se perder a memória, memória do que aconteceu aqui, do que tinha acontecido, da batalha que aconteceu aqui”***, evoca os testemunhos do passado com presença de aspectos do presente, tangenciando uma memória que ora está em transbordamento, ora em retraimento (LE GOFF 2013).

O campo da memória não implica numa verdade irrefutável da História, assim, como também não é os outros tipos de indícios adotados pelo historiador. Antes, o campo da memória social apresenta-se como uma nova releitura de acontecimentos, por meio das reminiscências do acontecido, presentes na memória do indivíduo tal qual ele vivenciou ou se apropriou.

Isto implica dizer o que Benjamin *apud* Gagnebin (1999, p.16) convencionou, adotar como tese sobre memória, a de que a exigência de “rememoração do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja ele também, retomado e transformado”.

Assim, cabe afirmar que a história narrada pelo depoente sobre a Cabanagem não é a mesma do período oitocentista, visto que a memória do depoente se codifica e mescla atributos inerentes de passado a cargas de pertencimento e significância do presente, ou seja, os relatos sobre o tempo passado reconfiguram o tempo presente, assim como o tempo presente reconfigura o tempo passado. Logo, ambos não são mais uma narrativa pura, mas sim uma narrativa híbrida que não abarca um peso de “verdade” irrefutável, mas sim uma possibilidade do ocorrido.

Quanto a isso, Benjamin esclarece (1985, p.224) que a verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido, pois articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi.”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.



Imagem do Cemitério atual de Cuipiranga
 Fonte: Arquivo Pessoal
 Ano: 2010

“Então aí os antigos resolveram colocar o cemitério aqui também, como uma demonstração de antiguidade” (Cláudio José, 2010). Para os mais antigos, este teria sido o local de batalha dos cabanos contra as tropas repressoras, onde muitos cabanos teriam desfalecido, tornando-se um cemitério de cabanos. A comunidade, então, como forma de não perder essa historicidade ou como eles mesmos dizem “antiguidade”, passou a adotar o local como cemitério da Comunidade, visto também que, durante o inverno amazônico, o cemitério não é alagado como as demais partes praieiras da comunidade.

No rico depoimento de Seu Cláudio, narramos uma outra história da Cabanagem, não distante daquela que os documentos de governo nos revelam, porém, dão conta de relatar uma história da Guerra no Baixo Tapajós, a partir da perspectiva de pertencimento local. Constrói-se, uma narrativa sobre a Cabanagem, com traços locais que não estão contemplados em sua totalidade nas documentações da época, mas se fazem presentes no campo da memória social.

Deve ser, portanto, ofício do historiador ir de encontro à tese do “apagar as pegadas”, “apagar os vestígios” de Bertold Brecht. O historiador deve realizar por

meio de uma tinta invisível a construção dos elementos minúsculos e recortados que permeiam o documento escrito e a memória.

Depoimento 2 (Enoque Arapium ²¹³).



Enoque Arapium
Fonte: Arquivo Pessoal
Ano: 2010

Sou Enoque Arapium, cacique de Vila Franca e também professor lá. Meu nome indígena pra quem conhece o significado é “Aba Angaturama”, que significa “homem com alma de jaguar”. Aba é homem, Anga é alma e Turama é jaguar.

Olha aqui é o canhão que eu disse que tinha aqui na igreja, como vocês pode ver, ele é todo de ferro, é bem pesado mermo. Então essa é a prova de que a Cabanagem passou mesmo também por aqui né?

[...] pois é, meu avô também falava que era uma guerra justa, que lutavam pela nossa independência aqui [Vila Franca], que não queriam que nós fossemos escravizados, que os filhos não fosse escravizados.

Então, o meu avô, eu tinha um tio que dizia assim: “olha meu filho quando nós morrer, vocês que vão tomar conta daqui da Vila Franca, daqui dessa comunidade, porque meu pai, o teu avô lutou por vocês aqui”.

Aí ele [tio do Enoque] contou dessa guerra aí que teve, e que começou ali do lado do rio. que eles [cabanos de cuipiranga] colocava, ele [tio do Enoque] dizia pra nós também, que eles colocavam aqueles tucumãzeiro assim na beira do barranco pra dizer que era um canhão, que tava perto do rio, pra intimidar aqueles [tropas repressoras], que vinham de lá também.

Então ele [tio] disse que isso aconteceu, então quando meu avô falava assim antes dele morrer, ele dizia: “Olha hoje Cuipiranga se vocês vê uma terra vermelha, aquilo foi o nosso sangue que derramou lá” ele dizia. “Se aquela terra é vermelha é por causa de nosso sangue que tá lá derramado, os parentes de vocês que morreram lá”.

[...]

²¹³ Professor e Cacique da comunidade de Vila Franca.

Meu avô também contava que os que tinham a riqueza aqui [Vila Franca] eles interravam pra eles [cabanos] não levarem. Então quando dizem assim: “ah tem visagem”, é por causa do meu avô que tá enterrado lá junto com o dinheiro dele, então não é visagem que tá fazendo, é o espírito daquela pessoa que tá saindo, que quer se libertar dali, porque foi preso junto com aquilo [dinheiro] pra não morrer (grifo nosso).

No depoimento de Enoque, cacique de Vila Franca, torna a aparecer o mesmo relato da explicação mítica sobre a “areia vermelha”, **“Olha hoje Cuipiranga se vocês vê uma terra vermelha, aquilo foi o nosso sangue que derramou lá” ele dizia. “Se aquela terra é vermelha é por causa de nosso sangue que tá lá derramado, os parentes de vocês que morreram lá”**. Embora a comunidade não esteja localizada tão próxima de Cuipiranga, o cacique também narra a existência de uma praça fictícia com troncos de palmeiras **“Olha hoje Cuipiranga se vocês vê uma terra vermelha, aquilo foi o nosso sangue que derramou lá” ele dizia. “Se aquela terra é vermelha é por causa de nosso sangue que tá lá derramado, os parentes de vocês que morreram lá”**.

A partir destes relatos, convenciamos afirmar que aquele que narra, não é o mesmo que viveu o acontecido, antes reproduz uma lembrança ouvida de forma repetitiva ao ser contada por outros.

Esta tese encontra auxílio em Benjamin (1985, p.37), ao afirmar que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

É, pois, essa chave de rememorar o acontecido que dá conta de narrar outra história, que parte da perspectiva de história local. Ao mesmo tempo, o depoente passa a requerer reconhecimento fiduciário ao seu relato de memória, na medida em que afirma: **“Olha aqui é o canhão que eu disse que tinha aqui na igreja, como vocês pode ver, ele é todo de ferro, é bem pesado mermo. Então essa é a prova de que a Cabanagem passou mesmo também por aqui né?”**.

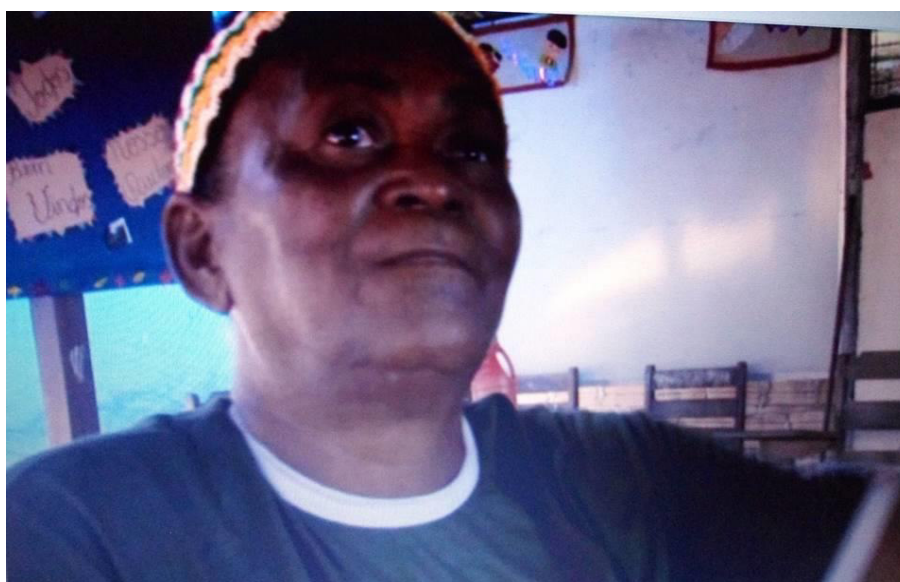
Isto nos lembra da discussão de Ricoeur (2007, p.172-173) acerca dos postulados metodológicos dos testemunhos fiduciários, testemunhos que conclamam por reconhecimento da veracidade sobre o que narram, é como se o

depoente, a princípio, declarasse a si mesmo testemunha e atestasse aos vestígios a qualidade de provas incontestáveis ou legitimáveis do acontecido.



Imagens do Canhão e Igreja de Vila Franca
Fonte: Arquivo Pessoal
Ano: 2010

Depoimento 3 (D. Maria Zenaide ²¹⁴).



D. Maria Zenaide
Fonte: Arquivo Pessoal
Ano: 2010

²¹⁴ Comunitária (in memorian em 23/12/2011) do quilombo urbano dos remanescentes de Arapemã no bairro Pérola do Maicá em Santarém.

A terceira entrevista ocorreu com D. Maria Zenaide no quilombo urbano dos remanescentes de Arapemã no bairro Pérola do Maicá em Santarém.

Sou viúva, mãe de 9 filhos (1 morto e 8 entre mulheres e homens). Sou nascida, criada e casada em arapemã.

Teve uma revolta em uma praia em Santarém, que por causa do movimento recebeu o nome de Praia da Revolta. As pessoas tem medo de passar na Praia da Revolta pela noite, pois ouvem muitos gemidos, pedidos de socorro, sangue inocente clamando por justiça, visagens espíritos dos mortos atormentados que não conseguem descansar em paz.

Sobre a Cabanagem, o que eu sei... é, é ...

Moravam lá no Curuatinga, lá dentro mesmo onde só tinha mesmo os cabanos e os empregados que chamavam. Lá nesse lugar, na Santa Catarina é que morava 3 patrão com os empregados, com os com os capanga dos empregados.

Aí lá eles viveram muito tempo lá, e aí tinha um lá que era o rei mesmo, o dono. Aí quando o pessoal queria sair de lá, eles diziam assim: “Seu fulano [patrão] eu quero ir me embora daqui”, ele [patrão] dizia: “Tá, tu vai”.

[patrão] pegava primeiro a mulher dele, se servia, mandava torar o pescoço, jogava o corpo fora e a cabeça metia no pau e ficava lá.

Aí quando chegava a vez dele [o empregado], [patrão dizia] “é vou te pagar. Quanto eu ti devo?” [empregado dizia] tanto [R\$]. [patrão dizia] Aí pega o dinheiro, pegava o dinheiro, aí quando chegava lá dava o dinheiro [para o empregado]. Chamava os outros [empregados, e dizia] “vai levar ele lá naquele lugar, lá tu mata e trás o dinheiro de volta”.

E assim eles faziam, levavam lá pro meio do mato, lá eles matavam, tiravam, e deixavam o corpo lá, e traziam o dinheiro pro patrão de vorta.

Assim foi prolongando os tempos, os tempos, o pessoal sempre matando pessoal. **Até que um dia chegou lá mesmo nessa comunidade, um tal de um maranhense que chamavam de, o apelido dele era “Amarelinho”.**

Aí todo tempo ele [patrão] tá assim, matando os outros, batendo, escurraçando as mulher, se servindo das mulher dos empregado e mandando embora outros que ficavam por lá jogado.

Até que esse Amarelinho chegou um dia por lá, e disse assim “tem emprego aí pra mim?” Ele [patrão] disse tem. Aí deram uma vaga pra ele trabalhar.

Então ele disse, o patrão disse, “a hora de trabalhar, a hora de se levantar pra ir pro trabalho é 03:00hrs da madrugada, a hora que os cabocos, que todo mundo levanta, pega no facão pra ir pro trabalho”. Ele [amarelinho] disse “tá, pode deixar”.

Atou a redinha dele lá e ficou lá. Aí quando foi 03:00hrs o pessoal tudo, os que trabalhavam com ele, tinham muito medo dele, se levantaram cedo, todo mundo arrumou sua redinha e ferra, amolando o terçado, amolando, amolando... E chegaram [outros empregados] perto dele [amarelinho] e disseram “tu não vai levantar meu amigo?” Ele disse “eu não, eu não vou levantar”. Porque? [Amarelinho respondeu] Porque não é hora de trabalhar uma hora dessa, eu não vou levantar não. Ele [empregado] disse: “olha o patrão vai te jogar da rede”. Ele [Amarelinho] disse: “deixa ele vim. Deixa ele vim”.

Aí chegou lá [patrão], e ele disse: “cadê o fulano?” [Amarelinho], aí o outro disse: “tá na rede”. [patrão] Ah ele não levantou não? Vai levantar agora.

[patrão] Chegou lá, ele bateu [na rede], ei meu amigo tá na hora do serviço. Ele [Amarelinho] disse: “é? Só que eu não vou trabalhar agora não. A hora de eu pegar no trabalho é 07:00hrs da manhã, é a hora que eu vou trabalhar, pra ir trabalhar”.

[patrão falou] “Além de tu ser peque”.. Diz que era bem pequeno. “Além, de tu ser bem pequeno, tu ainda é atrevido é?”. Aí ele [patrão] pegou no cabo

do revolver, e quando ele puxou pra atirar, ele [amarelinho] meteu-lhe a faca – “tchá”- e ele [patrão] ficou lá.

E ele [amarelinho] olha, pegou um botinho e se mandou, fugiu, fugiu saiu pelo mundo a fora, não sabe onde foi parar. E os outros [empregados e escravos] nessa ocasião que ele fez, que matou o patrão né? **Os outros que eram, que serviam de escravo começaram a fugir pra todo canto. O caso do Amarelinho deu início a fuga e a luta dos escravos da região na época da Cabanagem e o refúgio deles nas margens dos rios da região, dos quais fundaram os mocambos, os quilombo da região** (grifo nosso) [sic].

Em depoimento, D. Zenaide atribui o início da Cabanagem a um maranhense de apelido “Amarelinho”. Segundo a depoente, a cabanagem teria emergido da fuga de escravos de uma propriedade em Curuatinga. Estes escravos foragidos teriam fundado os quilombos e cacoais ao longo dos rios Tapajós e Amazonas, e suas bandeiras de lutas teriam nascido a partir do momento em que passaram a organizar incursões a várias fazendas da região para libertar os compatriotas negros.

Esta versão protagonista de uma Cabanagem negra é recorrente entre os membros do quilombo pérola do Maicá e outros quilombos como Saracura e Arapemã. Dada a amplitude e distanciamento geográfico entre as comunidades, e ainda assim o discurso ser semelhante, em nosso entendimento, inferimos que o discurso está imbuído na perspectiva de Memória Coletiva. Esta por sua vez, antes de ser uma memória individualizada, é compartilhada no seio de uma mesma etnia, que alimenta o entendimento de uma revolta negra como gênese e protagonista da Cabanagem no Pará.

Ocorre, porém que:

Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p.39).

É neste ponto que, em Halbwachs, situa-se uma notável distinção entre a “memória histórica”, de um lado, pressupondo a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado, e por outro

lado a “memória coletiva”, que magicamente recompõe o passado ²¹⁵, ou melhor, percebe as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Sendo que essas práticas não são possíveis de serem percebidas em sua integridade plena, elas somente existem enquanto representações ²¹⁶.

Depoimento 4 (D. Benvinda da Silva ²¹⁷).



D. Benvinda da Silva
Fonte: Arquivo Pessoal
Ano: 2010

A história que eles [tios dela] contavam pra mim era que a luta era lá no Cuipiranga, mas também o pessoal daqui também lutavam dizia o papai.

... enterraram aqui essa santa na época da Cabanagem [N.^a Sr.^a da Assunção],

Aqui também tinha uma mulher que veio pra cá na época dos portugueses, eu esqueci o nome dela. Ela era parente da Rainha, assim contaram né? E ela tinha uma casa, ainda aparece ali o lugar, um monte de pedra.

Diz que ela tinha muitas, como é que chamava na época? As mulheres que trabalhavam com ela, as escravas. Aí ela pagava com adorno, adorno é negócio de joias, **e aí na época, na época da Cabanagem elas [escravas]**

²¹⁵ Cf. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2^aed. 7^a reimpressão. São Paulo: Centauro, 2006. p.13.

²¹⁶ Seguindo a tese de Chartier, nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade, “o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é”. Cf. CHARTIER, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel; Bertrand/Brasil, 1990, p.13-28; GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira: Nove Reflexões sobre a Distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²¹⁷ Comunitária e artesã de Vila Franca.

pegavam e enterravam essas joias, e inclusive aí nessa igreja, onde tinha essa santa de ouro.

[...]

Aí eles [moradores de Vila Franca] pegaram o que podiam de pegar e enterraram junto com essa santa.

É essa história que contam, que contavam né? E agora eu também conto porque já soube deles.

E, ainda cavaram aí em 1974, eles cavaram aí, nesse sonho de descobrir [o ouro], mas não, o que encontraram muito foram pedaços de ossos, osso. Ossos, eles encontraram muito, mas negócio de santa [balança a cabeça de forma negativa, afirmando que nada encontraram] (grifo nosso) [sic].

No depoimento de Dona Benvinda, são relatados acontecimentos muito frequentes na época da Cabanagem. A prática de enterrar tesouros, bens e joias narrada por ela, também se fez recorrente nas falas do Seu Cláudio e do Enoque Arapiun.

Em princípio de 1835 já a situação era sombria. Os sediciosos se espalhavam em grupos armados que assaltavam povoações, fazendas, sítios, matando, devastando, saqueando, [...] Quem podia fugir, fugia, enterrando seus haveres, jóias e objetos de valor, esperando recuperá-los mais tarde, quando chegasse o fim da guerra civil (SANTOS 1999, p.197-198).

O texto de Paulo Rodrigues dos Santos narra as principais formas dos lusos-paraenses guardarem seus bens, joias e objetos de valor. Prática comum adotada para que passados os tempos de revolta, desenterrassem e revessem os mesmos.

[...] na época da revolta, muitos fazendeiros e elitizados escondiam suas riquezas para não serem saqueados pelos cabanos, no engenho [Taperinha] não foi diferente, há vestígios que na Alcova da mansão havia um buraco que supostamente foi utilizado para tais fins de prevenção contra os revoltosos (MELO 2009, p. 414).

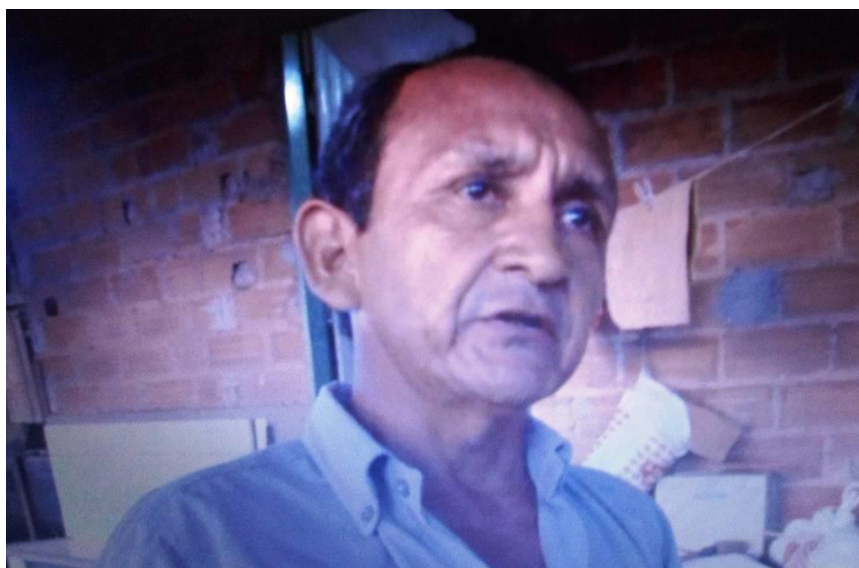
D. Benvinda ainda em depoimento afirma que na época da Cabanagem enterraram a santa [N.^a Sr.^a. da Assunção], e, **ainda cavaram aí em 1974, eles cavaram aí, nesse sonho de descobrir [o ouro], mas não, o que encontraram muito foram pedaços de ossos.**

Além dessa história de retrocesso em Vila Franca (o mesmo ocorre na Vila de Boim com St.^o Ignácio de Loyola), outras histórias sobre os tesouros da Cabanagem permeiam o micro mundo social do Pará, dentre as quais destacamos:

[...] outros prometiam a alforria a seus escravos desde que estes acompanhassem seus senhores num último trabalho: os Senhores de Engenho e/ou os membros da elite aristocrata do Baixo Amazonas faziam o escravo cavar um buraco profundo em um ambiente localizável e próximo a

algo que o identificasse posteriormente, assim que pronto, enterrava suas joias, dinheiro, baixela de prata, pratos de porcelana, e todos os tipos de riqueza que julgavam ser de alto valor. Feito isto, o senhor acabava assassinando o escravo que levava consigo (devido este último conhecer o segredo e o local certo do tesouro) jogando-o no buraco e em seguida fechando. Estes acontecimentos ocorridos durante a Cabanagem alimentam o misticismo amazônida de que estes “supostos negros” que foram assassinados e tiveram suas almas presas nestes buracos, revelam em forma de sonhos estes tesouros na ânsia de alcançarem sua paz de espírito e descanso eterno (MELO 2013b, p.16).

Depoimento 5 (Manoel Goudinho Duarte ²¹⁸).



Seu Manoel Goudinho
Fonte: Arquivo Pessoal
Ano: 2010

Sou de Anã, quando jovem fui para Vila Franca e depois vim para Santarém, de onde sempre retorno as minhas origens. Sou bisneto de índia legítima e **as histórias que sei foram repassadas para minha avó, minha mãe, até chegar a mim.**

Minha mãe era oleira, mas tenho arrependimento de não ter uma peça sequer dela. As peças rústicas que tenho são diferentes das modernas. Muitas são de procedência e estilo dos Tapajó, como pedra branca e pintadas de pó branco e giz que eram assados juntos com o barro.

Muitas das histórias que eu sei é fruto do hábito e costume das famílias de nossa região, que após o almoço nos reuníamos nas varandas da casa ou na cozinha e passávamos a ouvir histórias do papai e da mamãe, que sempre deixavam um gostinho de quero mais para o outro dia ao interromper a história e deixa-la para outro dia.

A história da Cabanagem do ponto de vista cabano foi uma revolta por causa do estilo de vida que esses trabalhadores passavam. Eles queriam organizar-se para depor [movimento] na sede do governo em Belém. Em Belém havia o mobilizador, o animador do movimento, o Cônego Batista Campos. Só que pra época, na época da Cabanagem a situação era muito

²¹⁸ Morador do Bairro do Mapiri em Santarém e ex-ator de teatro amador comunitário. Entrevista concedida em 23 de Maio de 2010 no Convento Franciscano em Santarém – Pará.

difícil né? De Belém pra cá [Santarém] se levava um tempo pra chegar, não tinha essa facilidade que nós temos hoje. Então eles tinham essa dificuldade, por isso acabou estendendo, alongando o tempo de resistência dos trabalhadores, dos cabanos.

Os mais velhos diziam que os pontos de maior resistência foi em Cuipiranga, na Vila de Arimun e na Ponta do Macaco perto da Vila Brasil.

Eu conheço uma miga em Alter-do-Chão que conta que a avó dela quando criança aos seus 12 anos de idade viu os pais morrerem nas mãos dos cabanos.

E ela, depois que foi entender porque...

Porque o pai dela não quis ficar do lado dos cabanos mesmo estando na mesma situação de opressão.

Então o que, que eles pensavam **“Se está sofrendo que nem nós na mesma situação e não quer apoiar o nosso movimento, vai nos dedurar, vai enfraquecer o movimento”, e é aí que eles [cabanos] acabavam realmente algumas famílias, talvez exterminadas.** Não tinha outro jeito, a forma deles fortalecerem o movimento era “Se tá do nosso lado, veste a cor vermelha, se não veste, tá do lado do governo, e se tá do lado do governo é inimigo nosso”, não tem esse negócio não era assim que, esse era o pensamento que eles tinham pra poder se defender no movimento.

Muitos se perguntam porque os cabanos usavam roupas vermelhas? E afirmavam que eram o sangue. Mas na verdade por não terem dinheiro e serem pobres, tingiam **suas roupas com casca de crajiru, muruci, axuá e urucum, para evitar que companheiros fossem mortos, porque se estivessem usando vermelho estava do lado cabano, se não usasse vermelho era inimigo. Era uma forma de identificar companheiros em qualquer local de conflito, porque a guerra da cabanagem foi no Estado né? Ela foi na região do Pará todo, ela não foi só aqui no município [Santarém].**

Então de repente havendo necessidade de ir a outro município, hoje município, eles sabiam que aqueles que estiverem com a cor vermelha, certamente estão do nosso lado e aí nós não podemos combater aqueles que são nossos companheiros.

O governo mandou um navio pra Cuipiranga, pra botar o fim na resistência dos cabanos né? E eles não tinham armas, eles não tinham dinheiro, eram pessoas sofridas, e, mas eles tinham pensamento e força, e eles pegaram e organizaram então, uma forma de defesa. **Encheram a praia de Cuipiranga, que é uma praia pequena, de toras de Palmeiras, pintaram com breu pra ficar na cor preta e colocaram em cima de estacas, que apontadas pra cá, no sentido pra cá pra cidade, que a distancia pareciam canhões.**

Quando o navio dobrou a Ponta do Jari, que através do binóculo puderam localizar a praia, eles [soldados] viram quem havia um arsenal muito forte ali, muito grande, voltaram e pediram apoio pra Belém, e Belém mandou 2 navios de guerra prontos pra um combate, e quando dobraram de volta [o Jari em direção a Cuipiranga] foram logo abrindo o caminho a bala.

Só que o inimigo [cabanos] não reagia, e isso chamou a atenção [soldados], quando chegaram mais próximo, foram ver, soltaram os botes dando proteção aos que tavam no bote, chegaram na margem foram ver que eram apenas toras de palmeira pintadas de breu, colocadas pelos cabanos, mas não havia nenhum cabano lá.

Enquanto eles faziam essa forma de defesa, ganhavam tempo pra fugir né? Pra se defender, e isso não ficou registrado na história que o governo nos conta, que os livro nos conta, mas ficou conhecido como a maior vergonha pro governo do Pará, porque gastou tanta munição combatendo apenas toras de palmeira pintadas com breu.

Os cabanos combatiam na região os fazendeiros, os homens ricos, porque eles escravizavam seus empregados. **A partir disso surgiram histórias**

que devido o medo da pobreza e de serem saqueados pelos cabanos enterravam suas riquezas em panelas e objetos de barro geralmente próximos a uma grande pedra ou uma grande árvore; a partir disso os fazendeiros levavam negros, pais de família que cavavam os buracos enterravam as riquezas e logo em seguida eram mortos pelos fazendeiros, para que estes fossem os únicos a saberem do segredo e local onde foi enterrado, devido o medo de o negro poder voltar ao lugar e desenterrar suas riquezas.

Aí surgiu no interior, histórias de que quem encontrasse tesouros eram perseguidos por pretos velhos. A Cabanagem foi a revolta do menor contra o maior, do oprimido contra o dominador.

Para mim o que contribuiu para o esquecimento da Cabanagem, eram as histórias sangrentas contadas pelos nossos pais e as voadeiras que os padres e missionários subiam na região fluvial ribeirinha. Porque eu me lembro que quando criança, quando a gente ouvia barulho de barcos e voadeiras, os mais velhos diziam pra gente entrar pra casa e se esconder que eram cabanos vindo acabar com tudo e matar a todos...

Mas não era não, eram apenas padres e missionários (grifo nosso) [sic].

O depoimento de Seu Manoel Goudinho é uma narração com grandes riquezas de detalhes, pois suas falas são fundamentadas naquilo que Maurice Halbwachs nomeou como memória histórica e memória coletiva.

Seu Manoel narra que, por não terem dinheiro e serem pobres, os cabanos tingiam suas “roupas com casca de crajiru, muruci, axuá e urucum, para evitar que companheiros fossem mortos, porque se estivessem usando vermelho estavam do lado cabano, se não usassem vermelho eram inimigos. Era uma forma de identificar companheiros em qualquer local de conflito”.

Semelhante estratégia era usada pelos Cabanos de Vicente de Paula nas matas de Pernambuco, os quais trajavam “camisa e ceroula tinta” ²¹⁹, usavam roupas tingidas para reconhecer seus pares em meio a combate.

Embora a narrativa de Seu Manoel apresente elementos de uma memória híbrida, que juntou tanto o conhecimento popular como o letrado, ela não deve ser descartada, tendo em vista que tudo pode convencionar-se como documento pelo historiador.

O relato de Seu Manoel vem trazer à discussão a dimensão das barbáries e exageros entre cabanos e anticabanos. Esclarecendo a tese que defendemos, a de que durante uma guerra o cotidiano familiar, econômico, político e social é abalado

²¹⁹ Cf. página 93 desta Dissertação.

e, por assim dizer, desestruturado, em tempos de guerra só existe um lema “matar ou morrer”.

Não queremos fazer uma construção imagética dos cabanos como algoz ou como heróis, pelo contrário, queremos mostrar que quando existem arbitrariedades e processos de subalternidade, o menor, o oprimido, levanta-se e provoca uma convulsão nos arranjos políticos.

No entanto, nos discursos há uma convergência de fatos. A Cabanagem, para muitos desses depoentes, foi um acontecimento que pôde mostrar a inteligência tática dos cabanos ao usarem trincheiras e construírem uma praça com canhões feitos de tronco de palmeiras. Além disso, para os comunitários, a guerra da Cabanagem foi responsável por derramar muito sangue na areia da praia de Cuipiranga, deixando muitas “almas a solta, sem alcançarem seu destino”.

No entanto, convém estabelecer que nenhum destes depoimentos podem ser encarados como memórias de experiência, visto que nenhum colaborador viveu o tempo presente da Cabanagem em meados do século XIX. Poderíamos classificar seus relatos somente como prática discursiva da memória coletiva?

Segundo Sarlo (2007, p. 90-91):

É impossível (a não ser num processo de identificação subjetiva inabitual, que ninguém consideraria normal) lembrar em termos de experiência fatos que não foram experimentados pelo sujeito. Esses fatos só são “lembrados” porque fazem parte de um cânone de memória escolar, institucional, político e até familiar (a lembrança em abismo: “lembro que meu pai lembrava”, “lembro que na escola ensinavam”, “lembro que aquele monumento lembrava”).

[...]

Marianne Hirsch chama de “pós-memória” [...] Como pós-memória se designaria a memória da geração seguinte àquela que sofreu ou protagonizou os acontecimentos (quer dizer: a pós-memória seria a “memória” dos filhos sobre a memória dos pais).

A proposta metodológica da “pós-memória” defendida por Beatriz Sarlo coloca em questão o uso de memória e a apropriação de memória de descendentes sobre seus genitores e ascendentes, estabelecendo, acima de tudo, o caráter vicário dos depoimentos da pós-memória.

A pós-memória, que tem a memória em seu centro, seria a reconstituição memorialística da memória em seu centro, seria a reconstituição

memorialística da memória de fatos recentes não vividos pelo sujeito que os reconstitui e, por isso são qualificados como “vicária”, pois implica sujeitos que procuram entender alguma coisa colocando-se, pela imaginação ou pelo conhecimento, no lugar dos que a viveram de fato. Toda narração do passado é uma representação, algo dito no lugar de um fato. (SARLO 2007, p. 93).

No cerne do uso da pós-memória, convencionamos afirmar que os novos sujeitos do novo passado são esses “caçadores furtivos”, que podem fazer da necessidade virtude, modificando sem espalhafato e com astúcia suas condições de vida, cujas práticas são mais independentes do que pensaram as teorias da ideologia, da hegemonia e das condições materiais, inspiradas nos distintos marxismos. No campo desses sujeitos há princípios de rebeldia e princípios de conservação da identidade, dois traços que as “políticas da identidade” valorizam como auto constituintes.

“Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos ‘discursos de memória’”²²⁰. Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro. “Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato de personagens, de relação entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes” (SARLO 2007).

Assim, essas histórias locais com suas visões particulares de como eclodiu e como ocorreu a Cabanagem no Baixo Tapajós, enriquecem, ainda mais, a construção de uma historiografia da Cabanagem, para além das documentações escritas, dando atenção para os testemunhos enquanto documentos.

Essas histórias da Cabanagem, que permeiam porções de historicidade e porções de ficção, galvanizam o processo de pertencimento social, na medida em que a pós-memória passa a ser ativada dentro da perspectiva da memória coletiva. Visto que toda história foi, é e será história do tempo presente (KOSELLECK 2001, p.119).

²²⁰ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 16-17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certeau ²²¹ ressalta que toda escritura histórica, seja qual for sua forma, é uma narrativa que constrói seu discurso de acordo com processos de “narrativização”, que reorganizam e reordenam as operações da pesquisa. Para Certeau, o que determinam as escolhas dos historiadores (no recorte dos objetos, na preferência dada a uma forma de trabalho, na eleição de um modo de escritura) é muito mais o lugar que eles ocupam na “instituição de saber” do que o prazer de sua subjetividade. O que dá coerência ao seu discurso não é, ou não somente, o respeito às regras próprias aos gêneros literários que eles empregam, mas as práticas específicas determinadas pelas técnicas de sua disciplina.

Não obstante, para Pamuk ²²² a poesia e a transformação do mundo estão contempladas na questão mais importante, que opera no poder da imaginação como “a capacidade de transmitir significados aos outros”, e não como meio para “falsificar ou fantasiar a realidade”, modo pelo qual, muitas vezes, a imaginação é compreendida.

Semelhante aos poetas, também os historiadores têm a intenção de “transmitir significados aos outros”, realizar leituras diversificadas e elaborar análises que desloquem evidências simplificadoras, estruturando a narrativa histórica. Investigam e relatam, assim, as especificidades da vida cotidiana, da guerra, da morte; e ao criarem correspondências e diferenças praticam e compõem experiências.

Ginzburg (2007, p.13) destaca:

[...] Todos os fatos históricos são permeados de sentidos verdadeiros, falsos e fictícios, mas que, no entanto dão significância ao descortinar historiográfico por não buscar uma verdade absoluta, pelo contrário, delimita-se a entender as mentalidades que levaram os personagens de uma época a realizar ações muitas vezes incompreendidas no presente – a micro história (grifo nosso).

Os historiadores - escreveu Aristóteles (Poética, 51b) – falam do que foi (do “verdadeiro” – se é que existe uma única verdade), os poetas, daquilo que poderia

²²¹ CERTEAU, Michel de. “L’opération historiographique”, In: **L’Ecriture de l’histoire**. Paris: Gallimard, 1975, p. 63.

²²² PAMUK, Orhan. **A maleta do meu pai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.67.

ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo ²²³.

A busca por uma “verdade totalitária” exclui a relatividade, a dúvida, a interrogação; a busca pela “verdade absoluta” na história, além de ser um erro, inibe a criatividade na produção da narrativa histórica (KUNDERA, 2009, p. 20).

Em outras palavras, “o problema mais importante relacionado a uma fonte não é saber se ela é verdadeira ou falsa, mas descobrir o que ela significa” ²²⁴.

Rastros, documentos, perguntas formam assim o tripé de base do conhecimento histórico. Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento. Torna-se assim documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado. (RICOEUR, 2007, p.188-189).

Segundo Melo ²²⁵ contrapondo as críticas de Jenkins ²²⁶, podemos afirmar que a história, bem como sua produção historiográfica, não labuta pela busca do ineditismo, ou uma “verdade absoluta” que se encontra escondida ou adormecida em documentações de acervos públicos ou tampouco nas memórias “fiduciárias” narradas por testemunhas. A questão não é mais estudar a origem ou a causa, a finalidade ou a consequência, nem tampouco debater a validade das fontes, mas sim as relações, o “que se passa entre” ²²⁷.

²²³ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. [tradução de Rosa Freire d’Aguilar e Eduardo Brandão]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.14.

²²⁴ ARRAIS, Cristiano Alencar. **A filosofia da História de R. G. Collingwood: duas contribuições**. Vitória: Dimensões, vol. 24, 2010, p.44.

²²⁵ MELO, Wilverson Rodrigo S. de. A Historiografia sob a ótica da Filosofia da história. In: **II Encontro Nacional de Pesquisa na Graduação em Filosofia**, 2012, Belém. **O Ensino e a Pesquisa em Filosofia, suas perspectivas no Brasil**. Belém: Editora da UFPA, 2012. v. 1. p. 44.

²²⁶ JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margaret Rago. São Paulo, Contexto, 2001. p.43.

²²⁷ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p.151.

Dito isto, afirmamos que a Revolta-Revolução da Cabanagem foi mais uma culminância do que um ponto de partida. No emaranhado de tensões sociais desde o período colonial, a eclosão da Cabanagem significou o estopim de um processo de tensão sócio-político e econômico fruto da administração Lusa e posteriormente brasileira nata e adotiva, que impôs a população marginal paraense uma condição de subalternidade.

A Cabanagem foi uma guerra proveniente da luta de classes, da condição sócio-econômica em que se achava a Província. Foi uma luta do oprimido contra o opressor, da aristocracia luso-paraense contra os marginais paraenses natos.

Desde o período pombalino, com a implantação do Diretório, as tensões sociais e econômicas no Pará passaram a emergir através de conflitos entre índios, igreja e administração lusa, onde grande parte da elite paraense buscava capturar índios, para ser mão de obra escrava nas plantações de cacau, nas lavouras de mandioca e na atividade pecuarista.

Essa política do Diretório, em vigor durante o governo do Rei D. José I, foi tentativa de civilizar, aculturar e impor os moldes de comportamento social português aos índios. Os índios passaram a sofrer um duplo processo de homogeneização e alienação cultural, provenientes das atividades catequizadoras das ordens religiosas e do fortalecimento e ampliação desta política pelo Diretório.

Com esta política, os índios forçadamente foram obrigados a conviverem com diferentes etnias, em diferentes hierarquias sociais e passaram a desenvolver uma forte intensificação de rivalidades e revanchismo tribais.

Seguindo nesta linha tênue, os “tapuios e mamelucos”, na perspectiva pejorativa de Veríssimo, seriam:

O resultado do que haveria de pior na “civilização”. Por se tratar de “castas escravas”, outrora “selvagens”, teriam sido educados para a degradação, ou odiariam a “civilização” ou apenas compartilhariam seus “vícios”. Seriam eles os “escravos” que trabalhariam para construir a dita “civilização” na Amazônia, da qual não faziam parte. Os tapuios e mamelucos seriam “gente degradada” utilizada para serviços úteis. (Raio, 1970, p. 17).

Ao realizar tal afirmativa, Veríssimo deixa escapar em sua análise, justamente uma questão étnica racial, que envolvia os grupos de índios e de tapuios. Na

configuração social do Pará no século XIX, os índios encaravam como menosprezo e aversão qualquer forma de comparação de si com os tapuios. Os índios recusavam-se a realizar trabalhos compulsórios que beiravam a escravidão, por assimilarem a partir dos discursos políticos que eram considerados cidadãos desde o Diretório Pombalino e tais atribuições trabalhistas deveriam ser exercidas pelos “tapuios”, que eram vistos pelos índios como vassalos do Estado e da Igreja.

Para Veríssimo, assim como para Raiol, as motivações para a sublevação de motins políticos a condição de Cabanagem foram **“as lutas dos colonos com a metrópole, ou antes, com as autoridades que a representavam, por causa dos índios que queriam para escravos [...] e desmoralização do princípio de autoridade clerical”** (Raiol, 1970, p. 97. grifo nosso). Dito em outras palavras, para Raiol a principal causa para a eclosão da Cabanagem foi a luta de classes entre os índios, mamelucos e tapuios contra as autoridades que representavam o poder Luso na Província, e tudo isto em favor da liberdade e contra a possibilidade de escravidão indígena.

Nas trilhas de Veríssimo e Raiol, concordamos que o processo de acultramento português, a imposição de escravidão indígena, a condição de subserviência religiosa e os conflitos tribais contribuíram sim, de forma direta, para a erupção de insurreições e motins protagonizados pelos indígenas contra os seus “senhores” - a Igreja e o Estado, ou pelo menos contra os agentes institucionais que as representavam. No entanto, não podem ser consideradas como únicas variáveis, nesse longo processo que desencadeou a eclosão da Cabanagem em 1835.

Os movimentos políticos e econômicos pelos quais passava a província paraense, na virada do século XVIII para o XIX, não se encontravam alheios ou dissociados dos acontecimentos sócio-políticos, que ocorriam no mesmo período no contexto internacional e até mesmo a nível de Colônia de Portugal. Isto implica dizer que a posição geográfica do Grão-Pará e sua submissão a autarquia direta de Lisboa colocavam a província do Norte exposta a qualquer modificação ou abalo que Portugal viesse a sofrer ou passar.

Não por acaso, o Brasil, no início do século XIX, passou a sofrer influência direta dos acontecimentos recorrentes na Europa, América do Norte e Caribe. O modelo de independência das Treze Colônias inglesas e a Revolução Francesa

despertavam, no mundo inteiro, a possibilidade de uma forma de governo que não fosse o monarquismo, e o Brasil não fugia a esta tendência, muitos políticos atuantes e pessoas engajadas socialmente passaram a sonhar e a verbalizar a possibilidade de um governo republicano, que expressasse um dinamismo democrático de participação humana nas tomadas de decisão da Nação.

Essas mudanças políticas no cenário internacional começaram a desequilibrar e a instaurar momento de crise no sistema colonial ibérico na América. O Império Napoleônico começava a preocupar as monarquias absolutistas na Europa, ao passo que o exemplo bem sucedido de independência Haitiana aterrorizava as elites coloniais na América, que temiam que esses ideais libertários pudessem se espalhar pela colônia – e isto ocorreu.

A política expansionista de Napoleão provocou a fuga da família real portuguesa para o Brasil, dando início ao processo de emancipação política da colônia de Vera Cruz. Acordos bilaterais de Portugal com a Inglaterra, a invasão de tropas brasileiras, sobretudo paraenses à Guiana Francesa, o aumento dos encargos tributários para o sustento da nobreza no Brasil e a repressão do Governo Joanino a Insurreição Pernambucana de 1817 vão aumentando os descontentamentos da população paraense.

No início de 1820, é a Revolução Liberal do Porto e sua tentativa de recolonização do Brasil com a atuação da imprensa de Patroni que vão movimentar o Pará. Os processos subsequentes que incorporam o regresso de D. João VI a Portugal e a permanência de D. Pedro I no Brasil, o qual proclama a independência desta Nação dão conta de efervescer ainda mais os ânimos na província do Norte, pois na lógica política, os paraenses, auto nomeados como brasileiros natos não viram nenhum tipo de mudança social ou administrativa na Província em virtude desta ter aderido à Independência do Brasil, em Agosto de 1823. Pelo contrário, mudaram-se os atores, mas permaneceram os mesmos personagens, saiu do controle da província a elite colonial lusa e passou a assumir o controle a elite colonial brasileira adotiva. Em tese, para a população menos abastada da província, o processo de adesão do Pará à unificação da América Portuguesa, não provocou grandes mudanças ou transformações no cenário social paraense que diferenciasses ao do período colonial.

Nesse emaranhado, nessa teia de relações sociais e de poder que assolavam a província do Grão-Pará desde 1750, movimentos de insurreição no Acará, Cametá e Monte Alegre deram conta de borbulhar ainda mais os furúnculos do tecido social. Os momentos de tensão e reivindicação se alastram por toda a província paraense por meio das redes de comunicação criadas pelas confederações contestatórias.

Neste cenário, emerge no Pará o responsável por galvanizar os retalhos e dissabores políticos nas regiões do Acará, Marajó, Alto e Baixo Amazonas. Batista Campos, na perspectiva de chegar ao poder utiliza subterfúgios de persuasão para convencer a população paraense de diferentes classes sociais para aderir a um movimento contestatório, prometendo unificar o Pará e exaurir as mazelas sociais.

Parte da sociedade mais aristocrática é seduzida a participar do movimento com a prerrogativa de conquistar lugares institucionais de prestígio político e social. A população marginal, de um modo geral, via no movimento de contestação uma possibilidade de projeto de futuro e de mudança do cenário de pobreza no qual estavam inseridos. Estes últimos, por sua vez, eram convencidos e cooptados das fazendas privadas, fábricas e roças nacionais (mantidas debaixo dos nomes de Pesqueiro de Peixe e de Plantação de Cacau) nas vilas e freguesias, para expulsar e exterminar os senhores e comandantes lusos e brasileiros adotivos. (RAIOL 1970, p. 228).

À guisa de conclusão, afirmamos que o cenário de tensões emergidos no Pará desde os tempos coloniais foi produzindo “rusgas”, que, como um barril de pólvora, estava preste a estourar cada vez que algum movimento de rebelião deflagrava na província paraense.

Partindo desta premissa, defendemos aqui a principal tese deste trabalho, ao afirmar que a eclosão da Cabanagem em Janeiro de 1835 não deve ser vista como o ponto de partida dos acontecimentos políticos desta província, mas sim como o ponto de chegada. Afirmamos que não é a Cabanagem que inaugura tempos de revolta no Pará, o processo de rebelião instaurado em 1835 com a tomada da Capital era um levante amotinado, semelhante as demais insurreições ocorridas ao longo da década de 20 do século XIX. Ocorre, porém, que o movimento de janeiro de 1835 se diferenciou dos demais justamente pelo acúmulo de “rusgas” dos

movimentos anteriores, o que propiciou em 1835 uma tomada efetiva de poder e controle da província.

Se por um lado são “as rusgas” que propiciam o êxito e durabilidade da revolta em 1835, por outro lado, afirmamos que a cena da tomada da Capital no 7 de janeiro é uma culminância dos levantes e insurreições que nasceram no interior. As contestações, pensamentos rebeldes e levantes que se propagavam pelos campos, matas e rios da Amazônia desembarcariam naquele dia de São Tomé de 1835 e mudariam e se perpetuariam no panteão da História Social da Amazônia.

Nos confrontos da Cabanagem, parecia haver dois movimentos fundamentais. Um era a tomada dos centros políticos do Grão-Pará: as vilas, centros dos distritos do interior, e a Cidade do Pará, centro do Estado. O outro era o afastamento destes centros. Diversas populações, nesta época, migraram em direção ao alto curso dos rios, para regiões de interflúvio, de difícil acesso. Os conflitos da cabanagem pode-se dizer, perpassavam movimentos de nacionalização e tribalização; entre a calha dos grandes rios e as áreas de cabeceiras. É possível que se afirme que os grupos que tomaram as diversas vilas pelo interior, tal como a capital, eram misturados; envolviam diversos agentes em torno de algumas lideranças. (LIMA, 2008, p. 84).

Não dissociável deste arcabouço geral da Cabanagem, a região do Baixo Tapajós configurou-se como o maior reduto de resistência da Cabanagem em todo o Grão-Pará. Por sua localização geográfica e por ser rica em recursos naturais, essa relação de meio ambiente/natureza e historicidade propiciará palcos de grande resistência nesta microrregião situada na Mesoregião do Baixo Amazonas, tais como: Santarém, Pinhel, Cuipiranga.

E é justamente o forte, o reduto de Cuipiranga quem prolonga as lutas e alentos da população paraense, é lá, na figura imagética do Cuipiranga que os patriotas paraenses (alcunhados de cabanos) alimentam suas esperanças e salvação de mudar a província ao derrotar em combate as tropas repressoras e assim retomar o controle do Pará.

Esses personagens marginais no Baixo Tapajós e suas bandeiras de lutas, só foram possíveis de serem discutidos, porque esses agentes se apresentaram através das documentações.

Segundo Bruit (1992, p. 80) Alguém pode pensar, e com justa razão, que a ação dos vencidos aparece filtrada pela visão do vencedor. Mas, nesse caso, nos prendemos à hipótese de que a versão do vencedor só é possível a partir de seus próprios atos e, também, dos atos dos vencidos, de tal forma que essa visão e sua respectiva versão contém necessariamente a ação destes últimos, mesmo quando encoberta propositadamente. A recíproca é do mesmo modo válida, pois forma parte do conteúdo histórico do processo, mas, de alguma maneira, manifesta-se através dos próprios símbolos do vencedor. Então, é uma questão de poder traduzir os signos de uma ação para resgatar os da outra. Entretanto, não se trata de duas histórias que correm paralelas sem nunca encontrar-se, mas de uma só em que sua simbologia ora mostra o visível, ora insinua o invisível.

Dito isto, afirmamos que a análise das ações destes múltiplos personagens, que contestaram o poder e a ordem no Grão-Pará, só foi possível graças a disputa de poder existente, ainda que em sua capilaridade no período, e que ficou arquivada nas correspondências e relatórios de diversas autoridades militares com o Governo provinciano e com a Corte. É nessa tensão capilar, entre aquele que se auto declara “legal” e que alcunha o outro de “rebelde”, que se torna possível dar visibilidade as formas de atuação desse sujeito marginal cabano.

E assim concebemos o entendimento de que, entre viver a história e interpretá-la, nossas vidas passam. Ao interpretá-la, vivemo-la: fazemos história; ao vivê-la, interpretamo-la: cada um de nossos atos é um signo. A história que vivemos é uma escritura; na escritura da história visível devemos ler as metamorfoses e as mudanças da história invisível. Essa leitura é uma decifração, a tradução de uma tradução: jamais leremos o original. (PAZ, 1976, p. 241).

Porque “a História jamais poderá ser totalmente contada e jamais terá um desfecho, porque nem todas as posições podem ser percorridas e sua acumulação tampouco resulta numa totalidade”. (SARLO 2007, p. 42).

Diante desta episteme, defendemos aqui outra tese, a de que esta dissertação não deve se convencionar como um trabalho acabado e totalizante sobre a Cabanagem, pelo contrário, deve se configurar como mais uma entre tantas histórias que podem ser construídas e narradas, visto que a flexibilidade em interpretar e ao mesmo tempo ter acesso a novas fontes dão conta de se construírem narrativas

historiográficas, que partem de outros pontos de vistas das configurações políticas do período da Cabanagem.

Sendo assim, o historiador se posiciona na mesma atribuição de um literato ou um romancista, o historiador em si, cria cenas e narra os acontecimentos. Ocorre, porém, que diferente de um literato que conduz suas narrativas e contos por meio da ficção, o historiador constrói narrativas historiográficas com personagens reais, personagens que existiram e que seu histórico de vida chegam até ele por meio das documentações.

Entretanto, longe de restituírem o real tal como ele aconteceu, o historiador reconstrói cenas do possível, de uma representação do vivido a partir dos indícios históricos. Portanto, o que diferencia a narrativa historiográfica do historiador de uma história de ficção escrita pelo literato são os pressupostos metodológicos adotados pelo historiador, que tendem a legitimar ou não a “nova história construída”, que deixou de ser uma história do personagem e passou a ser uma história do historiador, porque esta dela se apropriou.

Sendo assim, o historiador, segundo Sarlo (2007, p. 28), ao seguir essa afirmação em todas as suas consequências, não reconstitui os fatos do passado, mas os “relembra”, dando-lhes assim seu caráter de passado presente, com respeito ao qual sempre há uma dívida não paga.

Esse mover de dar visibilidade às ações e aos indivíduos cabanos, longe da dicotomia maniqueísta de heróis ou bandidos, é que move a notocorda dorsal deste trabalho. A visão dos cabanos que se faz mais presente é aquela que se aproxima do modelo ideal do “bandido social” discutido por Hobsbawm ²²⁸, de criminosos, rebeldes para as autoridades, mas patriotas, valentes para o povo marginal, que é a maioria.

Se os revoltosos, contestadores da ordem, correligionários de Batista Campos e de Eduardo Angelim se auto intitulavam verdadeiros brasileiros, valentes paraenses, legais (por serem fiéis a fé católica e ao jovem Pedro de Alcântara), mesma profusão discursiva não é encontrada entre aqueles que os combatiam como algoz.

²²⁸ **HOBBSAWM**, Eric. **Bandidos**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Ao longo da obra de Raiol (1970), o autor em tom nada simpatizante narra falas e discursos pejorativos, empregado pelas tropas repressoras para caracterizar os patriotas paraenses. Várias são as expressões recorrentes, das quais mencionamos: infames, rebeldes, anarquistas, raias miúdas, cabanos, facínoras, demônios, monstros, hidras, etc.

É em Raiol (1970, p.20), que visualizamos a declaração de José Ribeiro Guimarães: “sufoque-se a hidra em seu nascimento; conheçam-se os propagadores da infernal doutrina”, o que nos dá um panorama dos tratos conceituais das autoridades provincianas aos cabanos, principalmente aqueles que resistiram até as últimas consequências em Cuipiranga.

De tantas incursões, tantas estratégias militares e constitucionais de D’Andréa, a Cabanagem não resistiu, Cuipiranga caiu, os cabanos caíram. Em Cuipiranga, os cabanos venceram e perderam. Venceram no sentido ideológico e antropológico em se fazer serem ouvidos e promoverem uma reviravolta na província, bem como uma “limpeza lusa”, mas também perderam, sucumbiram, porque não conseguiram estabelecer uma forma de governo que não fosse efêmera, que desse conta de ser atemporal.

A Cabanagem terminou, foi suplantada, porém, os prejuízos em decorrência dessa guerra permaneceram. Levou tempo para a província se reerguer economicamente em virtude do vazio demográfico deixado pela guerra, compreendendo uma baixa de 30 a 50 mil mortos, um número avassalador, semelhante ao crime de genocídio – se é que não podemos dizer que foi.

As tropas repressoras encontraram dificuldades para matar as “hidras cabanas”, visto que a cada cabeça cortada ou esmagada lhe nasciam duas no lugar por entre os cursos dos rios e igarapés. Mas parece que semelhantemente ao herói da mitologia greco-romana Hércules, depois de inúmeras tentativas de sufocar “as hidras”, as tropas anticabanas lideradas por D’Andréa, Sanchez de Brito e Ambrósio Pedro Aires encontraram o “fogo” capaz de impedir o nascimento de uma nova cabeça de “hidra cabana”.

Cortaram uma a uma as cabeças das “hidras cabanas” e atearam fogo no pescoço da mesma, repetiram isso “seis vezes” e obtiveram sucesso.

No entanto, a exemplo da “hidra de Lerna” da antiguidade clássica, a última cabeça (a do meio) é considerada imortal. Assim, como Hércules tão somente cortou esta última cabeça e a enterrou pondo uma pesada pedra sobre ela, e a mesma continuou viva, assim também é a última cabeça da “hidra cabana”.

A “sétima cabeça de hidra cabana” permanece ainda hoje viva, dado sua condição de imortalidade. Porém, ela encontra-se enterrada, não no chão e com uma pedra sobre si a exemplo da “hidra de Lerna”, mas a cabeça imortal da “hidra cabana” encontra-se enterrada ou pelo menos adormecida nos documentos e na memória histórica do paraense.

E a exemplo da “hidra de Lerna” que era tão venenosa, que apenas de cheirar o hálito de seu rastro, a pessoa caía agonizando em terrível tormento, a “última cabeça da hidra cabana” também emana um hálito, mas um rastro de hálito de insurreição, que de tempos em tempos é exalado promovendo tempos de revoltas, reveladas aos historiadores, quando estes removem dos documentos e da memória coletiva a “pedra” que anuvia, a visibilidade desses acontecimentos de uma Amazônia insurgente.

FONTES E ARQUIVOS

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

APEP. CÓDICE 609. (1781-1788). Ofício do Governador Martinho de Souza e Albuquerque, 20/06/1780.

APEP. CÓDICE 628. Correspondências dos Governadores com Diversos

APEP. CÓDICE 642. 1808-1813. Correspondências da Metrópole com os Governadores.

APEP. CÓDICE 644. 1808-1820. Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores.

APEP. CÓDICE 671. 1814-1823. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 682.

APEP. CÓDICE 783. 1824. Termo de Paz de 9/06/1824.

APEP. CÓDICE 785. 1824. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 786. 1824. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 789. 1824. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 850. 1827-1832. Cônsules.

APEP. CÓDICE 853. 1827-1837. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 854. 1827-1838. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 888. 1829-1838. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 901. 1830-1834. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 902. 1830-1834. Correspondências do Governo com a Corte.

APEP. CÓDICE 903. 1830-1835. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. CÓDICE 906. 1837-1840. Correspondências do Governo com a Corte.

APEP. CÓDICE 1000. 1835-1836. Documento 96.

APEP. CÓDICE 1013. 1836. Documento 97.

APEP. CÓDICE 1049. 1836-1841. Correspondências de Diversos com o Chefe da Expedição do Amazonas.

APEP. CÓDICE 1052. 1836-1841. Correspondências de Diversos com o Chefe da Expedição do Amazonas.

Arquivo Público Estadual de Pernambuco *Jordão Emerenciano* (APEJe)

APEJe. 06/07/1831. O Mentor Pernambucano (Recife).

APEJe. VOL. 34, 27/02/1832, 29/02/1832, 09/04/1832. Ofícios do Governo.

APEJe. VOL. 8, 13/08/1832. Ofício dos Presidentes de Província.

APEJe. VOL. 8, 14/09/1832. O Equinoxial (Recife).

APEJe. VOL. 1, 01/02/1833. Comando das Armas.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

ANRJ. IJ-1 694 20/02/1833. Ministério da Justiça.

ANJR. IG-1 94, 24/04/1835. Ministério da Guerra.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

BNRJ. I-32, 11, 2, 28/12/1833. Seção de Manuscritos.

Center for Research Libraries

Brazilian Government Document Digitalization Project

Provincial Presidential Reports (1830-1930)

Relatório dos Presidentes de Província (1830-1930)

In: <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>

PARÁ

MACHADO D'OLIVEIRA. Relatório de 03 de dezembro do Presidente da Província do Grão-Pará José Joaquim Machado d'Oliveira, apresentado na Salla de Sessões do Conselho Geral da Província. Publicado na Typographia do Correio, Pará, 1833.

SOARES D'ANDRÉA. Discurso com que o Presidente da Província do Pará, Francisco Joze de Souza Soares d'Andréa, fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de março de 1838. Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1838.

Compilações

CLEARY, David (Org.). Cabanagem: documentos ingleses. SECULT/IOE. Belém, 2002.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

ANÔNIMO. Carta Régia. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Kraus Reprint; Nendeln/Liechtenstein. Tomo XX [1857], Vol. 20, Quarto trimestre, 1973, p. 433-434.

CARTA RÉGIA ao Capitão-General do Pará acerca da emancipação e civilização dos índios; e resposta do mesmo acerca da sua execução. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Kraus Reprint; Nendeln/Liechtenstein. Tomo XX [1857], Vol. 20, Quarto trimestre, 1973.

COLEÇÃO IHGB. Lata 219, docs. 45, número 1-4, 24/04/1832.

Opúsculos e Apologias

Fonte: Biblioteca Arthur Vianna. Coleção Obras Raras.

ANÔNIMO. 1832. **O Pará em 1832**. S.W. Sustenance, Londres.

Guias de Fontes

Anais do Arquivo Público do Pará. Belém: Secretaria de Cultura/ Arquivo Público do Estado do Pará. **2001, v.4, t.1, 290p.**

Anais do Arquivo Público do Pará. Belém: Secretaria de Cultura/ Arquivo Público do Estado do Pará. **2004, v.4, t.2, 322p.**

Jornais

O Tapajós. Edição de 8-10 de janeiro, 1991.

Gazeta de Santarém. Caderno Especial Cabanagem. Edição de 22 de Junho, 2009.

DEPOIMENTOS ORAIS

Manoel Godinho (Santarém)

José Maria Branches (Cuipiranga do Tapajós)

Claúdio José (Cuipiranga do Tapajós)

Ivonete Brechó (Icuipiranga do Amazonas)

Enoque Arapiun (Vila Franca)

D. Benvinda da Silva (Vila Franca)

Oneide Cardoso (Vila de Pinhel)

D. Liloca (Vila de Pinhel)

Maria Zenaide (Quilombo Pérola do Maicá)

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; et. al. (Org.). **Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVII e XIX**. Belém: UNAMAZ, 2005.

_____; **CASTRO**, Edna. **Negros do Trombetas. Guardiões de Matas e Rios**. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1998.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Rita. **O Diretório dos Índios**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ALVES FILHO, Aramando; **SOUZA JÚNIOR**, José Alves; **NETO**, José Maia Bezerra. **Pontos de História da Amazônia**. 3ª ed. Ver. Ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

ANDRADE, Manoel Correia. **A Guerra dos Cabanos**. 2ª ed., Recife: Ed. UFPE, 2005.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: um projeto autoritário**. História do pensamento católico no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1987.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará In: **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, (1969) 1839.

BARRIGA, Letícia Pereira. **Ecuipiranga: o berço revolucionário no Baixo Amazonas (1835-1837)**, 2007, 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Belém, Universidade Federal do Pará, 2007.

BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Ed. Itatiaia: Belo Horizonte; EDUSP: São Paulo, 1979.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, v. 1.).

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. rev. atual. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. 2º volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional 1893. Reimpressão off-set do Conselho Federal de Cultura, 1970.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BODRICK, George Charles; **FOTHERINGHAM**, John Knight. **The History of England, from Addington's Administration to the Close of William IV's Reign (1801-1837.)** (v. XI). Longmans, Green, 1906.

BOURRIENNE, Louis Antoine Fauvelet de. **Private Memoirs of Napoleon Bonaparte: During the Periods of the Directory, The Consulate, and the Empire**. Carey & Lea, 1831.

BRASIL. Constituição (1824) **Constituição Política do Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 05/07/2014.

BRAUDEL, Fernand. 'A longa duração'. In: _____. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. **“Viva a Liberté!”: cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824**. 2008. 329 f. Dissertação (Mestrado em História). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

BRUIT, Hector H. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992, p. 77 -101.

BUARQUE, Virgínia A. Castro (Org.). **História da historiografia religiosa**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. (Coleção Seminário Brasileiro de História e Historiografia).

BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. (trad. de Magda Lopez), São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. (Org). **A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Ed. UNESP. 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e Sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)**. Edição Graal: Rio de Janeiro, 1984.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2 ed. ver. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

_____. (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835**. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “L’opération historiographique”, In: **L’Ecriture de l’histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel; Bertrand/Brasil, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. **Cabanagem: O Povo no Poder**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822**. Belém: CEJUP, 1993.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Tapajós**. Paris: Editem, A. Lahur, 1897.

CRUZ, Ernesto. **Nos Bastidores da Cabanagem**. Oficinas Gráficas da Revista da Veterinária, Belém, 1942.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DEL PRIORE, Mary & **GOMES**, Flávio dos Santos. **Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias**. Elsevier: Rio de Janeiro, 2003.

DIAS, José Silva. O Vintismo: realidades e estrangulamentos políticos. In: **Análise Social, o Século XIX em Portugal**, nº 61/62, 2ª Série, vol. XVI, Lisboa, 1980. p. 273-278.

Disponível

em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223994933F1mOZ6ye7Ev66VY9.pdf>>.

Acesso em: 10/03/14.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. SP: Alameda, 2005.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: a Revolução Popular na Amazônia**. CEJUP, Belém, 1986.

DOMINGUES, Ângela Maria Vieira. **Quando os Índios eram Vassalos: Colonização e Relações de Poder no Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DUQUE, Gonzaga. “Os Cabanos do Pará” In: **Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)**. Typ. Do ‘Jornal do Commercio’ de Rodrigues e Companhia, Rio de Janeiro. 1898.

DUTRA, Manuel. Mapajuba Firmeza, o estrategista. **Gazeta de Santarém**, edição especial Cabanagem. Santarém, n.º , p. 6, 22 jun. 2009.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Lisboa, Livros do Brasil (col. Vida e cultura), 1998.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Eliana Ramos. **Em Tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial, primeira metade do século XIX**. 1999. 228 f. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

_____. **Guerra sem fim: mulheres na trilha do Direito à terra e ao destino dos filhos (Pará - 1835-1860)**. 2010. 285 f. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. **Estud. hist. (Rio J.) vol.22 no. 43. Rio de Janeiro. Jan./Jun. 2009**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a10.pdf>>. Acesso em: 05/05/2014.

_____. Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. In: **Neves**, Fernando A. de F.; **LIMA**, Maria R. P. (org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu. 2006.

FOUCAULT, Michel. 1926-1984. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. **MOTA**, Manoel Barros da (Org.); Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. A vida dos homens infames. In: **FOUCAULT**, Michel. **Estratégias, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOURNIER, August. **Napoleon the First: A Biography**. H. Holt & Company, 1903.

FREITAS, Décio. **A Miserável Revolução das Classes Infames**. Rio de Janeiro & São Paulo: Record, 2005.

FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas" IN: **REIS**, João & **GOMES**, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, p. 467-497.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. (volume I). São Paulo: Ed. Vozes, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. [tradução de Rosa Freire d'Aguilar e Eduardo Brandão]. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Olhos de Madeira: Nove Reflexões sobre a Distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. 1997. 782 f. Tese (Doutorado em História Social), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ªed. 7ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race and Popular Culture in the Brazilian Amazon 1798-1840**. v.95 de Cambridge Latin American Studies. Londres: Cambridge University Press, 2010.

_____. Uma Guerra única na história das revoluções. **Gazeta de Santarém**, edição especial Cabanagem. Santarém, n.º , p. 14-15, 22 jun. 2009. Entrevista concedida a Manuel Dutra.

HOBBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil-colônia: 1550-1800**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HURLEY, Henrique Jorge. **Traços cabanos**. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré; Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 1936.

IBANÊS, José. Vila Franca: o tesouro do Arapiuns. **Jornal O Tapajós**, Santarém, 8-10 de janeiro de 1991. [5-6] páginas prováveis (paginação ilegvel).

KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tempo: estúdios sobre la Historia**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

_____; et. al. **O Conceito de História**. Tradução de René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica editora. (Coleção História e Historiografia). 2013.

KUHNEN, Alceu. **As Origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552**. São Paulo: Edusc, 2005.

LAFERTÉ, Gilles. **Imagem social ou luta política e cultural pelo controle do mercado**. Revista Mana, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, p. 1-15, out, 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132008000200005> Acesso em: 12/05/2013.

LAKATOS, Eva Maria; **MARCONI**, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Deborah de Magalhães. **The Social Category Caboclo: History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region (the Middle Solimões)**, 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Cambridge, Inglaterra, 1992.

LIMA, Leandro Mahalem de. **Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835**, 2008. 302 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

LIMA, Luiz Alves de. **A Face Brasileira da Catequese: um estudo histórico-pastoral do movimento catequético brasileiro das origens ao diretório "catequese renovada"**. 1995. Tese (Doutorado em Teologia). Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, 1995.

LIMA, Maria Roseane; **NEVES**, Fernando Arthur de Freitas (Org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. 7ª ed. Revista. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

MACEDO, Joaquim Manoel. **Anno Biographico Brasileiro**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico. 1876.

MACHADO, André R. A. **A Quebra da Mola Real das Sociedades: A Crise Política do Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-1825)**. 2006. 358 f. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, Basílio. "A Cabanagem". In: **Estudos de História do Brasil**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. 1940.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. São Paulo: Jorge Zahar Editor. (Coleção Descobrindo o Brasil), 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 5ª Ed. SP: HUCITEC, 2004.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. A Cabanagem em Santarém (1836-1840): um novo olhar historiográfico. In: **VII Congresso de Ciência e Tecnologia da Amazônia e XI Salão de Pesquisa e Iniciação Científica do CEULS/ULBRA**, 2011, Pesquisa e Tecnologia (Anais) ... Santarém: CEULS/ULBRA, 9-11 de Novembro de 2011. p. 107-111(CD-ROM).

_____. A Historiografia sob a ótica da Filosofia da história. In: **II Encontro Nacional de Pesquisa na Graduação em Filosofia**, 2012, Belém. **O Ensino e a Pesquisa em Filosofia, suas perspectivas no Brasil**. Belém: Editora da UFPA, 2012. v.1. p. 36-53. Disponível em: <http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/DOCUMENTOS/PROEX/ANAIS%20II%20ENPF%202013.pdf>.

_____. À Margem dos Rios pelos Campos e Florestas: A Cabanagem sob marcadores de raça e classe. In: **V SEMANA REGIONAL DE HISTÓRIA: Reflexões sobre a pesquisa e o ensino de História: aproximações e distanciamentos**, 2013a, Cajazeiras - PB. Reflexões sobre a pesquisa e o ensino de História: aproximações e distanciamentos. Cajazeiras: UFCG, 2013 a. v.5. p. 1-15. (CD ROM).

_____. E a Pólvora Europeia Chega ao Brasil: a transferência da Família Real Lusa para a América Portuguesa e suas implicações para o Grão-Pará. In: **I Seminário Institucional de Iniciação à Docência PIBID/CEULS e XIV Salão de Iniciação Científica do CEULS/ULBRA**, 2014, Santarém - PA. **Avanços e Resultados pela Pesquisa na Amazônia**. Santarém - PA: Ed. da ULBRA, 2014. p. 118-122.

_____. Novos cabanos: o recente processo de ressurgimento e ressignificação de identidade no Baixo Tapajós. In: **VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**, 2013, Maringá. **Democracia e Autoritarismo no Mundo Contemporâneo**. Maringá: Editora da UEM, 2013 c. v.6. p. 1-13.

_____. **Sujeitos Marginais em Tempo Cabanal (1835-1837): A Supressão e Violação dos Direitos Fundamentais do Homem no Grão-Pará Regencial**. 2015. 57 f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos), Cajazeiras, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

_____. Taperinha um engenho do Tapajós: Relações e Discussões Acerca da Produção Canavieira, Escravidão, Estudos de Sítios Arqueológicos e Cabanagem. In: **VI Congresso de Ciência e Tecnologia da Amazônia e IX Salão de Pesquisa e Iniciação Científica do CEULS/ULBRA**, 2009, Santarém. **Amazônia, Ciência e Sustentabilidade (Anais) ... Santarém: CEULS/ULBRA**, 4-6 de Novembro de 2009. p. 411-415 (CD-ROM).

_____. Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista: a Revolução Cabana em Santarém na Região do Baixo Amazonas Paraense (1834-1838). In: **VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURAS E IDENTIDADES**, 2013, Goiânia. **Arquivos e Ditaduras**. Goiânia: Editora da UFG, 2013b. v.6. p. 1-23. (CD ROM).

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **História, metodologia, memória**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREL, Marcos. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

MUNIZ, João de Palma. Adesão do Grão-Pará à Independência. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, vol. 6, n. 4. 1922.

_____. “A Independência nos municípios do interior”, In: **Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios**. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais – a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da independência (1790-1850)**. 2009. 341 f. Tese (Doutorado em História Social do Brasil), Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2009.

PANTOJA, Ana Renata do Rosário Lima. **Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará-PA**. Secult, Belém. Versão reduzida de DM. 2004.

_____. **Terra de Revolta: campesinato, experiências socioculturais, e Memórias cabanas entre a voz e a letra**. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia), Belém, Universidade Federal do Pará, 2010.

PAZ, Otávio. **O labirinto da solidão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem**. 1998. 438 f. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Jaime. **As primeiras Civilizações**. 23 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira**. Empresa gráfica 'Revista dos Tribunais', São Paulo. 1933.

PRICE, Richard. **To Slay The Hydra : Ducht Colonial to Perspective on the Saramaka Wars**, an Arbor, Karoma, 1983.

QUEIROZ, Jonas Marçal & **GOMES**, Flávio. Amazônia, Fronteira e Identidades: Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX). São Paulo: **Lusotopie** nº 01, 2002, p. 25-49. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf>. Acesso em: 05/05/2015.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos – ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 3 vols. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Ocupação de Caiena**. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo 2, "O Brasil Monárquico", vol.3. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Cabanos e Legais Disputam o Domínio do Baixo Amazonas, In: **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. Belém: Governo do Estado do Pará, 1979a.

_____. **História de Óbidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. Belém: Governo do Estado do Pará, 1979b.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Revista Tempo: Niterói, vol.11 no.22, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v11n22a02.pdf. Acesso em: 17/03/13.

_____. "Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos". In: Anais do Arquivo Público do Pará, v.4. p. 241-71. 2001.

_____. **História amotinada: memórias da Cabanagem**. Cadernos do CFCH, vol. 12, n. 1-2. 1993.

ROCQUE, Carlos. **História Geral de Belém e do Grão-Pará**. Distributel: Belém, 2001.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: CEJUP, 1992.

_____. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**, 3ª edição; IAP, Programa Raízes, Belém, 2005.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. T.A. Queiroz: São Paulo, 1980.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. Santarém: ICBS/ACN, Gráfica e Editora Tiagão, 1999. (Edição Especial Ilustrada Comemorativa aos 500 anos do Descobrimento do Brasil).

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAFF, David S. **Nossa Crença e a de Nossos Pais**. Tradução de Nicodemos Nunes. São Paulo: Metodista, 1964.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. ver. e ampl. De acordo com a ABNT – São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A repercussão da Revolução de 1820 no Brasil – eventos e ideologias**. Coimbra, 1979.

_____. (Org.). **De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização Portuguesa no Brasil**. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001.

_____. **O Império Luso-Brasileiro 1750-1822**. (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. 3.). Lisboa: Editora Estampa, 1986.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. **Cabanagem: uma luta perdida**. Belém: Secult, 1992.

SOMMER, Barbara. **“Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758-1798”**. Ph.D. dissertation, University of New Mexico, 2000.

SOUSA, Inglês de. A Quadrilha de Jacó Patacho. In: **SOUSA**, Inglês de. **Contos Amazônicos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martin Claret. 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. “Semeando vento, colhendo tempestades: o Pará e o Processo de Adesão à Independência”. In: **Anais do Arquivo Público do Estado do Pará**. Belém: SECULT, 2004, v.4, t2, p. 125-152.

SPIX, Johan Baptist, **MARTIUS**, C. F. O. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, vol. 14, n. 1, p. 19-20, jan-abr, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2006000100003/7601>. Acesso em: 15/04/2013.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. RJ: Objetiva, 2002.

VARGUES, Isabel Nobre. Vintismo e Radicalismo Liberal. In: **Revista de História das Ideias**, Vol. 3. Lisboa, 1981, pp. 177-215. Disponível em: <<http://rhi.fl.uc.pt/vol/03/ivarques.pdf>>. Acesso em: 03/03/2014.

VARNHAGEN, Adolfo Francisco. **A História da Independência do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

VEIGA DOS SANTOS, João. **Cabanagem em Santarém**. Santarém: Livraria Ática/Gráfica Bolinha, 1986.

VERGULINO-HENRY, Anaíza; **FIGUEIREDO**, Arthur Napoleão. **A Presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores. A origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. [tradução Beatriz Perrone Moisés]. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. “A Cabanagem nasceu em Pinhel”. **Gazeta de Santarém**, edição especial Cabanagem. Santarém, n.º , p. 10, 22 jun. 2009. Entrevista concedida a Manuel Dutra.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Visão que os cabanos tinham da aproximação das tropas inimigas

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2010

APÊNDICE B



“Possível trilha de Fuga do Cuipiranga do Tapajós para o “Icuipiranga do Amazonas”

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2011

APÊNDICE C



Caminhos que ligam as Duas Cuipirangas. Possivelmente “rotas de fuga na época da Cabanagem”

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2015

APÊNDICE D



Barrancos no “Icuipiranga do Amazonas”. Possivelmente também abrigaram os “canhões de palmeiras”

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2010